



**COLETÂNEA**

# **UNIÁFRÔ**

**Práticas Pedagógicas em Educação para as  
Relações Étnico-Raciais na Educação Básica**

**Organizadores:**

**Flávia Rodrigues Lima da Rocha • Rosilene Silva da Costa  
Jardel Silva França**



# **Coletânea Uniafro: práticas pedagógicas em Educação para as relações étnico-raciais na educação básica**

## **Organizadores:**

Flávia Rodrigues Lima da Rocha

Rosilene Silva da Costa

Jardel Silva França



# **Coletânea Uniafro: práticas pedagógicas em educação para as relações étnico-raciais na educação básica**

## **Organizadores:**

Flávia Rodrigues Lima da Rocha

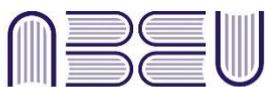
Rosilene Silva da Costa

Jardel Silva França



**Edufac**

Direitos exclusivos para esta edição:  
Editora da Universidade Federal do Acre (EdUfac),  
Campus Rio Branco, BR 364, Km 4,  
Distrito Industrial – Rio Branco-AC, CEP 69920-900  
E-mail: [edUfac.Ufac@gmail.com](mailto:edUfac.Ufac@gmail.com) / [edUfac@Ufac.br](mailto:edUfac@Ufac.br)  
Feito Depósito Legal  
Editora Afiliada:



**Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias**

**Organizadores:**

Flávia Rodrigues Lima da Rocha

Rosilene Silva da Costa

Jardel Silva França

**Coletânea Uniafro: práticas  
pedagógicas em educação para as  
relações étnico-raciais na educação  
básica**



**Coletânea Uniafro: práticas pedagógicas em educação das relações étnico-raciais na educação básica**

ISBN: 978-65-88975-12-1

Copyright © EdUfac 2021

Flávia Rodrigues Lima da Rocha, Rosilene Silva da Costa, Jardel Silva França

Editora da Universidade Federal do Acre - EdUfac

Rod. BR364, Km 04 • Distrito Industrial

69920-900 • Rio Branco • Acre

**Coordenador Geral da EdUfac**

Rafael Marques Gonçalves

**CONSELHO EDITORIAL**

Rafael Marques Gonçalves (Presidente), Adelice dos Santos Souza, Ana Carolina Couto Matheus, André Ricardo Maia da Costa de Faro, Antonio Gilson Gomes Mesquita, Carlos Eduardo Garção de Carvalho, Cristieli Sérgio de Menezes Oliveira, Dennys da Silva Reis, Esperidião Fecury Pinheiro de Lima, Francisco Aquinei Timóteo Queirós, Francisco Raimundo Alves Neto, Jäder Vanderlei Muniz de Souza, José Dourado de Souza, José Roberto de Lima Murad, Maria Aldecy Rodrigues de Lima.

**Coordenadora Comercial**

Ormifran Pessoa Cavalcante

**Diagramação**

Jardel Silva França

Alana Carla Herculano de Oliveira

**Capa**

Wálisson Clister Lima Martins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ficha elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Acre

---

C694c Coletânea Uniafro: práticas pedagógicas em educação para relações étnico-raciais na educação básica / Flávia Rodrigues Lima da Rocha, Rosilene Silva da Costa, Jardel Silva França (organizadores). – Rio Branco: Edufac, 2021  
244 p.: il. [e-book]

Vários autores.  
ISBN: 978-65-88975-12-1

1. Negros – Identidade racial – Educação básica. 2. Negros – Educação 3. Relações étnicas. I. Rocha, Flávia Rodrigues Lima da (org.). II. Costa, Rosilene Silva da (org.). III. França, Jardel Silva (org.). IV. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi). V. Título.

CDD: 379.26

---

**Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da  
Universidade Federal do Acre**

Flávia Rodrigues Lima da Rocha

**Coordenadores e Editores de Publicação do Núcleo**

Belchior Carrilho dos Santos

Elza Abreu de Souza

Flavia Rodrigues Lima da Rocha

Joana Marques de Lima Saar Xavier

Jorge Fernandes da Silva

Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque

Geórgia Pereira Lima

Goreth da Silva Pinto

Queila Batista dos Santos

Rosilene Silva da Costa

**Revisores de Língua Portuguesa do Núcleo**

Ana Beatriz Freire de Almeida

Ana Clara Reis Moura

Ana Lídia Gonçalves Medeiros

Andressa Queiroz da Silva

Bianca Cardoso Magalhães

Bruna Honório Viana

Carolina Esperança Patrocínio de Lima

David Francisco de Amorim

Fabiane Aparecida da Silva Lima

Fernanda Moreira Justo

Isadora Bonfim Nuton

Josuelene da Silva Souza

Laianny Martins Silva Efel

Luana Xavier Vieira Goulart

Malena Ribeiro Cardoso da Conceição

Marco Syrayama de Pinto

Marilsa Aparecida Alberto

Natália Famil

Nayara Christina Herminia dos Santos

Phillippe Sendas de Paula Fernandes

Ray da Silva Santos

Rosilene Silva da Costa

Rovílio de Lima Nicácio

Sergio Alexandre Novo Silva

Virginia Laurindo dos Santo



## Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	7
<b>SEÇÃO LITERATURA</b> .....	12
APRESENTAÇÃO	
ROSILENE SILVA DA COSTA .....	17
A HISTÓRIA EM QUADRINHOS PANTERA NEGRA: A REPRESENTAÇÃO NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	
ANDRESSA QUEIROZ DA SILVA .....	22
ESCRITORAS NEGRAS: REALIDADE OU FICÇÃO?	
ANDREY SILVA DO AMARAL .....	34
NARRATIVAS AFRICANAS SOBRE A CRIAÇÃO DO MUNDO	
FÁBIO DE FARIAS SOARES.....	40
LITERATURA NEGRA: POEMAS DE AUTA DE SOUZA	
MARIA ALBENIZA VALDIVINO.....	49
A INFLUÊNCIA DA LITERATURA INFANTIL AFRO-BRASILEIRA NA VALORIZAÇÃO DO SER HUMANO E REFLEXÃO QUANTO ÀS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ÉTNICO-RACIAIS	
MARIA CRISTINA DOS SANTOS FERREIRA.....	57
A IMPORTÂNCIA DE LIDAR COM CONTOS AFRO-BRASILEIROS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
SAINARA CASTELO DE ALBUQUERQUE.....	64
A LITERATURA INFANTIL NO AMBIENTE ESCOLAR E O COMBATE AO RACISMO	
GERSEANE SILVA DE OLIVEIRA.....	70
<b>SEÇÃO REPRESENTAÇÃO</b> .....	78
APRESENTAÇÃO	
ELZA ABREU DE SOUZA E QUEILA BATISTA DOS SANTOS.....	79
A IMPORTÂNCIA DO NEGRO NO GÊNERO PUBLICITÁRIO PARA A FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO	
JAMYLE FONTYNELE DE SOUZA .....	83
A MULHER NEGRA NO LIVRO DIDÁTICO	
LETÍCIA THAYNÃ DE QUEIROZ ALVES.....	87
A MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	
LUCINÉIA BATISTA DE LIMA .....	90
A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO NEGRO NA MÍDIA BRASILEIRA: TELENÓVELAS E ESTEREÓTIPOS RACIAIS	
NATALIA PEREIRA DOS SANTOS BARROZO .....	94
A HISTÓRIA DO CABELO E SUA IMPORTÂNCIA NA CULTURA AFRICANA	
RAQUEL DIOMARA DA SILVA.....	98
<b>SEÇÃO RELIGIOSIDADE</b> .....	104

APRESENTAÇÃO	
BELCHIOR CARRILHO DOS SANTOS .....	105
A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA AOS CULTOS DE MATRIZ AFRICANA	
AUCEANE DOS SANTOS .....	107
A RELIGIOSIDADE AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO CURRÍCULO ESCOLAR	
MÁRCIA COSTA PINHEIRO .....	113
RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO DE HISTÓRIA: ENFRENTAMENTO AO PRECONCEITO DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA	
TÂNIA CRISTINA DA SILVA FRANÇA .....	118
<b>SEÇÃO ARTE E MÍDIA.....</b>	<b>125</b>
APRESENTAÇÃO	
NEDY BIANCA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE E JOANA MARQUES DE LIMA SAAR XAVIER .....	126
RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO: DIFERENÇAS E DESAFIOS	
WOLCIR GIOVANI DA ROSA JUNIOR .....	128
A MÚSICA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA NEGRA	
MAYCON WESLEY LIMA DA SILVA.....	134
NEGROS INFLUENTES NA MÚSICA BRASILEIRA	
EDIVAN VASCONCELOS DA SILVA .....	139
COMBATER A DISCRIMINAÇÃO RACIAL ATRAVÉS DO SERIADO DE TV “TODO MUNDO ODEIA O CHRIS”	
JOANA GONÇALVES DE MESSIAS.....	145
O RACISMO POR MEIO DA SÉRIE AMERICAN HORROR STORY: UMA INTERVENÇÃO EM AULA DE LÍNGUA INGLESA	
JOÃO ROMÁRIO SINHASIQUE.....	150
<b>SEÇÃO EDUCAÇÃO.....</b>	<b>157</b>
APRESENTAÇÃO	
JORGE FERNANDES DA SILVA .....	158
O ESTUDO DA FILOSOFIA AFRICANA COMO PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR	
DANILO RODRIGUES DO NASCIMENTO .....	162
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO ALUNO NEGRO NO ÂMBITO ESCOLAR	
MARIA JOSÉ CASTRO DE OLIVEIRA .....	168
A LEGITIMIDADE DO ACESSO NEGRO AO ENSINO SUPERIOR: UMA VISÃO SEGUNDO O ESPAÇO ESCOLAR	
RIVANDA MACEDO ALVES .....	172
EDUCAÇÃO FÍSICA: RELAÇÕES ETNORACIAIS EM JOGO	
JORDY NAVARRETE QUISPE .....	176
<b>SEÇÃO HISTÓRIA.....</b>	<b>191</b>
APRESENTAÇÃO	



FLÁVIA RODRIGUES LIMA DA ROCHA, GEÓRGIA PEREIRA LIMA E GORETH DA SILVA PINTO.....	192
RECONHECER A ÁFRICA COMO SENDO O LOCAL DE SURGIMENTO DO HOMEM ALEXANDRA DA SILVA GONÇALVES .....	196
REFLEXÕES SOBRE O PÓS-ESCRavidÃO A PARTIR DE UMA PESQUISA DE INTERVENÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR DAMIANA NASCIMENTO DE ARAÚJO .....	203
NOVAS METODOLOGIAS PARA A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA ESCOLA: BRINCADEIRAS AFRO- BRASILEIRAS JARDEL SILVA FRANÇA .....	207
CRIMES DE RACISMO NA CIDADE DE RIO BRANCO LILIANE NOGUEIRA MONTEIRO .....	214
O MOVIMENTO NEGRO E AS CONQUISTAS SOCIAIS MIRIAN SOARES MAIA.....	226
A INFLUÊNCIA AFRICANA EM NOSSOS HÁBITOS ALIMENTARES RENATA LEIDIANE OLIVEIRA MAIA.....	232
O ENSINO DE HISTÓRIA E A IGUALDADE RACIAL NA ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA SOBRE O MOVIMENTO ABOLICIONISTA BRASILEIRO WÁLISSON CLISTER LIMA MARTINS .....	236



## Apresentação

As práticas pedagógicas para a educação das relações étnico-raciais são uma luta antiga dos movimentos negros no Brasil. Desde que se findou a escravização dos negros, em 1888, há luta para que a educação inclua a todos. Incluir é mais do que abrir vagas nas escolas, trata-se de oportunizar que estudantes negros tenham as mesmas chances que os estudantes brancos. Significa que brancos e negros se verão representados nos livros didáticos, que descendentes de africanos e de europeus terão suas histórias, credos, artes e cultura respeitados e valorizados.

A Constituição de 1988 sinalizou que isso era possível ao tornar o racismo crime inafiançável e ao garantir igualdade de direitos, contudo apenas a partir dos anos 2000 é que vimos uma mudança no paradigma educacional brasileiro. Em 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 10.639, a qual “inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira”. Essa lei alterou o cenário educacional de nosso país, pois até então éramos oficialmente alijados de estudar as temáticas da negritude. Os poucos estudos que tinham abordavam de forma preconceituosa as formações étnicas do país. Assim, a Lei 10.639/2003 veio para mudar isso. Mudança que se deu mais efetivamente quando, em 2004, o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A Lei 10.639/2003 e em seguida as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER) surgem no rol de políticas afirmativas para negros e negras, mas principalmente visam educar a todos os brasileiros através de uma educação antirracista. O texto das diretrizes conduz para que os professores, a escola e os sistemas de ensino ofereçam aos estudantes uma educação que apresente e represente o negro, sua história, cultura e legado de forma positiva, assim valorizando e respeitando a ancestralidade africana.

Dessa forma, a escola se mostrou espaço central para a desconstrução do racismo. Contudo, se percebeu que os professores não estavam formados para



oferecer essa educação. A formação dos professores não foi realizada considerando a história e a cultura africana e afro-brasileira. O preconceito e o racismo no Brasil são estruturais, ou seja, estão na estrutura das relações, inclusive na formação de professores. Assim, o Ministério da Educação passou a fomentar cursos de formação de professores e profissionais da educação para a implementação da Lei 10.639/2003, bem como para o cumprimento das DCNERER. Ao longo dos anos alguns editais foram lançados e as instituições de ensino foram se candidatando para a oferta de cursos que formassem professores para a educação das relações étnico-raciais.

Em 2008, os Cursos de Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana passaram a ser disponibilizados na Rede Nacional de Formação de Profissionais da Educação (Renafor), o que trouxe mais resultados, pois também houve maior investimento financeiro para essa área de formação. Em 2011, as instituições de ensino superior para terem seus cursos autorizados passaram a ser obrigadas a inserir disciplinas que versassem sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas disciplinas, bem como atividades curriculares que contemplem essa abordagem.

Em 2013, ano que se comemorou os 10 anos da Lei nº 10.639/2003, muitas ações foram realizadas, o Ministério da Educação lançou um site alusivo a essa área, o qual desde 2019, quando da posse desse governo antidemocrático e racista que lidera o nosso país, não recebe atualização, mas que foi fonte de estudo e informação durante os seus cinco anos de existência real. Também houve investimento na produção e publicação de materiais e maior apoio aos cursos de formação de professores.

Foi nesse interim que no ano de 2013 a Universidade Federal do Acre (Ufac) passou a oferecer o curso Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na Escola, em formato de especialização como formação continuada exclusivamente para professores da educação básica. Aprovado em edital do MEC, este curso ofereceu 100 vagas, sendo 50 para o município de Rio Branco e as outras 50 para o município de Brasileia, e a estes polos juntaram-se professores de município vizinhos, alcançando um total de 07 (sete municípios) e formando um total de 70 profissionais em educação das relações étnico-raciais para melhor construírem uma educação antirracista no estado.



Em 2015, embora o curso tenha tido uma nova turma aprovada, não houve mais recurso para que ela acontecesse. Entretanto, a maior parte dos docentes que construíram o curso na Ufac não aceitaram o seu fim e planejaram uma nova edição, mesmo sem recursos públicos e oferecida em formato de curso de aperfeiçoamento e em caráter de extensão universitária, com carga horária reduzida e aberto à comunidade. Esta segunda edição do curso Uniafro funcionou em 2016 e dada à redução de carga horária o trabalho de conclusão do curso, que na primeira edição foi uma monografia, nesta nova edição foi um artigo, que foi precedido de uma sequência didática como forma de planejamento da intervenção pedagógica em escolas parceiras. E são estes artigos que estão aqui representados. Esta edição, embora tenha sido oferecida apenas no município de Rio Branco, alcançou 05 (cinco) municípios e dos 50 matriculados formou 33 profissionais em educação das relações étnico-raciais.

Ressaltamos que uma das características que diferenciou o curso Uniafro das demais propostas que até então vinham se apresentando em educação para as relações étnico-raciais foi o projeto de intervenção pedagógica. Aliar os conhecimentos teóricos construídos ao longo do curso ao trabalho prático desenvolvido no componente curricular de atuação do cursistas ou em algum outro componente curricular de sua escolha (quando este não era professor, já que esta edição não era exclusiva para professores, diferente da primeira) trouxe bons resultados tanto para quem estava em formação, quanto para as escolas que acolheram essas práticas. Sendo assim, essa coletânea é a coroação de um trabalho feito a muitas mãos, com muito empenho e compromisso dos professores, orientadores, da equipe de monitoria pedagógica e administrativa e daqueles que foram os educandos deste processo, embora em um processo como este todos nós nos eduquemos e nos reeduquemos.

A obra foi dividida em seções temáticas com o objetivo de melhor organizar os textos por assunto aos leitores. Além disso, os textos não estão em sua íntegra, por uma questão de logística de publicação. Assim, foram feitas apresentações e editorações de seções por profissionais da temática, a maioria, ex-professores/as e orientadores/as do curso, sendo as editorações realizadas com a prévia autorização dos autores, tanto para que tivessem seus textos editados como para que tivessem



seus textos publicados. A **Coletânea Uniafro: Práticas Pedagógicas em Educação para as Relações Étnico-Raciais para a Educação Básica** é uma ação afirmativa proposta pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre como forma de registro de uma parte do histórico da política de promoção de igualdade racial desta instituição.

Agradecemos o apoio que tivemos para a realização desse trabalho. Embora o governo não tenha enviado recursos financeiros, a equipe da extinta Coordenação Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais foi sumamente importante, expressamos nossa gratidão na pessoa da técnica em assuntos educacionais Bárbara Rosa. A gestão da Ufac, sob a reitoria do Professor Minoru Kimpara, foi primordial para que isso ocorresse, o apoio que recebemos em termos de estrutura física e suporte tecnológico para as aulas em EAD, dentre outras coisas. Aos professores que lecionaram no curso e orientaram trabalhos nossa gratidão e respeito. Nosso reconhecimento também equipe de monitoria que não mediu esforços para que tudo funcionasse bem. Assim, somos gratos a cada estudante que trabalhou incansavelmente para que tanto o curso, quanto esse livro se tornassem realidade. Por fim, queremos agradecer a parceria estabelecida com a Secretaria de Educação do Acre, com as escolas que acolheram nossos cursistas e com o Movimento Negro que estiveram conosco durante esse período.

Que essa leitura nos engaje a construir diuturnamente uma escola e uma sociedade antirracista, no intuito de estabelecer de fato a democracia que inclui e valoriza a todas e a todos.

**Flávia Rodrigues Lima da Rocha<sup>1</sup>**  
**Rosilene Silva da Costa<sup>2</sup>**

---

<sup>1</sup> Licenciada em História (Ufac); mestre em Letras: linguagens e identidades (Ufac); professora da Universidade Federal do Acre; líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre; foi coordenadora e professora do Curso de Aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na Escola (2016).

<sup>2</sup> Licenciada em Letras (UFRGS); mestre em Literaturas Africanas (UFRGS); doutora em Literatura e Práticas Sociais (UnB); pesquisadora do Grupo de Pesquisas GELBEC – UnB; professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal; foi professora do Curso de Aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na Escola (2016).





## **Seção Literatura**

## APRESENTAÇÃO

Rosilene Silva da Costa<sup>3</sup>

Uma das formas do homem representar e se perceber representado é pela literatura. A literatura, segundo Antônio Cândido, “age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela – com altos e baixos, luzes e sombras” (CÂNDIDO, 2002, p. 83). Dessa forma, o texto literário tem o poder de nos impactar da mesma forma que uma situação real, o que pode trazer inúmeras possibilidades para a área de ensino. Isso ocorre porque a experiência que a literatura oportuniza é catártica, por isso Aristóteles considerava que a arte da palavra tinha poder de purificar o homem. Essa purificação pode ocorrer no que se refere aos nossos preconceitos e racismo. Assim, a literatura nos abre um leque de oportunidades de ensino e, de alguma forma, pode fazer com que os aprendizados sejam mais significativos e mais leves.

Considerando o dito por Antônio Cândido, cabe destacarmos o conceito de literatura, sabendo que a ideia de literatura surgiu já nos textos mais antigos que se tem notícia, Ilíada e Odisseia, nos quais a “origem da literatura é o ensinamento dos deuses; sua natureza consiste em ser uma narrativa dotada de especial poder de encantamento; sua função é reconstituir com fidelidade as ações dos heróis, decorrendo dessa tríplice determinação a elevada consideração de que o poeta desfruta na comunidade” (SOUZA, 2007, pp. 11-12). Aquilo que está presente nos versos da Ilíada ou da Odisseia não constituem e nem dão elementos para que se conceitue a literatura, mas apontam para a existência de considerações e preocupação com a arte poética ou arte verbal. Já Platão (séculos V-IV a.C) e Aristóteles século (IV a.C) elaboraram trabalhos mais extensos e sistematizados discutindo o que hoje conceituamos como literatura.

---

<sup>3</sup> Licenciada em Letras (UFRGS); mestre em Literaturas Africanas (UFRGS); doutora em Literatura e Práticas Sociais (UnB); pesquisadora do Grupo de Pesquisas GELBEC – UnB; professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal; foi professora do Curso de Aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na Escola (2016).



Para Platão os poetas são narradores de acontecimentos, os quais se dividem em narrativa (discurso indireto) e imitação (discurso direto). Apesar de reconhecer o papel e a função dos poetas e da poesia, Platão tem uma visão negativa sobre a poesia, pois ela é imitação, a qual ele considera contraproducente por afetar o caráter do imitador. Assim, em sua obra *A República*, os poetas foram expulsos, pois em uma república ideal vivem homens de caráter elevado e como toda poesia é imitação, os fazedores de versos não tinham lugar nela. Para Platão a imitação distanciava os homens da verdade. Todavia, Aristóteles, discípulo de Platão, considerava a imitação como o lugar da semelhança e da verossimilhança, o lugar do reconhecimento, logo da representação. Assim, o filósofo recusou as ideias que o seu mestre tinha sobre a poesia, e passou a descrever a forma de constituição dos textos em que a imitação aparecia: épica, tragédia e comédia. Assim, em sua *Poética*, ele apresenta ponderações sobre o conceito de mímese (imitação), termo chave para entender essa obra e também a literatura, visto que para Aristóteles, a mimesis é fundamental na arte poética, pois “imitar é congênito ao homem”.

A tragédia é uma imitação da ação, elevada e completa, dotada de extensão, numa linguagem temperada, com formas diferentes em cada parte, que serve da ação e não da narração, e que, por meio da comisseração e do medo, provoca a purificação de tais paixões.

Essa purificação das paixões, Aristóteles chama de catarse, termo médico, que significa limpar o corpo de elementos prejudiciais. Assim, está dada a função da literatura/tragédia: purificar intelectual e psicologicamente o leitor/público. Dessa forma, a poesia trágica seria uma mediadora entre a sensibilidade e o *logos*, pois para o filósofo, “assistir a dor fictícia de outra pessoa leva a um desafogo inócuo de paixões como o medo e a piedade”.

Esse arrazoado sobre a *Poética* de Aristóteles visa, sobretudo, mostrar que no conceito de um dos maiores pensadores da teoria literária já estava claro que a arte literária, através das palavras representa a realidade. Nesse sentido, fica evidente que a literatura tem uma dimensão sociocultural, visto que ela é uma “prática constituída e definida em função de critérios sociais” (REIS, 2013, p. 31). Ela, inclusive, pode ser uma ferramenta de intervenção social: Platão entendia que os poetas poderiam



estimular os homens na busca pela perfeição; Camões, em *Os Lusíadas*, chama os cristãos à união, Machado de Assis, em suas obras, analisa os tipos sociais de sua época; Graciliano Ramos, da geração de 1930, faz crítica social; Conceição Evaristo, autora contemporânea, expõe as mazelas do racismo de nossa sociedade. Considerando isso, parece-nos que a Literatura e Ensino sempre estiveram conectados, independentemente da instituição escola.

Se abrirmos o nosso leque cultural, perceberemos que ainda hoje as sociedades mais tradicionais usam as narrativas orais de forma didática, assim, o uso da literatura em sala de aula é um dos instrumentos que o professor tem para desconstruir o seu racismo e também o de seus alunos. Ao se aproximar do texto literário, professores e alunos poderão “vivenciar” o cotidiano de diferentes formas, poderão perceber outras maneiras de representar a diferença e, quando neles estiverem cravadas as marcas da diferença, poderão, finalmente, verem-se representados.

Quando pensamos na perspectiva da representação, destacamos o trabalho de Andressa Queiroz da Silva, o qual, antes do sucesso do filme *Pantera Negra* (produzido pela Marvel em 2018), nos brinda com um relato de experiência realizada na educação básica usando a história em quadrinhos que originou o filme. A autora parte do ponto de vista da representação, o qual entendemos ser fundamental os estudos de cultura e de educação, visto que ela é construída a partir de imagens dotadas de sentido ideológico. Dalcastagnè (2007) diz que na literatura:

se constroem e se validam representações do mundo social, a literatura é também um dos terrenos em que são reproduzidas e perpetuadas determinadas representações sociais, camufladas, muitas vezes, no pretenso “realismo” da obra (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 18)

Ao discutir esse conceito de representação, Dalcastagnè reivindica voz àqueles autores que fazem parte ou representam os grupos marginalizados na literatura contemporânea, o que se aproxima da perspectiva adotada pela autora Maria Albeniza Valdivino, que não apresenta um autor contemporâneo, mas traz a luz a existência da primeira poeta negra brasileira, Auta de Souza. É importante que saibamos que em nossa história literária também houve negros e negras que escreveram, mesmo que a eles não tenha sido dado um espaço no cânone. Quando Maria Albeniza Valdivino apresenta uma autora negra que publicou textos escritos



no Brasil no período em que se findava a escravidão no Brasil, ela força uma revisão do cânone, pois a escola e a academia são instituições muito importantes para sua constituição, mas também ela presenteia os alunos com uma perspectiva diferente da mulher negra do período escravista no Brasil. Além disso, a autora escolhe um poema que faz com que os estudantes reflitam sobre a negritude, religiosidade e a discussão sobre a constituição do próprio cânone. A discussão proposta fez com que os estudante da Educação de Jovens e Adultos conhecessem a poeta, mas também refletissem sobre o que é uma literatura boa e sobre o preconceito com que negros enfrentam ainda nos dias de hoje.

O preconceito que vige em nossa sociedade é fruto da escravização impostas aos africanos, a qual, além de transformar os corpos negros em objetos de trabalho também acabou por roubar parte da memória ancestral desses. Ao retirar as pessoas forçadamente do seu ambiente, desfazendo famílias e comunidades, o escravizador também roubou a história e a memória dos africanos. Considerando isso e percebendo a importância de se retomar as narrativas que falam da criação do mundo, Fábio de Farias Soares desenvolveu uma atividade sobre essas narrativas com estudantes de uma turma de 6º ano do ensino fundamental. O autor além de discutir os aspectos teóricos que envolvem essas narrativas, também apresenta o relato de experiência que culminou em conhecimento da diversidade de formas que as culturas têm de pensar a criação do mundo e também com a descoberta de uma África até então desconhecida pelos estudantes.

Na esteira da recuperação da memória, mas enfocando muito mais os aspectos da identidade de cada sujeito, Maria Cristina dos Santos Ferreira e Sainara Castelo de Albuquerque realizaram intervenções pedagógicas em turmas da educação infantil de uma mesma escola. Ambas escolheram contos que têm como central a perspectiva identitária dos estudantes e a retomada dos valores das comunidades. Os contos africanos foram a escolha delas para abordar esse assunto. Os contos orais são uma forma de olhar lançado ao mundo e aos seus fenômenos. Quando o estudante se aproxima dessa forma, ele pode resgatar valores de sua comunidade, de sua ancestralidade que foram se perdendo devido à colonização e a tentativa de branqueamento que o Brasil passou.



O trabalho com a literatura, seja africana ou a escrita por autores negros, propicia que os estudantes possam rever e se ver no cânone. Nossa literatura é marcadamente branca, masculina e heterossexual – não há espaço para a diferença nos manuais. No tempo em que vivemos, é importante que repensemos o papel que a literatura tem na educação das crianças e jovens. Não acreditamos em uma literatura que esteja a serviço da escola, mas também não é possível que o texto literário preste um desserviço. Literatura é a arte da palavra. Palavra que precisa estar aberta e disponível para todos. Que as experiências aqui partilhadas possam inspirar novos projetos e que façam com que muitos docentes pensem, repensem e reorganizem a sua prática pedagógica.

### Referências

CANDIDO, Antonio. *A literatura e a formação do homem*. In: DANTAS, Vinicius. **Textos de intervenção**. São Paulo: Editora 34, 2002

DALCASTAGNÉ, Regina. *A auto-representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias na narrativa contemporânea*. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Letras de Hoje**. Porto Alegre: v.42, n 4, p 18-31, dezembro 2007

REIS, Carlos. **O Conhecimento da Literatura: Introdução aos Estudos Literários**. 2013, EDIPUCRS-Porto Alegre.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **Teoria da literatura**. 10 ed. São Paulo: Ática, 2007.

# A HISTÓRIA EM QUADRINHOS PANTERA NEGRA: A REPRESENTAÇÃO NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Andressa Queiroz da Silva

## Introdução

Produto de uma colonização que usava mão de obra negra escravizada, o Brasil tem, hoje, como resultado histórico, uma sociedade inserida em um contexto ideológico e cultural de hegemonia branca cuja posição influencia na prática de ações discriminatórias. Na contramão disso, temos a lei 10.639 de 2003 (BRASIL, 2003), instituída com a finalidade de alterar o panorama em que vivemos. Esta lei faz uma mudança nos currículos escolares ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana com o objetivo de enfrentar o racismo e promover uma educação antirracista. Conforme alguns dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)<sup>4</sup>, mesmo após 128 anos da abolição da escravidão no Brasil, a situação do negro na sociedade ainda é desigual se comparada com a do branco. Vivemos, em nosso país, um mito da democracia racial. A cor da pele ainda é um fator preponderante para o acesso à saúde, à educação, ao emprego, entre outros. As salas de aulas são os locais onde podemos ter grandes números de manifestações de práticas e ideologias racistas, as quais acabam sendo naturalizadas em todos nós pela influência da mídia e pela própria escola. Somente através da educação e de políticas públicas para negros é que poderemos modificar esse panorama. Se passarmos a observar e analisar filmes, livros didáticos e literários, novelas, séries de TV, jornais, mídias sociais e outros, poderemos perceber que a representação dos negros é influenciada pelo discurso ideológico racista que vem sendo perpassado durante séculos na sociedade, colocando esses sujeitos em uma posição de marginalidade. Normalmente, eles são representados como aqueles que cometem crimes ou como os que devem ser “dominados”. Os negros escravizados são representados como aqueles que aceitaram, de forma pacífica, serem escravizados. É apagado o fato de que os negros participaram de muitos movimentos de luta por direitos e a sua

---

<sup>4</sup> Dados disponíveis em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?edicao=25845&t=resultados>>. Acesso em: às 15:09 de 20 de agosto de 2020.



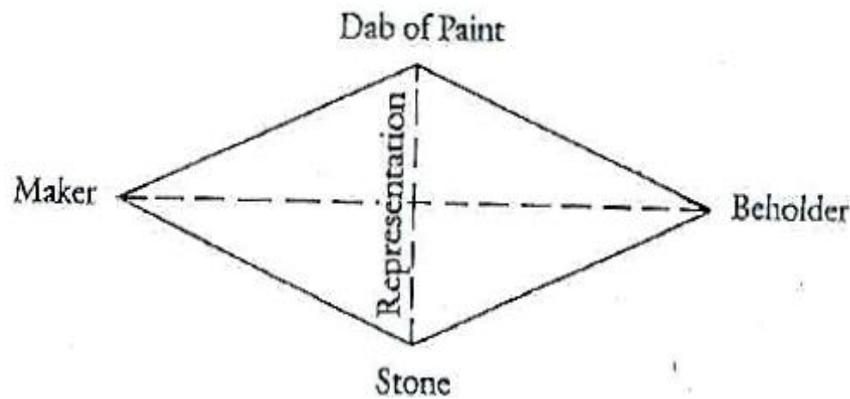
contribuição social, econômica, política e cultural para a construção do país. Assim, esse discurso que permeia o imaginário social deve ser modificado, afinal crianças e adolescentes absorvem e constroem suas identidades com essas referências que os circundam e a ausência de representantes negros – modelos positivos e não folclóricos - para crianças e adolescentes negros afetam a forma como eles representam a si mesmos e como os outros os representam.

### 1. Representação e representatividade da Identidade Negra

Para embasamento teórico sobre a temática da representação dos negros na literatura, foi utilizado o texto “*Representation*” (“Representação”) do professor da Universidade de Chicago W.J.T. Mitchell (1995). Para esse teórico, o que nos diferencia dos animais ditos irracionais é nossa capacidade de representar. Mitchell segue na esteira dos fundadores da Teoria da Literatura, sobretudo Aristóteles e Platão, que pensam a literatura como uma forma pela qual o homem representa. Infere-se que o homem cria e manipula os signos, os quais “significam algo” ou “assumem o lugar de algo” para outro homem. Todas as artes – seja ela verbal, visual ou musical – são, nesse sentido, formas de representação. Se, por um lado, Mitchell não discorda desta sentença, por outro, seu conceito de representação vai ainda mais além ao afirmar que a “representação é sempre de algo ou alguém, por algo ou alguém, para alguém”<sup>5</sup> (MITCHELL, 1995, p. 12). Para ele, desde a antiguidade a definição de representação é a junção do conceito de estética (um trabalho no sensível) com o conceito de semiótica (a teoria geral dos signos, em favor de uma significação). A lado desta junção, entretanto, Mitchell propõe pensar a Teoria Política, compreendendo a relação binária entre estética e semiótica, ao menos a princípio, de maneira triangular: pessoas que representam outras pessoas, politicamente. Ainda, como vemos na figura do próprio autor, tal estrutura triangular passa a ser um quadrilátero quando adicionado um quarto elemento, o espectador:

---

<sup>5</sup> “A representation is always of something or someone, by something or someone, to someone”. Todas as citações retiradas do texto de Mitchell aqui apresentadas são traduzidas pela autora.



Fonte: MITCHELL (1995, p.12)

Nesse quadrilátero são estabelecidos dois eixos: o eixo da representação (*axis of representation*), que liga o objeto representacional àquilo que ele representa, e o eixo da comunicação (*axis of communication*), que liga o sujeito que efetua a representação ao espectador. Entretanto, apesar de conceituar e exemplificar a representação, o autor acrescenta que ela possui um sentido mais amplo: uma coisa pode representar uma multiplicidade de coisas, assim como uma pessoa pode significar algo diverso para outra pessoa. O signo da representação não é autônomo, ele possui um conjunto de outros signos que amplia a possibilidade de representações<sup>6</sup>. A literatura resulta, portanto, na representação de algo ou alguém provindo da realidade, algo ou alguém vindo “da vida”; e, por isso mesmo, como afirma o autor, é “exatamente o lugar onde há vida” (MITCHELL, 1995, p. 13)<sup>7</sup>. Deste ponto de vista, literatura é uma instituição social, pois está também relacionada a questões políticas e ideológicas. Ela é uma poderosa ferramenta para influenciar a vida de crianças e adolescentes leitores. De tal forma que a inclusão de determinados personagens pode tanto elevar quanto abaixar a sua autoestima, a depender do grau de identificação. Assim, para falar especificamente da representatividade negra, utilizaremos, aqui, o conceito de raça cunhado por Taguieff (citado por Conceição, 2005) e desenvolvido mais recentemente por Conceição (2005). Ambos os estudiosos defendem que o conceito de raça deve ser mantido, mas não da maneira mais

<sup>6</sup> “Quando algo representa algo para alguém, ele faz isso em virtude de uma espécie de acordo social - vamos concordar que isso vai representar isso” (MITCHELL, 1995, p. 13). No original se lê: “When something stands for something to somebody, it does so by virtue of a kind of social agreement – let us agree that this will stand for that”.

<sup>7</sup> “If literature is a ‘representation of life’, then representation is exactly the place where ‘life’”



coloquial, que pensa a raça apenas do ponto de vista biológico. É preciso, então, pensar a raça, mas de maneira social, “simbólica”, “da raça percebida e, invariavelmente, interpretada”<sup>8</sup>.

Para uma reflexão e análise crítica podemos nos questionar: Como os livros apresentam seus personagens negros? Qual a cor da maioria dos heróis/protagonistas na literatura? De alguma forma, o livro exclui, inferioriza ou valoriza a história e cultura dos negros? De maneira geral, o negro é representado ao lado dos seguintes adjetivos: cruel, desumano, libidinoso, obsceno, desalmado, vil, devasso, entre outros. Sabemos, por outro lado, a importância da literatura infanto-juvenil em auxiliar adolescentes e crianças na construção de sua identidade, pois elas se colocam no lugar de seus heróis. Dessa forma, os livros infanto-juvenis possibilitam a resolução de problemas inconscientes e a aprendizagem de novos conteúdos. Sobre isso, Heloisa Pires Lima (2005) aborda que é preciso uma “investigação” acerca do modo de agir de determinada imagem em contexto de socialização:

A imagem age como instrumento de dominação real através de códigos embutidos em enredos racialistas, comumente extensões das representações das populações colonizadas. A representação popular do outro racial pela mídia também sugere uma investigação, como fantasias coletivas que ajudam na manutenção de identidades dominantes, construtoras de sentimentos que acabam por fundamentar as relações sociais reais. (p. 102).

Existem duas realidades quando se analisa a identidade negra na literatura infanto-juvenil: a ausência de personagens negros ou a sua aparição de forma depreciativa, folclorizada e/ou anti-humana. Quando não há a presença do negro nessas literaturas, ocorre o engrandecimento das características dos personagens brancos, exaltando-se a cultura e o fenótipo desse último. Algo que, por sua vez,

---

<sup>8</sup> A diferença é resumida por Conceição (2005) nos seguintes termos: “Em relação à indeterminabilidade do conceito de raça, do ponto de vista da biologia e de seu uso corrente pela população, Taguieff lembra que o homem comum tem formas de percepção que nada têm a ver com os complexos modelos teóricos dos geneticistas contemporâneos. Ele não percebe seus vizinhos com os olhos do espírito científico, pois ele entende o discurso cientificamente autorizado dos geneticistas anti-racistas como algo distante, abstrato, angelical, sustentado pelas elites do saber e desprovido de conhecimento corriqueiro das raças socialmente percebidas. O homem comum, continua Taguieff, [...] continuará a tipificar e a classificar os indivíduos segundo suas características perceptíveis e, mais particularmente, visíveis. A desconstrução científica da raça biológica não faz desaparecer a evidência da raça simbólica, da raça percebida e, invariavelmente, interpretada. Acima de tudo, o imaginário racista alimenta-se das semelhanças e das diferenças fenotípicas da cor da pele até diversas características morfológicas.” (2005, p. 34-35).



apenas reforça a ideologia da superioridade branca e não permite uma aceitação não-depreciativa da cultura negra. Os personagens negros na literatura, na maior parte das vezes, ocupam espaços desprivilegiados; no geral, são poucos, e, quando esses aparecerem, é sempre de forma secundária, o que reforça ainda mais o racismo.

Um outro aspecto a ser pensado é a simbologia das cores: a cor negra é associada ao *mal* e a branca, ao *bem*, ratificando para crianças e adolescentes a “superioridade” dos brancos em relação aos negros. Essa conjuntura (re)produz o racismo nas escolas, trazendo consequências preocupantes para a formação da identidade racial dos alunos negros e brancos. Logo, crianças e adolescentes negros vão sendo excluídos quando se trata da representação literária. Por conviver com expressões pejorativas quando se fala do negro e com imagens estereotipadas negativas que legitimam o racismo, essas crianças acabam assimilando o preconceito racial, seja ele velado ou explícito, na construção da sua identidade<sup>9</sup>. A partir do momento em que os procedimentos narrativos do livro, em geral, servem para reproduzir aos leitores um modelo “ideal”, há um branqueamento do leitor, seja com a ausência ou presença marginalizada do negro nos textos literários para o público infanto-juvenil. Isso porque não há, na literatura consumida por crianças e adolescentes, a presença de negros, ou há a simples ausência de negros felizes, reis ou rainhas negras, de heróis ou protagonistas negros ou da mulher negra de uma forma não-erotizada. Desse modo, para inverter esta lógica racista e excludente da literatura, buscou-se um texto cuja proposta fosse justamente a representatividade e a promoção da igualdade racial. Chegamos, assim, na história em quadrinho “Pantera Negra”. Esta pode ser lida como um texto literário que efetivamente promove a representação social e cultural de crianças e adolescentes negros, sem deixar de colocar também em questão a representação social e cultural de adolescentes e crianças brancas.

## 2. História em Quadrinhos Pantera Negra

---

<sup>9</sup> É o que Gomes (2002) formula ao afirmar que: “Não é fácil construir uma identidade negra positiva convivendo e vivendo num imaginário pedagógico que olha, vê e trata os negros e sua cultura de maneira desigual. [...] Diante de uma estrutura e de práticas excludentes não é de se estranhar que muitos alunos e alunas negras introjetem o racismo e o preconceito racial.” (p. 41-42).

Pantera Negra (Black Panther) é uma história em quadrinho (HQ) norte-americana, criada por Stan Lee e Jack Kirby. A primeira aparição do personagem cujo nome lhe dá título foi em outra história em quadrinho, *O Quarteto Fantástico* – na edição n.º 52, em 1966. Segundo Howe (2013), antes da produção da edição número 52 de *O Quarteto Fantástico*, o jornal *The New York Times* publicou uma matéria sobre a Organização pela Libertação do Condado de Lowndes (LCFO), cujo símbolo era uma pantera negra. O desenho da pantera negra deu origem ao apelido “Partido Pantera-Negra” ao qual a organização era costumeiramente referida. Isso chamou tanta atenção de Lee e Kirby que fez com que o nome do herói Tigre Carvão, um aventureiro africano, que logo seria apresentado ao público, fosse alterado para o Pantera Negra (*Black Panther*). Assim, datada do final dos anos 60, a história do super-herói se apresentava claramente como produção literária de contracultura daquele período, causando um grande alvoroço e repercussão na sociedade estadunidense, afinal não era todo dia que aparecia um personagem negro que fosse super-herói, quiçá protagonista de uma história.



Figura 1: Capa da revista *Fantastic Four* retirada do site Guia dos quadrinhos

*Pantera Negra* é um título dado a quem possui o traje do Pantera Negra, o qual é passado de geração a geração, como símbolo da nação fictícia Wakanda. Além de ser um super-herói de seu país de origem, o personagem principal T'Challa é filho



herdeiro do rei da nação. O Pantera Negra é abençoado pelo espírito religioso do deus Bast, a partir de uma iniciação espiritual na qual teve de tomar o chá de uma erva mágica com formato de coração. Na HQ, é dito que esta tradição é realizada com todos os futuros reis da nação Wakanda, de modo que é possível despertar o “Espírito da Pantera”, dando ao indivíduo poderes como força, agilidade e sentidos sobre-humanos. Antes de se tornar o Pantera Negra, os anciões da nação Wakanda enviam T’Challa para os Estados Unidos onde aprendeu várias técnicas de luta e formou-se em física. Esta formação possibilitou a criação do traje do Pantera Negra revestido de um metal fictício chamado *Vibranium*.

O grande diferencial dessa HQ é trazer referências positivas da cultura africana para o público leitor. Nos quadrinhos, Wakanda faz parte do continente africano, é um lugar fictício muito rico e bastante desenvolvido social e cientificamente, rompendo com o estereótipo de pobreza e miséria frequentemente associado à África. Além disso, o país do Pantera Negra é o único lugar do mundo que possui o depósito natural do metal *Vibranium*, causando a cobiça de muitos vilões do personagem principal da HQ. No início da década de 70, a revista *Jungle Action* com o escritor Don McGregor, publicou a primeira série de quadrinhos intitulado “A Fúria do Pantera Negra”, explorando mais a nação Wakanda e o personagem T’Challa, em mais 200 páginas contínuas – algo, então, inédito para as HQs daquela época. Em 2018, é lançado o filme *Black Panther*, com direção de Ryan Coogler, com o ator norte-americano Chadwick Aaron Boseman. O filme se insere na cronologia dos filmes produzidos pela Marvel, concentrando-se em questões políticas, sem esquecer-se do conteúdo cultural e racial característico do personagem-título.

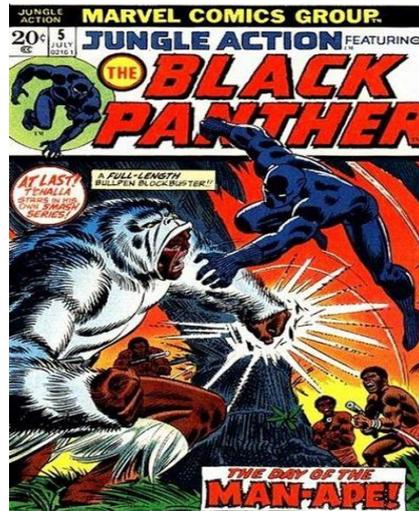


Figura 2: Capa da revista The Black Panther retirada do site HQ Maniacs

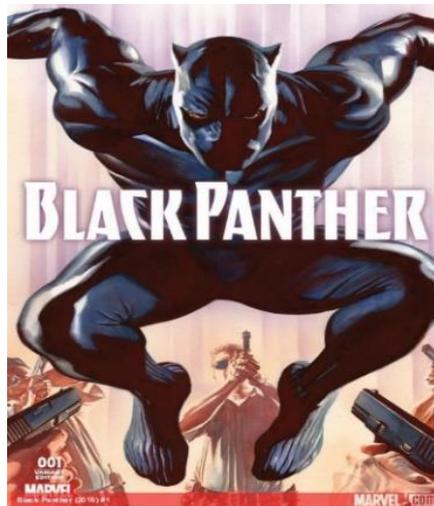


Figura 3: Capa da revista Black Panther retirada do site Quadrinhos

É evidente que o personagem abriu portas para a criação de outros personagens negros, sobretudo na Marvel, tais como Luke Cage, Nick Fury, Tempestade (Ororo), Falcão etc. O Pantera Negra é, assim, uma representação emblemática, que introduziu o negro e sua cultura de modo expressivo e positivo no estilo de produção literária bastante singular que são as histórias em quadrinhos. Sua narrativa faz com que o negro se legitime e seja valorizado, uma vez que, ali, ele não é representado de maneira marginalizada ou excluída. O herói é mostrado como alguém solidário, bom e protetor. A questão nacional faz com que se acentue seu pertencimento à comunidade negra, no caso a nação Wakanda. O respeito aos anciões e a valorização de toda a cultura e seu povo traz para o leitor toda a necessidade de se respeitar as tradições e as histórias particulares de um povo. Toda



a imagem do Pantera Negra, mesmo o seu traje, representa não só um povo, mas toda uma representatividade racial e cultural que excede as histórias em quadrinhos e tocam em questões precisas e atuais da realidade.

### 3. Aplicação da sequência didática: utilizando a HQ como forma de promoção e representatividade étnico-racial

Para aplicação de nossa sequência didática, foi escolhida a turma “E”, do 1º ano, da Escola Estadual de Ensino Médio Armando Nogueira. Realizamos-a em quatro aulas de 50 minutos, durante o mês de outubro. A turma era composta por 20 alunos, na faixa etária de 15 a 17 anos, no geral estudantes de classe média, moradores dos bairros mais próximos da escola. Inicialmente, foram apresentados o conceito de texto narrativo e as categorias referentes a essa tipologia textual – por exemplo, tipos de narrador, de personagens, categorias de tempo, de espaço e de enredo. No segundo momento, foi realizada a explicação do gênero das histórias em quadrinhos e suas principais características, como: os balões de diálogo, seu formato, os desenhos convencionais, o texto reduzido e a presença de onomatopéias.

Com isso, os alunos puderam levar uma cópia da HQ Pantera Negra: Pranto de uma nação condenada, volume 2, número 1, para ser lida em casa. Na aula seguinte, foram, assim, questionados e incitados a identificar os elementos da cultura africana presentes na HQ, e quais desses eram também pertencentes da cultura brasileira. Com esse diálogo iniciado, perguntamos quais as influências da cultura do povo negro africano que estão presentes diariamente em nosso país. Obtivemos respostas tais como “vatapá”, “capoeira”, “acarajé”, “feijoada”, “candomblé”, “umbanda”, “samba”, “axé”. Em seguida, abordamos a formação do Brasil, com o fim de promover uma reflexão sobre como os povos raptados da África e escravizados foram de suma importância para construção de nosso país, não somente no aspecto econômico, mas também social, cultural, político e ideológico. Após a leitura compartilhada da HQ Pantera Negra em sala de aula, fizemos sua contextualização histórica e uma análise do conteúdo que abordou a luta por direitos dos Movimentos Negros do Brasil e dos Estados Unidos da América.

Por fim, como fim avaliativo, foi proposta, como atividade, a elaboração de uma história quadro-a-quadro, com possibilidade de se fazer, em grupo, uma tirinha

curta, desenhada em cartolina. Ademais, essa tirinha tinha que possuir os elementos da narração e as características do gênero História em Quadrinho. A orientação dada era que esses grupos fizessem a HQ com alguma situação ou história vivida por eles ou por algum conhecido, retratando, sobretudo, uma situação de preconceito ou discriminação para com uma pessoa negra. Obtivemos como resultado da produção da tirinha o reconhecimento, por parte das crianças, da existência do racismo e da necessidade de romper com práticas racistas, tais como piadas e apelidos. Foi bastante notada a necessidade de reconhecer e respeitar a história e cultura dos africanos e afro-brasileiros. Do ponto de vista pedagógico, a aplicação da sequência didática foi satisfatória, os alunos participaram de forma ativa, questionando e respondendo às perguntas feitas. Pode-se ter uma ideia geral da elaboração da tirinha a partir das fotografias anexadas a este texto.



Figura 4: Momento de produção das tirinhas (Acervo próprio)

## Considerações Finais



Como vimos, a representação ocorre quando alguém passa a se identificar com algo ou alguém. Representação é também construir significados a partir da percepção que o indivíduo tem de si mesmo, e de como o outro o reconhece. O processo de construção da representação é feito a partir da interação; isso pode ser realizado através da literatura, uma vez que ela abre espaço para a aprendizagem e a autoidentificação.

Foi observado que existe na literatura três tipos de tratamento com as personagens negras: a ausência de personagens negras na narrativa, o tratamento pejorativo e estereotipado, e, com menos frequência, mas de extrema importância, a presença do negro e sua história como marcas de conquista e de tradição. Dessa forma, podemos inferir que a HQ *Pantera Negra* se liga a esse último tratamento da literatura, pois ela apresenta a exaltação de uma personagem negra. O trabalho a partir de e com essa HQ pode contribuir para a construção da identidade e representação cultural e social de crianças e adolescente negros, uma vez que há elementos narrativos com os quais estes podem se identificar de maneira positiva e benéfica para construção de sua identidade negra. Para os adolescentes brancos, essa história contribui no sentido de apresentar uma visão não estereotipada dos negros e de seu legado histórico, contribuindo para o combate ao racismo e ao preconceito.

O trabalho realizado na escola e a pesquisa bibliográfica realizada nos revela a necessidade de se investir em representações negras positivas para crianças e adolescentes, sobretudo numa primeira formação. Ademais, obtivemos como resultado desse trabalho a compreensão e conhecimento do gênero História em quadrinhos, a elevação da autoestima dos alunos negros e a valorização e reconhecimento da cultura negra pela comunidade escolar. Com esse trabalho, espera-se que o aluno negro se sinta representado social e culturalmente, pois a representação é uma construção individual e subjetiva de cada aluno.

## Referências

BRASIL. **Lei 10. 639, de 9 de janeiro de 2003**: Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no

currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília, jan., 2003.

GOMES, N. L. **Educação e identidade negra**. Minas Gerais: Aletria, 2002.

HOWE, S. **Marvel Comics: a história secreta**. Érico Assis (Trad.). São Paulo: LeYa, 2013.

LIMA, H. P. “Personagens negros: Um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In.: MUNAGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 101-115.

MARVEL. **Pantera Negra: Pranto de uma nação condenada**. v. 2, n.º 1, julho. Disponível em: <<<http://lasquei.blogspot.com.br/2014/04/pantera-negra-v2-completo.html>>>. Acessado em: 05 de setembro de 2016.

MITCHELL, W. J. T. “Representation”. In: LENTRICCHIA, Frank; MCLAUGHLIN, Thomas (Ed.). **Critical terms for literary study: 1990/1995**. ed. 2 Chicago; London: The University of Chicago Press, 1995. p. 11-22.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO (PNAD). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?edicao=25845&t=resultados>. Acesso em: ago. 2020.

THOMAS, R. **The Black Panther**. Jungle Action, Marvel. nº 5, 1973. Disponível em: [http://hqmaniacs.uol.com.br/principal.asp?acao=materias&cod\\_materia=303](http://hqmaniacs.uol.com.br/principal.asp?acao=materias&cod_materia=303).

MCGREGOR, D. **A Fúria do Pantera Negra**. In. Thomas, R. (Ed.) Jungle Action. Marvel Comics, 1972.

**BLACK PANTHER**. Marvel. Disponível em: <https://quadrinhos.com/2016/02/01/pantera-negra-raca-e-diversidade-nos-quadrinhos/>.

COOGLER, R. **Black Panther**. Marvel Entertainment. 2018.

LEE, S. **Fantastic four**. Ed. 52, 1961. Disponível em: [http://www.guiadosquadrinhos.com/personagem/pantera-negra-\(tchalla-/247](http://www.guiadosquadrinhos.com/personagem/pantera-negra-(tchalla-/247).

## ESCRITORAS NEGRAS: REALIDADE OU FICÇÃO?

Andrey Silva do Amaral

Neste artigo serão abordadas reflexões acerca das escritoras negras no Brasil, como também, a situação destas no estado do Acre, tendo em vista a notória dificuldade de se encontrar obras de mulheres negras em âmbito nacional, tampouco se encontra no contexto acreano. A mulher negra escritora tem sua origem no Brasil, a partir do regime escravista no século XIX, em que a mesma ocupava a camada social mais rebaixada. Tornar-se uma escritora negra nesse século era traduz o sentido de luta e conquista de um espaço social restrito, ocupado majoritariamente por escritoras brancas. A reflexão sobre essas mulheres pode traduzir uma realidade pouco conhecida pela sociedade brasileira e acreana.

Quando pensamos nas escritoras brasileiras, logo nos surgem à cabeça nomes como Clarice Lispector, Cecília Meireles, Rachel de Queiroz, etc.; mulheres brancas que se tornaram referência nacional. Porém, nenhuma delas é negra. Então, porque essas mulheres VXZ negras vivem no anonimato, porque são esquecidas? Podemos imaginar que seja herança de uma sociedade patriarcal, machista e racista.

Observando o cenário acreano, encontramos um número ainda menor de escritoras negras. Porém, existem muitas que desenvolvem o processo de escrita, mas somente as pessoas que estão envolvidas no campo literário e em movimentos sociais específicos, como professores, alunos de pós-graduação, pesquisadores, historiadores, etc., as conhecem. Uma delas é a ex-professora da Ufac, Maria José Bezerra, que recentemente lançou o livro “Invenções do Acre: um Olhar Social sobre a História Institucional da Região Acreana”. Apesar de se tratar de temáticas diferentes em relação às primeiras escritoras na passagem do século XIX para o XX, percebemos que essas mulheres vão conseguindo conquistar seu espaço no restrito universo literário brasileiro.

No contexto nacional, uma das primeiras escritoras negra reconhecida foi Maria Firmina dos Reis, considerada também a primeira romancista brasileira. O seu livro intitulado “Úrsula” consagrou Maria Firmina no campo literário. A obra foi considerada o primeiro romance da literatura afro-brasileira. Embora tenha ganhado



destaque, muitos não a conheceram, e ainda, não conhecem a carreira dessa escritora. É importante ressaltar que seus livros possuem grande destaque no exterior, sendo traduzidas em diversas línguas. No atual contexto social de conquistas históricas, é importante levarmos à tona esse tema a respeito das escritoras negras, buscando os motivos do silenciamento dessas mulheres no campo literário. Lutaremos para que sejam quebrados muitos paradigmas impostos pela sociedade, principalmente no campo literário, em que o homem possui o papel principal.

O primeiro contato que tive com o tema foi durante o Curso de Aperfeiçoamento Uniafro - Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola, no módulo intitulado “Mulher negra na literatura brasileira”, ministrado pela professora doutora Margarete Lopes, em que a mesma mostrou o quanto foram, e ainda, são silenciadas as escritoras negras, dando destaque também a importantes figuras representantes do movimento literário negro e que contribuíram para a literatura nacional como Auta de Souza, Maria Firmino dos Reis, Conceição Evaristo, Carolina de Jesus, entre outras.

Diante das inúmeras adversidades enfrentadas por essas mulheres, ao longo da história brasileira, precisamos dá voz a elas para que cada vez mais a sociedade venha conhecer o importante legado deixado por essas mulheres, bem como as lutas que enfrentaram para que suas histórias não caíssem no abismo do esquecimento. Elas que tiveram seus nomes “esquecidos” pelos grandes manuais de história da literatura brasileira, precisam ganhar cada vez mais espaço em sala de aula, no ensino médio e fundamental, bem como cobradas em listas do ENEM, nas livrarias, nos eventos literários das universidades, para que haja uma espécie de reparação histórica por tudo que elas e seus antepassados enfrentaram e para que seja conhecido e reconhecido o seu legado.

No estado do Acre, a população negra foi silenciada pela historiografia oficial. Evidentemente, as conquistas e realizações dessa comunidade foram igualmente relegadas ao esquecimento. A condição de mulher negra escritora impõe a esse grupo desafios atípicos, tais como: dificuldade de encontrar editoras interessadas em publicar suas obras; enfrentar o imaginário da sociedade de que os seus textos são de qualidade inferior aos demais; etc.



É preciso lembrar que possuímos uma dívida histórica com os negros, que foram vítimas da escravidão. Sofreram das mais diversas formas possíveis: da saída do continente africano, no trânsito pelo oceano Atlântico, até a chegada às terras lusitanas da América para viver uma vida de trabalho escravo, isolados em senzalas. Além disso, sofreram também após a abolição escravista, pois continuaram vivendo excluídos do convívio social, econômico e político das elites e classe média alta. Por conseguinte, nada mais justo que dá voz a essas pessoas negras que contribuíram e continuam a contribuir de alguma forma para a sociedade brasileira.

No início da escolarização no Brasil, as mulheres negras obtiveram pouco ou quase nenhum acesso à educação. Mas elas sempre souberam aproveitar todas as oportunidades de aprender a ler e escrever e ou adquirir instrução e conhecimento. O professor Doutor Élio Ferreira de Souza, coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro – NEPA, da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) encontrou, durante suas pesquisas, no Arquivo Municipal de Teresina, carta de uma escrava negra, descobrindo que muitas delas foram alfabetizadas pelos jesuítas. A carta encontrada era da escrava Esperança Garcia, na qual escreve ao governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, delatando os sofrimentos que ela, seus filhos e companheiras passavam. Na mesma carta, “Esperança Garcia reivindica ainda o direito de cultuar os ritos da religião do branco, já assimilada por ela e as colegas escravas [...]”. (SOUZA, 2015, p. 05).

Descrevendo o contexto pós-escravidão, a negativa frente à escolarização das mulheres negras, que se encontravam livres da escravidão, tem sido apontada como um dos motivos de não haver registros de mulheres negras atuando na vida literária brasileira. Raramente se encontrava uma mulher negra letrada no século XIX, no Brasil, Maria Firmina dos Reis era uma dessas exceções. Embora, se tenha algumas dúvidas entre os estudiosos, Maria Firmina dos Reis, autora de *Úrsula*, é considerada pela crítica literária a primeira romancista brasileira. Maria Firmina dos Reis era negra e não pertencia a uma família abastada, sendo a primeira voz feminina que registrou a temática do negro. Em 1887, no auge da campanha abolicionista, a escritora publica o livro *A Escrava*, reforçando sua postura antiescravista.

Outra escritora que podemos citar é Carolina Maria de Jesus. Moradora da favela do Canindé, zona norte de São Paulo, ela trabalhava como catadora,



registrando o dia-a-dia da comunidade em cadernos que encontrava no lixo. É uma escritora com grande projeção mundial, onde suas obras foram traduzidas para as mais diversas línguas. As suas obras são vistas com mais importância no exterior do que no próprio Brasil.

O espaço das escritoras no estado do Acre é muito restrito. Pouco se conhece a cerca das mulheres que escreveram, e que ainda, escrevem textos dos mais diversos tipos. Uma dessas poucas que podemos citar é a professora aposentada Maria José Bezerra, da Universidade Federal do Acre, que lançou neste ano o livro intitulado “Invenções do Acre: um Olhar Social sobre a História Institucional da Região Acreana” (2016), resultado de estudos e pesquisas desenvolvidos pela mesma durante seu doutorado em Ciências, na área de história social, pela Universidade de São Paulo (USP), entre os anos de 2003 a 2006.

As escritoras negras, ao longo dos anos, possuem pouca representação nas histórias e críticas literárias. Na maioria das vezes, as suas obras são consideradas de inferior qualidade em relação às obras das mulheres brancas, mais ainda se o comparativo for feito com homens escritores sejam brancos ou negros. Ainda que as mulheres tenham conquistado seu espaço no campo literário, o espaço dado às escritoras é marginalizado, mais ainda quando se trata de uma negra. Entende-se que o campo literário é o reflexo da sociedade brasileira que tem como principais características ser machista, racista e sexista desde o seu início.

Durante a pesquisa pude perceber alguns elementos nos textos das escritoras, repensando sobre a condição feminina negra, no cenário de uma sociedade cheia de racismo e misoginia, mas também de resistências e insurgências. Precisamos quebrar as visões de discriminação e preconceito que perpetuam tanto pela sociedade quanto pelo campo literário. Para a finalização do curso Uniafro, houve a proposta de aplicação de uma sequência didática referente à temática que cada aluno escolheu para o trabalho de conclusão do curso. Esse momento contou com a ajuda dos professores-orientadores, que se dispuseram a ajudar os alunos do curso mesmo diante da falta de disponibilidade de tempo.

A sequência didática foi aplicada pelo autor do artigo no dia 3 de novembro de 2016, no período vespertino, para os alunos do 2º ano “A” da escola Alcimar Nunes Leitão, localizada no bairro Universitário, cidade de Rio Branco – AC. A atividade



contou com a colaboração dos coordenadores da escola, que prontamente se mostraram interessados em realizar a atividade na escola. O professor de História Liberalino Souza também foi peça fundamental para a aplicação da sequência, já que a atividade aconteceu durante as aulas da sua disciplina.

Em um primeiro momento, busquei informações para tentar compreender o contexto que fez surgir o racismo, sexismo e machismo existente no Brasil. Assim, pude perceber que todo esse contexto de preconceito surge desde a chegada dos primeiros conquistadores às terras recém-descobertas, permanecendo até os dias atuais, mesmo que em menor proporção há anos anteriores. Dentro dessa perspectiva, procurei obras das principais escritoras negras, que exaltavam as suas lutas diárias e também as dos negros.

Uma dessas escritoras apresentada aos alunos foi Carolina Maria de Jesus. Negra e pobre, registrava o seu cotidiano em páginas de cadernos encontradas no lixo em uma favela da zona norte de São Paulo. O dia a dia repleto de discriminação a uma mulher negra, mãe, pobre e favelada, logo comove a todos que entram em contato com a história. Também foi exposto aos alunos textos de outras duas escritoras: Maria Firmino dos Reis e Auta de Souza. A primeira foi considerada, por parte da crítica literária, a primeira romancista brasileira. Foi trabalhado um pequeno trecho do livro *Úrsula*, sua obra mais importante. Em outro momento, foi apresentado um pouco da história de Auta de Souza, trabalhando o seu poema “Caminho do sertão” feito em para seu irmão João Cancio.

Ao desenvolver a pesquisa, percebi o quão são grandiosas as fontes para trabalhar as escritoras negras no âmbito nacional. Existem informações que geralmente não são levadas ao público em geral. Uma delas é tratar da própria história dessas escritoras, onde muitas pessoas, ao longo dos anos, vem trabalhando para que a vida dessas mulheres venham à tona, fazendo um reparação histórica por tudo que elas sofreram. Através da aplicação da sequência didática na escola Alcimar Nunes Leitão, foi possível perceber que os alunos, assim como grande parte da sociedade, desconhecem as escritoras negras brasileiras. O papel desempenhado por essas mulheres, não é reconhecido, mesmo no ambiente escolar que, de certa forma, deveria colocar essas mulheres em evidência.



As escritoras negras, ao longo dos anos, possuem pouca representação nas histórias e críticas literárias. Na maioria das vezes, as suas obras são consideradas de inferior qualidade em relação às obras das mulheres brancas, mais ainda se o comparativo for feito com homens escritores. Mesmo que as mulheres tenham conquistado seu espaço no campo literário, o espaço dado às escritoras é marginalizado em se tratando de uma escritora negra. Então, entende-se que o campo literário é o reflexo da sociedade brasileira, esta que tem como principais características ser machista, racista e sexista desde o seu início. Durante as leituras realizadas para a elaboração do artigo, pude perceber alguns elementos nos textos das escritoras, repensando sobre a condição feminina negra, no cenário de uma sociedade cheia de racismo e misoginia, mas também de resistências e insurgências. Precisamos quebrar as visões de discriminação e preconceito que perpetuam tanto pela sociedade quanto pelo campo literário.

## Referências

BASTIDE, Roger. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BERND, Zilá. **Introdução à literatura negra**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

BRANDINO, J. **Portal Compromisso e atitude**. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/feminicidio-de-mulheres-negras-evidencia-sobreposicao-da-violencia-de-genero-e-do-racismo/>> acessado em: 01 de set. de 2016

CHIAVENATO, J. J. **O negro no Brasil: da senzala à guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

DUARTE, Eduardo de Assis. **O negro na literatura Brasileira**. In: Revista Eletrônica Navegações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, v. 6, n. 2, p. 146-153, jul./dez. 2013.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Políticas Públicas e Gênero**. Disponível em: <[http://www2.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/conselhos\\_e\\_coordenadorias/coordenatoria\\_da\\_mulher/Políticas\\_Genero\\_2.pdf](http://www2.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/conselhos_e_coordenadorias/coordenatoria_da_mulher/Políticas_Genero_2.pdf)>. Acessado em: 01 de setembro de 2016

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 30ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 8. ed. Série Sinal Aberto. São Paulo: Ática. 2005.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Cadernos Penesb, Niterói, Editora da UFF, N 5, p. 15-34, 2003.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O Negro no Brasil de Hoje.** Coleção para Entender. São Paulo: Global, 2006.

REIS, M. F. dos. **Úrsula.** 4ª Ed. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

SILVA, T. F. de O. **Questões étnico-raciais e currículo:** uma abordagem reflexiva. Revista Fórum Identidades, Itabaiana: Gepiadde, n. 9, p. 95-106, 2011.

SOUZA, Elio Ferreira de. **A carta da escrava Esperança Garcia do Piauí:** uma narrativa precursora da literatura afro-brasileira. In: XIV Congresso Internacional de Literatura Comparada – Abralic 2015, 2015, Belém – Pará. Disponível em: <[http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2015\\_1455937376.pdf](http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2015_1455937376.pdf) > Acessado em: 18 nov. 2016.

## NARRATIVAS AFRICANAS SOBRE A CRIAÇÃO DO MUNDO

Fábio de Farias Soares

### Introdução

As narrativas compreendem uma gama de conhecimentos tão vastos e complexos quanto a própria subjetividade do pensamento humano. Integram a mitologia de um povo e servem para explicar um determinado fenômeno da natureza de acordo com as experiências, individual ou coletiva. Cada povo, em diferentes lugares do planeta, foi desenvolvendo um valor especial para as experiências com a natureza e os mistérios que a cerca. Dessa forma, concretizaram-se conhecimentos específicos que, paulatinamente, dão vida a uma cultura. Os povos africanos podem ser considerados como os pioneiros desse tipo de pensamento, uma vez que a África é considerada, cientificamente, como o berço da humanidade.

A criação do mundo e o surgimento da humanidade contem arcanos que nem mesmo a moderna ciência consegue explicar. Todavia, há milhões de anos, homens e mulheres tentam aclarar esses fenômenos por intermédio dos vieses



religioso e mágico através das mitologias. Dessa maneira, concebe-se a existência de diversas histórias de distintos povos na tentativa da explicação desses dois eventos.

Dentro do continente africano coexistem diversas tradições que contam e recontam o fenômeno da criação. Essas concepções de mundo expressam maneiras peculiares de narração dessa história por diferentes povos. Uma das principais, devido as relações coloniais com a Europa, é o cristianismo, a partir da narrativa do livro de Gênesis da tradição judaico-cristã. Existem também os seguidores do islamismo, das teorias científicas e outra porcentagem subdivide-se entre as diversas tribos africanas.

Contudo, na contemporaneidade relegam-se esses saberes para o campo religioso, associados muitas vezes a mentira. Uma vez que a racionalidade admite que não é mais necessário recorrer a tais práticas primitivas e selvagens, pois acredita-se que a natureza está sob o domínio do homem. “Já não precisamos recorrer aos meios mágicos para dominar ou implorar aos espíritos, como fazia o selvagem, para quem esses poderes misteriosos existiam. [...]”. (WEBER, 1982, p. 165).

Mas, o conhecimento das narrativas proporciona um elo entre o passado e o presente em meio as várias concepções de mundo, científicas ou não, de um determinado grupo de pessoas. O conhecimento da origem do povo brasileiro e para além de nossas fronteiras depende dessas sabedorias.

A importância desse trabalho se dá não apenas para o reconhecimento e valorização de outra cultura através das narrativas africanas, mas pela necessidade da aplicação de instrumentos jurídicos como as Leis: nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e nº 11.645, de 10 de março de 2008, que tornam, respectivamente, obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas e o ensino da história e cultura indígena. Por essa razão, através do curso Uniafro – Política de Promoção de Igualdade Racial no Ambiente Escolar – disponibilizado pela Universidade Federal do Acre (Ufac) - ocorre o aperfeiçoamento de educadores e futuros docentes para trabalharem em conformidade com as temáticas inferidas por aquele instrumento jurídico.

Desse modo, realizou-se uma intervenção pedagógica na Escola Estadual Elozira dos Santos Thomé, localizada no Bairro Alto Alegre, na cidade de Rio Branco, no Acre, que atende alunos oriundos dos setores: Tancredo Neves; Irineu Serra;



Defesa Civil; Montanhês; Jorge Lavocat; e uma parcela da zona rural das proximidades. A turma indicada para o desenvolvimento das atividades foi a dos alunos do 6º Ano “F”, do período vespertino.

Para a intervenção levou-se em conta parte da diversidade cultural e étnica do continente africano utilizando como recurso didático algumas narrativas africanas que contassem a criação do mundo e do homem. O intuito foi compreender outras concepções de mundo partindo das narrativas africanas.

Os objetivos específicos: identificar, comparar e refletir sobre as versões da criação do mundo em distintas formas de narrativas (diferentes cosmovisões); entender a África como um continente com distintos povos e diferentes formas de se perceber o mundo; conhecer outras concepções de mundo segundo narrativas africanas; compreender a riqueza e historicidade desses conhecimentos tradicionais em uma perspectiva menos etnocêntrica; refletir o modo de classificação das sociedades como “avançadas” ou “atrasadas”.

A concretização da Sequência didática (plano estratégico para definição do passo a passo das atividades a serem desenvolvidos) deu-se em dois dias de aula com a utilização de três horários com a duração média de cinquenta a sessenta minutos.

#### 1. Compartilhando experiência: relatos de uma intervenção no ambiente escolar em Rio Branco

Fui recepcionado pelo professor e coordenador à época, com formação em História, e ex-aluno do curso Uniafro. A escola demonstrou estar receptiva no tocante a execução do projeto, porém, ficava condicionado a cedência dos professores. Receberam-nos sem resistência, acolhendo dois discentes do curso distribuídos nos dois turnos de funcionamento escolar, ou seja, um no matutino e um no vespertino.

Inicialmente a aula - sobre as “Narrativas africanas sobre a criação do Universo” - foi planejada para ser ministrada aos alunos do 6º Ano “C”, no período matutino, com o acompanhamento do professor da disciplina de História. Contudo, devido alguns contratemplos, a aula teve que ser remanejada para o período vespertino, e ser dada a turma do 6º Ano “F”, sob o comando de uma outra docente, titular da disciplina naquele turno.



No primeiro dia da intervenção, 17 de outubro de 2016, a aula teve duração de sessenta minutos, pois, utilizou-se apenas um horário. Preliminarmente o contato com a turma se deu de maneira parcialmente amistosa, essa turma era considerada como uma das difíceis e agitada da Escola. Nesse dia estiveram presentes vinte e cinco alunos, essa quantidade não excediam a capacidade máxima do ambiente. Na sala havia um quadro branco, quatro ventiladores e janelas, os quais não eram suficientes para amenizar a alta temperatura que fazia naquele dia.

Um datashow foi disponibilizado pela direção da Escola, todavia, esbarramos na falta de tomadas suficientes, que estivessem funcionando, para ligar o equipamento, apenas as tomadas em que estavam ligados os ventiladores funcionavam. Conseqüentemente, houve um atraso no andamento da aula, e desencadeou assim a dispersão por parte da turma.

A princípio, realizou-se um levantamento entre os alunos com o intuito de conhecer previamente o que eles sabiam a respeito do continente Africano. As respostas foram as mais variadas, porém, todas convergiam para a imagem negativa - que foi criada - acerca da África. Entre as palavras relacionadas foram: fome, miséria, AIDS, guerras, doenças, negros, “gente esquisita”, etc. Nesse momento, a partir das respostas, buscou-se desconstruir essa imagem negativa que impera no consciente popular. Contudo, notou-se o preconceito arraigado por parte dos alunos e forte resistência ao tema que estava sendo abordado.

Avançando sobre o assunto, trouxemos para a discussão um slide com seis imagens de pessoas de etnias distintas. Os estudantes desconheciam aquelas figuras que estavam sendo apresentadas, não sabiam que cada imagem, na verdade, trata-se de pessoas importantes do cenário africano como: ex-presidente da África do Sul Nelson Mandela; o escritor moçambicano Mia Couto; o padre Desmond Tutu; o atleta paraolímpico Oscar Pistorius; a escritora Chimamanda Ngozi; e as top models Rolene Strauss (miss África do Sul) e Hilda Akua Frimpong (miss Gana). Fizemos alguns questionamentos: Quem são essas pessoas? Reconhecem alguém? Quem dessas pessoas são europeias? E quem é africana? Quem é um assassino? Quem é um padre? Quem é um escritor? O que essas pessoas fazem da vida? Etc.

As respostas foram variadas, com pouca divergência, porém, nenhuma delas estava correta. Todavia, os alunos utilizaram das concepções preestabelecidas para



respondê-las. As inferências eram carregadas de preconceito racial e injúrias, inclusive, em tom de “brincadeiras”.

Seguindo com a aula, pontuamos as características peculiares a cada um dos indivíduos, cujas imagens foram projetadas. Os estudantes ficaram surpresos! Não imaginavam que na África existiam pessoas brancas, escritoras e top models negras, padres negros e pessoas com status e poder aquisitivo elevado.

Posteriormente, ocorreu a identificação da África enquanto continente, com diferentes povos através de mapas étnicos que os distinguiam revelando a diversidade de pessoas e de pensamentos e com formas variadas de perceber o mundo. Apesar da dispersão comum da turma, muitos assistiam à aula com atenção ao conteúdo.

A segunda intervenção foi realizada no dia 31 de outubro. É pertinente ressaltar que a demora entre uma e outra intervenção ocorreu devido: a incompatibilidade de horário do discente do curso com a instituição; a realização de eventos na escola; e em face da onda de violência ocorrida em Rio Branco promovida pelas facções criminosas, o que resultou no fechamento de várias escolas na Capital. A aula teve duração de cem minutos, dois tempos, visto que nesse dia o horário era reduzido devido a inclusão do quinto tempo, dessa forma, a aula passa a ter cinquenta minutos, ao invés de sessenta minutos. Participaram da aula vinte e dois alunos.

A direção da Escola disponibilizou dessa vez um aparelho de multimídia completo, fornecido pelo Ministério da Educação, para a execução da sequência. O problema referente ao funcionamento das tomadas, anteriormente mencionado, ainda persistiu no segundo encontro. Houve novamente atraso e dispersão por parte da turma.

Iniciou-se a segunda aula com uma ligeira retomada ao assunto do encontro passado, mas progrediu-se rapidamente para o novo assunto, devido ao fator tempo. Foram realizados questionamentos acerca do fenômeno da criação do universo, com o intuito de se fazer um levantamento prévio do grau de conhecimento dos alunos em relação ao assunto. As inferências ocorreram de maneira tímida, com referências a teoria científica do *Big-Bang* e da narrativa do livro de Gêneses onde Deus dá origem a tudo em sete dias.



A partir das ilações, explanou-se acerca da diversidade de formas de se perceber as realidades, tanto no continente africano quanto no mundo. Pois, os fatos e as ações existem devido o valor cultural que atribuímos a eles; a subjetividade de cada indivíduo permite a existência de várias perspectivas, embora distintas, porém válidas. Através de charges, exemplificou-se de modo simples a diversidade de pontos de vista.

O momento mais esperado da aula se inicia, a inserção do tema: “o conhecimento das narrativas africanas sobre a criação do mundo”, na discussão. Ao abordar sobre a temática houve um interesse significativo por parte dos alunos. Passaram a olhar fixamente para a apresentação e para professor. Buscou-se pontuar a diversidade cultural e as concepções de mundo existentes nesse continente. Trouxemos, longo de início, a narrativa lorubá “Oduduá briga com Obatalá e o Céu a Terra se separam” que reconta a origem da Terra e do Céu segundo a mitologia africana. Conforme a narrativa<sup>10</sup>: “No princípio de tudo, quando não havia separação entre Céu e Terra, Obatalá e Oduduá viviam juntos dentre de uma cabaça. Viviam extremamente apertados um contra o outro, Oduduá embaixo e Obatalá em cima. [...]”

Prosseguiu-se com a apresentação da música “Oxalá criou a Terra”. A apreciação da canção ocorreu de maneira animada, com palmas e acompanhamento vocal. A letra da melodia descreve o percurso da criação de Oxalá, ser sobrenatural com poderes divinos que despertou a curiosidade dos alunos. Após a gênese, o grande criador encarregou cada Orixá, divindades africanas, o domínio de uma parte da criação. Dessa forma, como diz a letra: “Oxalá criou o mundo, onde reina os Orixás”.

Em seguida, contou-se a narrativa: “Naná fornece lama para a modelagem do homem”, extraído do livro *Mitologia dos Orixás*, Prandi (2009). De acordo com a história lorubá, o orixá Oxalá, encarregado da criação, tentou fazer os seres humanos de todas as matérias possíveis, mas nada dava certo, pois ao modelar com estes materiais os humanos se apagavam ou ficavam muito rígidos, ou se auto consumiam.

---

<sup>10</sup> Descrito aqui apenas um pequeno trecho da Narrativa. A mesma foi retirada do site Guardião Guerreiro. Disponível em: <http://guardiaoguerreiro.blogspot.com.br/2016/03/odudua-briga-com-obatala-e-o-ceu-e.html>. Acesso em: 03 set. 2016.



Segundo Prandi: “Foi então que Nanã Burucu veio em seu socorro. Apontou para o fundo do lago com seu ibiri, seu cetro e arma, e de lá retirou uma porção de lama. Nanã (santa ana, orixá mais velho) deu a porção de lama [...]”. Ainda seguindo o raciocínio do autor: “[...] o barro do fundo da lagoa onde morava ela, a lama [...]. Oxalá criou o homem, o modelou no barro. Com o sopro de Olorum ele caminhou. Com a ajuda dos orixás povoou a Terra [...]”.

Estabeleceram-se ligações entre as narrativas já expostas e a narrativa do livro de Gênesis de tradição Judaica Cristã sobre a origem do mundo e do homem. Recorremos a um breve fragmento do filme “Noé” (2014), com duração de três minutos e vinte e quatro segundos, o trecho em que o próprio Noé reconta a criação de Deus ao longo de sete dias. Nessa perspectiva, o criador do Universo é um ser onipotente, onipresente, assexuado e sem iguais. No início: “(...) a Terra era sem forma e vazia, e as trevas cobriam o abismo (...) até que “Deus disse: ‘Haja luz’, e houve luz (...) Deus chamou a luz de dia e as trevas ele chamou de noite’ [...]”. (CRUMB, 2009, p. 12)

Por último, abordou sobre a teoria mais famosa e aceita na comunidade científica sobre o surgimento do Universo, o *Big-Bang*, proposta por George Gamow (1904 - 1968) e Georges Lemaître (1894 – 1966). Através do fragmento do seriado “Cosmos” (2014), no primeiro episódio, com duração média de dez minutos, mostrou-se essa narrativa. Conforme essa hipótese, toda a massa cósmica se concentrava em um único ponto, até que cerca de 10 e 20 bilhões de anos a energia teria ficado muito intensa gerando a explosão primordial criadora de tudo. Houve uma grande liberação de energia (Haja luz!). A cabaça se rompeu, céu e terra se diferenciaram em polos distintos, o espaço e o tempo passaram a existir.

À medida que as narrativas foram expostas – através de músicas, histórias e vídeos – ocorreram analogias entre cada uma delas. As narrativas guardam particularidades, mas também proximidades. A tensão existente no surgimento do Universo devido à explosão ocorrida no *Big-Bang*, relaciona-se de tal modo com a briga de Oduduá e Obatalá (que fez com que a cabaça se partisse) que tal comparação não seria um mero devaneio. Da mesma forma que Oxalá e Naña, assim como Deus, caracterizam a crença em criaturas divinas com poderes sobrenaturais e que foram responsáveis pela gênese do mundo e do homem.



Na finalização da intervenção, realizou-se uma breve revisão sobre o conteúdo estudado, a participação foi significativa, tendo em vista o curto espaço de tempo da realização da aula e a proximidade do intervalo da turma. A professora e alguns alunos nos agradeceu pelo desenvolvimento das atividades em sala de aula. Encerramos assim nossa participação.

### **Considerações Finais**

O processo de construção do racismo demandou uma jornada histórica desde a Idade Média, tendo como justificativa as interpretações de teses contidas na bíblia, passando pela expulsão dos mouros da Península Ibérica promovida pelos cristãos que repudiavam culturas diferentes, o que influenciou no “Novo Mundo” e caminhou até a ganância do Imperialismo, persistindo até os dias de hoje. Da mesma forma, o processo de tornar-se racista ocorre devido uma construção histórica, de menor duração, que possui diferentes intensidades. Não se nasce racista, torna-se racista.

Fica a certeza, que duas aulas não foram e não serão suficientes para desconstruir totalmente um processo que se inicia nos primeiros anos da vida de uma criança, gerado dentro do seio familiar e fortalecido em outras relações. Contudo, o choque entre duas formas distintas de pensar e conceber uma mesma realidade gerou reflexões a partir das surpresas provocadas na obtenção de novos conhecimentos. Ao entrarem em contato com as narrativas africanas, os estudantes do 6º Ano “F”, puderam olhar a partir de um outro prisma. Ampliou-se a restrita visão de mundo que tinham, negativa ou positivamente, relacionaram-se com um saber aquém daquele que é frequentemente ensinado, influenciando, talvez, para além da vida estudantil.

As narrativas africanas constituem uma gama de saberes complexos, fruto da experiência de populações antigas que caminham em uma linha tênue entre o real e o imaginário. Contudo, devido o Racionalismo, foram relegadas ao campo das mentiras, de um povo atrasado, restritas a educação de crianças.

Todavia, resgatar esses conhecimentos se faz necessário para o conhecimento do passado e do presente do povo brasileiro e africano. Dessa maneira, as narrativas adquirem uma nova importância, uma vez que podem ser



utilizadas como recurso didático na educação básica, onde se ligam a acontecimentos históricos e promovem o (re)conhecimento da diversidade étnica da África e do Brasil.

Espera-se que a partir da intervenção pedagógica realizada na Escola Estadual Elozira do Santos Thomé, possamos ter contribuído minimamente para alargar a visão desses estudantes e que eles possam ter compreendido a existência de outras concepções de mundo a partir das narrativas africanas após o alcance gradual de cada objetivo.

A formação de professores nesta área do conhecimento em consonância com a Lei nº 10.639/2003 se faz cada vez mais importante no cenário complexo em que vivemos. Cursos como esse, possa ser utilizado como ferramenta para quebra de paradigmas, de aperfeiçoamento Uniafro: Política de promoção da igualdade racial na escola, são mais necessários para a promoção da igualdade prevista no Art. 5 da nossa Carta Magna [Constituição da República Federativa do Brasil] a qual estabelece que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”.

## Referências

ACRE. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Orientações curriculares para o Ensino Fundamental**: Caderno 1 – História. Rio Branco, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 04 nov. 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília-DF [1990]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 04 nov. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 05 nov. 2016.

**COSMOS:** A Spacetime Odyssey. Direção: Brannon Braga, Bill Pope e Ann Druyan. Produção: Livia Hanich Steven Holtzman. Estados Unidos: Cosmos Studios Fuzzy Door Productions, 09/03/2014. Duração: 44 min. (Por Episódio). Dublado, Color, Formato: 1080i (HDTV).

CRUMB, R. **Gênesis**. Traduzido por Rogério de Campos. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2009.

**LENDAS dos orixás.** In: Yaô Nile. Disponível em: <http://yaonile.blogspot.com.br/2011/06/lendas-dos-orixas-odudua-1.html>. Acesso em: 12 out. 2016.

**LENDAS dos orixás.** In: Yaô Nile. Disponível em: [http://yaonile.blogspot.com.br/2010/07/inspiracao-em-serie-3-lendas-dos-orixas\\_883.html](http://yaonile.blogspot.com.br/2010/07/inspiracao-em-serie-3-lendas-dos-orixas_883.html). Acesso em: 12 out. 2016.

**NOÉ.** Direção: Darren Aronofsky. Produção: Ari Handel e Darren Aronofsky. Estados Unidos: Paramount Pictures do Brasil, 03/04/2014. Duração: 138 min. Dublado, Color, Formato: 16mm.

**ODUDUÁ briga com Obatalá e o céu e a terra se separam.** Guardião guerreiro. Disponível em: <http://guardiaoguerreiro.blogspot.com.br/2016/03/odudua-briga-com-obatala-e-o-ceu-e.html/>. Acesso em: 03 set. 2016.

PONTO de Oxalá – **Oxalá criou a Terra.** Pontos de Umbanda. Disponível em: <http://www.pontosdeumbanda.com.br/oxala/ponto-de-oxala-oxala-criou-a-terra.html>. Acessado em: 12 out. 2016.

PRANDI, R. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

WEBER, M. **A Ciência como Vocação:** In: Ensaios de sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 154-183.

## LITERATURA NEGRA: POEMAS DE AUTA DE SOUZA

Maria Albeniza Valdivino

### Introdução

Neste trabalho, temos por objetivo levantar e analisar os resultados da aula realizada na Escola Serafim da Silva Salgado, módulo III, da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Médio, baseado na lei nº 10.630/2003 (BRASIL, 2003), que



tem por objetivo incluir no currículo do ensino básico a cultura afro-brasileira. Nesse sentido, foram trabalhados poemas da autora negra Auta de Souza, com a intenção de provocar a reflexão sobre a exclusão e o silenciamento da literatura de autoria negra dos manuais de literatura brasileira e do currículo do Ensino Fundamental. Foi analisada a razão pela qual uma autora, elogiada por renomados escritores e com obras relevantes, pode ser vítima de preconceito, primeiramente pelo gênero e, por conseguinte, pela raça negra. Isso fez com que sua produção poética fosse pouco veiculada, passando despercebida na escola básica, sendo desconhecido o fato da mesma ser considerada a primeira poetisa negra brasileira.

### 1. A poesia de Auta de Souza

Ao partirmos do princípio de que a escola tem como papel fundamental a inserção de culturas diversas, é possível ver que há o predomínio de uma literatura elitista ao trabalharmos o ensino de literatura na escola. Desse contexto, surgiu a necessidade de levar para a sala de aula uma conversa sobre a literatura de autoria negra, a qual serviu para observar o nível de conhecimento dos alunos sobre a mesma e a aceitação que tiveram desta nova temática. Os alunos foram discentes colaborativos, que tiveram contato com poemas produzidos por uma mulher negra, Auta de Souza, considerada a primeira negra poetisa brasileira, em uma época em que o preconceito de gênero e raça era latente e explícito.

O engajamento de um poeta negro (como o de qualquer poesia), contudo, não precisa ser explícito. O poeta consciente da negritude não precisa estar restrito aos temas de denúncia, ou do “lamento da senzala”. Ele é alguém que ama, sofre, reage, como qualquer cidadão de seu tempo. O poeta e o cidadão são entidades diferentes, no plano estético, mas essas duas entidades estão interrelacionadas. (LIMA, 2004, p. 105).

Exatamente como afirma Lima (2004), foi possível observar nos versos de Auta de Souza, não uma preocupação exacerbada com a denúncia do racismo, mas versos suaves e delicados exalando amor e sofrimento. Numa época em que o discurso feminino era interdito pelas normas do patriarcado, décadas finais do século XIX, e a fala da mulher era controlada pelo pai e/ou pelos irmãos mais velhos, e depois de casadas, pelos maridos, as mulheres que ousavam escrever poemas

somente podiam falar de religião, da família, da natureza, do amor pelo noivo ou marido, de Deus e de temas “adequados” à sua condição de mulher. Auta de Souza não foi diferente: quando fala de amor, fala de seu irmãozinho ou de uma amiga. Essa autora fala do amor e do sofrimento em seus escritos, fala da morte na juventude, porque, muito jovem, contraiu tuberculose, enfermidade endêmica comum na época, que atingia homens e mulheres indiscriminadamente e para a qual ainda não haviam sido descobertos os medicamentos adequados, como podemos ver no poema “Ao cair da noite”:

Não sei que paz imensa  
Envolve a Natureza,  
N’ess’hora de tristeza,  
De dor e de pesar.  
Minh’alma, rindo, pensa  
Que a sombra é um grande véu  
Que a Virgem traz do Céu  
Num raio de luar.

Eu junto às mãos, serena,  
A murmurar contrita,  
A saudação bendita  
Do Anjo do Senhor;  
Enquanto a lua plena  
No azul, formosa e casta,  
Um longo manto arrasta  
De lúrido esplendor.

Minhas saudades todas  
Se vão mudando em astros...  
A mágoa vai de rastros  
Morrer na escuridão...  
As amarguras doídas  
Fogem como um lamento  
Longe do Pensamento,  
Longe do Coração.

E a noite desce, desce  
Como um sorriso doce,  
Que em sonhos desfolhou-se  
Na voz cheia de amor,  
Da mãe que ensina a Prece  
Ao filho pequenino,  
De olhar meigo e divino  
E lábio aberto em flor.

Ah! como a Noite encanta!  
Parece um Santuário,  
Com o lindo lampadário  
De estrelas que ela tem!  
Recorda-me a luz santa,



Imaculada e pura,  
Da grande noite escura  
Do olhar de minha mãe!

Ó noite embalsamada  
De castas ambrósias...  
No mar das harmonias  
Meu ser deixa boiar.  
Afasta, ó noite amada,  
A dúvida e o receio,  
Embala-me no seio  
E deixa-me sonhar!  
(SOUZA, 2009, p. 161-162).

Nesse poema, podemos perceber que Auta de Souza não tinha como premissa o abolicionismo, apesar de ser negra. Segundo Câmara Cascudo (2008), apenas uma vez ela se pronunciou a favor de ideais abolicionistas e, provavelmente, isso se deveu ao fato de sua saúde estar debilitada pela tuberculose, fazendo com que a mesma evitasse se envolver em questões mais polêmicas, porque além de ser mulher, sofria os preconceitos sobre a negritude e os negros não tinham voz entre os brancos.

Auta de Souza tinha uma necessidade de suprir suas dores, paixões e debilidades, uma vez que era consciente de que jamais se casaria ou poderia ter um amor, visto estar condenada pela doença a morrer jovem. Diante de uma morte iminente, ela fez da poesia um desabafo e usou a linguagem poética como forma de liberação do psíquico de “Mulher Selvagem”, título dado a ela pela psicanalista jungiana Estes (1994), pois indo em concordância ao que diz Bachelard (1990, p. 27), “[...] a poesia é a linguagem que é livre frente a si mesma”.

## 2. A Literatura Negra em sala de aula: “horto”, de Auta de Souza

Como metodologia para a realização desse trabalho foi selecionado para ser trabalhado em sala de aula o poema “Horto”, em que foi analisado com os discentes desde a linguagem poética até a alusão à negritude. O trecho que segue foi analisado com os alunos com o intuito de percebermos como o eu poético fala de sofrimento e dor.

Oro de joelhos, Senhor, na terra  
Purificada pelo teu pranto...



Minh'alma triste que a dor aterra  
Beija os teus passos, Cordeiro santo!

Que noite negra, cheia de sombras.  
Não foi a noite que aqui passaste?  
Ó noite imensa... por que me assombras,  
Tu que nas trevas me sepultaste?  
(SOUZA, 2009, p. 41).

Nos trechos acima, os alunos foram instigados a expor em que momento no poema é feita alusão à negritude e também como se apresenta o desapego da autora pelas coisas materiais, levando em conta também os aspectos da religiosidade, algo imprescindível nas obras da poetisa, porque, como já foi dito, o discurso da mulher era interdito, sendo a religião uma das poucas temáticas permitidas em poema de autoria feminina: “Jesus amado, reza comigo... / Afasta a noite, divino amigo!” (SOUZA, 2009, p. 41). A invocação a Jesus aparece de forma dialogada com o eu poético.

Não tenhas medo do sofrimento,  
Ele é a escada do Paraíso...  
Contempla os astros do firmamento,  
Doces reflexos do meu sorriso.  
(SOUZA, 2009, p. 41-44).

No trecho acima foi possível perceber que o sofrimento um dia será recompensado. Seria esse sofrimento causado, além de todas as suas limitações, pela sua cor?

Olha as estrelas... No céu escuro  
Parecem sonhos amortalhados...  
Assim, nas trevas do mundo impuro,  
Brilham as almas dos desolados.  
(SOUZA, 2009).

Ao término da análise desse poema, escolhido como metodologia para a realização desse trabalho, viu-se que, ao longo de toda a obra autaniana, há um desapego à cor negra e a tudo aquilo que remete à escuridão, sugerindo uma aversão à negritude. Assim, para chegarmos a esta conclusão, foram reproduzidas e entregues cópias do poema aos discentes. Em seguida, fazendo uso do multimídia

interativo, apresentei a autora e expliquei do que falaria exatamente. Com isso, todos fizeram com que o andamento do trabalho fosse tranquilo.

Os resultados da pesquisa foram satisfatórios e relevantes, visto que no papel de professora levei aos alunos um conteúdo novo, mas relacionado ao que estava sendo trabalhado na área da literatura. Dessa forma, os estudantes tiveram contato com uma literatura de autoria feminina negra, totalmente desconhecida por eles. Isso fez com que os alunos pudessem se olhar com olhos menos preconceituosos. Todos que ali estavam nunca tinham ouvido sequer falar em Auta de Souza, para eles, para ser considerada literatura “boa e digna”, tem que ser elitista. No entanto, ao ver e ler tudo que foi trabalhado, os estudantes assimilaram e compreenderam que o negro é tão humano e com direitos quanto o branco, assim como ele produz tanto quanto os brancos.

Ao término dessa aula, foi possível perceber que os alunos se sentiram incluídos na cultura negra, percebendo que o negro tem seu valor, direitos, crenças, cultura e sua produção, seja literária ou não. Com isso, os estudantes puderam ter acesso a uma produção literária verdadeiramente de autoria negra, a qual a literatura elitista oculta, pelo simples fato de não ser produzida por cânones literários consagrados pelos brancos. A Figura 1, a seguir, mostra o fim da intervenção com os alunos, com a satisfação do alcance de uma meta, em levar para a sala de aula algo que era desconhecido e excluído dos currículos, sendo o início da desconstrução de uma sociedade racista dentro da escola básica onde atuamos.



Figura 1: Intervenção em sala de aula (Acervo das autoras).

## Considerações Finais

Sendo o negro sempre apresentado ao meio social por meio de aspectos negativos, e a ausência de espaço para que eles possam mostrar sua representatividade; sendo o Brasil um país de mistura entre negros, brancos e indígenas, não podemos nos “esconder” diante de tal necessidade de mostrar aos alunos a importância da aceitação e conscientização da cultura da negritude, na tentativa de desconstruir um falso estereótipo de etnia modelo para as demais raças humanas.

[...] Há de se ressaltar que a historiografia literária brasileira vem passando, nas últimas décadas, por um vigoroso processo de revisão não apenas do corpus que constitui seu objeto de trabalho, como dos próprios métodos, processos e pressupostos teórico-críticos empregados na construção do edifício das letras nacionais. (DUARTE, 1994, p. 67).

Utilizar-se da literatura como mecanismo para elucidar a questão do racismo, seja aludindo aos aspectos afrodescendentes, seja denunciando as agruras da diáspora e da opressão que os negros têm sofrido, ou ainda assumindo a afro-brasilidade do povo de nosso país, é uma vertente que tem tomado forma na sociedade brasileira. Com isso, as academias e as elites culturais têm aberto um espaço de discussão que vem dando ênfase às questões relacionadas ao tema.

Sob essa perspectiva, e longe de assumir qualquer conclusão sobre o assunto, é que o estudo dos poemas de Auta de Souza possibilitaram-me a reflexão, junto aos meus alunos da EJA, do quão é necessária a mudança do currículo para abranger o conhecimento sobre todas as culturas do Brasil. As escolas ainda se prendem a um currículo que foi determinado por uma elite.

Com este trabalho, ademais, espera-se que tenha sido evidenciado que a poesia de Auta de Souza pode ser estudada com o mesmo grau de importância que as poesias canônicas. Além disso, mediante a satisfação de saber que é possível trabalhar com os alunos uma literatura essencialmente negra, não fazendo disso algo extraordinário nas aulas, é possível inseri-la nos currículos, sem que passe a impressão de que é algo imposto, mas algo tão necessário de ser estudado,



veiculado, conhecido e promovido quanto qualquer outra obra escrita por escritores renomados.

Como resultado desse trabalho, tenho a sensação de dever cumprido nessa etapa, uma vez que se faz necessário uma permanência do uso das produções literárias da negritude, como forma de provarmos que o negro é tão importante na cultura brasileira quanto qualquer outro de outras raças. Dessa forma, tive o prazer de mostrar aos alunos que nossa poesia não gira em torno da literatura elitista dos brancos.

A busca não é por uma exclusão da literatura que existe como cânone, mas a inclusão da literatura negra com o mesmo nível de importância. Isso promove a igualdade na distribuição do conhecimento, é uma forma de valorização do negro e fortalece a missão pelo fim da desigualdade racial. Dessa forma, buscamos fazer com que a literatura negra, acima de tudo, não seja trabalhada somente em eventos que remetem a questões da negritude, mas que seja curricular e que a escola faça uso disso como um mecanismo de representatividade da cultura negra.

No caso da poetisa Auta de Souza, tem-se fatores consideráveis para esse trabalho, pois sendo mulher, negra, escritora e portadora de uma tuberculose, tornando-a alvo de preconceitos na época, ao trabalhar sua poesia, foi possível analisar desde a negritude até mesmo a percepção da influência da religião sobre suas obras, apesar de não ser esse o foco principal deste trabalho. Foi possível então comprovar que o discurso poético das mulheres era controlado pelos homens e pelo patriarcado e Auta de Souza não fugiu às normas ao escrever seus trabalhos. Ela seguiu em seus versos as temáticas que eram permitidas às mulheres, sendo seus poemas classificados como românticos com um toque do simbolismo de Cruz e Souza.

## Referências

BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRASIL. **Lei 10. 639, de 9 de janeiro de 2003**: Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília, jan., 2003.

CASCUDO, Câmara. **Vida breve de Auta de Souza: 1876-1901.** Natal: EDUFRRN, 2008.

DUARTE, Constância Lima (org.). **Mulher e literatura no Rio Grande do Norte.** Natal: UFRN/CCHLA, 1994.

ESTES, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos:** mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LIMA, Luciano Rodrigues. Poesia negra contemporânea: o redescobrimento do Brasil: discurso poético, consciência e atitude. In: SILVA, Márcia Rios da; BLANCO, Rosa Helena (org.). **Estampa de letra.** Salvador: Quarteto Editora, 2004, p. 105-124.

SOUZA, Auta de. Ao cair da noite. In: SOUZA, Auta de. **Horto, outros poemas e ressonâncias:** Obras reunidas. Natal: EDUFRRN, 2009. p. 161-162.

SOUZA, Auta de. Horto. In: SOUZA, Auta de. **Horto, outros poemas e ressonâncias:** obras reunidas. Natal: EDUFRRN, 2009. p. 41-44.

## **A INFLUÊNCIA DA LITERATURA INFANTIL AFRO-BRASILEIRA NA VALORIZAÇÃO DO SER HUMANO E REFLEXÃO QUANTO ÀS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ÉTNICO-RACIAIS**

Maria Cristina dos Santos Ferreira

A ideia deste artigo surgiu a partir da necessidade de cumprir o requisito para conclusão do curso de aperfeiçoamento *Uniafro: Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola*, na Universidade Federal do Acre, no ano de 2016. O trabalho foi desenvolvido por meio de uma Sequência Didática realizada com o conto “menina bonita do laço de fita”. Registramos uma descrição detalhada do que foi desenvolvido no 4º ano da escola Eliziário Távora, na turma da professora Larissa, com a participação de 15 alunos.

O objetivo central foi compreender como a literatura infantil afro-brasileira pode contribuir no desenvolvimento mental, social e intelectual de alunas e alunos negros. Buscou-se perceber em primeiro lugar (a) como essa literatura pode



contribuir para o desenvolvimento de atitudes de solidariedade, companheirismo, respeito e cooperação entre crianças no desenvolvimento de suas identidades. Analisou-se também (b) como a cultura negra pode ser ensinada, de forma positiva, através das histórias infantis com personagens negros e negras e (c) compreender como atitudes éticas e o respeito podem ser tratados de forma interativa e estimulante para crianças na pré-escola.

Para Abramovich (1993), a contação de histórias é o primeiro contato da criança com um texto e é, também, onde se inicia a possibilidade de sentirem as emoções. A formação de um bom leitor inicia-se a partir das suas experiências em ouvir contações de histórias bem formuladas. Para o autor, “escutá-las é o início da aprendizagem para ser um leitor, e ser leitor é ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão do mundo”. (ABRAMOVICH, 1993, p. 16).

A construção da identidade da criança é algo que inevitavelmente vai depender dos referenciais que forem a ela apresentados. As crianças crescem com a sensação de que os padrões do belo e do bom são aqueles com os quais se depararam nos livros infantis. Para Erikson (1972), o senso de identidade é desenvolvido durante todo o ciclo de vida, no qual cada indivíduo passa por uma série de períodos de desenvolvimento distintos.

De acordo com Hall (2005), a identidade é construída com tempo e esse processo se dá por meio do inconsciente e não pela consciência do indivíduo no momento do nascimento. Esse autor destaca que, sendo a identidade formada ao longo do tempo e da vivência do indivíduo, está sempre sujeita às influências do meio na sua constituição. Essas influências representam os valores pré-estabelecidos, que são absorvidos através da sociedade a que o indivíduo pertence.

A literatura infantil pode influenciar de forma definitiva no processo de construção de identidades das crianças. Pois, ela serve, muitas vezes, como fonte de significados existenciais que poderão ser aplicados ao mundo real. Nas considerações de Abramovich (1989), para que o indivíduo possa formar a sua própria identidade, ele precisa recriar a realidade e imaginá-la. Nesse contexto, a leitura de contos infantis assume uma contribuição fundamental na construção da identidade da criança.



Sabe-se que a educação é um potente mecanismo de transformação na vida do homem e que é também papel da escola promovê-la, de forma respeitosa, solidária e igualitária para todos.

Os contos populares, de tradição africana e afro-brasileira, são um importante e significativo modo de preservação da memória e da tradição, apesar de serem pouco valorizados pela literatura. Contudo, a sua importância já é reconhecida. A força dessa cultura está na possibilidade de novas experiências para percepção do mundo.

Conforme Souza (2005), o negro aparece desde os seus primórdios, tanto na história quanto na literatura. Porém, o que ocorre é uma sucessão de poetas e romancistas que representam o negro de forma estereotipada e inferiorizada. Os homens e as mulheres negras são apresentados com características de: preguiça, violência, estupidez, superstição, feitiçaria, malandragem, lascividade ou feiura. Aqueles que retratavam o negro com mais simpatia, como Castro Alves, não se identificavam com os mesmos. Eram motivados pelo momento histórico em que viviam e pela classe à qual pertenciam, definindo o negro com uma mistura de idealismo e medo.

Segundo Coelho (2002), as lutas para combater o ódio racial estão fundamente enraizados em nosso mundo. Valorização das diferentes culturas, que correspondem as diferentes etnias, na busca de descobrir e preservar a autenticidade de cada uma. Na literatura, essa luta já está bem evidente. Na literatura infantil, mesclam-se, em pé de igualdade, personagens das várias raças que são abordados frontalmente ao problema do racismo, considerado como uma das grandes injustiças humanas e sociais.

Conforme Silva (2010), o papel da escola na escolha dos livros utilizados nas séries iniciais é fundamental. É responsabilidade da escola estar atenta para a escolha do acervo de sua biblioteca, devendo optar por livros que contribuam para a formação de uma identidade positiva do negro e, simultaneamente, proporcionar aos alunos não negros o contato com a diversidade e as especificidades da cultura africana, deixando para trás, uma visão estereotipada e preconceituosa das idiosincrasias dos referenciais afrodescendentes. Aprendendo a valorizar também as contribuições dos africanos para a cultura brasileira.



Segundo Horta (2010), a falta de representação da criança negra fará com que a diversidade não seja contemplada e o processo de branqueamento acabará por deturpar as identidades em formação dos pequenos leitores. O que ocorrerá com as crianças negras é uma ausência de conteúdo que conte sua história de forma positiva. Pois, os estereótipos e as representações da pessoa negra nos conteúdos escolares durante muito tempo, fez com que muitas crianças negras tivessem dificuldade na construção de suas afirmações como sujeitos sociais. Assim, a construção da identidade sofre forte influência de todas as representações sociais que nos cercam.

Portanto, no dia sete de outubro de 2016, numa sexta-feira, iniciou-se a primeira etapa da intervenção na Escola Eliziário Távora, dia destinado a conhecer o ambiente escolar, sua estrutura e para finalizar uma entrevista com a coordenadora de ensino da referida escola.

Já no dia onze de outubro na terça feira, foi realizada a intervenção na sala do quarto ano “C” na escola Eliziário Távora, onde os alunos têm entre nove e onze anos, a maioria dos alunos da turma são pardos (dez), somente três são brancos e dois pretos. A turma tem vinte e cinco alunos, mas havia apenas quinze no dia da realização da intervenção.

A aula teve início às treze horas, quando iniciei me apresentando, falando os motivos daquela aula, e em seguida solicitei que cada um dos alunos e alunas se apresentassem, falando o nome e o que eles gostavam de fazer, criando assim uma interação entre professor e alunos. Na sequência, incentivei-os a realizarem uma identificação das diferenças entre eles, mas sempre focando que vivemos em uma sociedade que existem vários povos e o Brasil é um país com grande diversidade étnica. Nesse contexto, sugerimos uma roda de conversa, para refletirmos, quanto às semelhanças e diferenças étnico-raciais e à valorização do ser humano.

Na continuidade da intervenção, foi apresentado um vídeo extraído do livro “Menina Bonita do Laço de Fita” da autora Ana Maria Machado. A exposição do vídeo possibilitou o levantamento da questão do racismo (cor da pele), através do reconto oral da história pelos alunos, incentivando-os a realizarem questionamentos orais.

Foram levantados os seguintes questionamentos:

- Por que o coelho queria ser preto como a menina? Será que estava insatisfeito com sua cor?

- 
- Vocês gostam da cor de sua pele? Por quê?
  - Será que existe uma cor de pele mais bonita que a outra?

E assim, as crianças começaram a falar que gostam sim da cor de suas peles, porque sabem que são assim devido à família deles, pois cada um puxa um pouco de seus pais, avós.

Foram realizados comentários em que os pequenos diziam que todas as pessoas têm muito valor, independentes de sua cor. A partir dos momentos que as crianças passaram a ficar mais à vontade com minha presença, alguns começaram a contar experiências que sofriam diariamente, por conta de brincadeiras de mau gosto. Para cada situação considerava-se a necessidade de termos apreço com o colega quando realizamos brincadeiras, pois algumas podem ofender nosso coleguinha e, por isso, devemos primeiramente nos colocar no lugar do outro e imaginar assim: será que se fosse conosco, iríamos gostar?

A aula foi finalizada às dezesseis horas, através de comentários sobre a necessidade de adotarmos atitudes de solidariedade, companheirismo, respeito e cooperação com todos e que todos temos o mesmo valor independentemente de cor, religião, idade ou qualquer outra coisa e, dessa forma, devemos sempre nos amar.

Na entrevista com a coordenadora de ensino da escola, foi mencionado que os professores procuram sempre tratar seus alunos dentro dos princípios éticos, dispensando tratamento igualitário a todos. Ela destacou que a equidade está acima da igualdade na escola, porque existem alunos que precisam de um acompanhamento especial e precisam de mais atenção e apoio pedagógico do que outros, por esse motivo, a escola trabalha mais no critério da equidade do que da igualdade.

A coordenadora de ensino disse também que a escola busca trabalhar a questão do respeito às diferenças, trabalha com questões relacionadas ao racismo, principalmente na disciplina de educação religiosa. Ela entende que esse conteúdo deve ser trabalhado nas diferentes disciplinas e de forma interdisciplinar e transversal. Mencionou também que os professores são orientados a evitarem situações de discriminação e que a escola adota *ações pedagógicas preventivas* contra



qualquer forma de discriminação, trabalhando com projetos *antibullying* no ambiente escolar.

Ao ser questionada sobre as situações de racismo na escola, a coordenadora mencionou que a escola já enfrentou esse tipo de problema, mas que trata o assunto como sendo um conteúdo atitudinal e procedimental com parte do currículo da escola. Ela mencionou que a gestão da escola procura deixar bem claro para os alunos quais devem ser os objetivos deles e qual a importância da ética e do respeito ao outro, principalmente no ambiente escolar. Disse também, que a escola busca trabalhar essas situações problemas através de textos, oficinas e vídeos, mostrando situações da vida real, para que os alunos possam compreender a importância do respeito ao outro. Ela aludiu ainda que a escola toma determinadas atitudes em relação ao aluno que pratica racismo: ele assina um documento de advertência, conforme está previsto no regimento da escola para prevenir situações dessa natureza.

Quando alguém atenta contra os direitos de outra pessoa, incluindo direito à identidade, há uma intervenção pedagógica que busca ajudar na modificação do comportamento do aluno, através de uma advertência por escrito. Sendo assim, quando surgem conflitos, há envolvimento de todos na resolução dele, segundo a coordenadora é um momento rico para se aprender e ensinar novas posturas, levando-os a refletir que as situações de desrespeito podem trazer consequências não só para a vítima, mas principalmente, para o próprio aluno causador do problema.

Ela nos relatou que as atividades culturais na escola buscam representar (sem folclorizar) diferentes culturas e valores. Todos os anos há um evento chamado Show de Talentos, realizado no final do ano, no qual a ideia é apresentar para a comunidade escolar todo o trabalho que foi realizado nessa área durante o ano letivo. Ela falou também que, no momento, a escola não tem um projeto-político-pedagógico atualizado, mas não porque a instituição não queira, e sim porque na cidade não existe um órgão acima da escola, que é o Conselho Municipal de Educado, então não tem como haver Projeto Político Pedagógico nas escolas municipais. Mas, a comunidade escolar tem a oportunidade de participar de forma democrática da constituição do regimento da escola.



A coordenadora encerrou sua fala relatando que a lei 10.639 aprovada no ano de 2003 já está tão impressa nas raízes da educação hoje, que até os livros didáticos já trazem textos e conteúdo que trabalham de forma bem ampla a história dos descendentes africanos no Brasil. Ela mencionou as diferenças nos livros, sobre a forma como aconteceu a escravidão e as consequências dela para os descendentes dos ex-escravizados. Disse também que a escola trabalha na disciplina de Língua Portuguesa, os contos relacionados à cultura africana, nas artes e tudo que se relaciona à cultura, às danças, às origens, à influência negra na cultura brasileira em geral. Mencionou também que já trabalharam muitos projetos no dia da consciência negra, mas atualmente procuram trabalhar esse conteúdo durante o ano todo e em todas as disciplinas.

As respostas registradas coadunam com o que foi observado e registrado na Sequência Didática, apesar de serem ainda bem pequenos, os alunos e alunas recebem instruções que possibilitam que levantem diálogos construtivos sobre as diferenças sociais, especialmente relativas à cor da pele e às questões que envolvem a valorização do outro no espaço escolar.

A partir das observações, percebeu-se que a grande maioria dos alunos tem a conscientização do respeito ao próximo em relação às diferentes raças trabalhadas na escola a partir da cultura herdada do continente africano. Assim, houve indignação por presenciarem algum tipo de preconceito e outros demonstram a reprodução impregnada da discriminação por pessoas próximas

Portanto, a inserção da literatura Afro-Brasileira e Africana trouxe contribuições, como a desconstrução do imaginário preconceituoso, estabelecendo a importância do povo africano e cultura na construção da história brasileira, valorizando-os positivamente por meio da escola, alcançando mecanismo de transformação social para a construção de uma sociedade justa.

## Referências

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1989.

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil**. São Paulo: Scipione, 1993.

COELHO, N. N. **Literatura Infantil**: teoria, análise, didática. São Paulo: 2002.

ERIKSON, Erick. H. **Identidade, Juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HORTA, Marina Luiza. Colorindo a história: a literatura infantil afro-brasileira de Heloisa Pires de Lima. Portal Literafro. **Revista da Faculdade de Letras da UFMG**, Belo Horizonte2010. Acesso em: 15 out. 2016.

SILVA, Jerusa Paulino da. **A construção da identidade da criança negra**: a literatura afro como possibilidade reflexiva. 2010. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) - Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

SOUZA, Wagner de. O negro na literatura brasileira. **Revista de Literatura, História e Memória**. Revista da UNIOESTE, Cascavel, n.1, p. 47-57, 2005.

## A IMPORTÂNCIA DE LIDAR COM CONTOS AFRO-BRASILEIROS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Sainara Castelo de Albuquerque

### Introdução

O presente artigo cumpre o requisito de avaliação para a conclusão do curso de aperfeiçoamento Uniafro: Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, oferecido pela Universidade Federal do Acre, no período de 7 meses, durante o ano de 2016. Foi sugerida a realização de um trabalho na forma de Sequência Didática e ficou decidido que ele seria realizado na escola Eliziário Távora, pelo fato de não só haver uma professora que conhece os objetivos do curso Uniafro, como também de a escola já realizar trabalhos dessa natureza com seus alunos.

Neste artigo, discute-se a importância de se desenvolver contos afro-brasileiros em sala de aula, visando aos valores básicos para a consciência da História Afro-Brasileira. Esses contos, quando aplicados em sala de aula, atendem às propostas da Lei 10.639/2003, que inclui o ensino de História e Cultura Africana no currículo das escolas brasileiras. Muito mais do que simplesmente cumprir a Lei,



devemos ter como foco o estímulo a valores como a diversidade e a apreciação da cultura negra.

Para melhor compreensão da temática e dos objetivos, organizamos o artigo da seguinte forma: no primeiro momento, enfocaremos a importância dos contos africanos, em particular, no espaço da educação infantil, e abordaremos a seriedade em se trabalhar com essa literatura na escola. No segundo, focalizaremos na metodologia do trabalho, que contou com uma roda de conversa sobre valores, diversidade e respeito, e trataremos da realização da intervenção em sala de aula, abordando a grande importância dessa temática. No terceiro e último momento, vamos descrever a entrevista realizada com a coordenadora de ensino da escola, que relata como a temática é abordada no planejamento e no cotidiano escolar. Nas considerações finais, retomaremos alguns pontos centrais do trabalho.

#### 1. Contos africanos podem contribuir para a inclusão no ambiente escolar

Pesquisadores como Cavalleiro (2005), Santana (2006) e outros apontam que a criança negra se nega perante o outro por não perceber, na historiografia oficial, a história do seu povo e seus aspectos culturais, o que se deve, principalmente, à invisibilidade de sua cultura no currículo escolar e nos materiais didáticos.

De acordo com isso, podemos entender que a literatura afro-brasileira, se usada de forma comprometida, tendo em vista a desconstrução de estereótipos e preconceitos racistas, pode ser uma grande aliada na formação da identidade étnico-racial, na valorização da cultura negra e no combate ao racismo. Como sabemos, atitudes racistas começam a ser reproduzidas por meio de comportamentos e atos geralmente vistos pelos profissionais que atuam na escola como brincadeiras inocentes, os quais muitas vezes preferem levar dessa forma a assumir que existe preconceito ou racismo no ambiente escolar.

Os contos africanos funcionam como importantes meios de socialização, de construção da identidade e de transmissão de valores morais e culturais e contribuem para a formulação de conceitos e para o desenvolvimento cognitivo. Daí o grande valor em se trabalhar literatura infantil afro-brasileira no ambiente educacional.



Segundo Hall (2006, p. 38), “a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”. Ou seja, a construção da identidade da criança inevitavelmente decorre dos referenciais a ela apresentados, a exemplo dos brinquedos, das personagens de desenhos animados e das histórias infantis. Essas histórias, em geral, levam a criança a se deparar com príncipes e princesas, entre outros personagens principais, todos brancos e de origem europeia, levando-a a acreditar que os padrões do belo e do bom são esses narrados ou aqueles que ela vê nos livros infantis. Essas representações fazem com que apenas as crianças brancas se identifiquem e, assim, pensem que são superiores às outras.

Nesse contexto, a criança negra vê diante de si apenas referenciais diferentes de sua origem étnica e racial, e a sua personalidade passa a ser fortemente influenciada pelos modelos expostos. Para Mariosa e Reis (2011, p. 43), os casos em que “os heróis são referências em histórias como protagonistas negros pode[m] contribuir tanto para a construção da identidade e da autoestima de crianças negras como para a valorização da convivência na diversidade com a criança branca”.

## 2. Roda de conversa sobre valores, diversidade e respeito

O trabalho foi realizado na escola Eliziário Távora durante o mês de outubro de 2016, por meio de duas visitas à escola e um terceiro dia (11 de outubro) para aplicação da intervenção na turma do 4º ano B. Na referida turma, os alunos e alunas tinham em média entre 9 e 10 anos de idade e o universo de estudantes era de 22, entretanto, no dia da intervenção, havia apenas 17. Durante a atividade, foram coletadas informações sobre a reação dos alunos e os resultados consequentes das interações sociais.

Para realizar a intervenção na escola, decidimos apresentar um conto africano em sala de aula, para que os alunos fizessem uma identificação das diferenças entre os membros da turma, valorizando a diversidade. Em seguida, foi feita uma roda de conversa para discutir a importância de se combater o preconceito e o racismo, ressaltando-se a necessidade de se combater essas práticas desde cedo na vida das crianças. Na sequência, foi apresentado um vídeo sobre a história “O Cabelo de Lelê”, da autora Valéria Belém. Após a história, foram feitos alguns



questionamentos, como: “Vocês gostam da cor de sua pele? Por quê?” e “Será que existe uma cor de pele mais bonita que a outra?”. A intervenção foi encerrada com um breve comentário aos alunos sobre a importância de reconhecer que todas as pessoas têm muito valor, independentemente de sua cor.

Com a mediação das discussões propostas, eles começaram a falar que gostavam de sua cor, porque sabiam que tinham suas características devido a suas famílias, já que cada um puxa um pouco de seus pais, avós, etc. Surpreenderam-nos quando falaram que nenhuma cor é mais bonita que a outra; que ser diferente é ser bonito.

Além disso, depois de certa confiança por parte dos alunos, alguns começaram a contar histórias que sofriam diariamente, por conta de brincadeiras de mau gosto. Nesse momento, explicamos que, antes de realizarmos algumas brincadeiras com outro colega, devemos primeiramente nos colocar no lugar dele. Buscamos, com isso, levantar os seguintes questionamentos e reflexões: “Será que se fosse comigo, eu iria gostar?”; “Muitas vezes nós achamos que o que fazemos é apenas uma brincadeira, mas, para o nosso colega, não é, e, na maioria das vezes, mesmo sem percebermos, ele fica triste, magoado com o que fazemos ou dizemos”.

Escolhemos essa temática para a intervenção porque se faz necessário criar condições para o desenvolvimento de atitudes sobre o respeito à diversidade, para que as crianças aprendam a valorizar o diferente, o que deve acontecer desde cedo, ou seja, trabalhando-se essas questões rotineiramente, e não apenas em datas comemorativas. Uma das possibilidades de se ter o respeito às diferentes etnias presente no cotidiano das crianças é incluir nas atividades permanentes de leitura histórias vividas por representantes dos variados grupos étnicos desempenhando os mais diversos papéis.

O objetivo geral do nosso trabalho foi identificar como a literatura afro-brasileira pode contribuir para o desenvolvimento de valores básicos para a consciência da História Afro-Brasileira e para o respeito ao outro e a si mesmo, buscando identificar três princípios específicos por meio da utilização da literatura afro-brasileira infantil. São eles:

(a) valorizar a diversidade étnica e cultural do povo brasileiro;

(b) combater as formas de preconceito e racismo, compreendendo a importância da diversidade étnica cultural;

(c) despertar o interesse pela ideia da igualdade de direitos para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Santana (2006, p. 30) enfatiza que a criança constrói sua identidade com o outro pelos gestos, pelas palavras, pelos toques e pelos olhares, e ela “será capaz de representar o mundo atribuindo significados a tudo que a cerca. Seus conceitos e valores sobre a vida, o belo, o bom, o mal, o feio, entre outras coisas, começam a se constituir nesse período”.

As interações fazem parte de um processo contínuo de construção, socialização e interiorização de conceitos, de valores e de costumes que influenciam na subjetividade e na construção da identidade da criança. Dessa forma, a literatura infantil é de suma importância para a aquisição de conhecimentos e a concepção de valores. Ela traz reflexões de fortalecimento na construção identitária que auxiliam as crianças na construção da individualidade e da socialização, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e humanizada.

Como ressalta Couche (1999, p. 5), “a identidade é sempre uma negociação entre uma ‘auto-identidade’ – definida por si mesma – e uma ‘hetero-identidade’ – definida pelos outros. A situação relacional entre ambas é que vai legitimar de forma positiva ou negativa, a auto-identidade”. Logo, os contos africanos podem ajudar no processo positivo da identidade da criança, pois mostram uma visão de mundo consoante com a realidade da criança negra.

### **Considerações Finais**

A intervenção didática realizada na escola Eliziário Távora contempla, no currículo escolar, a diversidade étnico-racial e cultural brasileira e desenvolve abordagens didático-pedagógicas na educação infantil, pois, como sabemos, não é uma tarefa fácil; é um desafio que há décadas vem sendo discutido. A partir da implantação da Lei 10.639/03, podemos perceber mudanças importantes em relação a nossa educação. Obviamente, ainda há muito a ser feito em relação a essa temática, mas isso já é um grande avanço, principalmente para quem luta a favor do movimento.



Na realização da intervenção, não foram identificados pontos negativos, apenas a questão do tempo em sala de aula, que se tornou muito pouco em vista da participação dos estudantes, um dos pontos mais positivos. Foi possível constatar que os alunos e as alunas desenvolvem a consciência da diversidade no espaço escolar, compreendendo que o respeito é fundamental na convivência diária.

O trabalho de intervenção na forma de Sequência Didática foi apoiado pela instituição escolar, pela professora e pelos alunos presentes, que demonstraram o quanto o trabalho com literatura afro-brasileira infantil é importante. O principal objetivo foi identificar e ressaltar a relevância de se trabalhar contos afro-brasileiros em sala de aula, na Educação Infantil, visando aos valores básicos para a consciência da História Afro-Brasileira.

Concluímos que a proposta realizada é de ganho muito significativo para a autoestima e a construção da identidade étnico-racial positiva nas crianças negras. Ademais, constatamos que a literatura infantil contribui para a valorização da cultura negra e para a desconstrução de estereótipos e preconceitos sobre os africanos e, principalmente, para o combate ao racismo, que, muitas vezes, de forma sutil, acobertada e silenciosa, se faz presente no cotidiano e em todos os espaços sociais, entre eles, o espaço escolar.

Os objetivos a que nos propusemos com a realização deste trabalho foram todos atingidos. Foi possível comprovar, pelo uso da literatura afro-brasileira infantil, que há necessidade de uma educação voltada para a valorização do ser humano, a qual estimule a formação de valores e comportamentos benéficos no conviver com o outro, ajustada no respeito às diferenças.

## Referências

CAVALLEIRO, E. S. Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo. In: BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 65-104.

COUCHE, D. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Lisboa: Fim de Século, 1999.

HALL, S. **Identidade Cultural na Pós Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MARIOSIA, G. S.; REIS, M. G. A influência da literatura infantil afro-brasileira na construção das identidades das crianças. **Estação Literária**, v. 8, p. 42-53, dez. 2011.

SANTANA, P. S. Educação Infantil. In: BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006. p. 30-49.

## A LITERATURA INFANTIL NO AMBIENTE ESCOLAR E O COMBATE AO RACISMO

Gerseane Silva de Oliveira

Segundo Mariosa e Reis (2011, p. 1), “A construção da identidade da criança é algo que vai passar inevitavelmente pelos referenciais que forem a ela apresentados”. Desta forma, percebe-se a importância de trabalharmos com textos literários que conduzam à eliminação do racismo nas séries iniciais, visto que essas obras influenciarão na construção da identidade da criança. Vale ressaltar ainda que vivemos em um país racista, no qual os estereótipos em torno de brinquedos, de personagens de livros e de histórias de filmes apresentados às crianças são, em sua grande maioria, representações de pessoas brancas, de olhos claros, não condizendo com os aspectos físicos de muitas dessas crianças.

Nesse sentido, o ensino de História da África, assim como o da cultura do povo africano, é uma das formas de se romper com o preconceito existente no ambiente escolar e na sociedade em geral. Assim,

Para que isso ocorra, é necessário introduzir esses conhecimentos logo na fase de alfabetização e nos primeiros anos do ensino fundamental, para que a criança possa desenvolver uma consciência acerca da importância dessas influências na cultura em que ela está inserida. (PIRES; GOMES, 2015, p. 121)

Acreditamos que seja mais fácil trabalhar com as crianças as questões relacionadas ao preconceito, ao racismo e à discriminação, pelo fato destas ainda estarem em processo de construção de suas identidades e opiniões. Foi possível identificar esse dado a partir da intervenção pedagógica realizada com os estudantes do primeiro ano do Ensino Fundamental.



Segundo Pereira (s/d, p. 19), a Lei 10.6639/03, que já está em vigor há alguns anos, ainda encontra dificuldades para se efetivar no ambiente escolar. Vejamos que,

Mesmo com toda a luta dos movimentos negros, dos professores negros e não negros, do MEC, da SEED-PR, dentro das escolas essa lei ainda não conseguiu conquistar um espaço de destaque na prática pedagógica e no trato das relações inter-raciais. Há uma lacuna imensa entre o que diz a lei e aquilo que se está de fato na proposição dessa lei. Sabe-se da sua existência, já se ouviu falar, leu-se algo, mas a praticidade na sala de aula, no Projeto Político Pedagógico, nos planejamentos e nos conteúdos disciplinares, ainda é muito pequena ou quase nula. Há um grande “lobby” para a lei não surtir efeito prático e isso realizado dentro da escola por aqueles que não acreditam na necessidade de políticas públicas para se dar à população afrodescendente as condições de valorização de sua cultura e história, como meio de estimular a política da igualdade inter-racial nesse país. Há questionamentos frequentes de docentes sobre os motivos que levaram a promulgação dessa lei, o porquê de uma lei de valorização dos negros e seus descendentes.

O autor enfatiza que o objetivo dessa lei é estabelecer mecanismos, de diversos grupos espalhados pelo Brasil, que representam o movimento negro. Sobre a aplicação da lei, Pires e Gomes (2015, p. 126) afirmam que: “A situação encontrada, quase onze anos após a implantação da Lei que tornou obrigatório o ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira na educação fundamental e básica, demonstra uma quase total indiferença”. Os autores em questão destacam, também, a falta de formação dos professores. Assim,

Diante da aparente apatia em relação à literatura afro-brasileira, consideramos que um fator que a explica está relacionado à falta de formação dos profissionais no sentido de atualizarem seus conhecimentos. Sendo assim, é mais confortável trabalhar com os alunos livros que não requerem nenhum tipo de reflexão sobre esse tema, o que resulta na formação de um cidadão “deficiente” em termos de consciência sociocultural. (PIRES; GOMES, 2015, p. 127)

Para Mariosa e Reis (2011, p. 49),

Em todo este processo de construção da identidade da criança negra e não negra através da literatura, não há como não ressaltar o papel da escola e dos professores. Através do conteúdo trabalhado em sala de aula e nas bibliotecas, os dirigentes e professores precisam despertar suas consciências para reconhecer a necessidade de um trabalho literário que contemple a diversidade, despertando nos pequenos leitores, senso crítico e discernimento com textos específicos.



Assim, é de fundamental importância à implementação de um currículo que se possa contemplar todas as tradições, culturas e referenciais simbólicos constituintes das culturas brasileiras, dando ênfase a um diálogo com as africanidades. Sobre isso Guedes, Nunes e Andrade (2013, p. 422) debatem que:

Integrar culturas é seguir por um caminho “pedregoso”, porém não intransponível. O propósito neste caso é tornar visível socialmente a importância da cultura africana no decorrer da formação étnica brasileira. É fixar na sociedade a reflexão histórica a respeito da significância da influência africana na formação dos pilares étnico-sociais do país. Este exercício social passou a ser defendido tardiamente no Brasil, devido não somente a grande extensão territorial, mas principalmente pela indiferença intencional oferecida a esta questão.

Os autores propõem que a preocupação relacionada à situação do negro no Brasil assuma uma importância ainda maior se a compararmos a outras nações, pois ainda que em nosso país a herança africana se encontre mais presente, ela é menos valorizada. Tal desvalorização está relacionada ao preconceito com relação ao negro dentro do olhar de nossa sociedade.

A escola, neste ponto, é compreendida como o berço dos conflitos, dessa conversação que proporciona a troca de experiência. É nessa fase que entra a discussão da cultura afro, já integrada ao currículo escolar. Ainda que partir de 2003 o estudo sobre História e cultura afro-brasileira tenha se tornado obrigatório, amparado pela lei 10.639, ele jamais deve ser visto como uma mera obrigação ou uma carga de conteúdo. A influência que esse assunto e que a lei causam em sala de aula é o ponto-chave para estimular docentes e discentes na discussão do assunto, pois gera no professor a segurança para discutir o problema, já que há uma lei que o auxilia no processo. (GUEDES; NUNES; ANDRADE, 2013, p. 423)

Por isso, a educação, de fato, exerce papel determinante para mudarmos esse quadro, pois ela tem um lugar privilegiado na vida das pessoas ao possibilitar a reflexão e o pensamento crítico. Além disso, trata-se de um espaço com diferentes perspectivas, trazendo à luz os conflitos das relações sociais.

É necessário que se faça uma abordagem correta sobre a questão, para não cairmos no comodismo de trabalhar apenas a escravidão do negro no Brasil, dando a entender que não foi deixado um legado cultural, apenas a sua força de trabalho. Por isso a importância da criação do curso de formação Uniafro.



No dia 13 de outubro de 2016, no turno da manhã, compareci à escola de Ensino Fundamental I, Francisco de Paula Leite Oiticica Filho, para aplicação de uma sequência didática. Apesar de minha formação profissional não ser na área de docência, o trabalho de aplicação de uma atividade pedagógica é obrigatório para a conclusão do curso Uniafro<sup>11</sup>, assim todos os cursistas precisam realizar uma atividade em sala de aula. Fui bem recebida pela equipe pedagógica, professores e alunos, logo na chegada à escola. Posteriormente, fui acompanhada pela professora Maria Antônia da Silva Souza até a sala de aula do primeiro ano onde estavam as 26 (vinte seis) crianças que seriam minhas alunas naquela manhã. Logo em seguida, após me apresentar, apliquei a sequência didática trabalhando os livros: “Maju: a Princesa do Tempo” (Oliveira, 2016), “Menina Bonita do Laço de Fita” (Machado, 2000) e “Que Cor é Minha Cor?” (Rodrigues, 2006).

Os livros, em sua forma digital, foram apresentados em um aparelho projetor. Depois, pedi que as crianças fizessem desenhos baseados nas histórias, e elas desenharam sem qualquer resistência – adoraram desenhar e ficaram bem à vontade na hora de pintar seus desenhos. Pedi, então, que elas desenhassem o que entenderam sobre as histórias que tinham acabado de ouvir. Os desenhos foram feitos em cores diversas, e pudemos notar que, para elas, não existia cor determinante, o que demonstra o quão importante é trabalharmos sobre respeito e igualdade racial nas séries iniciais, pois o preconceito é algo que lhes é ensinado.

Durante a apresentação foram distribuídos alguns doces às crianças, que se mostraram entusiasmadas para ouvir as histórias e para executar as tarefas propostas durante as dinâmicas. Os doces foram uma forma de agradecer-las pela atenção, além de demonstrar que é bonito compartilhar coisas boas com os outros. Com as atividades e a distribuição de doces, procurei transmitir às crianças um pouco da filosofia ubuntu aprendida no curso Uniafro: "sou o que sou pelo que nós somos".

---

<sup>11</sup> Segundo o MEC (Ministério da Educação), Uniafro é um programa de “assistência financeira às instituições de educação superior com o objetivo de fomentar ações voltadas para a formação inicial e continuadas de professores da educação básica e para a elaboração de material didático específico no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (Uniafro)”. A criação do programa busca contribuir na quebra dos preconceitos bem como nas atitudes discriminatórias relacionadas ao racismo através da aplicação de práticas pedagógicas referentes à lei 10.639/03. Uniafro é um curso de especialização e aperfeiçoamento.



A aula foi realizada em cinquenta minutos e, nesse tempo, percebi que todas as crianças se mostravam participativas, colaborativas e proativas durante a execução das tarefas. A professora que me acompanhou também se mostrou bastante solícita, educada e prestativa, assim como a direção da escola e a equipe pedagógica.

Por meio das obras de literatura procuramos levar às crianças situações vivenciadas no seu dia a dia, trabalhando valores como amor e respeito aos demais colegas, por exemplo. Como mencionado anteriormente, os textos de literatura infantil que retratam personagens negras são de extrema importância na educação das crianças, pois permitem que elas desenvolvam sua imaginação e vivenciem cada história. Consideramos de extrema importância a participação dos alunos que ouviram as histórias, visto que eles entenderam o sentido da ação e reconheceram suas características físicas a partir das características dos personagens dos livros: as cores de suas peles, as características de seus cabelos e a diferença de cada um em relação aos demais colegas.

Desta forma, nos sentimos satisfeitas com os resultados da aplicação da sequência e com as reações dos alunos que gostaram de todos os livros, pois atingimos o objetivo de conscientizá-los de que cada um tem uma cor e um cabelo diferente, mas que precisamos respeitar as pessoas e suas características.

Por meio dos livros tentei facilitar a aprendizagem visando à compreensão da classe, pois é desde a infância que se constrói um cidadão que tem orgulho de sua cor e que respeita a diferença do próximo. O importante é perceber que sempre que realizamos atividades deste tipo, todas as crianças participam com muita alegria e se identificam com elas. Assim, pode-se dizer que a literatura infanto-juvenil é uma ferramenta que estimula os alunos na elaboração da prática da leitura e dos hábitos que o constituem. A literatura leva os alunos a desenvolver a criatividade, o raciocínio e a noção agradável e expressiva de sentimento. Portanto, a importância da literatura na escola é desenvolver a capacidade dos alunos e oportunizar a

Abertura para a formação de uma nova mentalidade, além de ser um instrumento de emoções, diversão ou prazer, desempenhado pelas histórias, mitos, lendas, poemas, contos, teatro, etc., criadas pela imaginação poética, ao nível da mente infantil, que objetiva a educação



integral da criança, propiciando-lhe a educação humanística e ajudando-a na formação de seu próprio estilo. (COELHO, 1991, p. 5)

Além disso, a literatura infantil acaba sendo importante também para a construção da identidade nacional, visto que

É de acordo comum entre pesquisadores e teóricos literários a importância da literatura para a construção da identidade de uma nação. No Brasil esse pensamento não é diferente. Ainda que seja intensamente influenciado pela cultura europeia, é evidente a influência da cultura africana em nossos costumes, valores, política e economia, por exemplo. Levar esse reconhecimento cultural para a sala de aula e, por meio da literatura, proporcionar um ensino que torne possível o amadurecimento da juventude brasileira, poderá nos assegurar um futuro no qual a miscigenação não seja mais vista com olhos preconceituosos, mas compreendida como parte da nossa construção como povo. (PIRES; GOMES, 2015, p. 122).

Pires e Gomes (2015) afirmam ainda que, de certa forma, a literatura local tem como contribuição a construção da própria identidade do sujeito, pois é carregada de significados e de autenticidade, sendo esse o elemento que constrói uma nação.

Ao analisar a intervenção feita no ambiente da sala de aula com as crianças, confirmamos o que foi debatido durante os meses do curso. Trabalhar, durante a formação das crianças, as características e heranças culturais negras é de extrema importância, pois elas levarão para a vida o que aprenderem.

A educação é, sim, a melhor forma de combate ao racismo, preconceito, intolerância e desrespeito. Concluímos que, se essas questões forem trabalhadas com os estudantes desde cedo, será mais fácil que eles entendam que deve haver respeito ao próximo, independentemente de sua cor, religião, costumes ou orientação sexual.

Como posto anteriormente no trabalho, confirmamos, por meio da intervenção, que as crianças não possuem preconceitos, mas que estes vêm por meio da educação que recebem dentro do seu convívio na sociedade.

Nossa pergunta norteadora ao longo deste projeto foi: *Como a literatura infantil pode auxiliar no combate ao racismo?* Nossa resposta é que uma vez que a educação é a melhor maneira de se formar cidadãos críticos, nada mais justo que

possamos trabalhar esse conceito desde a formação basilar desse futuro adulto, sendo a literatura uma importante ferramenta nesse processo.

Concluimos que, de fato, a literatura afro-brasileira é de extrema importância na formação de nossas crianças que futuramente serão adultas, uma vez que esperamos que elas não repitam o papel preconceituoso existente e camuflado em nossa sociedade.

O resultado obtido na participação se deu de maneira positiva, visto que os alunos expressaram opiniões por meio dos desenhos que realizaram. Acreditamos, também, que a literatura infantil ligada à contação de história, principalmente no contexto da sala de aula, é de suma importância para o desenvolvimento cognitivo e social da criança.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Uniafro**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/uniafro/uniafro>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

COELHO, Nelly Novaes. **Panorama histórico da literatura infantil/juvenil**: das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.

GUEDES, Elocir; NUNES, Pâmela; ANDRADE, Tatiane de. **O uso da lei 10.639/03 em sala de aula**. Revista Latino-Americana de História. Rio Grande do Sul, v. 2, n. 6, ago. 2013. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/205/159>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

MARIOSIA, Gilmara Santos; REIS, Maria da Glória dos. **A Influência da Literatura Infantil Afro-Brasileira na Construção das Identidades das Crianças**. Londrina, Vagão-volume 8, parte A, p. 42-53, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL8AArt06.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

OLIVEIRA, Aciomar. **Maju: a Princesa do Tempo**. Belo Horizonte: Poesias escolhidas, 2016.

MACHADO, Ana Maria. **Menina Bonita do Laço de Fita**. São Paulo: Ática, 2000.

RODRIGUES, Martha. **Que Cor é Minha Cor?** 1. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

PIRES, Adriana; GOMES, Douglas. **A Literatura Afro-Brasileira Frente à Garantia Disciplinar no Ensino Fundamental**: realidade ou utopia. Revista Pedagogia em Ação. Minas Gerais, v. 7, n. 1, 2015. Disponível em:



<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/11027>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

PEREIRA, Neuton Damásio. **A Lei 10639 e o Combate ao Racismo no Espaço Escolar: A Trajetória do Negro na História do Brasil.** Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2040-8.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2016.



## Seção Representação

## APRESENTAÇÃO

Elza Abreu de Souza<sup>12</sup>

Queila Batista dos Santos<sup>13</sup>

A forma como o corpo negro é constantemente representado, está diretamente ligada à construção social, discursiva e imagética que é empregada á pessoas africanas e afro-descendentes que vivenciaram o processo da diáspora negra. Historicamente a imagem do negro foi construída sob a premissa da inferioridade, por meio de um conjunto articulado de diversos mecanismos ideológicos que atuaram e que continuam a ser identificados em veiculações de mensagem explícita e implícita nos meios de comunicação, através das mídias digitais, literatura, televisão, letras de músicas e expressões culturais que são reproduzidas em vários aspectos. Hall (2016) aponta que uma relação fixada pelo código cultural e linguístico, sustentaria a representação. Essa representação do que “se dá a ver”, carrega estruturas culturais, discursivas e imagéticas, construídas em um meio social, onde a partir das trocas sociais existe a reprodução e propagação de “ideias”, representações e discursos.

Na concepção de Mbembe (2018) é típico do racismo sempre suscitar ou mesmo engendrar um duplo, sendo um substituto, um equivalente, uma máscara, um simulacro, onde “um rosto humano autêntico, é convocado a aparecer, o trabalho do racismo consiste em relegá-lo em segundo plano, ou cobri-lo com um véu”. (MBEMBE, 2018, pag. 29). O racismo então, substitui algo que é, por aquilo que é algo diferente, criado para representar essa realidade diferente.

Sobre a representação coletiva a partir da construção das identidades sociais, Chartier (1981) ressalta que as identidades sociais são resultado da relação de

---

<sup>12</sup> Graduada em Serviço Social (Uninorte); especialista em Psicologia e Serviço Social Forense (Uninorte); especialista em Gestão de Políticas Públicas com Ênfase em Gênero e Relações Etnorraciais (Ufop). Analista Judiciário/Assistente Social do Núcleo de Apoio Técnico às Varas da Infância e da Juventude da Comarca de Rio Branco/Acre; foi professora do Curso de Aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na Escola (2016).

<sup>13</sup> Graduada em História (Ufac); especialista em História do Brasil (Prominas); mestre em Letras: linguagens e identidades (Ufac); professora da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do estado do Acre; membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre.



força que se estabelece entre as representações impostas, dentro dessa lógica de quem tem o poder, poder esse que permite classificar e nomear, produzindo discursos, que estabelece o que seria superior e inferior, o que seria belo e o que seria feio, o que seria humano e o que seria animalesco. Cada comunidade produz e reproduz discursos e representações de si mesma, tanto como definição de aceitação pelo que é imposto, ou como forma de resistência. (CHARTIER, 1981).

Os modelos de representação na ótica de Hall (2016) são construídos tendo como base os aspectos de conhecimento e poder, processo “pelo qual membros de uma cultura usam a linguagem (amplamente definida como qualquer sistema que emprega signos, qualquer sistema significante) para produzir sentido”. (Hall (2016, p. 77-78).

Trazendo à discussão a representação do negro na história do Brasil, temos a relação intrínseca com o passado escravocrata que alijou a população negra de direitos políticos, econômicos, educacionais e de outras esferas, país onde a instituição da escravidão tem seus reflexos na contemporaneidade. Araújo (2006) elucida que a miscigenação (apresentada aqui com um dos fatores que reafirmam a interiorização) como pano de fundo para o branqueamento da população provocou e continua provocando desigualdades e corroborando com a subalternização da população negra.

A miscigenação continua sendo o pretexto para a recusa enfática do debate e das soluções do problema, portanto como um instrumento de negação da legitimidade das reivindicações políticas e sociais da população afrodescendente por acesso e direitos iguais na mídia, na universidade e no mercado de trabalho (ARAUJO, 2006, p. 75)

Tomando as mídias como exemplo, pode-se observar que mulheres negras, são comumente retratadas como submissas, inferiores e representadas de forma preconceituosa e hipersexualizadas, bem como o homem negro, sempre de origem pobre e periférica. Essa forma de representação do negro reafirma valores sociais predominantes que classificam as pessoas numa sociedade. Stuart Hall (1999), traz à discussão a teoria do inconsciente de Freud, onde afirma que a identidade vai se definindo pela sua incompletude, que ao longo da existência de cada um vai sendo construída, reitera ainda que não se trata de uma determinação fixa, estável, acabada



e inata, como se é percebido na representação estereotipada, mas sim na busca do conhecimento de si mesmo, no intuito de alcançar a plenitude de ser quem é.

Partindo da perspectiva de Hall (2016), a estereotipagem reduz o que ser realmente é, naturaliza e fixa a diferença, como se ela fosse natural e não uma construção discursiva-imagética. A estereotipagem Hall (2016) ocorre quando não se apresenta de forma justa uma igualdade nas relações de poder dentro de uma sociedade, se julga a partir da perspectiva etnocêntrica, em que um grupo é tido como inferior, submisso, estabelece-se uma hierarquia onde a superioridade caberia ao que “diz”, nomeia e julga de acordo com seus padrões e normas estabelecidas. Evidencia-se nesse processo de nomeação a dominação simbólica hegemônica, que considera o negro como sendo de natureza, indômita, perigosa, traiçoeira e que deve então por essas características, ser domesticado.

No Brasil, a internalização da ideologia do branqueamento provou uma naturalização da imagem do negro, produzida a partir da perspectiva de inferioridade, onde esses corpos não brancos são vítimas de estereótipos negativos, provocando a “produção e recepção dessas imagens, e uma aceitação passiva e a concordância de que esses atores realmente não merecem fazer parte da representação do padrão ideal de beleza do país”. (ARAUJO, 2006, pg. 79).

Esse padrão de beleza ideal e socialmente aceito provoca a exclusão dos negros em produções artísticas, literárias e afins e quando os mesmos aparecem são representados em imagem estereotipadas. Joel Zito Araújo (2006) ao abordar a participação de negros e negras em produções artísticas, especialmente nas telenovelas, elucida que os papéis “reservados” para esses artistas são sempre os mesmos, não cabendo a eles qualquer tipo de destaque.

Todos eles, portanto, são obrigados a incorporar na televisão a humilhação social que sofrem os mestiços em uma sociedade orientada pela ideologia do branqueamento, em que a acentuação de traços negros ou indígenas significa a possibilidade de viver um eterno sentimento racial de inferioridade, e uma consciência difusa e contraditória de ser uma casta inferior que deve aceitar os lugares subalternos intermediários do mundo social (ARAÚJO, 2006, p.77)



Esta sessão apresenta cinco textos que trazem a discussão a forma como o negro é representado na sociedade brasileira, trabalhos que nasceram a partir de intervenções pedagógicas e problematização da temática em sala de aula. O artigo “A Construção da Imagem do Negro na Mídia Brasileira: Telenovelas e Estereótipos Raciais” aborda a subalternização do negro nas produções artísticas de teledramaturgia, com foco nas telenovelas e como essa inferiorização reafirma estereótipos concebidos por meio de práticas racistas no meio artístico e televisivo. O trabalho “A importância do Negro no Gênero Publicitário para a Formação do Indivíduo” traz reflexões sobre a maneira como a figura do negro é retratada pela publicidade e como isso corrobora com práticas racistas historicamente construídas em relação a representação do que é belo e bom. “A Mulher Negra no Livro Didático” traz reflexões sobre como as mulheres negras que foram importantes na formação sócio-histórica do país foram apagadas ou pouco citadas em livros didáticos e conseqüentemente não têm o devido reconhecimento pelos estudantes e sociedade em geral. “A História do Cabelo e sua Importância na Cultura Africana” reflete sobre o cabelo afro e seus significados culturais, de ancestralidade e autorreconhecimento. O artigo “A Mulher Negra no Mercado de Trabalho Brasileiro” aborda a precarização de postos de trabalho ocupados por mulheres negras, do ponto de vista da representação, do racismo e da informalidade das relações trabalhistas.

## Referências

ARAUJO, Joel, Zito. **A Força de Um Desejo- a persistência da branquitude como padrão.** REVISTA USP, São Paulo, n.69, p. 72-79, março/maio 2006. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13514/15332>>. Acesso em 14 de julho de 2020.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação.** Revista Estudos Avançados 11(5) p.113-191, abril/1991. Disponível em:<[https://www.researchgate.net/publication/250983425\\_O\\_mundo\\_como\\_representacao](https://www.researchgate.net/publication/250983425_O_mundo_como_representacao)>. Acesso em 12 de julho de 2020.

HALL, S. **Cultura e Representação.** Rio de Janeiro: Editoria PUC Rio, 2016.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MBEMBE, Achile. (2017). **Crítica da Razão Negra.** Lisboa: Antígona.

## A IMPORTÂNCIA DO NEGRO NO GÊNERO PUBLICITÁRIO PARA A FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO

Jamyle Fontynele de Souza

Este artigo é resultado da aplicação de uma sequência didática elaborada no Curso de Aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola, tendo por título *A importância do negro no gênero publicitário para a formação do indivíduo*. A sequência foi aplicada na disciplina de Língua Portuguesa e trabalhada com uma turma do 2º ano do ensino médio durante o período de três dias na Escola Rural de Ensino Fundamental e Médio Vitória, localizada a 100km de Rio Branco, na estrada de Boca do Acre, município de Porto Acre-AC, Porto Alonso, Ramal do Mineirinho km/4. A intenção inicial era que os alunos pudessem desmistificar conceitos racistas e machistas internalizados ao longo dos anos na sociedade, como também conhecer e discutir novos conceitos, como identidade e cultura negra, representatividade do negro nos dias atuais, preconceito, discriminação e racismo, refletindo sobre a importância dos textos publicitários no cotidiano e de como o negro é representado neles.

Nosso principal objetivo foi abordar e analisar o gênero publicitário com ênfase no texto jornalístico, a fim de identificar quais textos circulam diariamente nas mídias, com foco na representação do negro e como é percebido o racismo nestes textos publicitários. Partimos das seguintes problematizações: Como as mídias, mais precisamente as propagandas nas revistas, estão retratando o negro dentro dos noticiários e vendas de produtos? Quantas vezes, ao folhearmos uma revista, notamos a presença do negro, seja na notícia do início da manhã ou na venda de um cosmético?

De acordo com Munanga (2006) os modos de existência ou de representação, as maneiras de pensar, de julgar, de sentir que pertencem aos indivíduos e que são irredutíveis às outras comunidades são aprendidos. O indivíduo



constrói suas concepções de mundo a partir das vivências e experiências com o mundo, processo em que se aprende conceitos e os reproduz. Se nós somos seres em constante construção e somos expostos, a todo momento, a uma gama de informações, é válido refletir a importância que o gênero publicitário tem exercido sobre nós e, principalmente, como a população negra é representada nele.

Com relação à representação do negro nas telenovelas, especialmente da mulher negra, Santos (2008) afirma que a televisão reproduz discursos racistas, se pararmos para analisar. “Quem é que faz propaganda do carro do ano? Em sua maioria, os apresentadores dos jornais televisivos são brancos ou negros? E as novelas, que papéis as mulheres negras exercem?” (SANTOS, 2008. p. 04). De acordo com Moura (2006) o espaço midiático desempenharia um papel crucial na produção e manutenção das desigualdades raciais, naturalizando-as, seja na televisão, rádio ou internet. Este pensamento vem sendo pautado culturalmente por um pensamento medieval muito antes do século XV, no qual se associava o branco (claro) ao dia e à inocência, e o preto (escuro) aos demônios e à tristeza.

Muitos séculos se passaram e esses tipos de pensamentos foram repassados por gerações, os enunciados mudaram e as palavras tomaram outras formas. Porém, o discurso discriminatório, racista e segregador ainda é o mesmo. Torna-se necessário, então, que percebamos a importância de levar tal temática para ser refletida pelos alunos na escola, a fim de desmistificar conceitos racistas e separatistas, mal compreendidos e interpretados, de modo que, a partir de então, os estudantes possam fazer outros questionamentos tanto dentro quanto fora do ambiente escolar.

A escola onde foi realizada a intervenção pedagógica situa-se em um ambiente rural, onde a comunidade apresenta dificuldade de acesso à internet e ao uso de equipamentos eletrônicos, como também precisa lidar com a falta de energia elétrica em alguns momentos. A sequência didática foi aplicada em três dias consecutivos numa turma de 2º ano do ensino médio.

Inicialmente, se discutiu a respeito da parte histórica da construção do Brasil, de forma sucinta, para que os alunos pudessem perceber as relações existentes entre a construção, os mitos criados e a forma como os negros ainda são tratados nos dias de hoje. Foram discutidos e diferenciados termos como preconceito, discriminação e



racismo, e indagou-se o que os alunos entendiam pelo significado destas palavras e se já haviam presenciado algum caso que pudessem relacionar aos conceitos atribuídos. Ao término dessa primeira aula, os estudantes assistiram aos curtas-metragens: *O preconceito cego*, de Patrick Thouin e *Vista a minha pele*, de Joel Zito Araújo. E, por fim, foi solicitado que os alunos, aos chegarem em casa, conversassem com seus pais para saber se algum deles tinham passado por alguma situação de preconceito racial.

No segundo dia foi feita uma roda de conversa a respeito dos relatos narrados pelos pais. Após a conversa cada um dos alunos recebeu uma revista, sendo estas diversas e de diferentes perspectivas, e foi orientado que eles folheassem e analisassem seguindo a seguinte problematização: Quantas notícias e propagandas podem ser encontradas que trazem a representatividade do negro?

No terceiro dia foi apresentada a proposta de produção de um jornal que mostrasse reportagens de casos de preconceito racial, discriminação e racismo enfrentados por personalidades negras e por pessoas comuns. Também foi realizada a produção da capa desse jornal. Trabalhar com esta temática na escola foi muito gratificante e no final os alunos foram motivados a responderem a seguinte pergunta: Após os conceitos trabalhados, identifique uma propaganda ou notícia que se possa discutir o racismo presente nos textos publicitários?

Dentre os trabalhos discutidos, o que mais se destacou foi o de um aluno que comentou a respeito de uma notícia intitulada “Ela versus concorrência”, publicada pela revista *Veja* no dia 17 de agosto de 2011 e na qual se fazia um levantamento, segundo a opinião pública, sobre quais eram as atrizes bem-sucedidas na TV na década em questão, tendo como parâmetros os seguintes quesitos: moderna, sensual, popular. A pesquisa discutida pelos alunos não demonstrava somente a não existência das mulheres negras nos resultados, mas também evidenciava como os jovens, que são parte do público das telenovelas, identificam e reproduzem ideias e representações do que é mais belo, mais sensual e mais popular.

Outra discussão significativa se deu em torno de uma reportagem que discutia a natalidade no Brasil, da Revista *Medicina e Fé*, de 2011. Problematizou-se a seguinte questão: “No Brasil só tem neném brancos?”. Uma outra discussão se deu em torno de uma propaganda de um colégio particular veiculada na Revista *Planeta*,



de 2008, onde só apareciam crianças brancas e loiras na imagem. A discussão se deu dentro da ótica de que a maior parte dos alunos das escolas privadas é constituída por brancos ressaltando, assim, as desigualdades sociais.

Após as discussões realizadas em sala de aula os alunos perceberam quão grande é a discriminação vinculada pelos gêneros publicitários e que ela se reproduz em vários espaços. Uma observação importante que cabe ser feita é quanto ao uso de computadores e da rede de internet pelos alunos para fazerem a pesquisa, por meio da qual eles mostraram-se motivados e procuraram com interesse as matérias que discutiam a temática, trazendo frases e expressões utilizadas por famosos no combate ao preconceito.

Santos (2008) acentua que só com uma política para a população negra na mídia e em outros espaços da sociedade é que se irá superar o papel da subalternidade. Após tantas lutas enfrentadas pelos negros no Brasil, ainda há muito preconceito e discriminação sendo reproduzidos pelas pessoas e em vários espaços sociais. Logo, precisamos levar para a escola a discussão sobre conscientização do racismo, pois é a partir dela, com um lugar formativo, que os indivíduos podem refletir, ressignificar e desconstruir ideias estereotipadas representadas nas propagandas, jornais, revistas e em outros meios de comunicação.

## Referências

MOURA, Vagner Aparecido de; MOURA, Cleide Aparecida. **Mídia e Racismo no Brasil**. Cadernos do CNLF, Vol. XVI, Nº 04, t. 1 – Anais do XVI CNLF. p. 869-877. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/xvi\\_cnlf/tomo\\_1/076.pdf](http://www.filologia.org.br/xvi_cnlf/tomo_1/076.pdf)>. Acessado em: 10 de nov. 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Algumas Considerações sobre “raça” ação afirmativa e identidade negra no Brasil: Fundamentos Antropológicos**. Revista USP, São Paulo, n.68, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2005-2006.

**O PRECONCEITO CEGA**. Roteiro, direção e edição de Patrick Thouin. 21 set. 2012. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=aec-i7n6V48>> Acessado em: 13 nov. 2016.

SANTOS, Francijane Lima dos; SILVA, Márcia Ramos da; ROCHA, Solange Pereira de. **A representação da mulher negra nas telenovelas brasileira: um espaço em construção**. In: Anais do XXIV SIMPÓSIO Nacional de História- ANPUH, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2008. Disponível em:

<[http://www.anpuhpb.org/anais\\_xiii\\_eeph/textos/ST%2016%20-%20Francijane%20Lima%20dos%20Santos%20e%20Marcia%20Ramos%20da%20Silva%20TC.PDF](http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2016%20-%20Francijane%20Lima%20dos%20Santos%20e%20Marcia%20Ramos%20da%20Silva%20TC.PDF)> Acessado em: 12 de nov. 2016.

**VISTA A MINHA PELE.** Direção de Joel Zito Araújo. CEERT 09 out. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bxJvKnW9JYs>>. Acessado em 13 nov. 2016.

## A MULHER NEGRA NO LIVRO DIDÁTICO

Letícia Thaynã de Queiroz Alves

Este artigo é parte do processo de conclusão do Curso de Aperfeiçoamento Uniafro – Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola, oferecido pela Universidade Federal do Acre, e relata uma experiência pedagógica realizada a partir da aplicação de uma sequência didática no dia 8 de outubro de 2016, na disciplina de História, para alunos do oitavo ano do Ensino Fundamental II, da Escola Brigadeiro Eduardo Gomes, localizada na cidade de Senador Guiomard, no Acre.

O objetivo deste trabalho é abordar a experiência pedagógica, considerando as discriminações de raça e gênero encontradas em livros didáticos, a partir da problematização da ausência e/ou da forma como é retratada a figura da mulher negra nos referenciais dos livros didáticos de História. Para tanto, utilizou-se como base a obra “A mulher negra que vi de perto”, de Nilma Lino Gomes (1995), para discutir e compreender a discriminação racial no interior da escola.

O procedimento metodológico se deu por meio da seleção e da análise de coleções de livros didáticos de História do Ensino Fundamental II, publicados depois do ano 2003 e após o advento da Lei nº 10.693/03, que torna obrigatório o ensino de Cultura e História Afro-brasileira na Educação Básica em todas as instituições de ensino, públicas e particulares, em todo o território nacional. Os livros didáticos analisados e utilizados fazem parte da coleção de Patrícia Ramos Braick (2011), do sexto ao nono anos.

O ensino de História e Cultura Afro-brasileira nas escolas tem uma grande importância na autoafirmação de crianças e jovens negras e na identificação de comportamentos discriminatórios, que muitas vezes ocorrem de forma velada, bem



como a discriminação da mulher negra no livro didático, no qual muitas vezes nem chega a ser citada.

Assim, a análise sobre a abordagem e discriminação de gênero e de raça no livro didático é necessária para propiciar o despertar do senso crítico na comunidade escolar, tal como o rompimento dos estereótipos que se arrastam há tempos, derivados de um sistema escravista e patriarcal que deixou marcas na trajetória da mulher negra na sociedade brasileira.

A sequência didática foi aplicada em quatro horários de aula, nos quais se analisou, com os alunos, a forma como a mulher negra é representada no livro didático, buscando provocar uma reflexão sobre o papel dela durante o período da escravidão no processo de resistência dos quilombos.

As duplas formadas fizeram uma breve análise dos livros didáticos do ensino de História utilizados no Ensino Fundamental II da coleção de Patrícia Ramos Braick (2011), do sexto ao nono anos. Como resultado, os estudantes encontraram poucas informações sobre a participação negra no processo de construção do país e menos ainda com o foco na mulher negra.

No decorrer da intervenção pedagógica, notou-se que os alunos desconheciam elementos importantes da cultura africana e o quanto ela possui grande influência na cultura brasileira, explicitando a carência de se trabalhar essa temática no âmbito escolar. Ao instigá-los, à procura de evidências sobre a presença e o papel das mulheres no Quilombo dos Palmares, por exemplo, grande parte da turma não tinha conhecimento da existência desses sujeitos sociais no contexto histórico de luta e resistência negra na história brasileira. Percebeu-se que, ao realizar discussões sobre essas mulheres, muitas meninas sentiram certa valorização da personalidade feminina, alimentando o amor próprio quase inexistente devido à discriminação em âmbito escolar em razão da cor.

Dando sequência à intervenção pedagógica, os alunos foram apresentados à figura de Dandara dos Palmares e, como resultado, demonstraram surpresa, pois nunca tinham ouvido falar dela. Foi explicado para a turma que Dandara, assim como Zumbi, era guerreira e liderou homens e mulheres contra o sistema escravista. No entanto, a história dela é pouco ou quase inexplorada pelos livros didáticos utilizados.



Em seguida, foi provocada uma reflexão sobre como o conhecimento de história dos negros poderia se tornar inspiração para muitas meninas que se sentem inferiorizadas em decorrência do racismo no ambiente escolar. Como resultado, os estudantes puderam, pela primeira vez, perceber essa discriminação no livro didático e observar o seu impacto em sala de aula. Além disso, puderam identificar situações de discriminação racial no ambiente escolar que não identificavam antes, pois nem sempre a discriminação racial no interior da escola aparecerá em forma de hostilidade ou agressão ao negro, como salienta Gomes (1995).

A partir da experiência com a turma, todos foram levados a pensar sobre a forma como o professor pode se munir para esse combate real, de trabalhar questões de discriminação no ambiente escolar, compreendendo que o livro didático poderia ser um dos principais instrumentos utilizados, caso a figura do negro e, principalmente, a da mulher negra, estivessem presentes no conteúdo como atores do processo de construção da história do Brasil.

A importância de se ter mulheres negras nos livros didáticos e de se conhecer as histórias delas promove a iniciação do processo de aceitação identitária, rompendo estereótipos historicamente construídos que discriminam as mulheres negras e anulam a contribuição histórica delas para a construção do país.

Portanto, deve-se criar condições para que haja mudanças no âmbito escolar que rompam com esse silenciamento nas perspectivas historiográficas tradicionais, buscando mostrar a presença real da mulher negra na história do Brasil. Entende-se, então, que é necessário uma reformulação no livro didático, objetivando desconstruir os estereótipos e os preconceitos para que a figura negra possa ser apresentada com o devido valor no processo de construção histórica e social do Brasil.

Nessa perspectiva, a Lei nº 10.693/03, se de fato aplicada, torna-se um instrumento de grande valia e de combate ao preconceito racial no âmbito escolar, pois revelaria a desmistificação que há sobre a cultura afro-brasileira, propiciando aos alunos o mínimo de embasamento para que eles entendam que não há motivos para se sentirem superiores aos outros por motivos de raça/cor. Também é necessário que haja uma formação adequada sobre essas questões para os professores, já que o docente pode contribuir para a superação de práticas discriminatórias de preconceito e de racismo contra crianças e jovens negros e negras.



Portanto, é necessário que os professores se atentem para questões fundamentais a serem trabalhadas no cotidiano escolar, na perspectiva da promoção de uma educação atenta e que valorize a diversidade cultural e o respeito às diferenças, engrandecendo e reconhecendo a cultura negra como elemento fundamental para a construção da cultura brasileira.

Faz-se necessário uma avaliação mais profunda e assertiva de como os professores exercem a prática pedagógica com atenção às relações étnico-raciais, para que se possa compreender como a educação pode se constituir em um espaço de contestação de práticas racistas e discriminatórias, sejam elas claramente expostas ou não.

### **Referências**

BRAICK, Patrícia Ramos. **Estudar História: das origens do homem a era digital**. São Paulo: Moderna, 2011.

BRASIL. Lei nº. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário oficial da união**. Brasília, DF, p. 1, 9 jan. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm)>. Acesso em: 30 jun. 2016.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

## **A MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**

Lucinéia Batista de Lima

Este artigo é fruto dos estudos realizados no curso de aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola, baseado na lei 10.639/2003.

O método utilizado para esta produção foi a pesquisa documental e bibliográfica, objetivando compreender a situação da mulher negra no mercado de



trabalho brasileiro: o acesso, as posições ocupadas e o processo de valorização enquanto mulheres trabalhadoras. A intervenção pedagógica foi realizada com estudantes do Módulo III do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos da Escola Estadual Lourival Sombra Pereira Lima, situada no município de Rio Branco/AC. Para a intervenção prática foi utilizada a Coleção os Cadernos de EJA: A Mulher e Trabalho (2007).

A história de luta das mulheres pela sua inserção no mercado de trabalho não é recente. Ela se inicia com amarras patriarcais historicamente construídas que impuseram à figura feminina a subserviência, obediência e atividades de cunho doméstico. Para a mulher negra, esse processo foi e continua sendo ainda mais difícil em decorrência da herança colonial escravista da construção do Brasil.

A intervenção pedagógica descrita a seguir buscou mostrar a ascensão da mulher negra no mercado de trabalho, fazendo um resgate histórico da luta das negras quilombolas e de como elas trabalharam para garantir a subsistência de si e dos seus próprios familiares. Analisamos, ainda, a forma como os alunos enxergam e reconhecem esta mesma temática, a fim de levá-los a uma reflexão por meio de atividades práticas e de reconhecimento das condições de trabalho dessas mesmas mulheres.

Para tanto, foi aplicada uma sequência didática com o mesmo tema do artigo. A primeira atividade foi o levantamento de conhecimento dos alunos sobre o racismo, sucedido pela exibição de alguns vídeos sobre a temática e por uma discussão mais geral com os estudantes. Em seguida, realizou-se o levantamento de conhecimentos prévios acerca da mulher negra no atual mercado de trabalho. Foram distribuídos os cadernos de EJA “Mulher e Trabalho” (2007), para que pudéssemos realizar a leitura compartilhada do texto “Mulheres e trabalho na História do Brasil”. Ao mesmo tempo, foram mostradas imagens dos trabalhos realizados pela mulher negra em diferentes períodos da história do Brasil. A atividade tinha por finalidade fazer com que a turma compreendesse que a situação atual se fundamenta no passado.

Foi apresentada aos alunos a importante colaboração das mulheres negras na formação dos quilombos e em todo o processo de luta pela abolição da escravidão: elas “acompanhavam os quilombolas em caçadas ou enfrentamentos



com os temidos capitães do mato e, então, exerciam função de apoio ao conduzir pólvora e armamentos, assim levando e trazendo recados.” (PRIORE, 2010, p. 69). Com isso em mente, foi feita a leitura do texto do caderno de EJA (2007) sobre o Quilombo “Conceição das Crioulas”, localizado no sertão de Pernambuco a quase 550 quilômetros de Recife; com, ainda, a apresentação de um vídeo para ilustrar o texto. Durante a aula, os alunos obtiveram informações cruciais sobre as realizações históricas da mulher negra quilombola, dissociando-a da imagem de escrava: “as mulheres quilombolas destacaram-se na manutenção material de suas comunidades, zelando pelo suprimento de alimentos, confeccionando roupas e utensílios para uso doméstico”. (PRIORE, 2010, p. 69). Através da exibição do vídeo, os alunos puderam refletir sobre como essas mulheres quilombolas e abolicionistas ajudaram a preservar a história e cultura afro-brasileira.

Dando sequência, a turma fez a leitura compartilhada e dialogada do texto “Mulheres em desvantagens”, cujo tema é o levantamento de que a maioria das mulheres negras estão empregadas no setor de serviços e trabalhos domésticos, sem a carteira assinada e a correspondente proteção das leis trabalhistas (EJA, 2007). Tal leitura propiciou a reflexão sobre a discriminação enfrentada pela mulher negra no mercado de trabalho. Esta primeira parte foi encerrada com a confecção e apresentação de cartazes com imagens de mulheres negras em suas atividades laborais.

A segunda etapa da intervenção pedagógica se deu por meio da entrega de questionários com os quais a turma deveria entrevistar algumas mulheres negras (sobre suas profissões), sabendo que haveria, depois, apresentação destes em sala de aula. Com o resultado das entrevistas oriundas dos questionários, os estudantes puderam constatar a recorrência da discriminação da mulher negra no mercado de trabalho. Dentre os relatos incitados pelos questionários, foram dois os que mais chamaram a atenção geral: o de mulheres trabalhadoras que foram xingadas de “escrava” e “macaca” em seu ambiente de trabalho; e o de uma odontologista que foi agredida verbalmente, mas não chegou a denunciar por temer as ameaças de seus agressores. Outra observação dos alunos foi sobre a escolarização das trabalhadoras entrevistadas: apenas uma tinha nível superior; as outras tinham nível fundamental e médio. A partir daí, é possível observar que, em alguma medida, o trabalho informal,



o preconceito, a discriminação e a baixa escolaridade fazem parte da vida das mulheres entrevistadas.

Para fins avaliativos, foram considerados os seguintes pontos: participação nos questionamentos levantados, debate em sala de aula sobre a temática apresentada, confecção e apresentação dos cartazes produzidos e entrevistas com mulheres negras sobre suas profissões. O resultado da intervenção foi positivo, visto que os alunos expressaram opiniões em todos questionamentos, bem como foram participativos nos debates propostos. Nossos objetivos foram alcançados, uma vez que a turma passou a conhecer e compreender melhor a situação da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro. No mais, os alunos despertaram novos olhares sobre as ocupações dessas mulheres, bem como obtiveram um maior conhecimento sobre suas trajetórias, lutas e conquistas.

A luta da mulher negra deve ser a luta de todas as mulheres. Contudo, não são todas que conseguem crescer socialmente. Daí a necessidade de tomarmos consciência do valor que cada mulher tem, fortalecendo a luta para que elas possam desenvolver novas ideias e buscarem a melhoria das suas condições de vida, tanto por meio de uma maior inserção no mercado de trabalho, quanto através de uma maior visibilidade social.

Ainda cabe ressaltar a experiência de mulheres negras na luta pela superação do preconceito e discriminação racial: algumas com o apoio de entidades do movimento negro; outras com espírito de luta e coragem, e muito esforço pessoal. A partir de todo o processo realizado na aplicação da sequência e produção deste trabalho, foi possível constatar que as mulheres negras ainda têm pouca visibilidade no mercado trabalho. Mesmo diante de suas lutas contra a opressão de gênero e de raça, elas ainda são discriminadas. Porém, trata-se de um longo caminho, traçado e moldado por meio de uma constante ação política feminista e antirracista.

## Referências

DEMARCO; Diogo Joel; KALILL, Luna; MAZZEU (orgs). **Mulher e trabalho**. Coleção Cadernos de EJA. Ministério da Educação. SECAD- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília- DF, 2007.

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil** – São Paulo: Contexto, 2006.

## A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO NEGRO NA MÍDIA BRASILEIRA: TELENOVELAS E ESTEREÓTIPOS RACIAIS

Natalia Pereira Dos Santos Barrozo

O presente artigo consiste em uma breve reflexão sobre a vivência proporcionada por meio do curso de aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola, que teve como principal objetivo conscientizar sobre o emprego das temáticas afro-brasileiras no ensino brasileiro. Para isso, foi pensada uma formação com a temática: Imagem do negro na mídia brasileira: telenovelas e estereótipos raciais, que, posteriormente, foi aplicada em uma turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na escola de Ensino Fundamental e Médio Lourival Sombra Pereira Lima, localizada em Rio Branco, Acre, objetivando proporcionar, aos alunos, uma compreensão crítica sobre o papel da mídia como agente social, o entendimento sobre a construção da imagem do negro na história do país e identificação dos principais estereótipos criados pela mídia brasileira.

A televisão chegou ao Brasil na década de 1950 e com ela as telenovelas. Contudo, foi na década de 1970 que as telenovelas passaram a fazer parte do cotidiano brasileiro, principalmente, por causa da melhoria na qualidade de transmissão. As telenovelas são produtos culturais que vêm tomando, ainda mais, espaço com o passar do tempo, contextualizam e mostram situações vivenciadas pela população do país, propondo moda e desconstruindo tabus. Elas viraram uma forma de entretenimento assistida por boa parte da população brasileira, independente de classe social, até mesmo nos dias atuais. Sendo mania nacional, elas abordam assuntos polêmicos e do cotidiano brasileiro e também se tornam um produto de manobra social, expondo o que determinada classe deseja ter como verdade.

Abordar sobre o papel do negro nas telenovelas brasileiras assume uma total relevância, principalmente, tomando como princípio a importância que elas têm na vida da população, independentemente da cor da pele.

Para a realização desse trabalho, foi desenvolvida uma discussão sobre estereótipos raciais expostos pela mídia televisiva no geral e telenovelas brasileiras.



A proposta de intervenção pedagógica era que os alunos identificassem questões sociais que estão presentes no cotidiano e levassem para casa uma percepção mais profunda sobre o conteúdo, deixando de lado a concepção de que o ensino está somente vinculado às quatro paredes da sala de aula, e percebessem que a aprendizagem é um processo contínuo.

A oficina teve os seguintes objetivos: analisar atitudes de desrespeito e violação dos direitos humanos bem como ações de racismo na teledramaturgia brasileira; compreender como se deu a construção da imagem do negro na mídia brasileira; identificar os estereótipos criados pela mídia brasileira; expressar-se criticamente frente a questões de intolerância raciais e citar as principais personalidades negras da atualidade.

No primeiro momento, os alunos foram estimulados para que pudessem expressar seus conhecimentos prévios sobre a trajetória do negro no Brasil, e qual a importância deles para a sociedade, pedindo que os estudantes falassem quais personalidades negras conheciam ou acompanharam pelos meios de telecomunicação como a televisão e outros. Em seguida, foi realizada uma aula expositiva sobre a história da mídia brasileira; a trajetória do negro na teledramaturgia brasileira, direitos conquistados pelos negros no Brasil e algumas celebridades negras. Nesse momento, houve uma leitura em conjunto para maior aceitação e interação dos alunos.

No terceiro momento, foi exibido o filme de gênero documentário “A Negação do Brasil – O Negro nas Telenovelas Brasileiras”, de Joel Zito Araujo (2000). Antes, houve uma explanação breve sobre o filme, quando foi produzido e foi apresentada a ficha técnica do filme aos alunos. Foi ressaltado o que eles deveriam observar durante a transmissão do filme, como o conteúdo, os personagens, os principais acontecimentos, os lugares, os cenários e o tempo em que decorrem as histórias narradas.

Ao final da exposição do filme, foi realizado um debate em que os alunos falaram o que observaram e compreenderam. Nesse momento, apresentaram, também, a análise dos itens anteriormente solicitados. Em seguida, os estudantes tiveram que expor os pontos negativos do filme, objetivando uma reflexão crítica.



Joel Zito Araújo é um dos principais nomes que trabalha com essa temática, em seu documentário “A negação do Brasil – O negro na telenovela brasileira” (2000). Ele aborda como a história e a presença do negro vem sendo construída de forma lenta na mídia brasileira. A intenção era que os alunos pudessem compreender, através do documentário, que os enredos que mostrassem os negros estão repletos de erros sobre a história e cultura afro-brasileira. “Atores marcadamente mestiços [...], se trazem em seus corpos e em suas faces uma maior quantidade de traços não-brancos, são sempre vítimas de estereótipos negativos” (ARAUJO, 2008, p. 981). Assim, pode-se afirmar que a visão que se tem dos negros nas novelas brasileiras é generalizadora, pois na maioria das produções, apesar de mais de 50 anos de televisão no Brasil, o negro ainda recebe papéis secundários, como coadjuvantes e cheios de estereótipos. É comum encontrar negros fazendo papel de escravos, jagunços, empregadas domésticas, malandros, morando em favelas, e até mesmo sendo o amigo fiel que só serve para destacar, ainda mais, o personagem branco.

Dando sequência a intervenção, foi entregue, aos alunos, uma atividade avaliativa em forma de questionário sobre o filme anteriormente exibido. Durante a realização da atividade, os alunos mostraram grande dificuldade para responder o questionário. Contudo, ao término da aula, quando foi proposta a leitura e discussão das respostas, a exemplificação de vivências e de situações de preconceito racial, os alunos mostraram grande interesse e conhecimento sobre o assunto.

Essa vivência proporcionou, aos estudantes, a percepção sobre a importância do ensino para o processo de conquistas e transformações sociais, visibilizando também os prazeres e as dificuldades que as temáticas afro-brasileiras podem proporcionar ao processo de ensino-aprendizagem, mostrando que o professor assume um papel de referência para os alunos, fazendo com que eles tenham uma percepção reflexiva sobre os diversos acontecimentos de sua sociedade.

De acordo com o Caderno de Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais da EJA (2006), em relação ao que se refere aos desafios está o de incluir a discussão racial no currículo não apenas de forma transversal, mas que propicie a problematização das vivências dos estudantes. Quanto a isso, a temática em questão proporcionou, aos alunos, o contato com uma abordagem diferenciada



no processo de ensino-aprendizagem na disciplina de História e um olhar mais abrangente para os processos desenvolvidos pelo homem na sociedade em que vive.

No início da intervenção os alunos mostraram pouco interesse para entender a necessidade do conteúdo estudado. Mesmo sabendo identificar os inúmeros estereótipos expostos no decorrer da aula, a falta de empatia foi um grande obstáculo para a aceitação da temática, já que os alunos não se identificaram como pertencentes à raça negra. Ao final da aula, foi possível perceber uma mudança e a construção de um olhar mais crítico sobre temáticas raciais na vida daqueles alunos.

São inúmeros os desafios que a temática étnico-racial terá que ultrapassar para se tornar ainda mais presente no ambiente escolar. A intervenção pedagógica com uma turma formada por jovens e adultos possibilitou uma reflexão ainda maior sobre o papel do professor no processo de ensino-aprendizagem, mostrando que ele não pode se prender somente ao que foi planejado e que a sala de aula é um ambiente multicultural, com inúmeras realidades de vida, e essa heterogeneidade pode ser um grande trunfo para manter sua aula atrativa e bem-sucedida.

A educação brasileira enfrenta inúmeros desafios. Ainda é possível perceber uma educação eurocêntrica e mesmo com as conquistas das últimas décadas, os negros ainda são reféns das desigualdades e da negação de sua história e cultura. É importante ressaltar que o movimento negro brasileiro sempre se valeu da educação como instrumento para promover as demandas da população negra e para o combate das desigualdades sociais e raciais, como resalta o Caderno de Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais da EJA (2006).

A história e cultura afro-brasileira são vistas como plano de fundo da história e cultura eurocêntrica, o que pode ser visto, frequentemente, em produções artísticas e televisivas, como foi exposto neste trabalho.

Mudanças e incentivos são necessários para que exista o reconhecimento da cultura africana na vida dos brasileiros, e a mídia brasileira tem um papel de extrema importância para esse reconhecimento, pois enquanto imperar a falsa democracia racial e a propagação de preconceitos e concepções errôneas sobre a cultura africana, não haverá aceitação de que o Brasil é um país multicultural, e, portanto, extremamente rico.

## Referências

A NEGAÇÃO do Brasil: o negro na telenovela brasileira. Direção de Joel Zito Araujo. São Paulo. Ministério da Cultura, 2000. 1 DVD (91 min.).

ARAUJO, Joel Zito. O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 979-985, set./dez. 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000300016&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000300016&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 16 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

## A HISTÓRIA DO CABELO E SUA IMPORTÂNCIA NA CULTURA AFRICANA

Raquel Diomara da Silva

O presente artigo é resultante de uma oficina realizada com estudantes do 6º ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental Elozira dos Santos Thomé, localizada no bairro Alto Alegre, em Rio Branco, estado do Acre. A intervenção pedagógica realizada na escola foi uma atividade obrigatória do Curso de Aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola, oferecido pela Universidade Federal do Acre – Ufac. A prática reflexiva dessa intervenção no ambiente escolar será evidenciada no texto.

A temática escolhida, referente ao cabelo afro, teve como intuito desmistificar os preconceitos relacionados aos penteados africanos. Dessa forma, procurou-se abordar a singularidade africana reforçando a ideia do quanto somos agraciados com essa cultura que é riquíssima.

Durante a atividade, foram abordadas questões ligadas ao cabelo afro, relacionando-se a questão estética e a construção da identidade negra. Trabalhou-se com a perspectiva cultural, enfatizando-se o cabelo como símbolo de resistência para os afrodescendentes, que buscam em seus antepassados a tradição de usar penteados carregados de simbologias.



De acordo com estudos arqueológicos, o continente africano é apontado como o território habitado há mais tempo no planeta Terra. Disso resultou uma grande variedade de idiomas, dialetos<sup>14</sup>, religiões e regimes políticos, além de grande diversidade econômica. E ainda, a África sempre apresentou uma enorme riqueza cultural, principalmente nas questões que envolvem arte e culinária, bem como tradições ligadas às vestimentas e penteados.

Conforme Gomes (2006), no início do século XV, o cabelo era visto como um condutor de mensagens na maioria das sociedades africanas ocidentais. Nessas culturas, o cabelo era parte integrante de um complexo sistema de linguagem. Sendo assim, tanto na cultura africana quanto na dos afrodescendentes brasileiros, o cabelo assume um valor que não é somente estético, mas que também está carregado de significados sociais, espirituais e culturais. Ainda de acordo com Gomes (2006), nas sociedades africanas o estilo do cabelo revela detalhes, tais como o estado civil, a origem geográfica, a idade, a religião, a identidade étnica, o poder aquisitivo, a posição social e o status na comunidade.

No período da escravidão, o turbante era usado para diferenciar os grupos africanos, discriminando, por exemplo, a região de origem. Entre as nagôs, grupos étnico-linguístico da África Ocidental, o Ojá<sup>15</sup> era amarrado com várias voltas ao redor da cabeça. Também era usado para amarrar bebês na cintura, nas costas e no busto, para roupa de algum orixá. Assim, o uso do turbante deve ser compreendido não apenas como um simples tecido enrolado na cabeça ou um adereço, mas como um sinal de resistência, de luta e de consciência da ancestralidade e da identidade negra.

Nas comunidades pertencentes ao oeste africano, as mulheres admiram uma bela cabeça com longos e grossos cabelos. Ao utilizá-los, evidencia-se sua vitalidade e prosperidade, além de ser sinal de mão fértil para o plantio e de filhos saudáveis.

Além dos valores estéticos e sociais, os motivos espirituais também serviram para elevar o significado dos cabelos. Muitos africanos acreditavam que eles eram um instrumento de comunicação entre o homem e as divindades. De acordo com essa

---

<sup>14</sup> Segundo dados divulgados pelo site Afreaka, atualmente a África possui 2092 línguas faladas e mais oito mil dialetos.

<sup>15</sup> Conforme o Dicionário Online Michaelis, o Ojá é utilizado no candomblé e em cultos afins. Trata-se de uma faixa de pano ornada de búzios e contas, usada na cabeça ou no busto e como ornamento do tronco das árvores sagradas.



visão, por estar na parte mais elevada do corpo, o cabelo significava proximidade com o divino, ou seja, a afirmação desse elo.

De acordo com Lody (2004), na cultura africana o corpo é um espaço de manifestação artística, especialmente a cabeça. Dessa forma, "os cabelos e os penteados assumem para o africano e os afrodescendentes a importância de resgatar, pela estética, memórias ancestrais, memórias próximas, familiares e cotidianas" (LODY, 2004, p. 65). Sendo assim, a partir desses apontamentos é possível afirmar que o significado social do uso do cabelo vai além das questões estéticas, já que ele confere aos africanos o autorreconhecimento de suas raízes.

Entretanto, a influência exercida pela cultura europeia nos povos africanos resultou na perda da valorização cultural. Com a colonização europeia e a influência direta do pensamento etnocêntrico, a concepção de belo passou por transformações que acabaram gerando representações negativas, na tentativa de inferiorizar toda uma cultura.

Conforme dito no início, o objetivo desse trabalho é descrever a intervenção pedagógica realizada na instituição de ensino escolhida. Nessa intervenção, buscou-se trabalhar com a história e com o significado dos penteados afros, para que os alunos pudessem reconhecer a importância da ancestralidade africana em nós, brasileiros.

Para a elaboração dessa atividade, no primeiro momento foi realizada uma pesquisa em livros e artigos disponibilizados na internet. Posteriormente, foi elaborada uma sequência didática a ser aplicada em sala de aula, que deveria ser colocada em prática em duas aulas de 60 minutos cada, realizadas em dias diferentes.

Em sala de aula, inicialmente foi exposto o mapa mundi para a localização da África. Também foi mencionada a extensão territorial e a população do continente. A partir daí, iniciou-se uma discussão abordando os temas ligados às riquezas culturais e suas expressões por meio do cabelo de diversas gerações. Foi ressaltado que a cultura africana deve ser observada sempre no plural, tendo em vista sua diversidade. Além disso, a cultura africana foi trabalhada, dentro da perspectiva da estética, a partir de dois vieses: cabelo e seus penteados.

Em um segundo momento foi abordada a questão do etnocentrismo, ressaltando que o cabelo afro passou a ser visto como inferior após o contato dos



africanos com os europeus. Para complementar, logo em seguida foi exibido o curta-metragem “Pode me chamar de Nadir,” com direção e roteiro de Déo Cardoso, que retrata o preconceito com o cabelo afro e mostra até que ponto esse preconceito afeta as pessoas.

O curta relata o cotidiano de uma menina que sofre racismo por causa de seus cabelos crespos, mas que ao encontrar uma mulher negra com os cabelos soltos e naturais, perde a vergonha que sentia de seus cabelos. Assim, aproveitou-se para destacar que inicialmente o cabelo era, para os povos e tribos africanas, um transmissor de mensagens que passava informações sobre o estado de espírito das pessoas e sua posição social. Com o tempo ele foi perdendo esse significado, tornando-se alvo de racismo, que pode ser observado, por exemplo, quando se utiliza o termo pejorativo “cabelo ruim”.

Depois da apresentação do vídeo, foi solicitado aos alunos que relacionassem o que tinha sido exposto no curta com o próprio cotidiano. Nesse momento, percebeu-se um bloqueio entre eles, que se entreolharam como se estivessem trocando alguma experiência em comum. Instigados a falar, depois de um tempo significativo eles começaram a se expressar, descrevendo como a personagem Nadir se sentia em relação ao seu cabelo e constatando a importância da modelo na construção da sua autoestima.

A partir desses apontamentos, iniciou-se a discussão sobre a questão do mercado e dos produtos para o cabelo afro, que podem ser encontrados em praticamente 85% dos estabelecimentos comerciais, além de serem bastante difundidos na televisão e na internet.

Com essas intervenções, esperava-se que as alunas que tinham o cabelo crespo falassem e verbalizassem frases como: “o meu cabelo é assim”, “poxa não conhecia minha história”, “já me senti como a Nadir”, mas não foi o que aconteceu. Pelo contrário, em alguns momentos, durante a realização da oficina, quando foram apresentados alguns penteados e seus significados, ouviu-se burburinhos e comentários que demonstraram estranheza por parte dos alunos.

Uma situação a ser destacada que causou surpresa durante a aula foi quando a aluna Clara (nome fictício), que é negra e tem cabelo afro, se levantou de uma das muitas cadeiras que ocupava - já que não parava em uma somente - deslocou-



se até o quadro e começou a apontar para os penteados comparando-os com os de “fulano”, “beltrano” e “sicrano”, ou seja, com os dos colegas da sala, demonstrando que ela mesma não se identificava nas imagens. Assim, com uma atitude de defesa, ela começou a apontar para os outros antes que apontassem para ela.

Para encerrar a intervenção pedagógica, foi exibido outro curta-metragem denominado “Cores e Botas”, de Juliana Vicente, que conta a história de uma criança negra que sonha em ser paqueta, mas que é discriminada pela cor da sua pele e por seu cabelo. Por mais que ela tivesse uma performance melhor que a das outras meninas que eram brancas, não foi escolhida devido à questão racial. Essa história, mais uma vez, demonstrou o quanto a cultura branca dominou e subjuguou outras culturas.

Após o documentário, foi solicitado aos alunos que falassem o que aprenderam com o conteúdo e quais eram suas considerações em relação às duas aulas ministradas. Foi gratificante ouvir as opiniões dos alunos, como por exemplo a da Luíza (nome fictício), que disse: “A maioria das pessoas tem preconceito com cabelo afro e agora eu vejo ele de outra forma”. Por fim, a aula foi encerrada ressaltando-se a importância de estimular e promover a valorização da cultura afro.

A sequência didática apresentada à coordenação de ensino da Escola Elozira dos Santos Thomé, a ser trabalhada com os alunos do 6º ano, na disciplina de História, propunha uma aula totalmente dialogada, com a participação de todos. Ao avaliar a intervenção, constatou-se que ela foi bem-sucedida, porém, distinta do que fora planejado inicialmente devido à dinâmica da sala de aula.

É importante observar que durante a aula houve o cuidado para que a discussão não partisse da perspectiva de que uma cultura é melhor que a outra. Também foi ressaltado que os movimentos negros não têm por objetivo trocar o “etnocentrismo” pelo “africanismo”, mas buscam o respeito mútuo e a valorização de todas as culturas.

No início houve certa resistência dos alunos frente ao assunto, por conta do racismo estrutural e pela falta de maturidade e pensamento crítico devido, possivelmente, à faixa etária. A seguir, quando foram apresentados os tipos de cabelos, foi possível notar que afloraram sentimentos de curiosidade e de rejeição.



Procurando focar nas consequências desse ponto de vista, ressaltou-se que isso trata-se de um fator histórico que faz com que as pessoas não se identifiquem como negras, pois isso foi taxado como ruim, sendo uma questão latente na sociedade brasileira. Entretanto, nos dias de hoje, a população negra está se assumindo e reconhecendo suas raízes, conseguindo se desviar da “ditadura branca”. Por outro lado, a comercialização de produtos para esse nicho de mercado surge e estimula a valorização da cor negra, pois quem não quer ver sua cor e seu cabelo estampados em propagandas, na TV e na internet? Então vejamos.

### Referências

CORES e Botas. Direção: Juliana Vicente. São Paulo: Preta Portê Filmes, 2010. 1 vídeo (15 min e 55 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LI8EYEygUoo>. Acesso em: 09 ago. 2020.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LODY, Raul Geovanni da Motta. **Cabelos de Axé**: identidade e resistência. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2004.

OJÁ. In: DICIONÁRIO Online Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=MdopL>. Acesso em: 09 ago. 2020.

PODE me chamar de Nadir. Direção: Déo Cardoso. Produção: Tamyka Viana. CE/Brasil: Gente Nossa Produções, 2009. 1 vídeo (19 min e 06 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HNmizlrjQKU>. Acesso em: 09 ago. 2020.



## Seção Religiosidade

## APRESENTAÇÃO

**Belchior Carrilho dos Santos<sup>16</sup>**

Tenho a grata tarefa de apresentar aos leitores e leitoras desta organização, três trabalhos de conclusão do Curso Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na Escola, em sua segunda edição, ofertado em 2016, pela Universidade Federal do Acre - Ufac.

Os trabalhos são: “A Intolerância Religiosa aos Cultos de Matriz Africana”, de Auceane dos Santos; “A Religiosidade Africana e Afro-Brasileira no Currículo Escolar”, de Márcia Costa Pinheiro; “Relato de uma Experiência no Ensino de História: Enfrentamento ao Preconceito das Religiões de Matriz Africana”, de Tânia Cristina da Silva França.

Estes artigos têm como mote principal, a religiosidade de matriz africana e sua receptividade na escola. Vamos percorrer caminhos didáticos, pautados em aportes teóricos e metodológicos, que regeram as vivências das cursistas Uniafro nas turmas de alunos das escolas pesquisadas e experienciadas. Mas, o que ancora definitivamente esse debate necessário e urgente é a Lei 10.639/03, que obrigou a inclusão da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo escolar brasileiro, alterando assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394/96).

A partir de 2003 o Governo Federal produziu diversos materiais educacionais etnorraciais para que o professor e a professora das redes pública e particular pudessem utilizar para valorizar toda essa história e cultura, mas que, por vários motivos, boa parte desses profissionais da educação ainda não conhecem esses materiais. Entre eles, pode-se citar o “Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais”; o material “A Cor da Cultura”, em parceria com a Fundação Roberto Marinho e outras instituições de fomento; “Superando o Racismo na Escola”. Entretanto, existem materiais específicos para o trabalho com a religiosidade de matriz africana como por exemplo: “As Religiões de Matriz Africana

---

<sup>16</sup> Graduado em História e em Artes Cênicas: teatro (Ufac); especialista em Gestão de Políticas Públicas com Ênfase em Gênero e Relações Etnorraciais (Ufop); mestre em Letras: linguagens e identidades (Ufac); professor da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do estado do Acre; foi professor do Curso de Aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na Escola (2016).



e a Escola”, de Yá Comendadora Carmen S. Prisco; “Candomblé: religião e resistência cultural”, de Raul Lody; “Candomblé e Umbanda”, de Alessandra Nascimento.

Nesse arcabouço, vale ressaltar que não há possibilidade de ensinar cultura africana e afro-brasileira deixando de lado a religiosidade trazida pelos milhares de africanos que aqui chegaram. Falar da sua música, dança, culinária e da sua língua, perpassa falar também do seu sagrado, e, tentar retirar esse elemento é no mínimo violência simbólica, ou tentativa de silenciamento e apagamento cultural.

Falar de religiosidade de Matriz Africana no Brasil, e em qualquer outra parte do mundo, é falar acima de tudo de resistência do povo negro contra as amarras físicas e simbólicas que marcaram a escravidão como modo de produção para o enriquecimento das colônias europeias.

De certo, sabe-se que todos os homens, mulheres e crianças que foram trazidos forçosamente da África, não falavam a mesma língua, nem tinham os mesmos costumes, possuíam crenças das mais diversas, famílias, representatividade em suas aldeias, mas que de um momento para o outro, esse processo “civilizatório” europeu tratou de intervir, através da ideia de desumanização desses seres como justificativa para a exploração da mão de obra da população negra.

Ao chegarem no Brasil, os escravizados eram vendidos e agrupados nas fazendas [ou em outros locais] tendo como um dos critérios não falarem a mesma língua [já que vinham de várias partes do continente africano, com inúmeros idiomas], como tática para impedir a comunicação entre os mesmos, evitando assim rebeliões e possíveis fugas, ao menos no primeiro momento.

É no mínimo intrigante pensar que durante muito tempo reproduziu-se o discurso de que os negros escravizados não resistiram a escravidão e todos os seus malefícios advindos com ela, todavia vale ressaltar as próprias organizações de fugas e formações de quilombos, a compra de cartas de alforria por negros e negras que economizavam dinheiro, fruto do trabalho [quando remunerado] realizado para seus senhores, entre outras incontáveis formas.

Mas o que vai interessar-me de modo intrínseco para composição de minha reflexão vai ser primeiramente, a herança religiosa [ou heranças religiosas] trazida da África, e, em seguida o “sincretismo” dessa herança com outras religiões ou manifestações religiosas, como forma de resistência; os negros e negras mesmo



sendo proibidos de professarem o seu sagrado - forjado na força de seus ancestrais por meio da oralidade e de suas práticas ritualísticas, onde todas as coisas [elementos mineral, vegetal e animal] estão conectadas e somente assim fazem sentido – tiveram que encontrar caminhos, onde um deles foi mesclar os santos trazidos pelos europeus através do Catolicismo com suas divindades.

O surgimento da Umbanda como religião originalmente brasileira, é uma clara demonstração dessa sincretização religiosa, incluindo além do credo cristão e os de matriz africano, o sagrado indígena por meio de entidades da floresta e outras manifestações ancestrais, seus caboclos e guias. O Candomblé no Brasil foi forjado através de práticas ancestrais trazidas da África com cultos aos orixás, principalmente, pelos povos iorubás, ou nagôs, bantos e outros povos minoritários. Existem muitas outras manifestações religiosas provenientes ou que bebem da fonte dos elementos doutrinadores como bem aponta Reginaldo Prandi, em seu artigo “O Candomblé e o Tempo: concepções de tempo, saber e autoridade da África para as religiões afro-brasileiras” (2019).

Faz-se necessário despir-se de conceitos pré-estabelecidos para que se possa enxergar a religiosidade de matriz africana como possibilidade de credo humano e, também, como alicerce cultural de um povo. Axé!

## **A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA AOS CULTOS DE MATRIZ AFRICANA**

Auceane dos Santos

### **Introdução**

O Brasil é um país democrático, mas quando adentramos a certos aspectos de nossa recente democracia, voltados ao campo afro-religioso podemos observar que, tal assertiva, não ocorre da mesma forma para todas as doutrinas. O Estado brasileiro, em sua Constituição, de modo bem explícito, apresenta-se como laico, ou seja, não possui predileção por nenhuma designação religiosa,



respeitando a todos, indistintamente.

As religiões de matriz africana que chegaram ao Brasil sofreram inúmeras transformações, muitas delas para satisfazer as exigências da casa-grande, além de tentar manter seus ritos os mais próximos possíveis do lugar de origem. Em face disso, esta pesquisa teve por objetivo realizar um breve panorama histórico dessas matrizes, mostrando como os indivíduos, atualmente, ainda veem essas práticas religiosas.

Para tal fim, realizou-se um trabalho voluntário no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), que teve com finalidade a explanação de aulas acerca desta temática e, por meio delas, foram efetuados alguns debates com os alunos, e chegamos à conclusão que, a sociedade não possui conceitos sólidos sobre religião, principalmente, ainda há um enorme preconceito quanto aos cultos afro-brasileiros.

Diante desse cenário, discursos pautados apenas no senso comum, são disseminados em diversos espaços sociais, a exemplo: “religião não se discute”, surgem como um aspecto cultural enraizado, do qual se pode averiguar a existência de vozes dominantes em relação às minorias, nas quais se podem encaixar as religiões de matriz africana, tendo o *candamblé* ou *camdombe*, como representante mais significativo desse.

Um exemplo disso, são os vários topônimos que designam as unidades federativas do país, que possuem nomes de nomes de santos, como Santa Catarina, São Paulo e outros. Conforme afirma Macedo e Oliveira (1996), isso relacionam-se ao fato de que, antes da nossa nação chamar-se Brasil, foi chamado de Terra de Santa Cruz, ou seja, estas denominações mostram como os discursos religiosos estiveram muito presentes em vários momentos da nossa história.

Desse modo, as discussões em torno do preconceito religioso, apesar de parecerem saturadas, estão mais atuais que em qualquer outro período da sociedade brasileira, pelos sucessivos casos de práticas discriminatórias que vem ocorrendo pelos quatro cantos do país.

#### 1. O Respeito ao Sagrado: Conceituando Religião

A religião está na base do processo formativo dos primeiros agrupamentos



humanos, como um arquétipo. Um sistema cultural produzido, tanto por sociedades não industriais, quanto em sociedades industriais, consideradas modernas. As religiões são compostas por integrantes, estes ocupam os mais variados cargos, dentre eles, os sacerdotes, que zelam pela continuidade dos seus rituais. E todas tentam fornecer uma explicação à respeito das experiências humanas, sejam elas palpáveis, ou passíveis de explicações apenas no plano do sobrenatural.

Na África, as religiões continuam presentes entre as sociedades étnicas, que os historiadores chamam de povos tradicionais. Essas sociedades se concentram na região subsaariana, próximas ou abaixo do Equador, e tendem a se estruturar mais em performances dramáticas do que em discursos filosóficos.

Em um culto africano, audição a visão, olfato, paladar e tato, se empenham em unir-se ao mundo espiritual dos deuses e espíritos ancestrais ao mundo social dos devotos tradicionais, assim como as máscaras e roupas especiais, ervas e comidas, danças e sacrifícios, cantos e discursos emocionados, também estão presentes na cerimônia.

Segundo pesquisadores o povo lorubá é um dos grupos religiosos mais numerosos no oeste da África, embora habite a maior parte da Nigéria, também moram em regiões que vão do Benin até o rio Níger. Eles não são meramente uma tribo, e já foram uma civilização próspera dedicada à lavoura e ao engenho. A religião lorubá é, geralmente, associada ao politeísmo, mas tal associação ignora a natureza desta religião.

Ela abrange um conjunto de entidades, que são manifestações de uma divindade suprema denominada Olodumaré, conhecido como o controlador do Universo ou o Deus Supremo, a partir dessa entidade, temos os orixás. Estes, são seres divinos com várias expressões do ser supremo, e que também foram por ele encarregados de criar o mundo.

Cada Orixá é uma representação da manifestação do poder de Olodumaré, eles são divindades que exercem um papel muito importante, uma vez que atuam nas questões humanas. Todos eles têm o seu próprio altar, sacerdócio, conjunto de tabus, objetos, locais sagrados, e as principais funções desses seres são de controlar os aspectos específicos do comportamento humano ou de todos os problemas globais.



No trabalho de Márcio Passos de Azambuja (2010) é feita a apresentação de alguns orixás africanos e americanos. No entanto, neste artigo, serão expostos os principais orixás citados pelo autor e que também estão disponíveis em sites da internet. Temos, portanto, Obatalá, Babalawo, Exu, Xangô, Ogum e Ilê, cada possui um papel na vida de quem os cultua.

Obatalá, segundo Silveira (2004), é o Deus menor, o criador das formas humanas e, embora seja andrógono é mais descrito como homem, sendo o que gesta os bebês no útero, criando, também, seres deformados ou desfigurados e, portanto, zombar destas criaturas desafortunadas é o mesmo que rir do próprio Deus.

Dessa forma, muitos aspectos das religiões tradicionais africanas foram incorporadas pelas religiões afro-americanas, como: a música; a cantoria; o evangelho; e os espíritos. Todo esse conjunto de performances religiosas está ligado à expressividade africana, quando visualiza-se nas congregações, o envolvimento das pessoas que pulam, dançam e se emocionam. E o ritmo da liturgia se eleva e depois diminui, como um padrão de forma que encoraja a participação e envolvimento de todos nesse processo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, garante a liberdade de culto, promulgada em 10 de dezembro de 1948, consagrando-a em seu artigo XVIII, afirma: “Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática [...]”. (2009, p. 10).

À Constituição Federal Brasileira de 1988, alinhou-se ao texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ao registrar em seu artigo 5º, inciso VI: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei [...]”. (BRASIL, s.p, 2016).

## 2. Relato de uma Experiência: a intolerância religiosa aos cultos de matriz africana

Após a apresentação das características das religiões de matriz africana, bem como elas chegaram ao Brasil, é imprescindível afirmar que, este trabalho se fundamentou por meio de uma intervenção pedagógica no Instituto Federal de



Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, na região “Baixada da Sobral”, localizado na zona urbana da capital Rio Branco, onde foram realizadas três aulas expositivas pelo turno da manhã, com os alunos, na faixa etária de 15 a 19 anos.

O tema da aula foi o mesmo que ora se apresenta neste trabalho e, para executá-la, elaborou-se uma Sequência Didática – planejamento educacional - com alguns textos utilizados durante a intervenção, tendo como intuito conduzir os alunos à compreensão sobre o que é religião e como surgiu o preconceito em relação às religiões de matriz africana.

Durante a intervenção, proporcionou-se o estudo acerca das religiões de matriz africana e da intolerância religiosa, assim como os alunos puderam fazer a identificação de traços, crenças e valores culturais africanos em práticas religiosas e culturais brasileiras na atualidade. Também foram estimulados a refletir sobre a necessidade de uma convivência harmônica com a diversidade cultural e religiosa.

As situações de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos proporcionaram resultados, através da observação do conhecimento prévio que possuíam, por meio de perguntas sobre o que eles conhecem do tema, e por intermédio da didática, com a exposição em slides sobre a história das religiões de matriz africana e o processo de legitimação da liberdade religiosa da cultura afro-brasileira.

No encerramento da intervenção, foi apresentado um trecho do documentário: “Caminhos da Religiosidade Afro-rio-grandense”, e a partir dele, promoveu-se uma discussão sobre intolerância religiosa presente na sociedade. Por fim, os alunos responderam à avaliação, com perguntas objetivas e sobre as questões trabalhadas durante as aulas.

### **Considerações Finais**

Faz-se necessário dizer que, apesar de ser um tema “polêmico”, os alunos do IFAC demonstraram com bastante criticidade que, a sociedade não deixa de ser menos ou mais em virtude da discussão sobre as religiões de matriz africana, pois o preconceito e a intolerância caminham juntos, e minimizar os efeitos e os danos causados tanto pelo preconceito quanto da intolerância, se dá a partir do



conhecimento. Receber uma ideia ou uma história de forma aberta, e respeitá-la, passa a ser um grande avanço para a construção de uma sociedade democrática e justa.

Diante do exposto acima, os alunos demonstraram, por meio dos debates proporcionados pelas imagens apresentadas nos slides, assim como pela abordagem histórica sobre as religiões de matriz africana, que desconheciam tais ritos, e o pouco que sabiam, configurava-se como preconceito e discriminação em relação à cultura afro-brasileira.

Na aplicação do questionário avaliativo foi perguntado: “como você considera os cultos das religiões de matriz africana praticados no Brasil?” A maioria dos alunos, no total de 60% respondeu à alternativa, consideraram estes cultos como uma exteriorização de atos de fé coletivos. Avaliamos que a pergunta foi bastante pertinente, o conteúdo mostrou a eles o quão importante é entender e respeitar as demais religiões.

Obviamente o racismo e a discriminação, atrelados ao preconceituoso religioso, se expandiram bastante no período da escravidão, e, até hoje rotulam indivíduos e cultos de origem africana. Como afirma Marcio Alexandre M. Gualberto (2011, p. 107): “Historicamente, as religiões de matriz africana sofreram toda sorte de discriminação e perseguição, inclusive policial”, e muitos casos ainda acontecem, mas não são mostrados e discutidos como deveriam.

## Referências

AZAMBUJA, Márcio Passos de. **Uma visada sobre a presença dos orixás em João do Rio, Mário de Andrade e Jorge Amado**. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29193/000775745.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 03 nov. 2016.

Caminhos da Religiosidade Afro-Rio-Grandense: Mãe Ieda do Ogum explica a Quimbanda. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROEXT). Direção e roteiro de Rafael Derois Santos. 2013. 1 vídeo (12min41seg.) Publicado pelo canal do Youtube.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CtCM1nbQPRk>. Acesso em: 17 set. 2016.

GUALBERTO, Marcio Alexandro M. **Mapa da Intolerância Religiosa Violação ao Direito de Culto no Brasil**. Rio de Janeiro, Multiplike, 2011.

MACEDO, José Rivair; OLIVEIRA, Mariley W. **Brasil: uma História em Construção**. São Paulo: Editora do Brasil, 1996.

## A RELIGIOSIDADE AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO CURRÍCULO ESCOLAR

Márcia Costa Pinheiro

### Introdução

Os povos afro-brasileiros possuem uma extensa diversidade religiosa. Em meio a essa diversidade, há a Umbanda e o Candomblé. Esta última religião surgiu a partir do calundu colonial da Bahia - um lugar de resistência e organização social -, nesse lugar escolhido para resguardar as identidades das nações africanas trazidas ao Brasil na condição de escravos. Destaca-se, ainda, o significado de seu nome, derivado da língua Bantu: candomblé, o “lugar de costume dos negros” (PRISCO, 2012, p. 05). Nesse sentido, ressalta-se que as religiões de matriz africana cultuam a natureza: algumas delas possuem um deus maior, Ogun; já em outras, há o Oxalá, sempre acompanhado de vários outros deuses, todos possivelmente ligados a elementos naturais - às águas doces, às águas salgadas e às matas, por exemplo. Seus principais deuses são: Exu, Ogum, Xangô, Oxóssi, Oxalá, Oxum, Obaluaiê, Oxumarê, Iansã, Ossaim, Iemanjá. De outro modo, vemos na religião Umbanda, além dos Exus, as Pombas Giras (ou Pombos Giras), os Exus Mirins e as Pombas Giras Mirins, os Malandros e as Malandras, os Caboclos e as Caboclas, os Pretos Velhos e as Pretas Velhas, os Baianos e as Baianas, os Marinheiros, os Boiadeiros, os Erês, os Ciganos e as Ciganas, dentre outros deuses.

Tendo em vista toda essa diversidade religiosa, parte de uma vasta cultura de um povo por igual múltiplo, este trabalho traz o relato de uma experiência pedagógica, pautada nas religiões de matriz africana. Esta foi realizada com uma turma do 8º ano “B” da Escola de Ensino Fundamental Clínio Brandão, em Rio Branco,



Acre. Trata-se de uma abordagem do ensino de história na educação básica, sendo uma atividade idealizada na proposta do curso de aperfeiçoamento *Uniafro - Política de Promoção da Igualdade Racial* na escola em parceria com a Universidade Federal do Acre (Ufac) e o Ministério da Educação (MEC).

Assim, esta pesquisa visa proporcionar condições técnicas e teóricas para que educadores sejam capazes de inserir a temática da educação das relações étnico-raciais na estrutura do currículo escolar nos estabelecimentos de ensino da educação básica. Ela busca superar os desafios da aplicação da Lei 10.639/2003 e das implantações de políticas públicas de promoção de igualdade racial no âmbito escolar. A abordagem da religiosidade de matriz africana na escola, fruto de longa investigação e de debates mais gerais, propõe-se como uma possibilidade, embora ainda inicial e breve, no processo de desconstrução de conceitos deturpados sobre esse tema nas práticas de ensino.

Dessa maneira, é fundamental que haja a criação de uma cultura de respeito às religiões e sua singular relação com o sagrado, independentemente de sua origem; sobretudo quando esta está fora do guarda-chuva do cristão. Além disso, é preciso discutir e reconhecer o currículo nacional como sendo algo extremamente eurocêntrico; pensar em estratégias de ir além do *status-quo*, dando voz e representação à toda a diversidade de povos que compõem a população brasileira. Com isso, buscou-se, nesta pesquisa, levantar as questões que permeiam o imaginário dos alunos e das alunas: se eles ignoram ou não a religiosidade de matriz africana. Para tanto, a metodologia do trabalho foi mesclada com a observação e a análise de imagens e do documentário *Diversidade religiosa no Brasil*; pois, com isso, víamos uma abertura possível para uma maior interação e participação dos alunos na sala de aula. Por fim, por meio dos dados coletados, procuramos traçar estratégias pedagógicas que possibilitem o respeito e a valorização da diversidade cultural religiosa afro-brasileira.

#### 1. Relato de experiência: a religiosidade africana e afro-brasileira no currículo escolar

O Plano de Ação, por meio de estratégias pedagógicas, foi aplicado na turma do 8º ano “B” da Escola de Ensino Fundamental Clínio Brandão, no dia 19 de outubro, tendo a duração de duas horas aula. Por consequência, discutiu-se sobre os povos



africanos, as religiões africanas e afro-brasileiras, uma vez que “o modo africano de ser/viver/conhecer/saber está no dia a dia dos terreiros de candomblé e perpassa toda a cultura nacional” (PRISCO, 2012, p. 06).

Primeiramente, realizou-se um levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos, diante de algumas imagens de regiões africanas e de seus respectivos habitantes. Os discentes puderam observar várias imagens mescladas entre situações de riqueza e pobreza, e, quando questionados, a grande maioria identificou esta última como quesito determinante para o continente africano. A partir desse primeiro levantamento, fez-se uma intervenção/desconstrução de suas visões estereotipadas: ressaltou-se, em contrapartida, as imagens que representam situações de riqueza do povo africano. Um dado pertinente identificado é que, conforme a fala de alguns discentes, na sala de aula não há abertura para discussões.

Posteriormente, estruturou-se um debate sobre os conceitos de *cultura* (BURKE, 2008), *religião* (DUARTE, NETO, 2013) e *etnocentrismo* (ROCHA, 1994). Contando com a intensa participação dos alunos, pode-se levantar opiniões bastante pertinentes. Porém, notou-se um relativo conhecimento sobre os dois primeiros assuntos, e, por outro lado, um desconhecimento quase generalizado acerca do último, o etnocentrismo – que, ao fim dessa primeira discussão, foi esclarecido pela ministrante.

Discutiu-se também questões mais específicas acerca do povo africano; sobretudo no que se refere ao processo de construção do preconceito etnoracial na sociedade brasileira. Os alunos manifestaram livremente a sua opinião, destacando-se a participação de uma aluna que, ao logo da discussão, se questionava acerca da associação cristã de prática de religiões africanas e afro-brasileiras com o “demônio”. Tais fatos propiciaram um maior esclarecimento, sobretudo no que concerne os preconceitos relacionados às religiões de matriz africana. Os alunos compreenderam que estas não são espécies de bruxarias ou práticas demoníacas, e que estas concepções eram parte de construções históricas preconceituosas, pautadas nas religiões cristãs que, num primeiro momento, visava desvalorizar e inferiorizar a diversidade religiosa.

Por conseguinte, mediante a pesquisa, é evidente que o processo de inclusão do tema religiosidade de matriz africana na escola não é nada fácil. Isso porque



muitos professores ignoram, ou não desconhecem, a abordagem das religiões de matriz africana em sala de aula. No dia-a-dia, muitos optam por sequer mencioná-la por achar que sua aula pode fugir do controle; o que faz com que o tema seja abordado apenas no dia da Consciência Negra<sup>17</sup> (20 de novembro) e ignorado durante todo o resto do percurso escolar anual. (SILVA, 1995).

Nota-se que boa parte dos docentes precisam, eles próprios, lidar com os preconceitos étnicos e religiosos. Parte dessas dificuldades surge de uma negligência generalizada, às vezes mesmo por parte dos gestores das escolas. Por esse motivo, é importante que haja um maior engajamento não só dos indivíduos, mas de toda a comunidade escolar. Enraizado em nossa sociedade, o racismo só será superado com pesquisa e produção de conhecimentos; bem como com o decorrente amadurecimento, preparo e compromisso de toda comunidade escolar. Sobre isso, Santos diz que “sem dúvida estamos diante de temas identificados por alguns autores como ‘sensíveis’ ou ‘controversos’, os quais muitas vezes por isso mesmo são evitados em sala de aula” (*apud* ALBERTI, 2016, p. 24). Entende-se que o avanço na superação de todas as formas de preconceito institucionais se dará somente a partir do conhecimento e da reflexão sobre lutas, violências, racismos e todos os outros fatores que estão inseridos na história dos negros.

Ao fim, pode-se observar que a escola perpetua o preconceito quando perpetua um padrão de ensino que valoriza uma cultura elitizada branca. Este serve somente como instrumento ideológico, de manutenção política e econômica dos privilégios de grupos dominantes, e das desigualdades sentidas por outros grupos étnicos. Certamente, um povo, cuja religiosidade se ressalta e traz consigo um peso histórico, não pode ser ignorado, mas valorizado e estudado.

### **Considerações Finais**

Neste trabalho, evidencia-se a necessidade de que haja uma nova percepção por parte dos professores e de toda comunidade escolar para a construção de um conhecimento cultural e religioso; no qual haja o enriquecimento do conhecimento

---

<sup>17</sup> Consciência Negra tem como objetivo a reflexão sobre a introdução dos negros na sociedade brasileira. O dia 20 de novembro foi escolhido como uma homenagem a Zumbi dos Palmares, data na qual morreu, lutando pela liberdade do seu povo no Brasil, em 1695.



humano e a valorização da pluralidade de identidades, por intermédio da relação com a cultura do outro. Se a escola está aberta para desenvolver uma proposta pedagógica e metodológica que promova discussões, esta certamente levará aos seus alunos tanto a reflexão, quanto o respeito da diversidade cultural. Seus discentes passarão a respeitar as culturas africanas e afro-brasileiras em toda a sua dimensão, promovendo, assim, a transformação de ideias preconceituosas em ideias respeitadas. No nosso caso, pode ser observado que, à medida que os alunos e as alunas assimilaram a importância da cultura religiosa africana e afro-brasileira para a valorização da história dos povos, um primeiro objetivo deste trabalho foi alcançado.

Só a partir da multiplicação e da continuidade desse tipo de trabalho é que se poderá vencer os preconceitos, e conhecer, para além de si próprio, o *outro*. Destaca-se que toda escola pode promover momentos de reflexão e de aprendizagem que alcancem não só as religiões hegemônicas (cristãs), mas também todas as outras existentes nas comunidades. De fato, em duas horas de aula, é impossível acabar com todo o preconceito e a intolerância religiosa. Porém, é necessário começar a discutir sobre o tema para que os ensinamentos de história, de cultura africana e afro-brasileira sejam efetuados de forma plena.

No mais, apesar da dificuldade em tratar dos temas etnorracias, e tendo em mente campanhas como, por exemplo, a do Enem 2016: *Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil*, percebe-se, num período relativamente recente, engajamento do governo no combate aos preconceitos e à intolerância religiosa. Neste contexto, considera-se que tal artigo possa servir como instrumento de pesquisa e de análise para professores que gostariam de inserir essa temática em sala e aula.

## Referências

ALBERTI, V. Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afrobrasileira. In: Pereira, Amílcar Araujo; Monteiro, Ana Maria. (Org.). **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, v. 1, p. 27-55.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639/03**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 29 de novembro de 2016.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

DUARTE, André Luiz; NETO, Luiz Bezerra. Reflexões sobre a influência religiosa nas escolas do campo e de seus intelectuais. **Cadernos da Pedagogia**. São Carlos, Ano 6 v. 6 n. 12, p. 49-59, jan-jun 2013.

PRISCO, Carmem S. **As Religiões de Matrizes Africanas na Escola**. Praia Grande, SP: Ilê Asé e Instituto Oromilade, 2012. Disponível em: [http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/As-religi%C3%B5es-de-matriz-africana-e-a-escola\\_apostila.pdf](http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/As-religi%C3%B5es-de-matriz-africana-e-a-escola_apostila.pdf). Acesso em: 20 outubro de 2016.

ROCHA, Everaldo P. Guimarães. **O que é Etnocentrismo**. São Paulo - SP. Brasiliense, 1994.

SANTOS, Caio Vinícius dos. Discriminação a Grupos Sociais e Étnicos: patrimônio e multiculturalismo no sul de Mato Grosso durante o Brasil República. **Revista Ensin@UFMG**. v. 1 n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/anacptl/article/view/1884>. Acesso em: 25 outubro de 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas na Sala de Aula**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SILVEIRA, Hendrix Alessandro Anzorena. **A Cultura Religiosa dos Iorubás do Surgimento à Diáspora**. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação). Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras – FAPA, 2004.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)**. Rio de Janeiro: UNIC, 2009. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

## RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO DE HISTÓRIA: ENFRENTAMENTO AO PRECONCEITO DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

Tânia Cristina da Silva França

A escola deve ser um ambiente que proporcione momentos de aprendizagem e socialização, assim como tem o papel de contribuir com as políticas de ações afirmativas, prezando pelo direito de igualdade, abolindo o preconceito provocado pela herança eurocêntrica, principalmente em relação à discriminação da



população negra que até hoje é marginalizada pelo preconceito racial e social. Com a implementação da Lei nº10.639, 9 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório em todas as escolas de ensino da rede pública e privada do Brasil, o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, a educação torna-se um instrumento necessário para que professores possam trabalhar na construção de um país que conheça e respeite as diferentes matrizes culturais e históricas dos povos africanos e dos afro-brasileiros, descartando todo e qualquer tipo de preconceito, valorizando as diversas formas de demonstrações de fé. Apesar das dificuldades.

A diversidade religiosa ainda é um tabu muito presente na sala de aula, por isso a importância em oportunizar aos alunos o conhecimento e a valorização do percurso dos movimentos e grupos sociais que lutam com o intuito de promover reflexões na sociedade, mostrando que existem diversas religiões, que ninguém tem o direito de criticar a escolha do outro e sim respeitar. É preciso promover essa mudança no cenário atual, e a educação é o pilar para diminuir e/ou tentar, se possível, abolir a intolerância, onde cada pessoa possa professar sua fé na religião que assim desejar, sendo aceito com respeito e dignidade pela sociedade.

#### 1. Relato de Experiência: enfrentamento ao preconceito das religiões de matriz africana

A intervenção foi realizada na Escola de Ensino Fundamental e Médio Professor Pedro Martinello, localizada no Bairro Montanhês, em Rio Branco, no estado do Acre, em duas etapas, nos dias 26 e 27 de outubro 2016, com duas turmas do 7º Ano. A faixa etária dos estudantes varia de 12 a 14 anos.

No primeiro dia realizou-se a técnica de observação das turmas, no período de 1 hora/aula (50 min), os alunos se apresentaram, na ocasião falaram o nome do bairro onde moravam, se frequentavam alguma denominação religiosa e quais as religiões existentes na localidade em que residem. Para minha surpresa, a maioria conhecia as religiões de matriz africana (não com essa nomenclatura), pois moram próximos a terreiros de Candomblé, os quais os alunos nomearam de “terreiro de macumba” ou “centro de magia negra”. Para melhor compreensão nomeamos as respectivas turmas como sendo: 7º Ano “A” e 7º Ano “B”.



E no segundo dia foi colocado em prática à aplicação pedagógica, foram utilizadas 2 horas/aula (100 min), com a mesma metodologia para as duas turmas. É pertinente ressaltar que a única diferença consistiu na maneira da organização das salas, no 7º Ano “A”, as cadeiras estavam tradicionalmente em filas, e em função da forte chuva que caiu naquela manhã, vários estudantes não compareceram à escola, dessa forma, optamos em colocá-los próximos à lousa. Enquanto no 7º Ano “B”, a sala foi organizada em formato de círculo, uma forma encontrada para evitar que a conversa continuasse. Os alunos retornaram do intervalo bem agitados e após a organização das cadeiras ficaram mais calmos, e voltaram a atenção à aula e passaram a participar e a interagir.

A aula foi iniciada seguindo o roteiro elaborado:

- Iniciar a aula perguntando aos alunos o que eles sabem sobre as culturas Afro-brasileira e Africana, para identificar o conhecimento prévio dos mesmos sobre o assunto;
- Perguntar o que eles entendem por religião. Quais religiões conhecem? Quais religiões existem no bairro onde mora?;
- O que entendem por diversidade? Cite exemplos de situações ligadas ao preconceito. O que significa manifestação religiosa?;
- Aula expositiva com projeção de imagens e textos sobre a cultura afro-descendente, com abordagem sobre a diversidade religiosa, focando a importância do respeito entre as mesmas;
- Divisão da turma em grupos, no máximo cinco componentes por grupo;
- Identificar no mapa a localização do Continente Africano;
- Produção textual ou uma legenda a partir da aula expositiva e roda de conversas com os alunos; e
- Produção de desenhos com legenda, a partir do conteúdo explanado.

A forma de aplicação da Sequência Didática – o planejamento educacional - foi a mesma para as duas turmas, perguntando, o que eles sabiam sobre a África e a cultura Afro-brasileira, para identificar o conhecimento prévio deles sobre o assunto. Em resposta todos afirmaram já ter ouvido falar sobre a África. A maioria não sabia que a África é um continente, achavam que era um país, nesse momento mostrei no



mapa onde estava localizado o continente Africano. Falaram das comidas típicas, da pobreza que assola aquele continente, da escravidão e da capoeira.

Em seguida, foram solicitados que conceituassem religião, indagamos se conheciam alguma e se existia algum templo religioso no bairro em que moram, caso tivesse, para falar quais. A maioria definiu religião com a palavra fé, outros falaram que era reunião de pessoas. Na turma havia católicos e evangélicos, entre as diversas religiões existentes nos bairros em que moravam, citaram, igrejas evangélicas, católicas e “terreiros de macumba” e “casas de feitiçarias e magia negra”. Logo após, perguntei o que entendiam por diversidade, e se poderiam citar exemplos de preconceito e falar sobre manifestação religiosa.

A maioria não sabia o significado da palavra diversidade. Os exemplos citados de preconceito foram em sua maioria relacionados a cor da pele, cabelo e condição social. Não souberam falar sobre manifestação religiosa. Após a fala dos alunos, mencionei sobre a importância da proteção da liberdade religiosa com base no texto intitulado “Culto: aspectos gerais e evolução histórica”, de Andréa Regina de Moraes Benedetti e Fernanda Trindade. Para complementar lemos o significado do conceito de religião descrito pelo dicionário Aurélio, disponível na escola. Esse diálogo durou em média vinte e cinco minutos. Em seguida fiz uma aula expositiva usando o projetor de imagens, abordando um pouco sobre a cultura e arte afro-brasileira, música, capoeira e culinária. Já no mapa localizamos à África. Evidenciamos ainda, que o Brasil é um dos países com o maior número de negros em todo mundo.

Ao falar sobre a religião, todos ficaram apreensivos quando mostrei a diversidade de religiões de matriz africana. Discorremos sobre a riqueza e a diversidade cultural dos cultos, quatro religiões de matriz africana e seus conceitos foram projetadas aos alunos a partir dos textos: “As Religiões de Matriz Africana e a Escola”, de Yá comendadora Carmen S. Prisco e “A casa Fanti-Ashnti e seu Alaxé”, do antropólogo Euclides Menezes Ferreira. Foram explanadas sobre as seguintes religiões: Tambor de Mina, Candomblé, Umbanda e Batuque. Com ênfase no Candomblé e Umbanda que são as mais conhecidas, inclusive pelos alunos, mas de uma maneira distorcida.

A intervenção, é uma ferramenta importante para disseminação de conhecimento e informação, foi bastante proveitosa, embora registramos algumas



resistências. Consegui explicar aos estudantes que há séculos existem distorções em relação às religiões de matriz africana, e, sobretudo pela Igreja Católica, e preservar essa influência afrodescendente é manter viva uma história de lutas, resistências e garantir a identidade, que deve ser respeitada e resguardada. Essas crenças marginalizadas pelo modelo da igreja de um único deus geram muitos conflitos devido à intolerância religiosa. Em sala de aula, os alunos relataram que conhecem alguns terreiros de candomblé próximos de suas casas, mas tem aversão a religião, pois a ideia de feitiçaria, magia negra ainda é muito presente, dizem que lá pratica-se o mal, que é a casa do demônio.

Não é tarefa fácil desconstruir essa visão dos alunos em uma única aula, por isso, a importância da aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira no ambiente escolar. Muitas foram as discussões acerca das religiões afro-brasileiras. Na turma do 7º Ano “B” presenciei um maior enfrentamento e resistência, a grosso modo os alunos não aceitavam o Candomblé e a Umbanda como uma “religião do bem”, na visão deles é uma religião de macumba, apesar de ter explicado o conceito, conforme o dicionário, no primeiro momento, senti uma resistência por parte da turma em aceitar o seu conceito como instrumentos musicais utilizados nos rituais de algumas religiões de matriz africana ou afrodescendente. A turma estava com as cadeiras organizadas em semicírculo. Momento em que foi iniciada a roda de conversa, cada um falava o que sabia ou tinha entendido durante a aula expositiva. Restando quarenta minutos para o encerramento da aula, foi solicitado aos alunos que fizessem um desenho com legenda de acordo com a aula expositiva e a discussão, a atividade foi a mesma para as duas turmas, mas, quem não quisesse fazer um desenho teria a opção de escrever uma frase ou um parágrafo. Nesse momento, o nosso tempo já estava exaurindo.

Quando os alunos terminaram, fizemos um varal com as atividades. Cada estudante foi explicando o que o seu desenho representava: tambor, vela, pessoas, com frases de respeito à diversidade religiosa e da cor dos negros. Com a atividade proposta ficou evidente a mudança em relação aos conceitos trabalhados. Ao serem indagados se gostaram da aula, a resposta foi positiva. Disseram que nunca estudaram sobre as religiões de matriz africana e iriam prestar atenção nos terreiros de Candomblé existentes próximos as suas casas e buscariam tirar algumas dúvidas.

## Considerações Finais

A experiência com o ensino de história na sala de aula abordando a diversidade religiosa de matriz africana foi um desafio prazeroso e ao mesmo tempo assustador, pois eram alunos com particularidades e/ou características bem diferentes. Durante a intervenção em sala de aula, foi possível observar que a questão religiosa de matriz africana é estigmatizada e relacionada ao culto das feitiçarias e magia negra, é nesse contexto que precisamos buscar na educação o alicerce para essa caminhada árdua e difícil de conscientizar as pessoas o direito à liberdade religiosa, independente da religião escolhida.

A abordagem da diversidade religiosa proporcionou aos alunos o desenvolvimento do senso crítico, compreenderam que são religiões presentes no nosso dia a dia. Foi um momento em que perceberam o quanto a realidade estava associada ao conteúdo, com a participação e entendimento, assimilaram os objetivos propostos que eram: conhecer, compreender e valorizar a diversidade religiosa, respeitando as diversas formas de demonstrações de fé e contribuir para a desconstrução de preconceitos.

Nossas expectativas foram superadas, foram além dos livros didáticos. Percebemos a mudança de posicionamento dos estudantes, depois de ter acesso a pouco mais de conhecimento sobre o assunto. A maioria demonstrava preconceito em relação às religiões afro-brasileiras e a cor da pele. Relacionavam às pessoas de pele a negra a marginalidade.

É pertinente ressaltar o trabalho realizado foi bastante gratificante e proporcionou novas experiências e práticas que contribuiriam para minha formação profissional. Além disso, trabalhar a temática diversidade religiosa contribuiu para estimular a interatividade entre os alunos, o que instigou a capacidade de desenvolverem o conhecimento crítico com o conteúdo estudado. Os alunos entenderam que vivemos em um país laico, que somos livres para fazer as escolhas religiosas e acima de tudo respeitar a preferência do próximo.

E assim sendo, na escola, a religiosidade afro-brasileira deve ser discutida, contextualizada através da diversidade cultural, onde os alunos serão capazes de



respeitar o sagrado de matriz africana e até mesmo o sagrado de outras culturas existentes no Brasil.

É sabido que será um processo longo o de conscientizar as pessoas, não é tarefa fácil. O indivíduo que se declara membro de alguma religião de matriz africana é hostilizado, massacrado, é visto como marginalizado. O preconceito ainda está muito arraigado nas pessoas. Sendo assim, o papel desempenhado pela Escola é fundamental para formação dos sujeitos, para que possam compreender o sentido real da democracia. Deve ser abordado por ela a diversidade cultural religiosa, estando comprometida com uma sociedade mais justa e igualitária.

### Referências

FERREIRA, Euclides Menezes. **A casa Faint-Ashanti e seu Alaxé**. São Luís: EDUFMA, 2000.

PRISCO, Yá comendadora Carmen S. **As religiões de matriz africana e a escola**. Guardiães de Herança e tradição africana. Praia Grande: 2012.

TRINDADE, Fernanda; BENEDETTI; Andréia Regina de Moraes. **Liberdade de Culto: aspectos gerais e evolução histórica**. V Encontro Paranaense de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas e VIII Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel – 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/laian/Downloads/silo.tips\\_liberdade-de-culto-aspectos-gerais-e-evoluao-historica.pdf](file:///C:/Users/laian/Downloads/silo.tips_liberdade-de-culto-aspectos-gerais-e-evoluao-historica.pdf). Acesso em: 26 out. 2016.



## **Seção Arte e Mídia**

## APRESENTAÇÃO

**Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque<sup>18</sup>**

**Joana Marques de Lima Saar Xavier<sup>19</sup>**

Durante o ano de 2016 o Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (CFCH/Ufac) ofereceu, no campus sede, o Curso de Aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção da Igualdade Racial na escola. Atendendo a trinta e três pessoas, congregando discentes dos municípios de Rio Branco, Bujari, Feijó, Sena Madureira e Senador Guiomard atuantes nas áreas de História, Pedagogia, Educação Física, Letras e Física, capacitando-os em uma educação antirracista em conformidade com o que preconiza a LDB, a Lei 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Os materiais que apresentamos nessa sessão da Coletânea Uniafro, organizada pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi/Ufac), congregam cinco artigos produzidos sobre o eixo norteador do curso, tomando como instrumento arte e mídia a partir das pesquisas desenvolvidas na modalidade de intervenção pedagógica (DAMIANI, 2012).

Assim, os trabalhos dessa sessão se subdividem em três segmentos que vão das representações das populações negras em espaços de mídia como notícias e agentes de entretenimento, as referências artísticas negras (em gêneros musicais que perpassam do samba ao rap e enquanto influentes na música brasileira), aos programas de televisão veiculados em canais abertos e fechados em formato de séries norte-americanas. Igualmente destacamos que os textos também apresentam semelhanças quanto ao período de execução das intervenções pedagógicas

---

<sup>18</sup> Graduada em História (Ufac) e Bacharel em Direito (Uninorte); mestra em História Social (PUC/SP); doutora em História Social (USP); professora da Universidade Federal do Acre; vice líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre; foi professora do Curso de Aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na Escola (2016).

<sup>19</sup> Graduada em Pedagogia (Instituto de Ciências Sociais e Humanas) e em História (Ufac); especialista em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (Sinal - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais) e em Educação para as Relações Étnico-Raciais (Ufac); professora da secretaria de educação do município de Rio Branco/Acre; membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre; foi professora do Curso de Aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na Escola (2016).



(outubro de 2016) e o fato de terem sido experimentos executados em escolas municipais e estaduais de ensino fundamental situadas no perímetro urbano da capital acriana.

O escrito inaugural é assinado por Wolcir Giovani da Rosa Júnior, que nos relata a intervenção pedagógica feita em outubro de 2016, sobre noções introdutórias a respeito do racismo, preconceito e discriminação junto as crianças do quarto ano do ensino fundamental na escola Padre Peregrino Carneiro de Lima, situada no bairro Tucumã I da cidade de Rio Branco. Seus referenciais foram Abreu (2010), Cavalleiro (1998), Gobbi e Leite (2010), Libaneo e Alves (2012).

Na segunda parcela de nosso eixo da coletânea adentramos nos espaços musicais com Maycon Wesley Lima da Silva e Edivan Vasconcelos da Silva. Tendo sido feito pelo primeiro o diálogo sobre a música como forma de resistência e manifestação cultural negra, em turma do sétimo ano da escola Raimundo Gomes de Oliveira, instituição em que Maycon W. L. da Silva era lotado como regente da disciplina de História. Os aportes empregados pelo escritor foram Ferreira (2004); Moura (1987); Munanga e Gomes (2006); Reis (1996) em confrontação com Freyre (2004).

No artigo de Edivan Vasconcelos da Silva, aplicando como referencial Davis (2000), Dias (2009), Freire (1996), Nascimento (2013) e Pereira (2013), temos a exposição da intervenção pedagógica realizada junto ao oitavo ano, turma “A” da escola estadual Padre Diogo Feijó. Neste texto a abordagem sobre a música transpôs análise das letras ou estilos musicais, pois o enfoque foi feito a partir das vivências do autor enquanto cantor profissional, combinando sua formação na licenciatura em História.

Em seguida enveredamos nas experiências de intervenções pedagógicas com uso dos seriados “American horror story” (AHS) e “Todo mundo odeia o Cris”. João Romário Sinhasique trabalhando em classe do sexto ano na disciplina de Inglês no Colégio Acreano (escola em área central de Rio Branco) fez uso de trechos da AHS, tomando como suporte para o debate sobre racismo (GOMES, 2005) e os recursos de multiletramentos (COPE, KALANTZIS, 2000; BORBA E ARAGÃO, 2012; ROJO, 2012).

Finalizando nosso segmento de arte e mídia expomos os relatos de Joana G. de Messias, das ações feitas em turma do Módulo III da Educação de Jovens e Adultos



(EJA) da Escola Lourival Sombra Pereira Lima, cujo instrumento de trabalho aplicou a análise de episódios da série “Todo mundo odeia o Cris”, sob a ótica norteadora de Olimpio (2005), Oliveira (2005) e Munanga (2012).

Não obstante, a distância de quatro anos entre a realização dessas atividades e suas escritas, compreendemos que é necessário trazê-las ao público, pois em tempos tão áridos e com grandes retrocessos, nossas recordações servem como norteadoras e valorizadoras das práticas em busca da promoção de igualdade racial na educação.

## **RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO: DIFERENÇAS E DESAFIOS**

Wolcir Giovani da Rosa Junior

### **Introdução**

O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados de uma intervenção pedagógica realizada na Escola Padre Peregrino Carneiro de Lima, situada no bairro Tucumã I, na cidade de Rio Branco/AC, no dia 18 de outubro de 2016, com alunos do 4º ano do Ensino Fundamental I. O artigo trata de uma temática cuja discussão é extremamente importante no ambiente educacional - a igualdade racial no contexto escolar, utilizando como base a intervenção pedagógica realizada. O trabalho executado na escola teve como propósito apresentar aos alunos as diferenças entre os termos racismo, preconceito e discriminação (racial ou não), além de propiciar o reconhecimento de personalidades negras que contribuíram de forma marcante para a sociedade. A escolha por esse tema foi devido à inexistência de atividades que permitem aos alunos compreender as diferenças entre esses três termos, que devem ser aprendidos não apenas por mero conhecimento, mas para ampla defesa em caso de vitupério.

Foi escolhida a turma do 4º ano porque nessa idade a criança já tem capacidade de coordenar pensamentos uma vez que, conforme afirmado por Abreu et al. (2010, p. 363), em consonância com o teórico Jean Piaget, o “conhecimento



acontece por meio da relação sujeito/objeto”. Assim sendo, os temas abordados teriam maior absorção por parte dos alunos ou até mesmo gerariam dúvidas naqueles que porventura já tivessem alguma opinião formada sobre algum desses conceitos.

Ao analisar o tema escolhido e a idade dos alunos em questão, optou-se por utilizar uma metodologia bastante aplicada nas escolas que é a produção textual, seguida de uma atividade artística. Antes, porém, foi ministrada uma aula expositiva, com o uso de slides, na qual procurou-se abordar questões relevantes para a formação social dos alunos, considerando-se o multiculturalismo presente no espaço escolar no qual são frequentes atitudes preconceituosas e racistas.

#### 1. Desenvolvimento

Assim, no início da aula foram trabalhadas as diferenças entre os termos racismo, preconceito e discriminação, tomando por base os estudos realizados por Eliane dos Santos Cavalleiro em sua dissertação de mestrado intitulada “Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil”, defendida em 1998 na Universidade de São Paulo.

Buscando aprofundar os conhecimentos e o interesse da turma pela temática, também explanou-se, conforme mencionado, sobre algumas personalidades negras que contribuíram e contribuem para a promoção da igualdade racial no Brasil e no mundo, de modo que os alunos pudessem refletir sobre suas atitudes diárias e, a partir disso, alterar possíveis opiniões preconceituosas formadas ou adquiridas em diferentes ambientes de convivência, incluindo o familiar.

Inicialmente, os alunos estavam com receio de participar da atividade. Contudo, quando alguns colegas começaram a falar, e assim, a aula fluiu consideravelmente. A interação dos alunos foi extremamente positiva, sendo que durante a aula não houve nenhum caso latente de racismo entre eles. Notou-se que havia uma união bem interessante entre a turma, que era bastante diversificada, composta por crianças de etnias diferentes: havia alunos negros, brancos, alguns que se autodenominavam pardos e outros “morenos”. Nesse momento aproveitou-se para compartilhar com a turma que a expressão “moreno” é inadequada, uma vez



que a classificação apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE traz as seguintes nomenclaturas: preto, pardo, indígena, amarelo e branco.

Constatou-se que alguns alunos tiveram vergonha de pronunciar as palavras “preto” ou “negro”, o que é algo compreensível, tendo em vista que o assunto não é muito trabalhado com eles na sala de aula. Sobre essa questão é interessante a reflexão apresentada por Cavalleiro ao lembrar que: “no contexto escolar, meu silêncio expressava a vergonha de me reconhecer negra. Nas ofensas eu reconhecia atributos inerentes e, assim sendo, a solução encontrada era esquecer a dor e o sofrimento” (CAVALLEIRO, 1998, p. 12).

Após a abordagem teórica sobre os conceitos e as diferenciações existentes entre os termos norteadores, foram citadas algumas personalidades negras influentes na sociedade como Nelson Mandela, Martin Luther King Jr., Zumbi dos Palmares, Machado de Assis, Pelé, Glória Maria, Marina Silva e, mais recentemente, Joaquim Barbosa, Usain Bolt e Rafaela Silva. A escolha por nomes de algumas personalidades negras já conhecidas pelos alunos por seus feitos históricos e/ou sua fama mundial foi positiva, pois isso propiciou maior interação durante a aula. Os nomes de Usain Bolt, Joaquim Barbosa, Marina Silva e Rafaela Silva foram os mais comentados, o que leva a crer que os alunos, de alguma forma, acompanham essas personalidades ligadas ao esporte e à política.

Logo após cada aluno foi convidado a produzir um texto no qual deveria dissertar sobre alguma pessoa negra de seu conhecimento. A escolha seria opcional, não precisando, necessariamente, ser sobre as personalidades apresentadas, podendo ser sobre outras pessoas negras que considerasse importante. O resultado desse trabalho foi muito satisfatório, uma vez que todos os alunos produziram o texto, muito embora alguns tenham tido maior dificuldade em contextualizar do que outros.

O debate oral e a produção textual foram metodologias bastante interessantes de trabalhar com essas crianças cujas idades variavam de oito a dez anos e que estavam desenvolvendo seu senso crítico. Além de poderem conhecer algumas personalidades até então desconhecidas, aprenderam que elas foram muito importantes para a sociedade em seu tempo, resistindo bravamente e lutando pela democracia racial.

Ao final da atividade de produção textual, foi solicitado aos discentes que produzissem um desenho livre. Além de ser uma forma de descontração e desenvolvimento de técnicas artísticas, por meio dessa atividade foi possível observar aspectos marcantes apreendidos durante a aula. Os resultados dessa atividade lúdica também foram satisfatórios. Alguns deles foram bastante ousados em suas produções, como por exemplo, um aluno que desenhou um palhaço assassino, uma caveira e uma cabeça com chifres intitulada "gapeta", referindo-se ao ser demoníaco. Sobre a questão do desenho infantil são interessantes as considerações apresentadas pelas pesquisadoras Gobbi e Leite (1999, p. 12) que explicam que para Vygotsky, renomado pensador da Educação, “a criança recria ou reproduz o que já existe [...]. Desta forma, a imaginação e a realidade cotidiana, mediadas pela linguagem, fundem-se na composição do desenho daquilo que a criança conhece”. Portanto, o desenho é a expressão daquilo que a criança aprende no ambiente em que está inserida, seja por meio dos programas que assiste na televisão ou das coisas que vê em casa, na escola e na rua. Assim, mesmo que não saiba o significado oculto em suas produções, ela continuará a desenhar até encontrar algo melhor ou mais interessante na sociedade.

Figura 1: Desenho de um dos alunos



Fonte: arquivo pessoa

De forma geral é possível afirmar que o objetivo principal da aula, que era fazer com que os alunos conhecessem e diferenciassem os termos racismo, preconceito e discriminação foram atingidos, uma vez que muitos deles expressaram suas opiniões e deram exemplos de fatos cotidianos em que é possível constatar



situações de discriminação, como na exclusão de colegas durante a organização de grupos de trabalho, ou situações de discriminação e bullying, como quando colocam apelidos nos colegas, etc.

Contudo, constatou-se que nem todos os alunos tinham uma percepção correta dos conceitos, visto que alguns confundiram discriminação com racismo, por exemplo, o que é algo compreensível no processo de aprendizagem, possivelmente devido à ausência de aulas voltadas à educação para as relações étnico-raciais. Entretanto, é importante frisar que, normalmente, há uma transferência de responsabilidade da família para a escola da tarefa de ensinar sobre as diferenças de raças existentes, destacando a importância de respeitar o próximo e ser amigo de todos. Conforme Cavalleiro (1998) é possível que essa transferência de responsabilidade para a escola resulte da compreensão que os pais têm do papel dessa instituição como educadora formal de cidadãos, além da dificuldade e do incômodo de conversar sobre esse assunto no ambiente familiar.

### **Considerações Finais**

De acordo com Libâneo e Alves (2012), as atividades de ensino e aprendizagem têm como objetivo fazer com que os alunos se apropriem dos conhecimentos. Para isso, o professor precisa ter domínio dos conteúdos ensinados e, conseqüentemente, possuir uma base teórico-prática que o auxilie nesse trabalho.

Embora, a atividade de intervenção na escola tenha sido realizada em apenas um dia, foi uma experiência bastante proveitosa na qual houve interação e participação dos alunos em relação aos temas abordados. Entretanto, cabe ressaltar que o ideal seria a execução de um projeto de maior duração que possibilitasse a realização de um maior número de atividades referentes à temática.

Por outro lado, é importante lembrar que o docente não deve esperar que a escola desenvolva esse tipo de projeto para só assim trabalhar essa temática em sala de aula. Em diversas situações cotidianas, o professor pode ensinar a seus alunos que o racismo, a discriminação e o preconceito devem ser combatidos e que o respeito mútuo deve sempre ocupar os espaços sociais. O currículo não é soberano e nem sempre deve ser seguido à risca, pois o professor tem a capacidade de criar e de ter autoria das suas atividades.



Cabe ressaltar que a intervenção realizada na escola foi uma importante forma de refletir com os alunos sobre a importância da convivência sem os preconceitos sociais existentes. A oportunidade de levar até eles um pouco do que foi estudado no Curso de Aperfeiçoamento Uniafro foi bastante significativa, pois é extremamente importante que os alunos possam crescer conscientes e educados contra a discriminação racial e o preconceito, sem o desensino de algumas visões ultrapassadas adquiridas nos diferentes ambientes de convivência.

Por fim, cabe ressaltar que a educação da criança é fruto das relações sociais que ela tem com o meio. Se em casa ela recebe uma educação que ensina a ser racista, assim ela será. Contudo, havendo parceria entre escola e família, as crianças poderão crescer com conceitos e atitudes corretas, respeitando a vida humana e todas as diferenças existentes na sociedade.

### Referências

ABREU, Luiz Carlos de et al. **A epistemologia genética de Piaget e o construtivismo**. Rev. Bras. Crescimento Desenvolvimento Hum. 2010; 20(2): 361-366.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 1998. 229 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

GOBBI, Marcia.; LEITE, Maria Isabel. **O desenho da criança pequena: distintas abordagens na produção acadêmica em diálogo com a educação**. In: Reunião Anual da Anped, 1999, Caxambu-MG.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conceitos**. Disponível em:<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicador\\_esminimos/conceitos.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicador_esminimos/conceitos.shtm)>. Acesso em: 04 out. 2016.

LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Orgs.). **Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

## A MÚSICA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA NEGRA

Maycon Wesley Lima da Silva

### Introdução

Este trabalho busca promover o conhecimento acerca das raízes negras a partir da música. A música é considerada uma das práticas artísticas de grande propagação e, por meio dela, temos a oportunidade de entender um pouco mais acerca do negro na História. Oliveira, Santos e Lima (2015) asseveram que as pessoas necessitam da arte e da esperança para viver em sociedade e, no caso das populações negras, que vieram para a América, a música foi trazida como instrumento de resistência (REIS, 1996). O Brasil é um país da diversidade étnica e cultural, e essa pluralidade tornou-se possível, principalmente, devido ao processo de colonização que trouxe pessoas de inúmeras partes do mundo, sobretudo da África. Durante processo de escravização africana, recebemos diversas influências culturais, dentre elas: a música. Pretendemos aqui, contribuir para o entendimento sobre o modo que se deu esse processo e seu significado para a cultura brasileira. Além de verificar como essa mistura de ritmos contribuiu para a formação da identidade de nosso país. Muitos desses ritmos até hoje representam uma forma de resistência do povo negro e também de combate ao racismo e ao preconceito.

O contexto de pesquisa foi em uma turma de 7º ano do Ensino Fundamental II, na disciplina de História, na escola pública Raimundo Gomes de Oliveira, em Rio Branco – Acre, turma que eu era o professor regente. Cerca de 30 alunos participaram da atividade. A metodologia de pesquisa utilizada foi uma pesquisa intervenção (DAMIANI, 2012), ministrada em três aulas, cada uma com 50 minutos, nas quais houve discussões e reflexões a respeito do contexto da diáspora africana para o Brasil e algumas de suas influências para a formação da cultura brasileira, mais especificamente a música. Foram realizadas reflexões sobre o racismo a partir da utilização uma sequência didática, preparada e direcionada para as discussões raciais. Intentamos, de fato, interagir e discutir sobre racismo, permitindo uma reflexão crítica dos alunos. Para isso, utilizamos músicas e vídeos.



Muito se ouve falar sobre o período de escravidão, a respeito da exploração negra, o tráfico de escravos, no entanto pouco se pergunta das contribuições que as populações negras deixaram para a cultura brasileira. Entendemos que a contribuição foi gigantesca para a formação cultural, entretanto o preconceito e o racismo advindos dos tempos coloniais marginalizaram o negro e sua cultura, deixando-o de lado. Silva (1994) realizou uma análise sobre o negro oprimido pela sociedade escravista e discriminado por sua cor de pele. Ele observou que uma das estratégias negras é utilizar a música como um canal de expressão e um veículo de protesto contra o racismo, tentando ao máximo preservar a sua cultura.

#### 1 A música

Os negros há décadas compõem músicas com conteúdos relacionados a sua história, críticas ao racismo e também letras que retratam um pouco do que passaram. Concordamos com SILVA (2014) ao citar Moura (1983) e afirmar que é “incontestável a influência do negro às artes, principalmente à música brasileira”. Desde quando foram trazidos para o Brasil, de forma desumana, os negros buscaram na música uma forma de aliviar sua dor. Os negros costumavam cantar músicas de sua terra, como forma de fuga da realidade, como uma forma de lembrar-se do tempo em que eram felizes em suas casas. No período da escravidão no Brasil, esse tipo de manifestação se fortaleceu principalmente nos quilombos, onde os negros fugidos se estabeleciam, com outros negros, e formavam aldeias, e juntos fortaleciam suas manifestações culturais (MOURA,1987).

Os africanos escravizados e seus descendentes começaram a ouvir sobre esses lugares onde poderiam fugir da escravidão e que resgatavam sua cultura. Com o tempo, eles também foram se fortalecendo, mesmo ainda servindo ao domínio escravista e passaram a resgatar, aos poucos, sua cultura, A distância da África, a mistura de povos africanos se mesclaram às culturas dos povos que europeus que aqui chegaram e aos povos indígenas. Voltar para África era impossível, então quando foram libertos, depois de muitos anos de escravidão, essas músicas cederam lugar a uma herança rica e preciosa, pois suas letras retratavam muito do cotidiano e das pessoas na amarga época da escravidão (MOURA, 1987). Essas canções eram



passadas por gerações e viraram quase que um patrimônio de um pedaço da história que nunca foi esquecida.

As músicas e ritmo musicais da atualidade ainda carregam muito dessa resistência, inclusive até alguns deles são estereotipados como sendo ritmos ou músicas de negros, tais como: samba, maracatu, pagode, choro, lundu, rap, funk carioca, axé e ijexá.

## 2 Refletindo sobre o racismo por meio da música

Ante tais considerações, tentamos utilizar uma linguagem simples para embasar o assunto e fazer uma breve introdução, antes de chegar de fato ao tema pretendido - o racismo. Também realizamos pesquisas na internet para saber escolher quais tipos de músicas poderiam ser usadas nas aulas, tentando aproximarmos-nos das músicas que as crianças e jovens mais ouvem no seu cotidiano e em sua realidade social.

A intervenção iniciou com uma apresentação sobre a diáspora africana e resgatando o conhecimento prévio dos alunos a respeito do assunto. A maior parte da turma já tinha algum conhecimento relacionado do assunto e não houve dificuldades. Mostramos um vídeo que trazia as heranças africanas que marcam nossa cultura, dentre elas é citada a música brasileira. Aproveitando o assunto do vídeo para reforçar a influência africana nos principais ritmos, tidos como da atualidade (e muito escutado por eles). Foram utilizadas músicas atuais. Escolheu-se músicas em que as letras apresentavam críticas à escravidão, ao racismo, e à segregação racial. Fizemos uso de duas músicas e um vídeo clipe.

O vídeo clipe tratava do poder que o negro possui e que ele pode usá-lo como forma de combater a discriminação. As músicas eram raps de autoria do cantor Rincon Sapiência, *Coisas de Brasil*, o qual em suas rimas descreve a situação atual do país. A outra canção é do também cantor de rap, Gabriel o Pensador, *Racismo é burrice*, que faz duras críticas ao pensamento racista que ainda persiste em nosso país.

Os estudantes gostaram bastante das músicas e deram as suas opiniões, contra o racismo, dizendo que acham um absurdo esse tipo de comportamento ainda



ser bastante forte na sociedade. Eles citaram alguns trechos das músicas como exemplo e, assim, mostraram sua indignação. Foi bastante proveitoso e surpreendente perceber como crianças de pouca idade já entendem que o preconceito racial é algo abominável e deve ser combatido.

Não tivemos a intenção, de dar conta de trabalhar um assunto tão amplo, a partir desta intervenção com apenas 3h. Entretanto, a partir das análises realizadas, entendemos que essa reflexão pode ter sendo um tabu (FERREIRA, 2004). Hoje, principalmente nas redes sociais, se vê muita intolerância racial e não se aceita o debate acerca do racismo e do preconceito. Muitas pessoas acham que é apenas “vitimismo”, “coitadismo” ou mesmo uma maneira de se mostrar importante. Assim, e o ódio e a intolerância acabam por se propagar ainda mais.

### **Considerações Finais**

Respondendo à pergunta proposta no início deste trabalho: Como a música pode contribuir para a reflexão sobre a resistência negra a partir de uma intervenção? Compreendemos que a música é uma excelente ferramenta contra o racismo e o preconceito, pois, despretensiosamente, ela acaba proporcionando uma reflexão no ouvinte, fazendo, por meio das melodias e das letras, com que se perceba algo que está ao seu redor, mas não havia sido visto.

A intervenção foi um exemplo disso, mesmo que por um breve momento (nas aulas e na análise das músicas), alguns alunos compreenderam que a música não é só uma batida envolvente ou uma letra que só repete uma coisa do início ao fim, mas que ela sim pode trazer uma reflexão.

Tendo em vista os dados de análise trazidos, entendemos que esta pesquisa e intervenção pedagógica foi bastante profícua e valiosa, pois todos os envolvidos puderam refletir e, em seguida, mostrar às crianças que existem várias maneiras de se combater a discriminação racial. Além de ser possível falar de um assunto que ainda é um tabu para muitas pessoas que creem que o racismo não existe e o enxergam como um assunto ultrapassado por não saberem como é a realidade das pessoas negras no Brasil.

### **Referências**

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma História - a incrível saga de um país**. São Paulo: Ática, 2003.

DAMIANI, Magda. Sobre pesquisas do tipo intervenção. **XVI ENDIPE** - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP, Campinas, 2012

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Addressing 'Race'/ethnicity in Brazilian schools: a study of EFL teachers**. Tese de doutorado. Institute of Education University of London, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 49ª ed. São Paulo: Global, 2004 (original de 1933).

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. vol. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1978.

MOURA, Clóvis **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense. Coleção Tudo é História. 1987

OLIVEIRA, Bruno Ribeiro. SANTOS, Davi. LIMA, Gabriel Truccolo. **Música negra como resistência: África, Brasil e Estados Unidos**. Revista do Lhiste, Porto Alegre, num.3, vol.2. 2015.

PACIFICO, T. M. **Relações Raciais no Livro Didático Público do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, 2011.

REIS, João José. **"Quilombos e Revoltas Escravas no Brasil"**, in Revista USP, n. 28. São Paulo, CCS-USP, 1996, pp. 14-39

SILVA, Elizete da. **Irmandade negra e resistência escrava**. Sitientibus. Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, p. 55-62, 1994.

SILVA, Helder Kuiawinski. **A cultura afro como norteadora da cultura brasileira**. 2014.

## NEGROS INFLUENTES NA MÚSICA BRASILEIRA

Edivan Vasconcelos da Silva

### Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar a intervenção pedagógica realizada como uma das etapas do curso de aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola, organizado pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre. A atividade foi realizada durante 4 horas-aulas, no mês de outubro de 2016, na Turma “A”, 8º ano do Ensino Fundamental, na escola Pe. Diogo Feijó, situada no bairro Abraão Alab, na cidade de Rio Branco. Na pesquisa, abordei o tema “Negros influentes na música brasileira” cujo objetivo foi mostrar aos alunos a importância dessas contribuições para a constituição da música brasileira. Tais contribuições foram associadas às várias personalidades negras que atuaram e ainda atuam na área com o objetivo de evidenciar aos discentes que os escravizados não se calaram em meio às adversidades.

#### 1. Das diásporas africanas à música brasileira

A opção por essa temática se justifica por minha trajetória pessoal e identificação como jovem negro, cantor e compositor. Aliada à minha vivência, há a perspectiva de que os escravizados tinham a música como algo muito importante em grande parte de suas atividades cotidianas (cultos religiosos, afazeres domésticos, trabalhos de todas as ordens e rodas de capoeira). Para eles, a música era indispensável. Nesse contexto, as canções eram cantadas em suas línguas nativas ou mesmo em português, acompanhadas inicialmente de instrumentos percussivos (DAVIS, 2000).

Dentro desse contexto, devemos lembrar do samba, ritmo que é produto de influências musicais vindas da África ainda no século XVI. Contudo, sua difusão se deu no início do século XX, graças às festas nas casas das “tias baianas”, no Rio de Janeiro. Somente na década de 1930 que o ritmo se propagou para diferentes partes do país como resultado do avanço do rádio, acrescido da busca do governo brasileiro por símbolos que compusessem a identidade nacional e a criação dos concursos de



escolas de samba. Essa mudança tornou os negros “os principais cantores e compositores” do período (NASCIMENTO, 2013, p. 4).

Com o advento do samba, outros ritmos negros se expandiram e alcançaram grande visibilidade, não sendo somente cantados, tocados ou ouvidos por negros. Com o mundo cada vez mais globalizado, a *black music* brasileira rompia mais e mais barreiras a cada dia. A música popular brasileira (MPB) também tem artistas negros consagrados, muitos deles apresentados ao grande público nos festivais promovidos pela emissora de televisão Record, durante a década de 1960. Já ritmos como o pagode, nascido nos fundos de quintais do Rio de Janeiro no final da década de 1970, tiveram uma enorme força e foram ouvidos Brasil afora. E não podemos esquecer ainda do *Funk* e do *Rap*, ritmos negros que se destacaram nas comunidades pobres do sudeste do país e que são muito populares entre jovens e adolescentes nos dias de hoje.

## 2. Intervenção Pedagógica: planejamento e prática

A primeira etapa do planejamento consistiu na elaboração da sequência didática. O objetivo dessa etapa foi balizar os momentos programados das aulas que foram ministradas e identificar desafios ao projeto, tais como o pequeno acesso às publicações na área, que pudessem dar embasamento teórico ao trabalho desenvolvido. Nesse intuito, fiz uso das referências dadas no decorrer dos módulos do curso de aperfeiçoamento, acrescidas dos autores Nascimento (2013) e Lopes (2006).

Os dois encontros seriam planejados, mas não em sua totalidade, pensando que as intervenções dos estudantes, no decorrer da aula, trouxessem debates e discussões relevantes para um maior aprofundamento do tema. Nessa atividade, levamos em consideração a participação dos alunos como construtores do conhecimento, não restritos ao papel de receptores de informações (FREIRE, 1996). Propusemos a reprodução de vídeos musicais de personalidades negras representantes do Samba, MPB, Pagode, *Funk* e *Rap* disponibilizados na internet. Além desse recurso, usamos, ainda, slides que nos guiaram na exposição de toda a aula. Vale ressaltar que a intervenção não foi pautada nos ritmos acima citados, mas



sim nas diversas personalidades negras representantes desses importantes ritmos da música brasileira.

Após a finalização do planejamento da sequência didática, apresentei a proposta para a coordenação pedagógica da Escola de Ensino Fundamental Pe. Diogo Feijó, obtendo autorização para a sua execução. Os encontros com o 8º ano, Turma “A”, foram agendados para que acontecessem nos horários da disciplina de História, durante dois encontros com duração de duas horas cada um e com um intervalo semanal entre ambos.

O primeiro encontro começou exatamente às 13 horas, do dia 18 de outubro de 2016, na sala de vídeo da escola, que foi previamente reservada para a atividade. Iniciei a aula com uma breve apresentação pessoal, sem indicação prévia da temática. Em seguida, executei a música “Dor de Escravo”, de autoria de Mestre Garrote, e indaguei os alunos quanto ao teor da canção. Eles responderam que se tratava da escravidão e dos negros. Feita breve discussão de algumas partes da música, revelei a temática do encontro. Após esse momento, os convidei a descobrir a importância do negro na música brasileira.

Expus, de forma rápida, a questão do tráfico negreiro para o Brasil, enfatizando que os escravizados não deixaram suas culturas serem esquecidas. Por meio dos slides, demonstrei a relevância que a música originária do continente africano tinha no cotidiano das populações escravizadas, pois era presente em diferentes momentos, indo do trabalho aos cultos religiosos. Para isso, illustrei o trabalho negro com o vídeo “Cultura Mineira: Lavadeiras de Almenara” que consiste em um trecho de uma reportagem de um telejornal de Minas Gerais. A reportagem trata das lavadeiras e o canto, prática advinda da época escravista no Brasil. Ressaltei o quanto aquela atividade era importante por preservar uma cultura que existe há séculos. Em seguida, foi reproduzido mais um vídeo, desta vez, músicas de candomblé cantadas em uma língua africana, pelo grupo Griot. Com esse vídeo procuramos mostrar que tipos de músicas fazem parte dos cultos de religiões de matrizes africanas.

Parti para rápida contextualização histórica sobre o samba. Apresentei também as personalidades mais influentes desse gênero musical, dando informações biográficas sobre a carreira musical desses artistas, bem como sobre suas principais



obras (Cartola, Clementina de Jesus e Martinho da Vila ganharam destaque nesse momento). Fechando essa etapa da exposição, apresentei a música “Não deixe o samba morrer”, interpretado pela cantora Alcione, e “Deixa a vida me levar”, interpretado por Zeca Pagodinho.

Partimos para dialogar sobre a MPB ressaltando que, não obstante o volume de artistas brancos no gênero, também é considerável o número de artistas negros e dei como exemplos Gilberto Gil, Tim Maia e Luiz Gonzaga. Reproduzi os vídeos das músicas “Andar com fé”, de Gilberto Gil, “Primavera”, de Tim Maia, e “Asa Branca”, de Luiz Gonzaga.

Seguiu-se a apresentação do pagode, ritmo que em sua maioria nos apresenta cantores negros, geralmente vindos de periferias. Com esse ritmo e seus artistas, os alunos demonstraram certa familiaridade, o que, a nosso ver, decorre dos programas televisivos de auditório e novelas. Destacamos a banda Raça Negra, com a música “É tarde demais”. Igualmente falamos sobre o cantor Alexandre Pires, que integra a banda Só Pra Contrariar, na qual iniciou sua carreira. O cantor Thiaguinho também recebeu destaque por sua grande visibilidade na época, sendo o artista mais reconhecido pelos alunos.

Os ritmos *Funk* e *Rap* foram donos de grande popularidade entre os estudantes. Tais ritmos foram, inclusive, relacionados à autoidentificação com seus cotidianos de jovens negros e de baixa renda, sem desconsiderar a categorização de ambos os estilos como “mais modernos”. Foram apresentados artistas do *Funk*, como Claudinho e Buchecha, extinta dupla que fez sucesso no final da década de 90 e início dos anos 2000, Bonde das Maravilhas, grupo de Funk carioca que alcançou grande sucesso em 2013, e a cantora Ludmilla, cuja música “Hoje” teve seu clipe exibido aos alunos. Quanto ao *Rap*, destacamos os artistas, como os já bastante conhecidos Marcelo D2, Projota e a nova aposta do *Rap*, Karol Conká cujo clipe da música “Tombei” foi apresentado.

Terminada a parte expositiva, foi proposta uma tarefa extraclasse que consistia em uma pesquisa em grupo sobre os ritmos musicais expostos: Samba, MPB, Pagode, *Funk* e *Rap*. A atividade foi organizada em três partes: pesquisa; produção e exposição de cartazes; escolha de uma música do artista representante de cada ritmo musical. Os grupos deveriam pesquisar informações como os dados



bibliográficos do artista representante do ritmo sorteado, bem como trechos de suas músicas e obras. No próximo encontro, as informações reunidas por cada grupo deveriam ser expostas por meio de cartazes produzidos pelos alunos. Além disso, cada equipe deveria cantar uma música de um artista representante do ritmo obtido no sorteio.

No dia 25 de outubro de 2016, retornei à escola para a finalização da intervenção e expliquei mais uma vez como se daria a atividade. Destaco que a atividade se concretizou com alguns obstáculos, pois dois grupos não apresentaram os dados da pesquisa, dificultando a produção de seus cartazes. Outra dificuldade foi a lentidão de alguns grupos para a produção dos cartazes. Entretanto, com meu auxílio e da professora titular da turma, os grupos finalizaram a elaboração dos cartazes.

Nas apresentações constaram fotos, trechos de músicas, informações sobre a vida pessoal e carreira dos artistas. Após a exposição da pesquisa, cada grupo deveria cantar ou dançar uma música de um dos artistas apresentados na exposição. Apenas um grupo se opôs e preferiu recitar um trecho de música, os demais cumpriram a proposta e cantaram músicas de artistas negros. Os materiais foram também disponibilizados para visualização da comunidade escolar com o objetivo de valorizar as contribuições negras à música brasileira.

### **Considerações Finais**

Apesar dos contratempos experimentados no segundo encontro, avalia-se a experiência como positiva. Isto porque atingimos o objetivo de levar para a sala de aula uma temática pouquíssimo explorada pelo nosso sistema de ensino. Somando-se a esse contexto a execução de um trabalho interdisciplinar entre as disciplinas de História e Artes, que muito contribuem para os estudos de história e cultura africana e afro-brasileira. A partir da intervenção pedagógica, constatamos que tal temática precisa ser enfatizada, pois são ferramentas poderosas para combater o racismo e o preconceito tão presente e, ao mesmo tempo, tão disseminados na sociedade brasileira.

Concluimos, a partir do que foi exposto, que estudar o negro e seu legado artístico também é uma ação de vital importância para promoção de uma mudança



na sociedade. Tais estudos contribuem para a mudança da mentalidade preconceituosa da sociedade e para o combate à herança colonial de desigualdade e injustiça. T tamanha importância implica na conscientização de que nós, acadêmicos e professores, precisamos sair de uma zona de conforto e estudar questões mais do que pertinentes para o ensino no século XXI. Afirma-se a relevância deste trabalho, pois não só agregou conhecimentos à vida escolar desses alunos, mas também se configurou como uma importante política de ação ao combate às injustiças sociais e raciais relacionadas às diferenças de cor.

### Referências

ANDAR com fé. Compositor e Intérprete Gilberto Gil: In: Um banda um. Intérprete: Gilberto Gil. Rio de Janeiro: WEA Discos, 1982. Faixa 6 (03:20 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Pg5qt306920>>. Acessado em: 04 out. 2016.

**ASA Branca.** Compositor e Intérprete: Luiz Gonzaga. Compositores: L. Gonzaga e H. Teixeira. In: **Asa Branca.** Intérprete: Luiz Gonzaga. RCA Camden, 1975. (2:51 min) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zsFSHg2hxbc>>. Acessado em: 04 out. 2016.

CULTURA Mineira - **Lavadeiras de Almenara.** [s.l: sn], 2009. 1 vídeo (3:22 min). Publicado pelo canal Assembleia de Minas Gerais. Disponível em: <<https://youtu.be/Biw2x12VEbg>>. Acessado em: 15 nov. 2016.

DAVIS, Darien J. **Afro-brasileiros hoje.** São Paulo: Summus, 2000.

**DEIXA a vida me levar.** Intérprete: Zeca Pagodinho. In: **Deixa a vida me levar.** Intérprete: Z. Pagodinho. Universal Music Ltda, 2002. Faixa 3 (3:38 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oTREAyZbmME>>. Acessado em: 04 out. 2016.

**DOR de escravo** legendado. Compositor e Intérprete: Mestre Garrote. Publicado no canal Mestre Garrote. (4: 51 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bZoUlotvXAU>>. Acessado em: 04 out. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

**HOJE.** Intérprete: Ludmilla. Compositores: J. Junior e U. Tavares. In: **Hoje.** Intérprete: Ludmilla. Warner Music Brasil, 2014. Faixa 2 (2:57 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Rvq7R9dwJ3U>>. Acessado em: 04 out. 2016.

LOPES, N. **A presença africana na música popular brasileira**. Artcultura, v. 6, 9, 14 set. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1370>>. Acessado em 05 de nov. 2016.

Não deixe o samba morrer. Intérprete: Alcione. Compositores: A. Silva e E. Conceição. In: **A Voz do Samba**. Intérprete: Alcione. Philips, 1975. Faixa 7 (4:28 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ddKD5OMWlhY>>. Acessado em: 04 out. 2016.

NASCIMENTO, U. A. As Influências Afro na Música Brasileira (1900-1920). XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal. **Anais Eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História**, ANPUH, 2013, p. 1-11. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/14835603-As-influencias-afro-na-musica-brasileira-1900-1920.html>>. Acessado em: 15 nov. 2016.

**PRIMAVERA (Vai chuva)**. Intérprete: Tim Maia. Compositores: C. Eduardo; L. Barbosa; V. Moraes. In: Tim Maia. Intérprete: Tim Maia. Polydor, 1970. Faixa 8 (2:21 min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BmZlpZo8xGs>. Acessado em: 04 out. 2016.

**TOMBEI** feat Tropkillaz. Intérprete: Karol Conká. Compositores: J. Gonzáles e K. Conká. In: Hip Hop Machine # 10. Skol Music; SPA Music; Universal Music. 2014. (3:29 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LfL4Hoe5-Js>>. Acessado em: 04 out. 2016.

## COMBATER A DISCRIMINAÇÃO RACIAL ATRAVÉS DO SERIADO DE TV “TODO MUNDO ODEIA O CHRIS”

Joana Gonçalves de Messias

### Introdução

Este trabalho é produto de atividade proposta dentro do Curso de Aperfeiçoamento Uniafro – Política de Promoção da Igualdade Racial na Escolar, oferecido pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre durante o ano de 2016. Trata-se de relato da pesquisa feita em modalidade de intervenção pedagógica, realizada em três aulas de 50 minutos cada, com o objetivo de compreender as formas como os estudantes se relacionavam com a discriminação racial e quais mecanismos usavam como enfrentamento. O público da ação foi a



turma do Módulo III da Educação de Jovens e Adultos da Escola de Ensino Fundamental e Médio Lourival Pereira de Lima Sombra, localizada no conjunto Tangará da cidade de Rio Branco – Acre. A metodologia de trabalho fez uso da intervenção pedagógica, a partir da análise de um episódio do seriado norte-americano “Todo mundo odeia o Chris”, que funcionou para demonstrar o preconceito racial. O referencial empregado foi Lopes (2005), Oliveira (2005), Munanga (2013) e Olímpio (2005).

1. Rápida apresentação da série “Todo mundo odeia o Chris”

A série norte-americana “Everybody Hates Chris” esteve no ar entre setembro de 2005 a maio de 2009 no canal The CW. Traduzida no Brasil como “Todo mundo odeia o Chris”, atualmente, é exibida em emissora de sinal aberto. A narrativa do seriado se organiza em oitenta e oito episódios curtos, tendo em média pouco mais de vinte minutos. A trama toma por base a juventude do comediante negro Chris Rock, que foi também o criador, produtor e narrador do programa. O enredo usando bom humor aborda situações cotidianas de racismo vivenciadas por Chris, jovem negro, de baixa renda, morador de um bairro pobre e estudante de escola pública.

Os personagens da trama giram em torno da família e juventude de Chris Rock, sendo principal o comediante em sua adolescência – infeliz e azarado, único negro de uma escola de brancos, sempre se dá mal em todas as situações. Sua mãe é Rochelle Rock: mulher autoritária perante a família e orgulhosa pelo marido ter dois empregos, não gosta de transparecer que é pobre e inconscientemente expõe racismo em suas falas e atitudes. Seu pai Julius Rock é um homem trabalhador e bastante econômico. Seu irmão (do meio) mais novo, por ser mais alto, parece ser mais velho e por isso tem maior popularidade com as garotas. Tonya Rock, a irmã mais nova de Chris, é dengosa e mimada. Greg Wuliger, garoto branco, é o melhor e único amigo de Chris. Joey Caruso, garoto branco, racista e mal-humorado da escola onde Chris estudava, é agente frequente de violências físicas sofridas por Chris. Por fim, a Professora Morello, que se diz a favor da comunidade negra, mas em suas falas acaba por reforçar estereótipos de racismo contra Chris.

2. Da metodologia e aplicação da intervenção pedagógica



A realização da pesquisa teve como objetivo buscar compreender as formas com que os estudantes do Módulo III da EJA da Escola Lourival Sombra se relacionam com a discriminação racial e quais mecanismos usam como enfrentamento. Assim, optei pela intervenção pedagógica com a projeção de trechos de episódios da série, estimulada tanto na familiaridade dos estudantes com o conteúdo do seriado (programa vinculado à televisão brasileira), quanto por serem episódios rápidos que não tomariam totalmente um horário de aula, somando-se a linguagem acessível aos adolescentes, aos jovens e adultos, além das possíveis autoidentificações do público participante da pesquisa com Chris (seus sonhos, dilemas e sofrimento do preconceito racial).

Em nossa primeira aula, fez-se uma abordagem da origem da discriminação racial aqui no Brasil, a fim de que essa prática se associa ao processo de colonização e se manteve como justificativa de controle social de uma minoria sobre a maior parte de nossa população. Depois, foi discutido e debatido o que significa o racismo e enfatizado como crime.

Na segunda aula foi retomado o conceito de racismo e demonstrado como ele acontece, frequentemente, no espaço escolar, manifesto em “brincadeiras” ou “apelidos” que desvalorizam a cor da pele, o cabelo, o formato do nariz e outros. Na terceira aula, foi destacado que é preciso todos se unirem na luta contra o racismo, principalmente combater as ditas “brincadeiras” ou “apelidos”, pois essas atitudes negativas acarretam malefícios na alma de quem recebe tais deboches. Assistimos ao seriado “Todo mundo Odeia o Chris”, e, em seguida, a professora deu exemplos da vida do personagem “Chris”.

O episódio escolhido para a aula foi o de número 22, da terceira temporada, “Todo mundo odeia: O baile da nona série”. Neste episódio, Chris é o único menino sem uma parceira para o baile de formatura, então Greg sugere que ele convide à Carrie, uma menina tímida, na qual ninguém presta atenção. Carrie aceita ir ao baile com Chris, mas problemas surgem quando as pessoas começam a zombar dos dois. Enquanto isso, Tonya pede à Rochelle para ter aulas de balé. Julius e Drew compram um carro em um leilão, juntamente com Ryan. Chris desiste de ir ao baile com Carrie por temer ofensas à moça que estaria acompanhada de um jovem negro. No entanto, os dois acabam decidindo ir ao baile sozinhos e terminam se encontrando na festa e



dançando uma música juntos. No outro dia, no colégio, Carrie pergunta o porquê de Chris desistir de acompanhá-la. Ele explica que foi por medo dela ser ofendida ao estar com um menino negro, então ela relaciona vários apelidos que os colegas de escola durante todos os anos disseram com o Chris, como por exemplo: Tição, asfalto, frigideira, pneu, chocolate, Zé gotinha da Petrobrás, marrom, escuro, fumaça, carvão, urubu, isolante, chimpanzé, sola de sapato, lama de poço, Petróleo.

Assim, na terceira aula, com base nessa listagem de ofensas disfarçadas como “brincadeiras” procurei dar ênfase à classe, mostrando que não é correto usar apelidos. Depois, foi solicitado aos alunos que eles relatassem por escrito se já haviam sofrido discriminação racial ou se já tinha presenciado outra pessoa sofrendo o racismo. Dois alunos declararam terem sido vítimas e quatro outros estudantes já haviam presenciado atos.

Para uma melhor fixação da aprendizagem, no final da aula, foi feita uma dinâmica com os alunos. Confeccionei alguns brigadeiros de leite condensado, sem mistura, depois cobri alguns com coco ralado e outros com achocolatado em pó e confeitos granulados, para ficar com a cor escura. Ao final da aula, pedi para que cada aluno pegasse um brigadeiro, um com cobertura de achocolatado em pó e outro brigadeiro com a cobertura de coco e degustassem os docinhos.

A finalidade da dinâmica era mostrar que os dois docinhos eram iguais por dentro, foram feitos com o mesmo produto e que a diferença só estava na cobertura. Assim, pude fazer a analogia ao ser humano. A pele que cobre o nosso corpo pode ter várias cores, como os docinhos, a diferença entre eles era que um tinha a cobertura de achocolatado em pó e o outro a cobertura de coco, que em todas as partes da natureza havia tanto o preto como o branco. Citei o exemplo dos animais do campo, das aves no céu, dos animais que estão no mar, além das diferenças que existem nas cores e que há harmonia nas diferenças em todo o planeta e que só o ser humano não quer aceitar o seu semelhante como igual.

## 2. Dos resultados

A proposta de pesquisa tinha por objetivo observar como os alunos da turma do Módulo III da EJA percebiam a discriminação racial e como estavam fazendo o enfrentamento disso. Tendo isso em mente, após a sondagem de conhecimentos



prévios, a explanação dos conceitos de racismo e a exposição do episódio da série foram solicitadas aos alunos que escrevessem um texto no qual eles pudessem relatar algum tipo de discriminação racial que sofreram ou presenciaram.

Com o término e apresentação da produção textual, o resultado confirmou o que a sociedade quer esconder: dois dos alunos já sofreram discriminação e quatro presenciaram atos discriminatórios contra pessoas negras. A atividade de pesquisa funcionou também como um mecanismo de combate ao racismo, já que as falas de autoestima e valorização ecoaram entre a turma, promovendo o questionamento e reflexão entre os cursistas.

### **Considerações Finais**

A realização da pesquisa em modalidade intervenção pedagógica demonstrou que o racismo é algo conhecido, sofrido e vivenciado pelos estudantes do Módulo III da EJA da escola Lourival Sombra. Com os resultados obtidos, entendemos que a educação é o meio viável para promoção da igualdade racial, contudo, ainda se faz necessário ter a junção da lei e o currículo com toda a sociedade, para que seja mais uma das maneiras de luta contra a discriminação racial, principalmente a que é reproduzida no meio social e, sobretudo, no espaço escolar.

Por isso, concluímos ser necessário interpretar o currículo e os espaços escolares como importantes artefatos socioculturais que podem corroborar ao combate do racismo (SILVA, 2011, p. 105). Diante disso, destaca-se a indispensável situação de trabalharmos as suas potências de influenciar a ordem do mundo, numa perspectiva antirracista, a fim de se tornarem artefatos de combate para empoderar às populações negras, aliados na mudança da sociedade brasileira.

### **Referências**

LOPES, Vera Neusa. **Procedimentos didático-pedagógicos e a conquista de novos comportamentos**. Brasília: Ministério da Educação. 2005.

MUNANGA, Kabengele. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania. **movimento-revista de educação**, submissões, n. 12, dec. 2013. ISSN 23593296. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32511>>. Acesso em: 16 out. 2016.

OLIMPIO, Antonio de Sant'Ana. **Combatendo o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação. 2005.

OLIVEIRA, José Reinaldo. **Educação e racismo**: conhecendo as contradições do passado para construir a escola do futuro. Brasília: Ministério da Educação. 2005

SILVA, Tássia Fernandes Oliveira. **Questões Étnico-raciais e Currículo**. UNEB 2011.

TODO mundo odeia o baile de formatura (Temporada 3, ep. 22). Direção: Andrew Orenstein. Produção: Adrienne Carter, Don Reo, Kali Londono. Estados Unidos: CR Enterprises, Inc., 3 Arts Entertainment, Paramount Television, CBS Paramount Television. Disponível em: <https://seriesimperio.com/episodes/todo-mundo-odeia-o-chris-3x22/>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

## O RACISMO POR MEIO DA SÉRIE *AMERICAN HORROR STORY*: UMA INTERVENÇÃO EM AULA DE LÍNGUA INGLESA

João Romário Sinhasique

### Introdução

O presente trabalho buscou analisar a efetividade e qualidade de uma intervenção didática que intentou refletir sobre racismo, usando fragmentos da série *American Horror Story*<sup>20</sup> – *Season 3*, para abordar a temática racismo dentro da sala de aula.

Dessa forma, o objetivo foi demonstrar que a reflexão sobre racismo, a partir da utilização de recursos de multiletramentos, como os vídeos, é uma maneira atual e próxima aos alunos, tornando-se eficaz em alternativa.

À vista disso, a metodologia de pesquisa utilizada pautou-se em pesquisa-intervenção (PAULON, 2005; DAMIANI, 2012), com duração de 2h aula (cada aula com 50 minutos) realizada na Escola Estadual Colégio Acreano, localizada no centro da cidade de Rio Branco (AC), com alunos do 6º ano do Ensino Fundamental, no dia 14 de outubro de 2016.

---

<sup>20</sup> Doravante grafada apenas em formato de AHS.



O referencial teórico traz reflexões sobre o racismo (GOMES, 2005) e multiletramentos (COPE; KALANTZIS, 2000; BORBA; ARAGÃO, 2012; ROJO, 2012). Dessa maneira, a pergunta que pretendemos responder ao final deste trabalho é: qual a eficácia do aprendizado acerca do tema racismo por meio dos recursos de multiletramentos em uma escola pública estadual?

#### 1. Considerações acerca do racismo no Brasil

Para falarmos sobre racismo, primeiramente precisamos demarcar nosso entendimento sobre raça, visto dentro do contexto da cultura, enquanto construções sociais e de poder (GOMES, 2005, p. 49 *apud* FERREIRA, 2014). De acordo com Maria Carneiro (1997), no Brasil ainda se tem a ideia de que não existe racismo, porém ele está presente todos os dias em todos os lugares (TEIXEIRA 2014). Na primeira década do século XXI, os debates acerca das relações étnico-raciais sofreram alterações, mudanças essas que tiveram “o processo de desconstrução do mito da democracia racial” como aponta Theodoro (2014). Gilberto Freyre (2005) sistematizou a democracia racial<sup>21</sup> em *Casa Grande e Senzala*. Fato questionado pelos pesquisadores brasileiros do Projeto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), revelando que sempre houve desigualdade e discriminação racial no Brasil.

Assim, devido ao processo de redemocratização e abertura política do país, várias ações voltadas para a conscientização e valorização do negro surgiram, o que acarretou amplos debates sobre a “raça negra” como, por exemplo, a inserção da temática racial e da história das Áfricas nos currículos (ZUBARAN; WORTMAN, 2016, p. 20) promovendo, portanto, a elaboração e execução do Curso de aperfeiçoamento Uniafro, bem como a realização deste trabalho.

#### 2. Sobre a série *American Horror Story*

---

<sup>21</sup> “O mito da democracia racial poder ser compreendido como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento” (GOMES, 2012).



A série *American Horror Story* (AHS)<sup>22</sup> é uma série de terror criada e produzida por Ryan Murphy e Brad Falchuk, com estreia em 5 de agosto de 2011. Cada episódio tem a duração média de 55 minutos e suas temporadas são independentes, sem preocupação cronológica. A terceira temporada da série – denominada *Coven* –, utilizada para a realização deste trabalho, estreou no dia 9 de outubro de 2013 e encerrou-se no dia 29 de janeiro de 2014.

Sua história centra-se em uma escola para bruxas geridas por uma bruxa chefe, conhecida como Suprema. Elas possuem o intuito de manterem-se vivas perante os perigos que as rodeiam: bruxas inimigas, caçadores de bruxas e a própria sociedade contemporânea. Apesar de toda a fantasia e drama criado na série, ela traz fatos históricos reais, tal qual o caso de Delphine Lalarie, também conhecida como Madame Lalarie, socialite estadunidense que supostamente torturou, mutilou e matou 96 escravos ao longo de sua vida, ponto em que a temática do racismo é trabalhada. Acrescido do fato de que uma das bruxas da escola é negra e, também por suas raízes africanas, nos é apresentado um pouco da cultura desse continente rico em diversidade.

Dessa maneira, partindo do trabalho com *flashes* de acontecimentos passados para explicar eventos “atuais”, faz-se a contextualização do telespectador sobre o enredo. A Madame Lalarie nos é mostrada em vida no ano de 2013 (época em que se desenvolve a trama), pois teria obtido a vida eterna, dada a ela pelo incidente de assassinato do namorado de uma bruxa negra, o que permite observar como é a visão de uma pessoa racista da época de 1830, transportada à contemporaneidade. Principalmente porque há cenas em que ela expressa seu enorme desgosto com os acontecimentos da sociedade nos Estados Unidos em 2013, sobretudo por terem um presidente negro, Barack Obama, o que foi um dos principais pontos trabalhados na Unidade Didática.

### 3. Multiletramentos e a metodologia de trabalho

Compreende-se “ser letrado” como “condição de quem sabe ler e escrever e que atende de maneira adequada as intensas demandas sociais pelo uso amplo e

---

<sup>22</sup> Esse resumo foi criado pelo autor deste artigo, entretanto, também é possível pesquisar em outros sites como: [https://en.wikipedia.org/wiki/American\\_Horror\\_Story](https://en.wikipedia.org/wiki/American_Horror_Story).



diferenciado da leitura e escrita” (BORBA; ARAGÃO, 2009, p. 3). Sem perder de vista os fatores de criação do *New London Group* e o “manifesto pragmático” (COPE; KALANTZIS, 2000, p. 164 *apud* BEVILAQUA, 2013) responsáveis pela teoria dos multiletramentos, nos cabe recordar Rojo e Moura (2012, p. 13) ao afirmarem que ela nos aponta para a “multiplicidade cultural das populações e multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica”, conectando-nos à proposta deste trabalho.

A metodologia assenta-se, portanto, em pesquisa do tipo intervenção pedagógica (DAMIANI, 2012), que faz uso de práticas diferenciadas, as quais buscam maximizar o aprendizado dos alunos, com realização no estudo em comento através de trechos da série AHS em 2h/aula. Para tanto, inicialmente foi feita uma sondagem prévia dos conhecimentos dos estudantes sobre o racismo por meio de perguntas como: “O que você sabe sobre o racismo?”; “Como era o racismo antes e como ele está presente hoje?”; “De que forma podemos combater o racismo?”. Feito isso, foi pedido aos alunos que realizassem uma síntese sobre seus conhecimentos relacionados à temática para que pudéssemos fazer um comparativo entre o que eles sabiam e o que eles aprenderam ao fim da unidade didática. Resultando disso, a apresentação de compreensão da coletividade como algo vinculado a cor de pele do indivíduo e que não se configura como uma boa prática.

Logo depois, em etapa seguinte, fez-se uma contextualização da história da série AHS, com a exposição de alguns trechos da série que abordam a temática. À medida em que os fragmentos eram exibidos, buscou-se contrastar o racismo em 1800 com os dias atuais. Ao fim da explanação de todos os pedaços da série selecionados para a atividade, foi solicitado aos alunos que realizassem uma redação dissertativa (abordando as diferenças sobre o emprego do racismo entre os séculos XIX e XXI), assim como formas de combater essa prática atualmente.

Entretanto, os cursistas não conseguiram terminar a tempo, ou seja, antes do fechamento desta intervenção. Também não nos foi possível o regresso para complementar a ação. Esse não retorno se deve tanto às datas limites para a aplicação da intervenção pedagógica como tarefa inserida dentro do curso de aperfeiçoamento, quanto ao calendário avaliativo escolar.



Não obstante a incompletude da proposta de texto dissertativo, os alunos demonstraram absorção de conteúdo ao manifestarem a percepção de que o racismo é humilhante, além de causar grandes impactos emocionais e sociais. De tal modo, percebemos que os discentes compreenderam as informações sobre o racismo em suas manifestações no século XIX, e conseguiram expor como o racismo se dá na sociedade atual, dialogando acerca das formas de combatê-lo. Alguns estudantes ainda fizeram uma comparação entre o racismo nos Estados Unidos e no Brasil, no que tange à violência policial sofrida atualmente pelos negros no país norte-americano. De tal modo, configura-se a busca da pesquisa por aumentar o conhecimento de quem pesquisa e elevar a consciência dos pesquisados (THIOLLENT, 1986. p. 16 apud PAULON, 2005).

### **Considerações Finais**

Na intenção de responder à pergunta de pesquisa “qual a eficácia do aprendizado acerca do tema racismo por meio dos recursos de multiletramentos em uma escola pública estadual?” constatamos, a partir da análise de dados dos fragmentos trazidos, que os multiletramentos são eficientes ferramentas de ensino, pois contribuem para prender a atenção dos alunos, substituindo ou otimizando o material didático já trabalhado nas aulas de língua inglesa.

Referente à proposta temática do tema racismo com a série AHS, acreditamos na necessidade de ajustes levando-a a ser trabalhada com um público de maior faixa etária, porquanto, observou-se que o fantasioso da série tenha afetado na dispersão sobre o enfoque central. Sugerimos, portanto, para as pesquisas futuras, sobre o racismo por meio dos multiletramentos, a elaboração de uma unidade didática, ou mesmo uma sequência didática, com a ampliação do número de aulas de intervenção, como a exemplo de Ferreira (2015).

Dessa maneira, os resultados mostraram que ao utilizar recursos além do livro didático, a ponderação acerca do racismo ocorreu de forma mais efetiva. Conclui-se, destarte, que o trabalho com os recursos de multiletramentos: fragmentos de vídeos da série *American Horror Story - Season 3*, foi capaz de dinamizar a interação professor-aluno, proporcionando discussões sobre o racismo, com o estímulo às reflexões sobre a temática.

## Referências

BEVILAQUA, Raquel. Novos estudos do letramento e multiletramentos: divergências e confluências. **RevLet - Revista Virtual de Letras**, v. 05, n. 1, jan-jul, 2013.

BORBA, Marília dos Santos; ARAGÃO, Rodrigo. “**Multiletramento**” e os novos desafios na formação do professor de Inglês. I Congresso Nacional de Linguagens e Representações: Linguagens e Leituras - UESC, Ilhéus-BA, 14-17 de out. 2009.

\_\_\_\_\_. Multiletramentos: Novos desafios e práticas de linguagem na formação de professores de inglês. **Polifonia**, Cuiabá-MT, v.19, n. 25, p. 223-240, jan-jul. 2012.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na História do Brasil – Mito e realidade**. 5. ed. São Paulo: Ática. 1997.

DAMIANI, Magda. **Sobre pesquisas do tipo intervenção**. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. Campinas: UNICAMP, 2012.

FERREIRA, Susana Aparecida; FERREIRA, Aparecida de Jesus. Vozes de aprendizes acerca de identidades sociais de raça/etnia na escola: percepção sobre materiais didáticos. **Horizontes de Linguística Aplicada**, v. 12, n.1, 2014.

\_\_\_\_\_. Identidades sociais de raça e formação continuada de professores de língua inglesa. **Educere et Educare - Revista de Educação**, v. 10, n. 20, p. 755-769, jul-dez. 2015.

GOMES, Nilma L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/2003**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PAULON, Simone. A análise da implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n.3, 18-25, set-dez. 2005.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

TEIXEIRA, Eika. **A permanência do racismo na sociedade brasileira**. Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer de Mato grosso. Disponível em: <http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/A-permanencia-do-racismo-na-sociedade-brasileira.aspx>. Acesso em: 9 nov. 2016.

THEODORO, Mário. Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Revista de Estudos & Pesquisas sobre as Américas**. v. 8, n. 1, p. 205-219, 2014.



THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

ZUBARAN, Maria Ângela; WORTMANN, Maria Lúcia; KIRCHOF, Edgar. Stuart Hall e as questões étnico-raciais no Brasil: cultura, representações e identidades. **Projeto História**, São Paulo, n. 56, p. 9-38, maio-ago. 2016.



# Seção Educação

## APRESENTAÇÃO

Jorge Fernandes da Silva<sup>23</sup>

Nesta seção foram registradas as propostas e execuções pedagógicas direcionadas às alunas e alunos negros das escolas públicas na cidade de Rio Branco em resultado de uma coletânea de temas com três pesquisas oriundas dos trabalhos de intervenções realizados por alunas e alunos do curso de aperfeiçoamento Uniafro promovido pela Universidade Federal do Acre, no ano de 2016 na formação inicial e continuada de professores da educação básica, para a elaboração de material didático específico no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra em cumprimento das determinações estabelecidas na Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que alterou a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ao estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". A comunidade atendida foi de professoras e professores da educação básica na cidade de Rio Branco no Estado do Acre.

Em suas origens cada intervenção contou com seus respectivos aportes teóricos, postulados pela presença das alunas e alunos do curso de aperfeiçoamento, nas escolas da qual originaram o presente trabalho. Todas as dinâmicas metodológicas seguiram um padrão de planejamento das intervenções consubstanciadas nos conteúdos apresentados nas disciplinas do curso de aperfeiçoamento. Os resultados de cada intervenção contou com a participação das alunas e alunos nas escolas contempladas, fato que enriqueceu sobremaneira os resultados das intervenções e conseqüentemente, das análises realizadas durante as intervenções e no processo de descrição e análise dos dados coletados. Não raro, as orientadoras e orientadores dos trabalhos foram partícipes em planejar as disciplinas no período do curso, fato que facilitou as trocas e compartilhamentos de informações no processo de intervenção nas escolas e conseqüentemente na construção de cada Trabalho de Conclusão de Curso.

---

<sup>23</sup> Graduado em Pedagogia (Ufac); especialista em Gestão de Políticas Públicas com Ênfase em Gênero e Relações Etnorraciais (Ufop); mestre em Educação (Ufac); professor da Universidade Federal do Acre; membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre; foi professor do Curso de Aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na Escola (2016).



O critério utilizado no ordenamento de cada subtítulo leva em conta o teor de cada temática de forma anacrônica privilegiando primariamente questões subjetivas, seguidas de temáticas mais objetivas em sentido epistemológico e legal. O primeiro, proposto por Danilo Rodrigues do Nascimento analisa o estudo da filosofia africana como promoção de igualdade racial no ambiente escolar e utilizou as constatações de Asant (2010) para questionar o entendimento construído sobre a Grécia como berço da filosofia moderna, por afirmar que muitos gregos aprenderam filosofia aventurando-se em estudar na África, tanto no antigo Egito quanto na Etiópia, regiões consideradas berços da civilização séculos antes dos pré-socráticos gregos.

A segunda seção, protagonizada por Maria José Castro De Oliveira investigou e analisou o processo de construção da identidade do aluno negro no âmbito escolar ao utilizar a observação como técnica privilegiada na pesquisa em educação nas séries iniciais do ensino fundamental. Para ancorar as análises foram utilizadas as assertivas de (Pereira, 1987), que além de afirmar a inexpressiva produção acadêmica na forma de trabalhos sobre crianças negras nas escolas, compreende também que a construção social da identidade individual é um processo múltiplo. Essa construção identitária não é um problema individual, mas envolve o conjunto da sociedade que faz parte desta construção coletiva. Nesse sentido a escola pode ser considerada local privilegiado para construção das interações sociais, tanto em termos individuais, quanto socialmente diversificado.

Na terceira parte do trabalho, Rivanda Macedo Alves analisa a interessante temática sobre o acesso das pessoas negras ao ensino superior balizado na Lei 12.711 de 2012, que em sua implementação reserva 50% das vagas em instituições de ensino superior e federais de nível técnico e médio, aos alunos e alunas de cor preta e pardos, além de agregar nesse direito, pessoas indígenas, alunas e alunos oriundos de famílias com renda per capita inferior a um salário mínimo e meio, egressos que concluíram a educação básica em escolas públicas e os(as) com deficiências.

A última seção foi apresentada por Jordy Navarrete Quispe e teve como objetivo principal discutir as manifestações corporais afro-brasileiras ancorada nos eixos da Educação Física a partir de uma abordagem cultural. Essa intervenção aponta para as diversas possibilidades possíveis de se trabalhar as leis de ações



afirmativas ancoradas pela Lei 10.639/2003, que seja nas áreas apontadas pela própria legislação, a exemplo da História, Artes, Literatura, como também, conforme ficou evidenciado na última parte, pela expressão da Educação Física como possibilidades de alcançar outras dimensões do currículo para além dos tradicionalmente conhecidos.

O desafio em realizar trabalhos de intervenções similares a esses perpassa as orientações e sugestões sobre como trabalhar a Lei 10.639/2003, pois exige um conhecimento histórico um pouco mais aprofundado sobre a gênese da escolarização no pós-abolição e a presença das alunas e alunos negros nessa escola. A partir dessa compreensão, é possível levantar algumas reflexões sobre as condições étnico raciais em que nossas crianças negras encontram-se nas escolas de educação básica nessas duas primeiras décadas do século XXI.

Frente ao atraso educacional em que o Brasil se encontrava em fins do século XIX, após todo processo de exploração colonial e imperial da mão de obra das pessoas africanas escravizadas, Cunha (2010, p. 78), lembra que diante das misturas de raças, de costumes, e de hábitos distintos, foi necessário forjar uma cultura nacional que optou ter “por referência a cultura branca europeia, vista como padrão a ser imitado. A escola surge novamente como espaço por excelência para impor às novas gerações os padrões de civilização europeus e a negação de outros”. Uma das estratégias adotadas foi a manutenção das desigualdades sutilmente aplicadas na preservação e naturalização das diferenças secularmente utilizadas nos mais de trezentos anos de escravização das pessoas negras africanas e seus descendentes.

Estudos contemporâneos nos levam a crer que as pessoas negras não foram totalmente impedidas de frequentar a escola<sup>24</sup>, porém, sua presença nessa instituição foi guiada pelo que Fanon (1979, p. 28) identificou como “uma multidão de professores de moral, de conselheiros, de “desorientadores””. Nessa concepção a criança negra ficou descaracterizada em sua identidade étnica pela alienação a que foi submetida, enquanto as práticas racistas completam o processo de reafirmação da suposta supremacia branca sobre a subordinação e dominação da criança negra na condição de aluna e aluno.

---

<sup>24</sup> Conf. Nascimento (2012); Fonseca (2007); Cruz (2005).



Intervenções similares às apresentadas no presente trabalho tencionam inverter essa lógica identificada por Fanon (2008), e conscientizar alunas e alunos negros de que podem e devem lutar por sua autonomia intelectual e tornarem-se dirigentes de suas respectivas aspirações e desejos. Empregamos nos tempos hodiernos uma pugna para reverter décadas e até centenários de currículos escolares, culturas, entretenimentos, piadas, trabalhos subalternos e toda sorte de posicionamentos depreciativos da condição das pessoas negras descendentes dos ex-escravizados no Brasil. Comprendemos atualmente, no início da segunda década do século XXI, que a expansão do acesso das pessoas negras na escola não significou na mesma proporção o impulso de libertação das faculdades mentais nem de pessoas negras nem de brancas sobre a condição de inferiorização atribuída às pessoas negras diante da colonização branca de origem europeia.

Ao constatar a necessidade de ampliação da escolarização nas décadas de 1930 em diante, no Brasil, Cunha (2010, p. 82), afirma que “em conformidade com o tipo de sociedade que se desejava construir, a população negra na escola deveria confirmar o seu lugar na hierarquia social e do trabalho”. A autora compreende que tudo foi estrategicamente planejado para manutenção da condição de dominação econômica e cultural das elites brancas sobre o imenso número de pessoas negras que adentravam nas escolas para suprir as necessidades de trabalhadoras e trabalhadores diante da nova forma de produção capitalista assumida na economia brasileira. Naquele contexto, a escola servia aos propósitos de garantir a reprodução do que já estava posto sob a égide de uma escola racista, reprodutora e mantenedora das hierarquias étnicas, socioeconômicas e culturais.

Esse histórico resgatado por Cunha (2010) coaduna aos escritos de Fanon (2008), de ainda haver um pensamento atual e dominante de que todos somos iguais e que discutir a questão racial é perda de tempo, essa proposição leva em conta que a ideologia da suposta igualdade racial é também responsável por dar suporte para que o racismo ocorra de modo mais discreto. Isso acontece porque ser indiferente às questões raciais “quanto à existência do racismo em sociedades multirraciais onde as relações humanas são notavelmente marcadas pelo desequilíbrio das condições de vida entre as etnias tem como resultado o suporte àqueles que detêm a hegemonia”. (OLIVEIRA E SANTOS, 2018, p. 403).



Acreditamos nas palavras de Santos (1997 p. 140), e entendemos que a escola é o lugar e o caminho para nos ajudar a “recusar o gueto em que nos querem confinar os que mandam na sociedade brasileira e buscar lugares mais importantes dentro da sociedade”. O próprio Milton Santos, autor dessas assertivas sofreu na pele o preconceito, o racismo e a discriminação que alunas e alunos negros sofrem ao enfrentarem dos desafios de continuarem seus estudos rumo a sua autonomia e independência socioeconômica que lhes possibilita adquirir empoderamento para além das questões epistêmicas e cognitivas, que garantam o acesso, a permanência e a conclusão do curso universitário. “Diante do mundo e do país, como totalidade os negros devem buscar enxergar-se como participantes dessa totalidade que é dinâmica e buscar caminhos”, que em nossa concepção direcionam-se às instituições escolares formais, públicas, gratuitas e laicas. (SANTOS, 1997 p. 140).

## **O ESTUDO DA FILOSOFIA AFRICANA COMO PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR**

Danilo Rodrigues do Nascimento

### **INTRODUÇÃO**

O Brasil ao seguir modelos europeus na gênese da educação escolar brasileira obteve um ensino que apresenta em seu currículo de forma extremamente limitado e exacerbado de estereótipos em relação aos negros africanos e afro-brasileiros, servindo apenas para reproduzir e consolidar a mentalidade racista e a desigualdade das relações étnico-raciais nas escolas e, conseqüentemente, na sociedade em geral, onde estavam/estão inseridos alunos, como cidadãos e como sujeitos ativamente atuantes nos locais onde estão inseridos.

Diante dessas constatações torna-se necessário e urgente desconstruir os mitos que inferiorizam o Continente Africano, construídos ao longo dos séculos de escravização e exploração de seus povos e reproduzidos no discurso pedagógico no ambiente escolar. É imprescindível a apresentação de outros sistemas a serem implantados para ensinar história, incluindo a cultura africana, que tenha entre os



seus objetivos os de realçar os diversos aspectos positivos desse Continente, e que possam aproximar os alunos dessa realidade, bem como da sua cultura, história e de seus antepassados, sem que se sintam inferiorizados e nem estereotipados.

Registros históricos evidenciam que a história da África foi silenciada pela arrogância do colonialismo europeu. Entretanto, este Continente que fora marginalizado pelas forças hegemônicas é o nascedouro dos seres humanos e, mais do que isto, é também o berço da Civilização Ocidental, mesmo com todas as evidências científicas sobre essas assertivas, Nascimento, (2008, p. 65), compreende que “a Europa fundamentava a ética da escravidão na hipótese da inferioridade congênita dos africanos. Não seria conveniente, naquele contexto, divulgar tais fatos”, relacionados ao domínio da escrita “quando consideramos que os hieróglifos egípcios, que compõem um dos primeiros sistemas de escrita, tiveram antecedente a escrita meroítica, originada no Sudão”. (NASCIMENTO, 2008, p. 63).

Nesta perspectiva, em relação ao nascimento do pensamento filosófico, a epistemologia contemporânea afirma que o berço da Filosofia é a Grécia. No entanto, Nascimento assevera que no mundo antigo o Egito era o centro cultural e lá, muito antes de existir qualquer filósofo grego já havia filósofos e pensadores que foram capazes de construir pirâmides 2.500 a.C. “A cultura e a ciência egípcias foram as primeiras pedras fundamentais de toda civilização ocidental” (2008, p. 64), e muitos filósofos gregos viajaram para o Egito para aprender com os filósofos africanos como: Thales, Pitágoras, Homero, Platão, Sólon, Anaximandro, Anaxímenes, Demócrito, Anaxágoras e Aristóteles.

Segundo estudiosos ao longo dos séculos de colonização a própria filosofia fora usada como parte do discurso europeu para justificar as barbáries cometidas em nome da “civilização”, usurpando conhecimentos, destruindo outras culturas e inferiorizando os povos colonizados. Dados esses que reafirmam a importância em ressignificar o estudo desta ciência, invertendo os postulados sobre os povos que outrora foram marginalizados e excluídos para aplicação de uma pedagogia que lhes restitua suas reais origens civilizatórias para serem reconhecidos como constituinte fundamental para compreensão ampliada da gênese histórica. Nos tempos hodiernos, temos a obrigação de adotar um ensino que possa romper com o



pensamento colonizador e reconstruir o discurso das relações étnico-raciais e, sobretudo, que promova igualdades de direitos raciais nas escolas.

A partir desse contexto epistemológico que figura o estudo da filosofia africana e agregando os conhecimentos adquiridos durante o Curso de Aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção da Igualdade Racial, oferecido pela Universidade Federal do Acre (Ufac), que elaboramos uma Sequência Didática - trata-se de um planejamento de atividades a serem realizadas - para que fosse aplicada na turma do 1º Ano, do Ensino Médio, da Escola Estadual Glória Perez, localizada na capital do Acre, Rio Branco, no ano de 2016. Para o desenvolvimento do planejamento da Intervenção pedagógica considerou os princípios registrados no Caderno de Orientação Curricular (COC) de História do Ensino Médio, que objetivam reconhecer a importância do legado cultural greco-romano para o mundo contemporâneo, refletir sobre a África como berço da civilização e humanidade, o intuito era o de identificar, compreender e discutir a influência da filosofia africana no ocidente e além de desconstruir inverdades em relação as visões preconceituosas que ainda são repassadas de que a África não tem história.

#### 1. África: uma abordagem a partir do ambiente escolar

O conteúdo ministrado foi dimensionado de tal maneira que abordasse aspectos cruciais sobre a África, em momentos distintos, antiga e atual (localização, países e habitantes) e a África enquanto berço da humanidade e da civilização que abrangeu as formas de silenciamento da cultura africana e a influência da filosofia africana no ocidente.

No ambiente escolar, no primeiro momento examinou-se o nível de conhecimento dos alunos no tocante a temática “África e o nascimento da filosofia”. E logo em seguida, foi apresentado aos estudantes o mapa do continente africano e indagamos se eles sabiam qual continente era aquele que estava sendo exposto. Os estudantes responderam prontamente que o mapa fazia alusão ao continente africano. Na sequência perguntamos quais eram as primeiras palavras que vinham à mente ao escutarem o nome África, eles listaram: doença, seca, negros, fome e pobreza.



Amparados pela tecnologia enquanto ferramenta de apoio foi possível a exibição de slides que nos auxiliou na exposição do conteúdo, onde foi apresentado dados referentes a geográfica do continente africano, conforme informações disponibilizadas no site “Só Geografia”, a África é o terceiro maior continente em extensão, (Ásia e América respectivamente ocupam o primeiro e segundo lugar), com cerca de 30 milhões de quilômetros quadrados, cobrindo 20,3% da área total da terra firme do planeta.

Na explanação falamos sobre à África enquanto continente plural, ou seja, pontuando sua diversidade cultural e seus povos. Para desconstruir a ideia preconceituosa de que esse continente é apenas sinônimo de pobreza, buscou-se respaldo em um vídeo intitulado: “Os 10 países mais ricos da África”, que foi exibido aos alunos para que eles pudessem alargar o conhecimento e tirar suas próprias conclusões.

A utilização de um mapa das regiões africanas foi fundamental para a compreensão dos estudantes no tocante a flora e sua diversidade, mostrando além do que é apresentado em filmes e fotos, que em sua maioria traz uma representação de um continente árido, empobrecido pela presença de extensas savanas.

Em uma outra oportunidade, no segundo momento da sequência didática, destacou-se a gênese histórica da África e ela enquanto o berço na humanidade. Apresentamos a imagem de Lucy, espécie *australopithecus afarensis*; com idade de 3,2 milhões de anos, descoberta em 24 de novembro de 1974, na Etiópia, por Donald Johansson. Em síntese, destacamos que a arqueologia estuda as sociedades e culturas humanas por meio de objetos fabricados e utilizados no passado e que foram localizados por arqueólogos que investigam e escavam sítios arqueológicos e observam marcas deixadas num território com o objetivo de entender como fora ocupado. Esses estudos possibilitam levantar hipóteses e desenvolver teorias para compreender a evolução dos povos.

Frisamos a importância da temática “África Berço da Civilização” e para refletir sobre as ideias europeias que foram transmitidas ao longo da história, foi apresentado o vídeo “África berço da humanidade”. O objetivo foi possibilitar uma nova percepção por parte dos alunos da África enquanto berço do conhecimento apresentando o Egito Antigo como lócus da gênese civilizatória. É de conhecimento



da história que a civilização egípcia cresceu às margens do Rio Nilo, ao nordeste da África, por volta de 3.000 a.C. Aquela sociedade desenvolveu-se a partir da organização de clãs que há muito se firmaram às margens do rio, com propósito de plantar e criar animais.

Para ampliar o conhecimento histórico/geográfico, inserimos no segundo momento, mais conteúdos relacionados às transformações ocorridas naquela comunidade, como o uso da escrita, da religião, da arquitetura, o governo centralizado, além do desenvolvimento de técnicas agrícolas e outras ciências. Estudos reafirmam que aquela civilização africana deixou vários legados, muitos dos conhecimentos utilizados ainda hoje, na medicina, na arquitetura, na matemática, na química, entre outros, são frutos daqueles povos, porém, os créditos não são atribuídos aos africanos.

Seguindo com a intervenção pedagógica, trabalhamos o conceito de filosofia instigando os alunos a se manifestarem dizendo o que sabiam sobre o assunto. Muitos mencionaram autores como: Platão, Aristóteles e Pitágoras. Questionamos ainda o que entendiam por filosofia africana. Alguns alunos traziam na face uma expressão de surpresa; outros indagaram: Como assim? Filosofia africana? Para confrontá-los usamos a concepção de Nogueira (2014) de que um filósofo se define, como aquele que dedica boa parte de seu tempo refletindo sobre a questão fundamental sobre o universo físico, e que faz isso de maneira habitual. Baseado nessa premissa, iniciou-se à discussão sobre filosofia africana.

Ao final da intervenção pedagógica, apresentamos dois importantes filósofos africanos: Marcien Towa, nasceu na pequena cidade de Endama, em 05 de janeiro de 1931, em Camarões, e morreu em 2 de julho de 2014. Marcien Towa concluiu a graduação em Filosofia em 1959. O outro filósofo africano foi Cheikh Anta Diop, nascido em Senegal, em 29 de dezembro de 1923, conforme sua biografia ele foi: historiador, antropólogo, egiptólogo, (egiptólogo é um especialista em estudos sobre o antigo Egito), e político senegalês. Suas obras enfatizam a contribuição da África e, particularmente, do preto africano na cultura e na civilização do mundo. Cheikh morreu em 7 de fevereiro de 1986.

## **Considerações Finais**



Ao concluirmos a intervenção pedagógica enfatizamos que há outras possibilidades epistemológicas para além do conhecimento amplamente disseminado a respeito do Continente Africano, seja em relação a diversidade cultural, seus povos e a filosofia nos currículos do ensino de História da Educação Básica. Pesquisadores admitem que a filosofia africana antecedeu à filosofia grega, mas, lamentavelmente foi invisibilizada e silenciada a partir de um posicionamento discursivo que buscou justificar as barbáries cometidas contra os povos africanos.

Dentro desse contexto, o professor cumpre um papel de suma importância dentro da sala de aula, o de fazer os estudantes pensarem e refletirem criticamente sobre todos e quaisquer conteúdos expostos no ambiente escolar.

## Referências

África: Berço da Humanidade. Lindomar Araújo. 1 vídeo (7min11seg). Publicado pelo canal do Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8ZnsBrlrULs>. Acesso em: 03 nov. 2016.

África. Disponível em: <https://www.sogeografia.com.br/Conteudos/Continentes/Africa/>. Acesso em: 01 nov. 2016.

Dez países mais ricos da África. Gutinho. 1 vídeo (5min37seg). Publicado pelo canal do Youtube. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=9M\\_MrJ3e1do](https://www.youtube.com/watch?v=9M_MrJ3e1do). Acesso em: 11 nov. 2016.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NOGUERA, Renato. **O Ensino de Filosofia e a Lei 10.639**. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional, 2014.

PRESSE France, Lucy, a famosa australopithecus, provavelmente morreu em queda. **Ciência e saúde**. 9/08/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2016/08/lucy-famosa-australopithecus-provavelmente-morreu-em-queda.html> Acesso em: 03 nov. 2016.

## A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO ALUNO NEGRO NO ÂMBITO ESCOLAR

Maria José Castro De Oliveira

Nesta seção, foi analisado como acontece a construção da identidade da criança negra, especificamente, no ambiente escolar, pois consideramos esse espaço como *locus* privilegiado para esse processo. A relação aluno-aluno foi privilegiada como foco durante a intervenção realizada em sala de aula. A intenção foi observar e descrever como a Lei nº 10.639/2003 está sendo trabalhada nos espaços escolares nas séries iniciais do ensino fundamental. A investigação foi desenvolvida através da pesquisa ação pelo método de observações e de regência, envolvendo a participação dos alunos do quinto ano da Escola Municipal Luiz de Carvalho Fontenelle, no segundo distrito da cidade de Rio Branco no estado do Acre, no ano de 2016. O principal método usado foi a aplicação de uma sequência didática através do uso de *slides*, vídeos de curta duração relacionados ao assunto, concomitante a contação de histórias ilustradas de origem africana. O objetivo foi compreender como acontece o processo de construção da identidade da aluna e do aluno negro no ambiente escolar e como as leis de ações afirmativas estão sendo trabalhadas na escola.

Antes de adentrarmos no espaço escolar, surgiram alguns questionamentos consubstanciados em Pereira (1987) e Cavalleiro (2012). A partir dessas interrogações, foi possível esboçar um planejamento que culminou na preparação da intervenção. As questões destacadas foram as seguintes: como a aluna e o aluno negro se veem e como os alunos de outras tonalidades de cores os veem? Como acontecem as interações entre alunas e alunos negros com alunas e alunos não negros em sala de aula? Qual é a relevância da contação de histórias infantis que destacam características positivas das pessoas negras? Como vídeos, *slides* e outras tecnologias podem contribuir para realçar os planos de aulas sobre as temáticas étnico raciais?

O acesso à Escola Luiz de Carvalho Fontenelle foi mediado pela professora Raimunda, que trabalha no local e é egressa do curso de especialização Uniafro – Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, patrocinado pela Universidade Federal do Acre. A presença dessa ex-aluna contribui para que a escola, como um todo, respeite e incentive trabalhos com a temática étnico racial. A professora



Raimunda intermediou os nossos contatos com a professora do quinto ano, juntamente com a gestão da escola. A contribuição dela possibilitou a realização da pesquisa de forma tranquila, pois a professora Marileide, responsável pela sala de aula, colaborou e apoiou em tudo que foi necessário. A turma foi entregue sem nenhuma objeção e através da observação foi possível perceber que a professora concordava com o tema apresentado.

A abordagem do tema deu-se mediante o incentivo de uma discussão sobre racismo. Quando indagados sobre sua cor, como já era esperado, alguns disseram ser morenos, outros disseram ser morenos-claros e ainda houve quem dissesse ser amarelo. Expliquei quais eram as principais características fenóticas das pessoas negras. Uma das alunas de nome Ana Clara tem pele branca, e quando estávamos conversando sobre cor da pele, ela disse que queria ser branca. Esse posicionamento pode ser atribuído ao fato de termos mencionado que, de forma direta ou indireta, todos nós temos algumas características de origem africana. Seu posicionamento foi reafirmado ao mencionar que pessoas brancas eram melhores que as negras.

Após esse primeiro contato, adentramos de fato na finalidade da intervenção, usando *slides*, vídeos relacionados ao assunto e contação de histórias ilustradas de origem africana. Na sequência, através de roda de conversa, discutimos o que cada aluno pensava sobre o conteúdo explanado. Foi possível perceber que algumas alunas negras e alguns alunos negros expressavam verdadeira autoestima, pois falavam positivamente sobre sua cor.

Foi através da roda de conversa que nos aproximamos um pouco mais dos estudantes. Observou-se que houve maior aproximação entre o grupo. Nessa interação, foi possível perceber que tal aproximação colabora para a construção de bons cidadãos, sejam negros ou brancos, pois a construção identitária do ser humano não depende de ações individuais, mas de toda a sociedade. Nesse caso, como se trata do aluno, o espaço escolar que o recebe deve ser de fato acolhedor sem discriminar ninguém. Igualmente as professoras, os professores, os diretores, os coordenadores, enfim, todos que trabalham na escola devem ser responsáveis por essa construção, devendo agir também com respeito, sem preconceito e sem atos racistas, principalmente.



Essa participação ocorreu após a exibição dos vídeos “Ninguém nasce racista. Continue criança” e “Importante, racismo”. Também houve grande participação após a contação de história. Contamos as histórias “Uma, duas, três princesas”, da autora Ana Maria Machado e “Obax”, do autor André Neves. Ambas as histórias destacam aspectos positivos das pessoas negras e, por isso, serviram como ponto-chave para mostrar a importância que as histórias também exercem na sociedade, desmistificando a suposta inferioridade que muito se fala sobre pessoas negras. Ficou constatado, a partir das expressões das crianças, que antes discriminavam o outro, mesmo elas sendo negras, os efeitos desse diálogo. Ao tomar conhecimento de seus atos discriminatórios, espera-se que não os cometam novamente.

Compreendemos com este estudo que a construção da identidade do aluno negro depende de um conjunto de fatores em que os principais são a educação escolar, a educação familiar e a sociedade na qual ele está inserido. Havendo uma interação entre esses fatores, a criança negra logo aprenderá e aceitará seu biótipo tal como ele é, sem sofrer com discriminação racial. Para que não ocorram situações de preconceitos, de racismo e de atos discriminatórios, é preciso que todos façam parte dessa interação, principalmente, as pessoas brancas, ensinando, aos seus filhos, valores como o respeito aos seus semelhantes. Para isso, o adulto precisa exercer esse mesmo respeito, pois é através dos exemplos de casa que as crianças aprendem boa parte do que levarão para toda vida, sejam exemplos bons ou ruins. Por isso a grande importância da comunicação entre a educação familiar e escolar, para que se construa uma educação de qualidade, respeitando as diferenças étnicas.

A construção da identidade nacional, conforme se intencionou nas primeiras décadas do século XIX, no Brasil, passa pelo crivo das relações individuais e coletivas dos sujeitos envolvidos nesse processo. Pessoas advindas das três principais formações da sociedade brasileira: o indígena, o branco europeu e o negro africano formam o conjunto originador da constituição dessa mestiçagem. Não obstante, a instituição educacional formal apresenta-se como *lócus* privilegiado de fomento multicultural com possibilidades de prestigiar todos os segmentos das camadas sociais, incluindo no currículo as pessoas que foram historicamente excluídas.



Nos tempos e espaços entre educação e construção da identidade negra, faz-se necessário pensar no contexto sócio-histórico dos discentes de etnia negra a partir de novos paradigmas curriculares que contemplem a formação multicultural dos sujeitos recém-inseridos no processo da educacional formal. Compreende-se, assim, que a identidade nacional que fora construída a partir de várias matrizes culturais, incluindo a africana, fica consolidada pela multiplicidade de valores agregados à cultura escolar. As questões envolvendo a memória e a identidade nacional nas dimensões pessoais e coletivas podem ser mais bem compreendidas na medida da valorização da cultura negra herdada dos escravizados africanos e preservada, principalmente, pela memória coletiva da população negra no Brasil, valorizada pela escola.

### Referências

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Brasília, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 26 maio de 2015.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2012.

NEVES, André. **Obax**. São Paulo: Brinque-Book, 2010.

NINGUÉM nasce racista. Continue Criança. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (3 min.) Publicado pelo canal Globo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qmYucZKoxQA>. Acesso em 22 set. 2020.

PEREIRA, João Batista Borges. A criança negra: identidade étnica e socialização. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 63, p. 41-45, nov. 1987.

UMA, duas, três princesas, Ana Maria Macho. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (12 min.) Publicado pelo canal Literatura Infantil e Negritude. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q827-MoP6LY>. Acesso em: 3 nov. 2016.

## A LEGITIMIDADE DO ACESSO NEGRO AO ENSINO SUPERIOR: UMA VISÃO SEGUNDO O ESPAÇO ESCOLAR

Rivanda Macedo Alves

O número de alunas e alunos negros no ensino superior aumentou consideravelmente desde os primeiros acessos desse público às universidades, amparados pela Lei 12.711, de 2012. Ao longo dos anos, as faculdades mostraram ser espaços de privilégios para os discentes, em sua grande maioria, brancos, principalmente nos cursos mais concorridos e elitizados. O acesso era limitado e discriminatório, baseado nas injustiças históricas praticadas contra as pessoas negras e, mais ainda, na discriminação por conta do *apartheid* educacional que propiciava tal segregação. Passaram-se décadas de lutas, debates e estudos que culminaram nas aprovações das atuais leis de ações afirmativas. Esse foi um dos temas estudados e analisados no curso de aperfeiçoamento Uniafro, promovido pela Universidade Federal do Acre, no ano de 2016, na formação inicial e continuada de professores da educação básica. O presente trabalho foi inicialmente produzido para cumprir parcialmente os créditos das disciplinas e se configurou pela necessidade de realização de uma intervenção pedagógica com as temáticas do curso nas escolas públicas no estado do Acre.

A construção da intervenção pedagógica foi planejada e realizada no dia 14 de outubro de 2016 com alunos do 6º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Brigadeiro Eduardo Gomes, localizada no Município de Senador Guimard, a cerca de quarenta quilômetros da cidade de Rio Branco. A escolha do tema se deu por sua grande importância no cenário da educação atual, no qual presenciamos, cada vez mais, a luta das pessoas negras por implementações de direitos igualitários em todas as instâncias sociais e até mesmo nas universidades.

Inicialmente, as temáticas foram debatidas e discutidas nos estudos realizados no curso de aperfeiçoamento Uniafro, sendo, em seguida, selecionada uma intervenção pedagógica com um tema de livre escolha a partir das questões levantadas no período do curso. A intervenção pedagógica, por fim, foi realizada no decorrer de 3 aulas, com duração de uma hora cada, na sala dos 6º anos B e C, em conjunto.



A intervenção possibilitou levantar algumas discussões sobre a presença das pessoas negras em profissões elitizadas e constatar que alunas e alunos negros entendiam que cargos como advogados, médicos, modelos e engenheiros não eram para pessoas negras. Uma aluna, por exemplo, descreveu a beleza negra como “fora do padrão de beleza”. Nos debates sobre cabelos lisos e não lisos, a maioria da turma afirmava que o cabelo crespo não era socialmente aceito. Diante desses posicionamentos, foi possível propiciar uma nova visão aos alunos, que, apesar de terem faixa etária entre 12 e 14 anos e de não estarem em uma escola que se disponibilizasse a discutir temas sobre o contexto étnico-racial, o preconceito e o racismo (fora da semana da Consciência Negra, por exemplo), estavam tendo a oportunidade de debater, de forma aberta e interativa, temáticas até então evitadas.

O debate contribuiu para que os alunos tivessem conhecimento sobre como funciona a vida fora do que podemos definir como suas zonas de conforto, fato que se configura em não identificar situações racistas praticadas consigo ou com colegas negros e em não se munir de artifícios de defesa contra estereótipos depreciativos e de fortalecimento psicológico contra intervenções diretas do racismo.

A realidade das vidas sociais das pessoas negras foi o tema das discussões, a exemplo da configuração dos tipos de empregos que eram designados, em sua grande maioria, às mulheres negras e aos homens negros. Os alunos entenderam que diversos fatores socioeconômicos e educacionais levam as adolescentes e mulheres negras a seguirem as profissões de babá, diarista, cuidadora, faxineira, entre outras relacionadas. Essas associações resultam de obstáculos como a evasão escolar, condicionada à iniciação ao trabalho infantil, à falta de incentivo e à ausência de suporte escolar, familiar e do Estado.

A Lei de Cotas, Lei 12.711, de 2012, foi abordada com os alunos por meio de algumas perguntas, tais como: “Quantos médicos, advogados ou professores negros vocês conhecem na cidade ou na mídia?”. Seguindo as respostas com quantidades mínimas e até mesmo inexistentes, foi questionado se os negros não gostariam de ser advogados, médicos ou professores. Aproveitamos, ainda, para perguntar quantos dos próprios alunos gostariam de seguir uma dessas profissões. A resposta vinda da turma foi um unísono “eu”. Perguntamos, então, o que era preciso para ser um advogado, um médico ou um professor e obtivemos como resposta a palavra



“estudar”. Convidamos, assim, os estudantes para a reflexão de que, se a nossa população é majoritariamente negra e se os negros (no caso eles mesmos) querem ter essas profissões, o que os impede de exercê-las?

Sobre as estatísticas apresentadas durante a intervenção, praticamente todos se mostraram surpresos ao serem informados de que a cada cinco pessoas com ensino superior, apenas uma é negra. Eles perguntaram como conseguiriam ser essa única pessoa com diploma a cada cinco, o que foi uma pergunta complicada de se ouvir vinda de alunos do 6º ano, que já pensavam em seguir no ensino superior e se preocupavam com as chances de conseguirem um diploma.

Diante da pesquisa-ação, considerou-se pertinente apresentar os benefícios da implementação do sistema de cotas raciais. Iniciamos, então, uma conversa acerca das desigualdades socioeconômicas aliadas à questão racial do nosso país, que distancia cada vez mais uma grande parcela da população das universidades, e de como a política de cotas veio para amenizar essa situação. Tivemos acesso a dados (disponibilizados em *slides*) acerca de realidades anteriores e posteriores à implementação da política de cotas, de maneira que todos puderam comparar, individualmente, como esse tipo específico de ação afirmativa contribuiu, de forma extremamente positiva, no que se refere ao aumento da presença negra nas instituições federais de ensino superior.

É importante destacar que, em aulas anteriores, na mesma classe, foi possível identificar práticas extremamente racistas entre colegas, desde apelidos depreciativos, caracterização de traços negros comparados a animais, além das piadas clichês (e nada cômodas) sobre cabelos afros. Pelo processo de ausência de uma identidade negra, alguns alunos, ao serem chamados de negros pelos outros, ficavam extremamente revoltados ou tristes. Foi possível presenciar um vasto leque de possibilidades negativas e, à medida que desenvolvemos o tema da pesquisa, também se fez necessário abrir adendos orais a fim de esclarecermos muitas das situações citadas, exemplificando e argumentado o porquê de serem erradas e prejudiciais. No próprio desenrolar das questões foram surgindo outros pontos, que fizemos questão de pautar na agenda, para uma próxima aula.

Ao fim da intervenção, com a produção textual proposta como forma de avaliação da aula (pautada nos pontos debatidos que chamaram a atenção dos



alunos), foi possível identificar que eles conseguiram entender e acompanhar os argumentos levantados. Isso ratificou a importância de se trabalhar esses temas em todas as séries do ensino fundamental e do ensino médio, para que os alunos cheguem na universidade preparados e epistemologicamente munidos das questões políticas, legais e sociais.

A afirmação de que o desenvolvimento desse tema resultou em ampliação de horizontes dos alunos é feita segundo o que foi produzido por eles, no segmento de avaliação desta intervenção. Ficou muito evidente que, a partir dali, haveria muitas mudanças, a começar pelo entendimento de práticas racistas, disfarçadas por comentários maliciosos, brincadeiras provocativas, atribuições de características físicas, etc. Os alunos chegaram ao entendimento de que reproduzir tais práticas, tais discursos e tais atitudes é um agravante que é contrário ao rumo que desejamos seguir.

Para um entendimento ampliado, explicamos as políticas de cotas dentro da universidade e alguns recursos que podem ser acessados pelos alunos cotistas, como o auxílio de permanência, através de recursos que garantam a trajetória estudantil enquanto eles se encontrarem na condição de discentes da instituição. A intervenção possibilitou a desconstrução de práticas racistas, que são estruturadas numa sociedade que escravizou, desumanizou e matou pessoas em nome do “progresso”. Essa marca, por consequência, pode ser vista até hoje em nosso sistema, uma vez que este foi estruturado a partir dela. Porém, nada impede que mudemos essa realidade e reafirmemos a nossa igualdade de direitos raciais.

Em consonância ao tema da pesquisa, foi deixado em evidência que os estudantes poderão ocupar o cargo que almejam, sem que se deixem abalar pelas questões que poderão vir a permear suas trajetórias, e que o acesso à universidade é um direito de todos, não somente de uma parcela da população. Alguns alunos manifestaram a vontade de alcançar cargos altos na sociedade e perceberam que já existem negros em muitos desses segmentos, apontando que devemos aumentar esses números.

Muito se tem ouvido e lido sobre os debates a respeito das questões raciais no Brasil, contudo, mesmo com o muito que foi conquistado, ainda é necessário realizar algumas reparações, pois muitas coisas ainda estão mascaradas na sociedade



e uma delas é o acesso do negro ao ensino superior – o qual, sabemos, nunca foi uma questão igualitária, e sim permeada por muito racismo e preconceito.

Os resultados alcançados pelo presente trabalho são os frutos do conhecimento obtido ao longo do Curso de Aperfeiçoamento Uniafro: Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola e da intervenção pedagógica como uma atividade da pesquisa-ação realizada na Educação Básica. São eles: o entendimento da Lei 10.693/03, que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em toda a educação básica, e sua legitimidade no espaço escolar, além do conhecimento sobre a Lei de Cotas, Lei 12.711, de 2012, e de como os sistemas das cotas e as políticas públicas foram implantados nas universidades. A reafirmação da identidade negra foi um importante fator a ser tratado, já que o espaço na sociedade brasileira é, historicamente, ocupado por brancos (embora a presença negra venha aumentando).

A abordagem realizada com a referida turma nos permitiu perceber, portanto, o preconceito e o racismo como questões-barreira e reconhecer as possibilidades de acesso do negro ao Ensino Superior como um processo de enfrentamento às situações de discriminação e racismo.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 26 maio 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 30 maio 2020.

## EDUCAÇÃO FÍSICA: RELAÇÕES ETNORACIAIS EM JOGO

Jordy Navarrete Quispe

## Introdução

O enfoque deste trabalho está direcionado para o trato da Educação Física dentro dos parâmetros que a Lei 10.639/03 propõe. Desse modo, a discussão gira em torno da Educação Física com uma abordagem cultural, que visa o reconhecimento e a valorização das diversas manifestações culturais, com destaque para as manifestações da cultura afro-brasileira. A intervenção pedagógica foi aplicada nas turmas de 5º ano da Escola Rural de Ensino Fundamental Ruy Azevedo, localizada no bairro Amapá, em Rio Branco (AC).

Como a Educação Física poderia trabalhar dentro de uma perspectiva que reconheça e valorize as diferenças etnoraciais? Para uma melhor compreensão de como essa disciplina pode tratar com conteúdo que aborde sobre a temática afro-brasileira, irei primeiramente contextualizar a história da Educação Física, o momento em que ela pretende trabalhar dentro de um projeto maior que visa à educação dos corpos e a higiene, até o surgimento de uma discussão acadêmica onde seus pressupostos são embasados pelas ciências sociais. Num segundo momento, abordarei os conceitos da Educação Física cultural e, por último, discutir a articulação entre uma Educação Física cultural e a valorização as diferenças étnico-raciais com enfoque na Lei 10.639/03.

A relevância deste trabalho é justificada pela necessidade de cada vez mais intensificar a discussão das relações étnico-raciais na nossa sociedade. Isso se deve ao fato de que nos encontramos numa sociedade que institucionalizou uma cultura eurocêntrica como hegemônica, e na escola, nos seios das relações entre os alunos, é identificado ainda pouco ou quase nada o trabalho com essas questões, silenciando e invisibilizando cada vez mais as identidades dos grupos que não se encontram dentro de um padrão hegemônico. O objetivo principal deste trabalho é discutir as manifestações corporais afro-brasileiras: conhecer a Educação Física dentro de uma abordagem cultural; identificar alguns dos conceitos de Educação Física cultural e, por último, discutir a contribuição do trabalho com estes assuntos na formação de identidade dos grupos de alunos que estão fora dos padrões impostos socialmente como hegemônicos.

Para tanto, foi feito um estudo sobre a abordagem da Educação Física cultural, a partir do livro de Marcos Garcia Neira e Mário Luiz Ferrani Nunes (2016) e,



também, em obras e documentos importantes que abordam as questões raciais mais de perto, como *Superando o Racismo na Escola* (MUNANGA, 2005), *Estatuto da Igualdade Racial* (BRASIL, 2010) e *Orientações e Ações para as Relações Étnico-Raciais* (BRASIL, 2006), entre outros (ACRE, 2009).

#### 1. Relações étnico-raciais em jogo

Segundo o *Estatuto da Igualdade Racial* (2010), foi devido à dominação do continente europeu em relação aos outros povos que resultou a vinda violenta de um grande contingente humano de outras regiões “desconhecidas” do mundo, principalmente, da África, para as suas colônias. A partir disso, juntamente com a interação com os povos autóctones do território chamado de “Novo Mundo” que se formou a população brasileira. Hoje se entende que essa mistura foi positiva em termos culturais, mas ainda há uma ideia de exotização das culturas não-brancas ou não-europeias, que também não se deu de forma branda, já que as violências colonialistas deixaram grandes marcas a serem superadas. A hierarquia entre a população brasileira manteve-se presente em todos os indicadores sociais e econômicos, séculos após séculos, reforçada pela discriminação racial vigente até os nossos dias.

Em 2003, a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96* teve uma alteração na qual foi autorizado, através da *Lei 10.639/03*, o ensino obrigatório da história e cultura afro-brasileiras na rede de ensino público e privado. Esta lei seria a medida responsável por garantir a inclusão do afro-brasileiro na sociedade, garantir uma valorização da sua identidade e os meios necessários para garantir sua estabilidade em convívio social. Isto se deve ao fato de que por muito tempo a imagem que se tinha desse grupo étnico era a de um grupo, por suas características, hierarquicamente inferior aos demais e que, devido a isso, não merecia uma vida plena na sociedade, sendo vítima de ações e políticas de exclusão.

Temos como referências de práticas corporais hegemônicas as atividades esportivas, as danças, a ginástica e as lutas. Estes são conteúdos aparentemente importantes para a formação dos alunos que se constituem como sujeitos pertencentes à sociedade moderna e, por possuírem um valor na nossa história, esses conteúdos devem ser ensinados. Os conteúdos que são legitimados nos currículos



estão provavelmente vinculados a um entendimento de que possuem grande relevância e precisam ser ensinados. Sendo assim, aqueles que não estão presentes neles são considerados menos importantes e, por isso, não haveria a necessidade de trabalhá-los na escola. Segundo Neira e Nunes (2016) é certo afirmar que os conteúdos contemplados na Educação Física fazem parte da opção por um currículo, o que reflete no tipo de sujeito que esse currículo quer formar, sendo a dança, as lutas, os esportes e a ginástica conteúdos extremamente hegemônicos, caracterizados por uma referência euro-estadunidense.

Importante lembrar que é por meio do currículo que os estabelecimentos de ensino formal colocam em ação o projeto de educação numa sociedade moderna, e é por meio dele que se tem contribuído para a hegemonização da cultura europeia como universal, em detrimento de outras manifestações presentes em nosso contexto. O currículo é uma ferramenta revestida de uma intencionalidade política, que visa um projeto maior de sociedade, portanto, é necessária a sua problematização, como bem aponta Silva:

[...] tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é o lugar, espaço, território. O currículo é autobiografia, nossa vida, *curriculum vitae*: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é o documento da identidade. (SILVA, 2011, p. 150).

Podemos afirmar que os conteúdos que são contemplados nas aulas de Educação Física são, na sua maioria, conteúdos pertencentes às práticas de referência eurocêntrica. O que nos leva a problematização de outras práticas que estejam sendo contempladas nos currículos escolares e de Educação Física, práticas estas que contemplem uma minoria segregada.

Quando o assunto é cultura negra, o que podemos identificar numa grande parcela de escolas públicas, é que esse tema ainda não faz parte efetivamente do componente curricular, sendo que algumas escolas utilizam-se apenas do dia 20 de novembro como data comemorativa e não reflexiva (como deveria ser) para poder levar a discussão à comunidade escolar.<sup>25</sup> Na educação, especificamente, pouco

---

<sup>25</sup> 20 de novembro – dia da morte de Zumbi, grande líder do Quilombo de Palmares, data essa pautada pelo movimento negro do Rio Grande do Sul.



vemos trabalhos com lutas, danças, esportes e jogos afro-brasileiros, o que deixa claro que para a escola esse não é um tema a ser trabalhado, pois sua relevância para a formação dos alunos ainda parece não ser tão importante.

O currículo em ação na escola representa o tipo de identidade que a escola pretende, uma vez que, a não abordagem dos conteúdos afro-brasileiros significa apagar a história e a cultura africanas e afro-brasileiras. Na relação entre o que é ensinado de forma institucionalizada (pautado pelo currículo formal) e os saberes não institucionais (currículo oculto), podem circular ideias que reforçam comportamentos que interferem e influenciam de forma positiva ou negativa a aprendizagem dos sujeitos em formação. Essas ideias podem remeter a preconceitos, intolerâncias e discriminações, que já estão enraizadas e estão intrinsecamente ligadas às relações de classe, gênero, orientação sexual, raça, religião e todo tipo de cultura de forma mais ampla (BRASIL, 2006, p. 57).

Em relação aos professores da disciplina mencionada, ao reafirmarem em suas aulas as mesmas práticas corporais que já estão legitimadas, esses docentes constroem significados sociais e políticos, formando políticas de identidade, determinantes de quem são as outras e outros (neste caso, alunos e alunas) e sob o jugo de quais limitações essas e esses estarão. Identifica-se essa praxe como uma condição importante na construção do jogo da invisibilização, na qual os discursos das(os) consideradas(os) outras(os) são silenciados abrupta e paulatinamente (NEIRA; NUNES, 2016). Na teorização cultural contemporânea, o outro é entendido como o diferente de mim, ele representa o oposto do planejado, do esperado; incomoda e assusta os mecanismos de regulação da sociedade moderna, pois pode resistir aos padrões do governo (NUNES; NEIRA, 2016).

## 2. Cultura corporal afro-brasileira

Neste tópico irei me direcionar a discussão das diferentes manifestações corporais afro-brasileiras, partindo do entendimento de que possuem suas influências a partir de uma matriz africana. Abordar esses temas pode ser o início de uma discussão para a reformulação dos conteúdos trabalhados nas aulas de



Educação Física, portanto, é preciso analisar suas características culturais, a sua história e a funcionalidade dentro de um contexto marcado pela cultura africana. São eles:<sup>26</sup>

- **Jongo** – É uma dança de origem africana. O jongo permitia que os escravos se comunicassem de forma que os senhores e capatazes não compreendessem aquilo que falavam. Por meio da dança contavam suas tristezas e sofrimentos;
- **Roda de capoeira** – Desenvolvida no Brasil por escravos africanos, é uma forma de expressão cultural que mistura dança, luta, música, jogo. Nela são encenados golpes e movimentos acompanhados por músicas. Os capoeiristas ficam na roda de capoeira batendo palma no ritmo do berimbau<sup>27</sup> e cantando a música enquanto dois golpistas jogam capoeira;
- **Samba de roda** – É um gênero musical de tradição afro-brasileira. Surgiu na Bahia no século XIX e representa uma dança associada à capoeira e ao culto aos orixás. Surgiu como forma de preservação da cultura dos escravos africanos. O samba de roda é uma variante do samba, que embora tenha se disseminado por várias partes do Brasil é tradicional da região do recôncavo baiano. É tocado com pandeiros, atabaques, berimbaus, chocalho e viola;
- **Maracatu** – É um dos ritmos de tradição africana que hoje é difundido em todo o nordeste brasileiro, especialmente, nas cidades do Recife e Olinda, em Pernambuco. É caracterizado, principalmente, pela percussão forte, que teve origem nas congadas cerimoniais de coroação dos reis e rainhas da nação negra;
- **Bumba meu boi** – Esta dança folclórica, tendo variante conhecida em outras regiões brasileiras como boi-bumbá (com influências indígenas mais acentuadas), é típica do norte e nordeste. O bumba meu boi possui uma origem diversificada, pois apresenta traços das culturas espanhola, portuguesa, africana e indígena. O bumba meu boi é uma dança na qual a representação teatral é um fator marcante. Assim, a história da vida e da morte do boi é declamada enquanto os personagens realizam suas danças;

---

<sup>26</sup> Disponível em: [http://www.suapesquisa.com/folclorebrasileiro/dancas\\_folcloricas.htm](http://www.suapesquisa.com/folclorebrasileiro/dancas_folcloricas.htm). Acessado em: 29 nov. 2016.

<sup>27</sup> Instrumento de percussão, de origem africana, constituído por metade de uma cabaça presa a um arco de madeira, com um fio de arame retesado que é percutido com uma vara.

- **Frevo** – É uma dança típica do carnaval pernambucano surgida no século XIX. Diferente de outras marchinhas carnavalescas, o frevo é caracterizado pela ausência de letras na qual os dançarinos seguram pequenos guarda-chuvas coloridos como elemento coreográfico. A palavra “frevo” é originária do verbo “ferver”, representando, desta maneira, uma particularidade dessa dança demasiadamente frenética;
- **Baião** – É uma dança e canto típicos do nordeste brasileiro que recebeu, em suas origens, influências das danças indígenas e da música caipira. Com movimentos que se aproximam do forró, o baião é dançado em pares e sua temática é baseada no cotidiano e nas dificuldades da vida dos nordestinos;
- **Quadrilha** – A quadrilha foi popularizada no Brasil a partir do século XIX mediante influência da corte portuguesa. É uma dança típica das festas juninas, bailada em duplas de casais caracterizados com vestimenta tipicamente caipira. Atualmente, a quadrilha abrange todas as regiões do país.

Posso continuar citando os diferentes tipos de manifestações corporais com influências afro-brasileiras, os diferentes jogos, brincadeiras, lutas e danças. Mas, por este momento, vou abordar somente aqueles mais conhecidos.

### 3. Breve histórico: educação física escolar e cultura corporal

Muito recentemente a Educação Física ganhou seu espaço no debate científico-acadêmico, onde os pressupostos que a sustentam têm uma influência predominante das ciências sociais. Antes disso, a predominância dos estudos desta área era sustentada pelos conceitos provindos das ciências biológicas.

Depois do predomínio das ciências biológicas na explicação sobre o corpo, a atividade física e o esporte por parte da educação física, essa tarefa hoje parece estar dividida com os conhecimentos, provindos de outras áreas, tais como a antropologia social, a sociologia, a história, a ciência política e outras. (DAOLIO, 2007, p. 1).

Estando estreitamente vinculada às instituições militares e à classe médica, no século passado a Educação Física depositava toda sua preocupação para a manutenção das condições de vida. Nesse período, os médicos assumiram o papel de



modificar os hábitos e higiene da população, visando à promoção de hábitos supostamente saudáveis. Havia também na época uma preocupação muito forte com a eugenia, devido ao grande número de negros que se concentrava na sociedade. A preocupação então voltava-se para mistura das raças e a “desqualificação” da raça dominante, a raça branca. Portanto, a preocupação maior era com os filhos da burguesia se misturarem com filhos ou descendentes de escravos, o que poderia causar a mistura entre as raças, ocasionando algum tipo de desordem genética. A imagem que se tinha dos negros naquela época era que eles eram inimigos de Deus (sendo assim, amigos do demônio), sendo considerados uma raça impura, mas esse tipo de pedagogia encobria algo mais obscuro, que iria causar a formulação de concepções de corpo e imagem na nossa sociedade, supostamente moderna.

As preocupações com as questões sociais foram se tornando cada vez mais o centro dos debates no âmbito político-educacional, abrindo espaço para se repensar as pedagogias tradicionais, dando abertura a uma pedagogia que tentasse explicar e resolver os problemas sociais. Segundo Daolio (2007), somente a partir de 1980, momento em que o debate científico ganha mais peso na Educação Física, é que se começa a questionar o predomínio da biologia, dando espaço para as questões socioculturais.

Antes disso, a Educação Física era entendida como matéria que tratava do corpo e que via este como um simples conjunto de ossos, músculos e sem expressão de nenhum tipo de cultura. Os esportes e todas as outras atividades físicas eram vistas apenas como um simples passatempo, sendo assim o predomínio da Educação Física era todo influenciado pela área da biologia e, nesse entendimento, as ciências humanas eram incapazes de explicar o seu fenômeno. Daolio (2007) afirma que o principal conceito da Educação Física é a cultura. Baseado nos estudos antropológicos, esse conceito afirma que toda e qualquer tipo de manifestações corporais humanas são geradas na dinâmica cultural, desde os primórdios até hoje, ganhando cada uma ao longo da história significados próprios de um determinado contexto em um espaço de tempo diferenciado.

Para Geertz (*apud* DAOLIO, 2007), a cultura é própria da condição humana, é o produto, o resultado da dinâmica do ser humano com os significados e padrões existentes no meio (sociedade), é universal porque todos a produzem e é processo



pelo qual os homens dão sentido às suas ações. O pensador defende que os indivíduos possuem uma dimensão cultural simbólica, considerando o ser humano como um ser cultural, contínuo e construtor da sua própria cultura.

É preciso mergulhar mais profundamente nas águas do acreano, da sua cultura para entender melhor a sua relação com o movimento humano. Segundo Bracht (*apud* NEIRA; UVINHA, 2009), na perspectiva de cultura corporal, o movimento é entendido como linguagem, capaz de se comunicar com o mundo e os seus sujeitos, fazendo parte e construindo cultura. Nessa perspectiva, a cultura é entendida como campo onde são produzidos significados, no qual os grupos sociais situados em posições políticas diferenciadas lutam pela imposição e permanência dos seus significados dentro de um grupo maior constituído como sociedade. No caso da Educação Física, as manifestações da cultura corporal podem ser os meios pelos quais os diferentes grupos se comunicam através das representações do movimento, em cada contexto.

A partir das diferentes abordagens que tratam sobre a cultura na Educação Física, elenquei alguns destes conceitos para poder compreender em que momento essa matéria traz para a sua pedagogia a apropriação de um conceito maior, denominado cultura.

Dentro de uma visão desenvolvimentista, Go Tani (*apud* DAOLIO, 2007) compreende o movimento humano como um processo de aprimoramento contínuo. Na sua abordagem, ele defende que a Educação Física deve proporcionar à criança a aquisição de habilidades motoras básicas, facilitando a compreensão e aprimoramento de outras mais complexas. A cultura aparece nessa abordagem quando o autor trata dos estágios de desenvolvimento, apresentando uma classificação baseada em Harrow (*apud* TANI et al., 1988, p. 67), que considera hierarquicamente quatro níveis: movimentos reflexos, habilidades básicas, habilidades específicas e comunicação não-verbal, sendo os dois primeiros influenciados pela genética e os dois últimos influenciados pela cultura. A cultura nesta abordagem é identificada como consequência dos níveis colocados hierarquicamente como anteriores e básicos ao desenvolvimento motor.

Na perspectiva de João Batista Freire (*apud* DAOLIO, 2007) a cultura aparece como um apanhado de elementos constituintes do indivíduo na fase infantil e que a



partir destes seriam criadas as condições necessárias para o desenvolvimento de corpo inteiro, entendendo o corpo físico e mental como indissociáveis. O autor identifica o jogo, o brinquedo e o brincar da criança como os meios para o seu desenvolvimento cognitivo e motor, elementos constituintes da sua cultura construídos social e culturalmente. Portanto, sua educação seria um processo que se inicia de dentro para fora, trazendo nas aulas de Educação Física, todo o repertório que a criança possui sobre jogos, brinquedos e brincadeiras, e o professor teria o papel de mediar o processo de desenvolvimento das habilidades motoras e cognitivas por meio destes. A cultura corporal é abordada aqui quando se fala dos jogos, brinquedos e brincadeiras como elementos da cultura da criança.

No coletivo de autores apontados por Daolio (2007) e suas abordagens crítico-superadoras, identifica-se a cultura corporal como fruto de um processo sócio histórico e cultural da humanidade, culminando assim nas danças, lutas, ginástica, esportes e jogos. Estes devem ser apresentados aos alunos como fenômenos que possuem um desenvolvimento histórico a fim de intermediar a inserção dos sujeitos na realidade social, não como simples reproduções biomecânicas de movimentos do ser humano, mas como um conteúdo com todo um significado histórico e social. Com isso, a prática destes fenômenos que culminaram no que hoje conhecemos como conteúdos culturais (dança, ginástica, lutas, esportes) transpassaria as barreiras do “simples fazer por fazer”, concluindo num processo de conscientização sobre a prática, o que significa uma prática não conformista onde os alunos são capazes de conhecer a história e a realidade social do que e onde eles praticam, adotando uma postura crítica e menos conformista da sua prática.

Podemos perceber que os conceitos de Educação Física vêm sendo renovados de tempos em tempos, tendo, primeiramente, uma concepção biológica do corpo e do movimento, e partindo para uma explicação fundamentada pelas ciências humanas que explicam o movimento humano como um fenômeno sócio histórico e cultural, como linguagem que é capaz de se inserir na realidade social, indo além do simples fazer da prática de modalidades esportivas ou circuitos motores. O conceito de cultura sempre esteve muito presente nas explicações sobre a Educação Física ou Educação de Corpo, por muitas vezes ele esteve presente de maneira explícita, por outras não. O que me chama bastante a atenção é que, na maioria das



abordagens que falam sobre cultura, muitas delas pouco ou quase nada se referem a cultura como valorização de identidade. Vê-se muitas vezes falar da cultura da criança, da cultura corporal do movimento, da cultura esportiva, mas onde está a cultura dos diferentes grupos que constituem nossa sociedade e que constroem sua cultura e por ela são construídos e, ainda, como se encaixariam na Educação Física?

É preciso levar em consideração que, além dos cuidados com o corpo e com as relações sociais dos sujeitos que praticam exercícios físicos, existem outras preocupações que vão além das relações interpessoais, temos as relações de gênero e as étnico-raciais e, por ser o nosso foco de estudo, vamos tratar desta última no decorrer do texto.

#### 4. A intervenção pedagógica: manifestações corporais e diversidade na escola Ruy Azevedo

A intervenção pedagógica aplicada nas turmas de 5º ano da Escola de Ensino Fundamental Ruy Azevedo deu-se através de uma aula teórica que tratou das diferentes manifestações corporais presentes na sociedade moderna. Foi utilizado o horário de aula dentro da sala, pois a aula de Educação Física, realizada em espaço aberto não seria adequada para essa intervenção teórica.

Foram utilizados textos e imagens sobre as diversas danças extraídos da internet. Os textos eram compostos por temas sobre “A Dança ao Redor da História e do Brasil”. A proposta era levar aos alunos e alunas os conceitos sobre os diferentes tipos de danças, suas histórias e características. Foram utilizados três textos e cada um deles era composto por diversos subtemas, cada um representando uma dança diferente: balé, dança contemporânea, capoeira, hip hop, jongo, maracatu, samba de raiz e dança moderna. Em seguida, foram introduzidas danças de origem afro-brasileira, pois o foco da intervenção era mostrar aos alunos as danças que abordassem a questão racial. Os outros tipos de danças eram elementos para contemplar maior participação dos alunos e alunas, caso alguém não se identificasse com as de origem afro-brasileira.

A avaliação proposta ocorreu a partir de debate sobre o que os alunos e alunas entendiam antes e depois do texto trabalhado. A ideia também era saber se alguns deles e delas já tiveram algum tipo de contato com os exemplos de danças



contemplados, o que culminou com o rompimento de certos estigmas e concepções sobre o patrimônio cultural dos grupos afro-brasileiros. A aula serviu como ferramenta para um entendimento sobre as concepções que os alunos têm das manifestações corporais presentes na sociedade, e também contribuiu para um melhor entendimento de como a Educação Física pode proporcionar o espaço para a discussão das relações étnico-raciais.

É notório que se faz preciso discutir as relações étnico-raciais em todo o âmbito escolar e em todas as disciplinas, haja vista que séculos de dominação da cultura europeia não serão mudados do dia para a noite apenas por força de lei. É preciso colocar em prática na escola, já que ela é um recorte da sociedade, onde há vários tipos de atores sociais. A Educação Física não poderia ficar de fora dessas discussões, devendo também incluir as questões indígenas e todas as outras minorias existentes em nossa sociedade.

Sabemos que existe um número considerável de professores de Educação Física que deixam de explorar as possibilidades para se discutir as questões étnico-raciais em aula, assim como em relação à discussão e reflexão das relações de poder implícitas nas práticas pedagógicas cotidianas do componente curricular, às concepções das manifestações culturais afro-brasileiras e às representações dentro da escola do corpo e cabelo negros. A falta de infraestrutura e formação continuada e a baixa remuneração podem ser os motivos que levam a essa restrição da discussão étnico-racial na escola.

A oportunidade de discutir manifestações corporais de raízes africanas na Educação Física significa oportunizar um espaço para a participação de alunos e alunas, vítimas de segregação devido à institucionalização de políticas hegemônicas que não contemplam a diversidade existente na sociedade. Dar espaço de participação a estes significa, por outro lado, acabar com os estigmas impostos social e ideologicamente sobre o negro, sua cultura, seu corpo e seu cabelo (sendo este último atravessado por uma discussão que não adentraremos aqui neste texto).

Discutir a questão étnico-racial na escola e especificamente na Educação Física significa criar condições para a construção de identidades de alunos e alunas negros e negras. Cabe problematizar o processo de construção de identidade de uma criança negra dentro de uma escola onde as práticas pedagógicas e o currículo têm



como referencial a cultura hegemônica; estas identidades estarão sendo silenciadas ou invisibilizadas, já que numa organização curricular hegemônica não é comum haver espaço para a discussão desses sujeitos. É como estar sujeito a uma tensão bem maior do que é comumente vivido na luta pela validação da presença da criança na escola, uma espécie de supressão de identidade por conta do fator raça. Segundo Neira e Nunes (2016), a partir de suas características fenotípicas, as crianças negras têm uma realidade da qual não podem fugir e estão imbrincadas num processo de apagamento dos seus corpos e culturas. Lins Rodrigues afirma que:

Presas à negritude estão às representações negativadas das crianças na sociedade, consolidadas como significados durante o processo de escolarização, aonde “a invisibilização vai deixando marcas identitárias produzindo chibatadas lancinantes de subjetividades, que não fazem jogar sangue, mas pedaços de identidades irrecuperáveis”. (RODRIGUES, 2013 *apud* NEIRA; NUNES, 2016).

É importante pensar no processo de formação de crianças negras dentro da escola, quais os meios onde esse processo ocorre e como ocorre, pois enquanto deixamos escapar qualquer tipo de piada ou brincadeira com um(a) aluno(a) negro(a), perpetuam-se discursos racistas dentro da própria escola, carregados de subjetividade e com forte poder de construção de identidades distorcidas.

Temos, geralmente, o costume de colocar sempre como referência de algo bom, aquilo que se assemelha ao estilo de vida de povos considerados desenvolvidos, como é o caso dos países da Europa e da América do Norte (com exceção do México). Desde o cabelo até o estilo de música que se deve ouvir. Na escola isso não ocorre de forma diferente, pois temos o próprio discurso dos alunos e alunas, muitos deles se preocupam com o corpo a ponto de seguirem dietas estritas. Quando o assunto é esporte também temos como hegemônico aquele que começou a ser praticado somente por membros da nobreza na Europa antiga: o futebol, que também representa uma prática machista, onde as meninas não são, por muitas vezes, contempladas a praticar essa modalidade, o que não deixa de ser um fato lamentável.

Mesmo com a existência de uma lei que garanta abordar conteúdos referentes às culturas africana e afro-brasileira, não se teve uma garantia destas práticas e isso se deve ao fato de que “as ações foram institucionalizadas,



sedimentadas naquilo que em nossa cultura é ‘tido como certo’, o nosso *habitus*”, (HALL, 1997 *apud* NEIRA; NUNES, 2016). Uma hipótese para isso talvez seja que a Lei 10.639/03 diga que “preferencialmente” se trabalhe as questões étnico-raciais nas disciplinas de Literatura, Educação Artística e História, cabendo assim, erroneamente, a explicação de que não seria necessário trabalhar em outras disciplinas do currículo escolar.

O que podemos concluir com isto é que, mesmo possuindo políticas que garantam a inserção da discussão e valorização de novas culturas, temos ainda na nossa sociedade o que se denomina de “intenções seletivas”, direcionando práticas que contemplem somente a população branca, o que garante o que deve ou não ser ensinado, o que é relevante e o que não é. No âmbito da Educação Física é preciso uma reformulação sobre os conteúdos a serem trabalhados nas aulas, levando em consideração que existe um grupo de alunos constituídos por identidades diferentes e que estas precisam ser contempladas nas aulas.

Sendo assim, a intervenção pedagógica na Escola de Ensino Fundamental Ruy Azevedo aponta que é possível uma transformação positiva no caminho da valorização das culturas africana e afro-brasileira, já que os alunos e alunas receberam de maneira positiva. É necessário destacar que não é possível acabar com o racismo somente com uma intervenção pedagógica que aborde questões raciais na escola, é preciso que haja um compromisso entre os professores e articulação entre eles. A intervenção, por outro lado, proporcionou o rompimento de alguns estigmas sobre o corpo e a cultura negra, o que significa que ainda tem muito trabalho a ser feito e que a Educação Física é capaz de proporcionar uma reflexão sobre o outro, sendo o outro, alguém diferente de mim, não significando hierarquicamente inferior devido ao fator raça.

Este trabalho é indicado aos profissionais da educação em geral, principalmente aos de Educação Física que buscam melhores abordagens sobre as questões sociais presentes no dia a dia, e aos que tem compromisso com a escola e a formação de sujeitos capazes de viver uma cidadania plena.

## Referências

ACRE. Secretaria de Estado de Educação e Esporte. **Cadernos de orientação curricular:** Orientações curriculares para o ensino fundamental – Caderno 1, 5º ano. Rio Branco, AC: SEE, 2009.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, p. 1, 21 jul. 2010.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 10, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União:** col. 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: SECAD, 2006

DAOLIO, Jocimar. **Educação Física e o conceito de cultura:** polêmicas do nosso tempo. Campinas, SP: Autores associados, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola.** Brasília: MEC, BID/UNESCO, 2005.

NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mario Luiz Ferrari (org.). **Educação Física Cultural:** por uma abordagem pedagógica da(s) diferença(s). Curitiba: Editora CRV, 2016.

NEIRA, Marcos Garcia; UVINHA, Ricardo Ricci. **Cultura Corporal:** diálogos entre educação física e lazer. São Paulo: Vozes, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

TANI, G.; MANOEL, E. J.; KOKUBUN, E.; PROENÇA J. E. **Educação Física Escolar:** fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU/EDUSP, 1988.



## Seção História

## APRESENTAÇÃO

**Flávia Rodrigues Lima da Rocha<sup>28</sup>**

**Geórgia Pereira Lima<sup>29</sup>**

**Goreth da Silva Pinto<sup>30</sup>**

A importância do curso Uniafro para educação acreana, particularmente, na formação continuada de professores de diversas áreas do conhecimento implica em pensar o cerne da concepção de ensino constituído no Curso de aperfeiçoamento Uniafro: *política de promoção da igualdade racial na escola* (Ufac, 2016) desenvolvido numa perspectiva da sensibilização e intersetorialidade no âmbito da sala de aula que expõem a política educacional com a finalidade da aplicabilidade da Lei N° 10.639/2003 no sistema público de ensino acreano.

Nessa perspectiva, o curso Uniafro/Ufac (2016) se projetou além muros da academia e se manifestou nas salas de aula de escolas da cidade de Rio Branco e de outros municípios, como forma de Intervenção Pedagógica (IP), nessa apresentação iremos nos referir apenas por IP daqui pra frente. Mas, o que representou essa IP no conjunto das ações da Uniafro?

No campo acadêmico representou uma pesquisa interventiva, a partir de uma proposta de ação pedagógica, individualmente ou em grupo, sob orientação do professor/a orientador/a, buscando a resolução de um problema acerca da aplicabilidade da Lei 10.639/2003 e/ou questões relacionadas a cultura negra ou “igualdade racial”, seja na escola ou não, mas que estavam ligadas às demandas teóricas desse Curso.

---

<sup>28</sup> Licenciada em História (Ufac); mestre em Letras: linguagens e identidades (Ufac); professora da Universidade Federal do Acre; líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre; foi coordenadora e professora do Curso de Aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na Escola (2016).

<sup>29</sup> Graduada em História (Ufac); especialista em Metodologia do Ensino Superior (Ufac); mestra em História do Brasil (UFPE); doutora em História Social (USP); professora da Universidade Federal do Acre; vice líder do grupo de pesquisa O processo de construção do docente em História: possibilidades e desafios da formação inicial e da formação continuada do fazer-se historiador em sala de aula; foi professora do Curso de Aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na Escola (2016).

<sup>30</sup> Licenciada em História (Ufac); especialista em História da África e Cultura Afro-Brasileira (Ufac) e em Gestão de Políticas Públicas em Gênero Raça e Etnia (Ufop); professora da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do estado do Acre; membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre; foi professora do Curso de Aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na Escola (2016).



Assim, esse Curso de aperfeiçoamento proporcionou a sistematização de novos conhecimentos, traduzindo em uma forma de avanço da ciência intrinsecamente ligada ao fazer pedagógico engajado socialmente na formação continuada de profissionais para o enfrentamento à política de promoção da igualdade racial em escolas da rede pública acreana.

Assim, o curso Uniafro/Ufac (2016), sob a perspectivas de ensino multidisciplinar envolvendo várias áreas de conhecimento se apresentou como uma unidade formativa de reflexões sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, bem como, uma forma de enfrentamento ao racismo social/institucional ainda muito presente na sociedade brasileira. Nesse sentido, é importante reconhecer que os conteúdos teóricos intrigou e instigou de tal forma que sem receio podemos afirmar que a escola e, por consequência a sala de aula, foi pensada durante a realização do curso de aperfeiçoamento Uniafro como Rubens Alves<sup>31</sup> descreve:

[...] Escolas que são gaiolas e [...] escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado. (ALVES, 2002, p. 29).

Neste sentido, as oito reflexões advindas principalmente das IPs e estudos das diversidades no ensino da história e cultura das comunidade negras que compõem essa seção, são artigos de responsabilidade de seus autores, que expõem a forma como o curso Uniafro/Ufac (2016) se tornou o epicentro formativo para inspirar educadores/as a transformar suas práticas pedagógicas em práticas de promoção de igualdade racial, uma vez que há “*escolas que são asas não amam pássaros engaiolados*” encorajando os novos voos de pássaros livres para aprender a ser educador.

---

<sup>31</sup> Os escritos de Rubem Alves possibilitam pensar o protagonismo, as diversidades da escola e as experiências no/do ensino que envolver a educação brasileira e seus protagonistas. Entre os quais trazemos, “Gaiolas ou Asas?” In. **Por uma educação romântica**. Campinas-SO: Papyrus, 2002, 207p



Um educar que reconhece que não há docência sem discência como Paulo Freire<sup>32</sup> afirma:

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade” (FREIRE, 2003, p. 24).

Assim, essa afirmação de Freire expressa as reflexões dos resultados de pesquisa e intervenções pedagógicas realizadas em escolas da rede pública estadual. São, portanto, estudos que mostram os diferentes “olhares” revelando as complexidades próprias de constituição de aprendizagens significativas na/da formação de educadores/as distribuídos em sete artigos apresentados a seguir:

Esta seção tem início com o texto de **Alexandra da Silva Gonçalves**, professora de História da Educação Básica, que fez sua intervenção pedagógica em uma turma de 6º ano da escola Neutel Maia da cidade de Rio Branco/AC, baseada no conteúdo estudado neste ano sobre a origem da humanidade, gerando o escrito intitulado **“Reconhecimento da África como local de surgimento do homem como instrumento do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira”**, no qual ela associa o conteúdo à necessidade de ampliarmos os conhecimentos sobre o continente africano a fim de melhor valorizar suas histórias, culturas e povos e como forma de melhor conhecer a si mesmo.

**Damiana Nascimento de Araújo**, professora da Educação Básica, graduada em Licenciatura em História (2015) e Mestrado em Letras Linguagem e Identidade (2017) todos pela Universidade Federal do Acre (Ufac), é autora do segundo texto dessa sessão, sob o tema **“Reflexões sobre o pós-escravidão a partir de uma pesquisa de intervenção no curso de aperfeiçoamento Uniafro”** nesse estudo acerca a lei 10639/03, é analisada a partir do ensino de história na Educação Básica da rede pública de Rio Branco-Ac. Assim, a Intervenção Pedagógica (IP) ocorreu em uma turma de 7º ano do Ensino Fundamental (II Segmento) da escola estadual Profª. Lindaura Martins Leitão. A pesquisa e os estudos refletem sobre o contexto da abolição da escravidão no Brasil, buscando discutir as políticas afirmativas sob a

---

<sup>32</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.



perspectiva de compreender a organização social, lutas e conflitos e a construção da identidade de homens e mulheres negros/as.

Enquanto, **Jardel Silva França**, graduado em História (2019) pela Universidade Federal do Acre (Ufac) realizou a pesquisa e a IP em uma turma 7º ano do Ensino Fundamental da escola Raimundo Gomes de Oliveira, cidade de Rio Branco (Acre) que resultou no texto **Novas metodologias para a aplicação da lei 10.639/03 na escola: brincadeiras afro-brasileiras**, expõem as reflexões dos estudo acerca das brincadeiras afro-brasileiras no ensino de História momento em que os leitores terão a oportunidade de conhecer brincadeiras e jogos presente no cotidiano social acreano/brasileiro intrinsecamente a História e cultura negra no Brasil.

Sob outro prisma, o autor **Marlison Bento Pimenta**, graduado em História (2018) pela Universidade Federal do Acre (Ufac) realizou a pesquisa e a IP com alunos de turma do 6º ano - Ensino fundamental da Escola Estadual Raimundo Gomes de Oliveira que resultou na escrita do texto **“Jogos matemáticos africanos: yoté e shisima entre dialogos culturais e o Ensino de História”**, que expõem uma análise genérica da Lei 10.639/2003, bem como, a explicitação da objetividade da ação do ensino-pesquisa (Pidib/História, 2015/2016) que implica em inquietações temáticas sobre jogos Yoté e Shisima e suas expressividades na/sobre a cultura africana expondo um Ensino de História crivado por conflitos e enfrentamentos sociocultural de estigmas do “eu” e o “outro” sob a perspectiva de Rubem “O que elas amam são pássaros em voo”, o empoderamento e superações preconceitos e racismos ainda presentes na sociedade acreana/brasileira.

A autora **Renata Leidiane Oliveira Maia**, parte de estudos e pesquisas visando a aplicabilidade da Lei 10.639/2003, a partir da intervenção pedagógica na turma do 2º ano da Escola de Ensino Fundamental José Potyguara, Rio Branco-Ac. Aqui, as autoras, trazem a toma as interações socioculturais brasileiras ao discutir a culinária africana reconhecendo as contribuições africanas na História brasileira.

**Wálisson Clister Lima Martins**, possui graduação em História pela Universidade Federal do Acre (2019). Atualmente é mestrando em Educação pela Universidade Federal do Acre e realizou os estudos e pesquisa da Lei Nº 10.639/2003 para Intervenção Pedagógica no Ensino História no oitavo ano “B” na Escola Neutel Maia (2016). No artigo **“O Ensino de História e a igualdade racial na escola: uma**



**experiência sobre o movimento abolicionista brasileiro”** o leitor acompanha um entendimento acerca do processo de transição do trabalho escravo para o livre no Brasil do século XIX, bem como, a contextualização do destino da população negra após a Lei Imperial nº 3.353/1888.

Os dois últimos artigos dessa seção procuram discutir temáticas expõem como o curso Uniafro/Ufac, oportunizou reflexões acerca do ensino nas diversidades para aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 na Educação Básica.

A autora **Liliane Nogueira Monteiro** fez o estudo e escrita do texto “**Crimes de racismo na cidade de Rio Branco**” destacando a importância social de entender o racismo em razão dos desafios da sociedade contemporânea, particularmente na sociedade brasileira, com superar manifestações de discriminação, intolerância contra negros, imigrantes e outros grupos sociais.

Em outra perspectiva a autora **Mirian Soares Maia** realizou os estudos e as pesquisas que resultou na escrita do texto “**Movimento Negro e as conquistas sociais**”. A análise apresenta formas de lutas e resistências secular da comunidade negra, somada a outros excluídos, na história da sociedade brasileira. Identificando a importância do empoderamento político, econômico e social do Movimento Negro pelas conquistas em âmbito do Estado brasileiro por reconhecer, implantações de leis e políticas de afirmações, particularmente a Lei 10.639 de 2003, por garantir o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo da Educação Básica.

Assim, desejamos ao leitor deleite em sua leitura e que esta seção possa ser para todos nós parte da luta antirracista sobretudo em nossas escolas.

## RECONHECER A ÁFRICA COMO SENDO O LOCAL DE SURGIMENTO DO HOMEM

**Alexandra da Silva Gonçalves**

Por meio do curso de Aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção da Igualdade racial na escola, em parceria com a Escola Estadual Neutel Maia realizou-se uma aula na qual a temática apresentada defende o surgimento do homem



como sendo na África. Tal intervenção pedagógica está de acordo com a lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas. Neste trabalho buscar-se-á relatar a experiência didática pautada no ensino de história para a turma do 6º ano D do turno vespertino da referida escola.

A humanidade, ao longo dos anos, busca de todas as formas possíveis entender o homem em todos os aspectos e para tanto utiliza-se da investigação pela ciência e pela tecnologia para conhecer o ser humano. Dentre todas as especulações que cabe à ciência para entender a história do homem e a trajetória deste é primordial entender onde ele surgiu e conseqüentemente a evolução pelo qual este passou para se tornar o homem de hoje.

Existem várias teorias para explicar a origem do homem. As mais conhecidas são: 1) a criacionista, onde a explicação é baseada na Bíblia, no livro de Gênesis que explica toda a criação como obra de Deus; 2) a evolucionista de Darwin, que se aplica à evolução das espécies, onde o mais forte sobrevive e se adapta ao meio.

Monteiro (2009) também refere-se a duas outras teorias sobre o surgimento do *Homo sapiens* na África, que, de forma resumida, podem ser explicadas: 1) Teoria do Berço Africano, também conhecida por Arca de Noé, dispõe que os primeiros *Homo sapiens* surgiram na África e de lá, se espalharam pelo Oriente Médio, Ásia, Oceania, Europa e Américas; 2) Teoria Multirregional, conhecida por Candelabro, seus defensores acreditam que o *Homo sapiens* surgiu concomitantemente na África e na Ásia e de lá se espalhou para o restante do mundo.

Embora tenha-se duas teorias, uma que sugerem o surgimento do homem na África e outra que engloba África e Ásia, pode-se dizer que ambas defendem a África como sendo o lugar de surgimento da nossa espécie. Acreditar que o homem surgiu na África é, antes de tudo, reconhecer um lugar como origem para uma narrativa histórica humana.

A excursão que possibilita chegar a tal ponto de ser o que somos hoje começou há muito tempo, numa grande porção de terra, que hoje conhecemos por África. Este *homo sapiens sapiens*, trata do ser humano é composto pela mais significativa e diversificada espécie conhecida desde outrora pois muitas são suas diferenças. As características humanas do homem moderno não são apenas físicas



mas também comportamentais, que se difundem e se reconhecem entre as várias populações do mundo, diferenças que de forma alguma devem ser negadas, mais consideradas, pois mesmo que haja diferenças constituímos uma única espécie, e compartilhamos a mesma origem e a mesma história na sua evolução primitiva. (UNESCO, 2010)

Este trabalho tem um significado muito importante, não só para negros, mas para todos os indivíduos, pois não se restringem única e exclusivamente à cultura europeia com seus estereótipos de sociedade branca, antes abrem caminho para contemplar a história e cultura daqueles que fizeram e fazem parte da história da humanidade, os negros e a África.

A ideia de que o homem surgiu na África, já faz parte de pesquisas há muito tempo e é aceita no mundo como teoria. Para Elisa Nascimento (2008), provas de que o homem surgiu na África existem e vem surgindo constantemente com os estudos de pesquisadores especialistas no assunto. E mais ainda é possível pela ciência provar que na origem, todos os seres humanos eram negros, certeza sustentada pela comparação de DNA, então nada mais oportuno que reconhecer e valorizar as características africanas que fazem parte do ser humano.

Nascimento (2008) também ressalta a importância de apresentar aos alunos a história que não seja somente da Europa, pois negar a África e sua contribuição para a formação do que somos hoje é negar as nossas origens. É necessário que os alunos se enxerguem nos conteúdos aplicados em sala de aula, entendam suas origens e compreendam a importância de estudar a história e cultura africana e afro-brasileira para a formação da sua identidade. Formar uma identidade, como por exemplo a negra não significa excluir ou discriminar o outro por sua visão e compreensão, mas antes de tudo é uma forma de fortalecer a personalidade de cada um que se identifica neste processo histórico no qual se apresenta o homem com sua origem na África e o negro como agente importante na formação do homem hoje.

Procurou-se ao longo deste trabalho fazer um reconhecimento da África como o lugar de surgimento do homem e também apresentar características que tornam o ser humano, em qualquer lugar, iguais. Para se desconstruir os conceitos errôneos com relação à história e cultura africana e afro-brasileira é necessário que



os alunos estejam aptos a conhecer melhor o continente africano para melhor aceitação e valorização das diferenças. A partir de pesquisas, livros e trabalhos científicos, apresentou-se a significância da África para a humanidade, uma vez que até aqui já foram feitas várias descobertas que afirmam a presença do *homo sapiens* no continente africano há mais de 100 mil anos. Assim sendo as possibilidades apontam que é neste lugar onde o homem é mais antigo. (UNESCO, 2010)

Nascimento (2008) observa que as construções históricas das quais conhecemos e que são ensinadas nas escolas nos remete a entender que o homem é única e exclusiva dádiva do ocidente europeu, o que implica em negar o surgimento do homem em outras partes do globo, principalmente no continente africano, uma vez que este continente e seus povos são apresentados como inferior e não aptos para se desenvolverem a ponto de expandirem-se para outros lugares.

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar, por meio do ensino de História, o surgimento do homem no continente africano, buscando assim compreender valores culturais dos africanos e dos afro-brasileiros.

Objetivou-se também reconhecer e valorizar a diversidade cultural como propulsora da vida humana, como marca do tempo e marca da vida. Também objetivou-se analisar e compreender a origem do homem a partir da África como um todo e depois trazemos para as partes, para problematizar os princípios inerentes a natureza humana com as devidas referências a seus traços distintos que abrangem suas várias formas em questão de agir, pensar e acreditar, características estas que estão ligadas a identidade de cada um. Pretende-se com esse trabalho abordar o racismo, preconceito e etnocentrismo, e ressignificar estas características, para trabalhar formas de enfrentamentos positivos quanto a nossa origem.

Monteiro (2009) vai destacar as principais fases do ser humano e aponta que no século XVIII, o botânico sueco Carl von Linné inventou a classificação dos seres vivos utilizada até os dias de hoje e instituiu o nome científico de *Homo sapiens* para a espécie humana. Von Linné classificou o homem de acordo com sua época em subespécies de acordo com a cor da pele, físico e suas bases de caráter. Assim ele



dividiu as raças como: vermelhos americanos, apresentados como “geniosos, despreocupados e livres”; amarelos asiáticos, apresentados como “severos e ambiciosos”; negros africanos apresentados como “ardilosos e irrefletidos”; brancos europeus apresentados como “ativos, inteligentes e engenhosos”. Essa divisão do homem em raças baseadas em cores ligadas aos continentes, foi totalmente aceita e serviu como base para o racismo científico que afeta as atuais estruturas da sociedade contemporânea.

Vasconcelos (2014) apresenta uma questão que se faz pertinente a este estudo, que é o fato dos africanos terem embranquecido à medida que migraram para ambientes mais frios. Sendo assim, características como olhos verdes, azuis, cabelos amarelos, pretos, castanhos, vermelhos, dentre outras, são parte das adaptações que sofreram, o que por si resultou nas formas atuais que encontramos na espécie humana. Compreende-se assim que a origem da espécie humana é única, e o homem inegavelmente sempre foi antes de tudo negro e as várias características neste homem devessem a diversos fatores que estão diretamente ligados a cada lugar onde este se estabeleceu e ali permaneceu.

Tendo em vista a temática, a metodologia aplicada durante a intervenção pedagógica foi baseada em aliar pesquisa e ensino para discutir a teoria que afirma a África como o lugar de surgimento do homem.

A África como berço da humanidade já é parte do referencial curricular de História da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esportes, bem como em materiais didáticos como livros.

Como parte da intervenção pedagógica no ensino de História, foi analisado o livro *Brasil/África: histórias cruzadas*, para os Anos Finais do Ensino Fundamental, um caderno composto de vários estudos com base no ensino da diversidade étnico-racial, que aborda exclusivamente temáticas relacionadas à África e às populações africanas e afro-brasileiras, no qual ensina que os primeiros *homos*, geralmente reconhecidos como pré-humanos, são os *Australopitecos*, cujos fósseis foram encontrados na Etiópia e no Transvaal, África do Sul cerca de 4 a 1,5 milhões de anos atrás.

Os *Australopitecos* sobreviviam por meio da caça e coleta e conseguiram um feito significativo ao aprenderem a lascar a pedra e produzir uma variedade de



utensílios de borda afiada para corte e raspagem; passaram por um longo processo evolutivo, marcado pelos estágios de *homo habilis*, *homo erectus* até atingir o *homo sapiens*, de quem descende o homem moderno.

Dando sequência à intervenção pedagógica sobre a África como berço da humanidade para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, a partir de imagens sobre a pré-história foram explorados os conhecimentos prévios dos alunos por meio da oralidade, logo em seguida apresentado o vídeo: “África: o berço da humanidade”, gerando assim discussões com os alunos a partir tanto das imagens quanto do filme, para melhor contextualização da temática. Também foi apresentada a trajetória do surgimento do homem, ao longo do tempo, no globo terrestre, para o que foi utilizado mapas para demonstrar o percurso feito pelo homem desde sua saída da África para outros continentes e imagens para melhor assimilar o entendimento deste percurso, ambos possibilitaram melhor compreensão do tema.

Após a discussão do tema, alguns outros questionamentos foram feitos, sobre os conceitos de: cultura, racismo, etnocentrismo e sociedade, buscando-se associar a importância destes conceitos para o tema em estudo, bem como ressignificá-los, desconstruindo equívocos e preconceitos sobre eles.

Para finalizar a aula, cada aluno preparou uma produção textual narrando o surgimento do homem na África, e sua trajetória da África para o mundo e após foram expostas em varal na escola.

Os resultados foram percebidos durante todo o processo de ensino e aprendizagem, sendo notável a participação e envolvimento dos alunos com a intervenção pedagógica, bem como também foi perceptível os conhecimentos prévios que eles tinham sobre a África, muitos dos quais equivocados, inclusive.

O maior desafio de ministrar esta aula foi o tempo corrido para a grande riqueza da proposta temática, uma vez que toda a escola estava em período de aplicação de provas, mas este fato não foi impedimento para que a aula se realizasse e fosse concluída com êxito, pois através das produções textuais foi possível perceber que todos compreenderam o assunto.

Projetos como este que buscam a inserção da história e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas e são de grande valor, pois envolvem justamente o



ensino da história do homem e para o homem. A apresentação deste tema nos possibilita aprender sobre a origem comum da humanidade, que não pode ser negada ou silenciada pelas sociedades. Estudar a origem humana é de fundamental importância para nos conhecermos, entendermos qual trajetória foi percorrida para chegar onde chegamos e entender as características que nos identificam como *homo sapiens*.

Sabe-se que por meio do cunho científico tem-se base para afirmar que a África é o lugar de surgimento do homem, e que este passou por um longo processo migratório. Entendemos que este processo influenciou as características físicas, culturais e sociais da humanidade, gerando assim uma grande diversidade de povos ao longo de globo terrestre.

Embora os estudos sobre a origem do homem seja relativamente nova, se comparada aos milhões de anos que datam do seu surgimento, o passo mais importante já foi dado, que é justamente a busca por esta origem. Nossas semelhanças e o que nos diferencia é o que nos torna seres únicos, iguais e ao mesmo tempo diferentes. Daí a importância em inserir a África como berço da humanidade no processo de ensino e aprendizagem do ensino de História, uma vez que este conteúdo valoriza nossa origem comum e nos lembra a importância do continente africano para todos nós, passando a ser este conteúdo uma importante ferramenta na educação antirracista na qual devemos estar todos nós empenhados em promover.

## Referências

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2010.

DARWIN, Charles. A Origem das Espécies, no meio da seleção natural ou a luta pela existência na natureza, vol. 1, tradução do doutor Mesquita Paul. 2003.

História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. 992 p.

MONTEIRO, Euder. Manual ilustrado de paleoantropologia para iniciantes, 1ª edição, 2009. Disponível em:

[http://paleoantro.dominiotemporario.com/doc/PALEOATROPOLGIA\\_PARA\\_INICIANTES\[Pos\\_Fernando\]\[1\].pdf](http://paleoantro.dominiotemporario.com/doc/PALEOATROPOLGIA_PARA_INICIANTES[Pos_Fernando][1].pdf)> Acesso em 02 de set de 2016.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). A matriz africana do mundo. São Paulo: Selo Negro, 2008.

VASCONCELOS, Edjar Dias de. De onde e como surgiu o homem, história da teoria da evolução. Disponível em: [institutoparthenon.com.br/clubedeescritores/2014/05/de-onde-e-como-surgiu-o-homem-historia-da-teoria-da-evolucao](http://institutoparthenon.com.br/clubedeescritores/2014/05/de-onde-e-como-surgiu-o-homem-historia-da-teoria-da-evolucao). Acesso em 05 de set de 2016.

## REFLEXÕES SOBRE O PÓS-ESCRavidÃO A PARTIR DE UMA PESQUISA DE INTERVENÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Damiana Nascimento de Araújo

### Introdução

É fato que o número de casos de racismo e intolerância racial tem alcançado números preocupantes na sociedade. O que nos faz refletir sobre o que podemos fazer para contribuir para extirpar ou ao menos minimizar essa situação. Dessa maneira, torna-se importante que pensemos a respeito de como abordar no ambiente escolar reflexões sobre o racismo (CAVALLEIRO, 2005; MUNANGA, 2003). Embora a Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino da temática “História e Cultura Afro-brasileira” nas escolas públicas e privadas, está longe de ser cumprida integralmente, ainda não alcançou o seu objetivo, corrobora Souza (2012) “a lei brasileira que obriga o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira é um avanço, porém ainda insuficiente, ao passo que não oferece o preparo necessário aos docentes”.

Ao realizamos o Curso de Aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção da Igualdade Racial, promovido pela Universidade Federal do Acre (Ufac), no ano de 2016, vislumbramos alternativas de como trabalhar a temática em sala, mostrando que é possível sim, inserir esse conteúdo por meio de um ensino multidisciplinar abrangendo todas as áreas do conhecimento. Por exemplo: geografia, língua



portuguesa, educação física, entre outras disciplinas, que são ofertadas no ensino regular, criando condições para que a prática escolar se fortaleça numa perspectiva de interdisciplinaridade e que possam abordar os mais distintos assuntos.

Propomos refletir juntamente com os alunos de uma turma de 7º Ano da Escola Estadual Lindaura Martins Leitão, localizada em Rio Branco, no estado do Acre, a respeito da luta do negro que adentra a história da constituição do Brasil. Objetivamos ainda, neste trabalho, refletir todo o processo que levou à abolição da escravidão no Brasil. Analisando as políticas de ações afirmativas procurando compreender a organização social, as lutas, conflitos e a construção de sua identidade.

Trazendo reflexões e apontamentos sobre como foi o pós-escravidão e as falhas decorrentes deste processo. Utilizamos a internet como banco de dados para acessar o conteúdo que nos serviu de base para a elaboração e o desenvolvimento das atividades que foram realizadas em sala de aula.

A metodologia adotada para a realização do trabalho foi a Pesquisa intervenção baseada em conteúdos abordados durante o curso de Aperfeiçoamento Uniafro, com ênfase em questões relacionadas a abolição da escravidão no Brasil. Bem como em leituras de textos referentes a pesquisa.

A Pesquisa intervenção foi realizada em duas aulas, com duração de cinquenta minutos cada uma delas, no período vespertino, ao entrar na sala de aula primeiramente nos apresentamos aos alunos e descrevemos sobre o que é, e qual a importância do Uniafro, logo em seguida fizemos um levantamento prévio sobre o que eles já sabiam sobre a temática. Levamos imagens e textos que contextualizam a “libertação dos escravos”, além disso uma música que falava sobre o assunto foi tocada. Na canção o autor nos chama atenção para o fato de que se realmente existiu a “libertação”, já que os direitos básicos não foram assegurados a essas pessoas, direitos como: educação, saúde, moradia e etc.

Na oportunidade, solicitamos ainda que os alunos lessem em voz alta para que os colegas pudessem acompanhar a letra, e em seguida falamos sobre a atual situação do negro.

#### 1. Reflexões acerca da Pós-escravidão: sob o olhar dos alunos do 7º Ano



Em primeiro lugar, primando pela ética, esclarecemos que mantivemos o anonimato no tocante aos nomes dos alunos, identificando-os com nomes fictícios, “Aluno A” e “Aluno B”. Os alunos relataram, após exposição do conteúdo, que já sofreram preconceito com relação aos seus cabelos e a cor da pele, mencionaram os apelidos dados em tom de brincadeiras que são carregados de adjetivos preconceituosos e discriminatórios. No final da primeira aula, em 11 de outubro de 2016, falamos sobre a educação enquanto ferramenta contra o racismo e o preconceito, bem como meio de inclusão social para pobres e negros.

Entendemos ainda, a partir da pesquisa intervenção que nos permitiu levar para o ambiente escolar essas discussões, especificamente durante a aula ministrada na disciplina de história, que a inserção do conteúdo que trata sobre o combate ao racismo e a intolerância racial deve ser feita ainda nas primeiras séries, com as crianças. Com o intuito de construir uma sociedade mais tolerante e, sobretudo, que saiba respeitar as diferenças. Como muito bem pontuado por Paulo Freire: “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. (Freire, 1996, p.27). Esse mesmo respeito procuramos ter durante a realização do nosso trabalho a partir da pesquisa intervenção.

Ao falarmos a respeito de apelidos dados, como já mencionamos, muitas vezes depreciativos pelos colegas em sala de aula, um estudante levantou a mão e disse: “professora o apelido dele aqui é neguinho”, a partir daí, voltamos a focarmos no debate que envolveu a questão dos apelidos dados por eles em sala de aula. Reafirmamos que se tratava de uma prática depreciativa, mas, ao mesmo tempo percebemos que aparentemente não faziam com o intuito de magoar uns aos outros, mas tratava-se de uma “brincadeira inocente”.

Conforme relatado acima, entendemos que uma intervenção também pode ser compreendida como sendo um lugar de fala. Durante o curso, na Universidade, dialogamos sobre a realidade da população negra, pontuamos as dificuldades dos alunos e, sobretudo, a de permanecer na escola. A evasão escolar no Brasil ainda é um problema a ser superado. Enquanto isso a realidade daqueles alunos, dentro da sala de aula, em uma escola situada na periferia de Rio Branco, era de um ambiente deteriorado, abafado, com pouca circulação de ar natural, contanto apenas com dois



ventiladores, naquele momento o clima estava muito quente e a temperatura só não estava mais elevada pelo simples fato do céu está nublado.

Enquanto falávamos sobre apelidos dados, preconceitos sofridos por pessoas negras, inclusive, por pessoas que possuem a cor da pele mais clara, porém, com traços marcantes como nariz e cabelos cacheados, uma estudante [“Aluna B”] se manifestou e disse: “professora eu já sofri preconceito por conta do meu cabelo ser cacheado, hoje estou com ele liso, mas ele é bem melhor cacheadinho”.

Houve outros relatos de preconceitos sofridos em função da cor da pele e pela condição do cabelo. Ao ouvir esses relatos, nos fez lembrar as discussões levantadas durante o curso sobre os estereótipos criados para denegrir a imagem do negro, com intuito de rebaixá-lo ou até mesmo de oprimi-lo. E por outro lado, nos faz refletir também sobre a falta de representatividade do negro, inclusive no mercado de brinquedos que não reflete a diversidade da população brasileira. Ao dialogarmos com os estudantes fica evidente que eles têm noção sobre as questões que envolvem políticas públicas, mas ao mesmo tempo sabem que temos um caminho longo a percorrer. Acreditamos que a escola tem um papel importante nesse cenário e pode promover mudanças significativas.

Indagamos. Como concorrer em pé de igualdade com aqueles que têm melhores condições? Juntamente com os alunos inferimos que existe uma concorrência desleal entre estudantes brancos e negros, que se encaixam no mesmo grupo social [baixa renda] em relação aos alunos brancos em melhores condições sociais. Entendemos ainda, que por mais que existam as desigualdades e dificuldades podemos e devemos lutar por melhores condições.

### **Considerações Finais**

Como as lacunas deixadas com a “libertação” dos escravos e às políticas criadas realmente fizeram com que a população negra tivesse seus direitos como cidadão assegurado? A inserção de políticas de ações afirmativas é uma forma de assegurar os direitos a população negra, no entanto acreditamos que ainda é pouco, pois, a população em geral precisa compreender que não se trata de fazer um favor ao negro, e sim, a quitação de uma dívida antiga.



Dessa maneira, a partir da pesquisa intervenção realizada, e com a análise das exposições dos alunos, reafirmamos que a educação é a melhor ferramenta para combater o desrespeito e a intolerância.

### Referências

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília-DF [1990]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 05 dez. 2016.

CAVALLEIRO, Eliane. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10639/2003**. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MUNANGA, K. Políticas de Ação Afirmativa em Benefício da População Negra no Brasil – Um Ponto de Vista em Defesa de Cotas. **Revista Espaço Acadêmico** – Ano II – nº 22 – março de 2003 – Mensal – ISSN1519 – 6186.

### **NOVAS METODOLOGIAS PARA A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA ESCOLA: BRINCADEIRAS AFRO-BRASILEIRAS**

Jardel Silva França

O presente artigo é resultado final do Trabalho de Conclusão de Curso no Projeto de Extensão Uniafro – Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pela Universidade Federal do Acre- Ufac no ano de 2016. O objetivo foi relatar uma experiência de ensino/aprendizagem denominada “Ensino com pesquisa”, realizada na escola Raimundo Gomes de Oliveira, proposta pelo Programa Institucional de Bolsas de iniciação à Docência- PIBID que teve como princípio fundamental contribuir para a melhoria da qualidade na formação inicial de professores.

Objetivou-se também, proporcionar aos alunos de licenciatura em História da Ufac e professores de História das escolas do Ensino Fundamental e Médio de Rio



Branco, inovarem suas metodologias e práticas docentes, contribuindo para que o conhecimento em história ganhe novos significados e auxilie no processo de transformação da sociedade.

A intenção foi integrar os alunos da escola nos encontros/aulas para que eles pudessem participar como sujeitos ativos do processo de ensino e aprendizagem. Tendo como temática: “Brincadeiras afro-brasileiras no ensino de História”, começamos a aplicação da prática na escola. Houve a seleção de cinco alunos realizada através da manifestação de interesse dos mesmos em participar das atividades. Os métodos utilizados para os encontros foram leitura e análise de textos relacionados ao tema, produção de cartazes e participação e análise das próprias brincadeiras à luz da contextualização de suas criações. Houve também, consultas em textos de artigos, pesquisas em revistas e entrevistas. Observamos que os alunos não conheciam as brincadeiras por esses nomes, mas associaram a outras brincadeiras, mostrando assim várias releituras de uma mesma brincadeira.

A opção de trabalhar com a temática “História da África e cultura afro-brasileira”, foi em consequência da minha condição de aluno no curso de Extensão Uniafro. Realçamos no processo de ensino a história do continente africano e da cultura afro-brasileiro-acreana, com destaque para: diversidade étnica, cultural e social, processo de colonização e descolonização; movimentos revolucionários de libertação nacional, formação das nações e de seus dilemas, desafios e possibilidades atuais; e a trajetória do negro no Brasil, suas contribuições na formação da sociedade nacional/acreana, nos campos social, econômico, político e cultural.

O trabalho foi realizado na forma de sequência didática, por esse motivo foi necessário planejar o que seria desenvolvido junto com os alunos da escola, então, fomos orientados para que fizéssemos pesquisas bibliográficas relacionadas com a temática escolhida. Como já sabíamos que trabalharíamos com alunos do 7º ano (antiga 6ª série), foi um pouco mais fácil de procurarmos um tema.

O tema surgiu com o auxílio da supervisora da escola, que nos orientou a escolher a temática “Novas Metodologias para a aplicação da Lei 10.639/03 na escola: Brincadeiras Afro-Brasileiras” concordamos, pois pressupomos de acordo com as aulas no curso Uniafro, que esse é um tema importante e que geraria muita participação e discussão por parte dos alunos. Dessa forma, estaríamos conhecendo



os elementos históricos e culturais dos negros em nossa sociedade e realizando um resgate cultural valorativo da nossa própria cultura e contribuimos de certo modo para a redução, ou melhor, conscientização de práticas racistas, pois é a escola que forma o cidadão.

No primeiro encontro com os alunos ficou definido o conteúdo que iríamos trabalhar. Foi realizado primeiramente um levantamento prévio por meio de questionamentos orais e depois escrito sobre o que eles conheciam em relação aos negros, o que eles sabiam sobre a África e o que era ser negro. A aluna Aline Victória trouxe a seguinte formulação sobre o que ela sabe sobre os negros: “O que eu sei sobre os negros é que um dia eles foram escravos pela cor de sua pele e começaram a lutar contra a escravidão e a desigualdade e ganharam, mas até hoje sofrem preconceito, mas que são pessoas iguais a nós, são pessoas comuns que tem vida normal, diária como todos, são pessoas cheias de história pra contar”.

Foi a partir desse questionário respondido pelos os alunos que percebemos uma visão muito negativa sobre os negros. Visão essa que é transmitida pela mídia e pelos livros didáticos, que até hoje, em pleno século XXI, inferioriza o negro, como se fosse animal, e foi assim, que entendemos a relevância do nosso trabalho, este vai além de um resgate cultural. O nosso trabalho é uma desconstrução de ideias, mostrando o lado da História que poucos conhecem. Marta Heloisa Leuba Salum diz que,

A história dos povos africanos é a mesma de toda humanidade: a da sobrevivência material, mas também espiritual, intelectual e artística, o que ficou à margem da compreensão nas bases do pensamento ocidental, como se a reflexão entre Homem e Cultura fosse seu atributo exclusivo, e como se Natureza e Cultura fossem fatores antagônicos (SALUM, 2005 p. 1).

Registramos abaixo algumas experiências com os alunos e alunas do sétimo ano da escola Raimundo Gomes de Oliveira durante os encontros que realizamos para cumprir os quesitos avaliativos no curso de Extensão Uniafro na Ufac. No contado direto com os alunos e alunas foi possível extrair suas visões sobre a população negra e os equívocos do currículo escolar eurocêntrico que historicamente pôs o negro e sua cultura na condição desprivilegiada.



A aluna Anne Gabrielly, por exemplo, escreveu o seguinte: “O que sei sobre os negros é que eles foram escravos.” Ana Carolina escreveu sobre o que sabia sobre a África “Eu conheço algumas partes da África, sei que há lugares lindos e bonitos e outros que são desertos e feios”. A partir dos relatos escritos dos alunos sobre o que conheciam percebemos que essa ideia remetia muito a forma tradicional de pensar o negro e a África. A partir dessa percepção, entendemos que precisaríamos encontrar uma nova abordagem que se contrapusesse ao livro didático, para mostrar a história do negro para além da escravidão.

No segundo encontro realizamos uma aula sobre a figura do negro e suas conquistas na sociedade. Tivemos como base teórica a apostila “Yoté- O jogo da nossa história”, material esse que se fundamenta no jogo africano Yoté, um jogo estratégico, que tem como objetivo a captura de todas as peças do adversário no tabuleiro, mas para que essa captura possa ser realizada, os jogadores devem falar um pouco sobre a personalidade negra que aquela peça representa. Não focamos no jogo em si, nos direcionamos as personalidades negras, suas conquistas, mostrando que o negro é notório em todas as áreas da sociedade como no atletismo (Ademar Ferreira), na música (Clementina de Jesus e Chiquinha Gonzaga), poesia (Cruz e Souza), Lélia Gonzáles, uma das mulheres negras que lutou pelos direitos de homens e mulheres descendentes de africanos no Brasil. Fizemos a leitura dessas personalidades e após isso, realizamos um debate no qual destacamos que o negro está presente em variadas áreas.

A partir do projeto “Reencantando a Infância com cantigas, brincadeiras e diversão” e com auxílio da “Apostila de jogos Infantis Africanos e Afro-brasileiros”, iniciei a terceira aula. Apresentei algumas brincadeiras de origem africana que estão inseridos no contexto social da sociedade rio branquense. Realizamos a leitura e em seguida fizemos comparativos com as brincadeiras que os alunos e alunas conheciam e como se brincavam. A leitura gerou comentários como os seguintes: “Nossa, eu não sabia que essa brincadeira era africana”, “Eu conheço essa brincadeira, mas eu brinco assim”, “Podemos brincar dessa?” houve um questionamento “Como alguém pode chamar uma brincadeira de negro fugido?”. Foi a partir desse comentário e de uma citação do projeto no qual diz que Segundo Gilberto Freyre e José Veríssimo, “Esses moleques, [negros] nas brincadeiras dos meninos brancos, desempenhavam a



função de levar-pancadas”. (Reencantando a Infância com cantigas, brincadeiras e diversão, 2009 p. 9).

Destacamos para os alunos e alunas, que as brincadeiras possuem sua origem/releitura desde o período colonial, a interação entre o sinhozinho e os moleques (filhos de negros escravos, do mesmo sexo e idade aproximada) e que essas brincadeiras apenas serviam para a diversão do Sinhozinho, criando assim uma ideia de dominação e superioridade do branco sobre o negro. As brincadeiras reproduzem terminologias que reportam ao período escravista, como as seguintes: “Negro fugido”, “chicote queimado”, “belisco”, são brincadeiras que retratam os negros na condição de submissos, por medo de castigos, eles não brincavam da mesma forma agressiva que os filhos dos senhores. Atualmente, a releitura dessas brincadeiras possui um cunho recreativo.

Os comparativos das brincadeiras foram diversos, gerou diferentes releituras, compararam brincadeiras para associar com outras conhecidas que geralmente não se sabe a origem e muitas delas apresentam origem africana. Um dos comparativos da aluna Ana Carolina foi o tema “Terra-mar “Eu brinco assim: divide um lugar em três retas, uma parte terra, outro é o mar e a terceira é o céu, uma pessoa fica do lado de fora comandando tudo, dando os comandos Terra, mar ou céu, quem pular no lugar errado do comando sai. Quem ficar por último sem errar, vence.”

O aluno Gylberth Ferreira fez uma releitura da brincadeira negro fugido, “Esconde-esconde é a releitura da brincadeira negro fugido, brincadeira essa que retrata a fuga do negro escravizado, do seu cativeiro para um lugar seguro chamado Quilombo”. Depois de realizadas as releituras das brincadeiras, fizemos um cartaz no qual continha as brincadeiras que havíamos descobertos que eram de origem africana e logo em seguida os alunos organizaram e executaram algumas das brincadeiras juntamente com os outros alunos. Em nosso último encontro realizamos um resumo de tudo que havíamos aprendido em nosso projeto, e incentivamos para que cada aluno fizesse o registro do que havia aprendido em um cartaz.

Como resultado desse projeto elaboramos um pequeno livro no qual contém um pouco do que aprendemos sobre as brincadeiras de origem africana, suas releituras e sua ligação com o meio social, mantendo assim viva a nossa história, dando força a afirmação de Aparecida Coqueiro, que diz que,



Conhecer para entender, respeitar e valorizar, reconhecendo as contribuições das várias matrizes culturais presentes na cultura brasileira, esse deve ser um dos objetivos das propostas educacionais do Brasil contemporâneo. Educar para as relações étnico-raciais implica primordialmente refletir sobre a maneira peculiar do povo brasileiro, lidar com as questões que se referem à diversidade racial e cultural do país para nela intervir (COQUEIRO).

O projeto “Ensino com pesquisa” realizado na escola teve grande importância tanto para minha formação como discente em História, como para o aprendizado dos alunos participantes do projeto e da comunidade escolar como um todo, pois através dele mostramos um pouco mais sobre a cultura negra e sua influência através das brincadeiras em nossa sociedade e ao mesmo tempo implementamos a lei 10.639/03 no qual diz que “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira”.

Segundo o antropólogo Kabengele Munanga, ao referir-se à formação de professores, menciona que,

Na maioria das vezes, os professores não estão preparados para lidar com as diferenças e muitos deles já se mostram predispostos a não esperar o melhor resultado do estudante negro e pobre. E tem também a questão do programa curricular e do próprio livro didático, que, além de privilegiarem a cultura europeia, transmitem preconceitos de várias naturezas: de classe, de cor, de raça, de religião... Tudo isso fortalece os mecanismos de exclusão e impede que a escola cumpra seu verdadeiro papel, que é o de educar, socializar e formar verdadeiros cidadãos (MUNANGA, 2007, p. 1).

O aperfeiçoamento Uniafro teve uma grande importância, na formação dos alunos e alunas, principalmente como futuros professores de História, possibilitando a capacitação para saber lidar com situações no qual envolva o racismo e preconceito por parte dos alunos e da comunidade escolar em geral, contribuindo assim para a formação de pessoas e cidadãos de bem.

Diante do exposto, é possível concluir que o objetivo foi alcançado com sucesso, à busca pelo conhecimento sobre nossa cultura, o resgate e a valorização da cultura negra foram realizados com êxito. Mostramos também, a importância da lei 10.639/03 para o nosso ensino. Apesar das dificuldades encontradas por parte da escola em não ceder ambiente propício para a execução das brincadeiras que



estávamos pesquisando. Conclui-se que os alunos, após o término da “oficina”, passaram a olhar o negro com outros olhos, olhar esse mais humano, após a desconstrução de conceitos negativos em relação ao negro e muitos alunos passaram a assumir a sua cor negra, foi perceptível uma mudança de atitudes por parte deles, pois passaram a perceber que os negros deixaram um grande legado cultural, desconhecido por muitos e acima de tudo que independentemente da cor, faz-se necessário respeitar e buscar saber mais sobre os povos que foram os grandes colaboradores para a formação da nossa cultura.

## Referências

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília. Out/2005.

BRASIL. **Lei 10.639/2003.** Brasília: Senado Federal, 2003.

BRASIL, MEC, Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade: **Yoté: O jogo da nossa história.** Brasília, 2010.

COQUEIRO, Edna Aparecida. **Educação Das Relações Étnico-Raciais: Desnaturalizando O Racismo Na Escola E Para Além Dela,** Curitiba, Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1838-8.pdf>

Centro de tecnologias alternativas da zona da mata. **Reencantando a infância com cantigas, brincadeiras e diversão.** Minas Gerais: Viçosa, 2009.

CUNHA Débora Alfaia da; FREITAS, Cláudio Lopes de. **Apostila de Jogos Infantís Africanos e Afro-brasileiros.** UFGA, 2010.

KISHIMOTO, Tisuko Morchida. **Jogos infantís.** O jogo e a educação infantil. Petrópolis: Vozes, 1993.

LOPES, Maria Rosana; CUNHA, Jeffer da. **Brinquedos e brincadeiras afro-brasileiras no ensino de história.** UFRN, 2014

MINAS GERAIS, Centro de tecnologias alternativas da zona da mata. **Reencantando a infância com cantigas, brincadeiras e diversão.** Minas Gerais: Viçosa, 2009.

MUNANGA, K. Esta luta é de todos. **Raça Brasil.** Extraído do site: [HTTP://www.2uol.com.br/símbolo/raça/1000/entrevista.htm](http://www.2uol.com.br/símbolo/raça/1000/entrevista.htm), Acesso em 09/jul/2014.

SALUM, Marta Heloísa Leuba. **África: culturas e sociedades.** USP, 2005.

## CRIMES DE RACISMO NA CIDADE DE RIO BRANCO

Liliane Nogueira Monteiro

Neste trabalho pretende-se discorrer sobre crimes de racismo e como esse preconceito está imbricado em nossa sociedade e no ambiente escolar. Além disso, analisaremos, mesmo que rapidamente, a escravidão e as teorias raciais do final do século XIX e início do século XX que recaíram sobre essa camada da sociedade. Para discutirmos sobre o racismo e o preconceito é necessário, primeiramente, nos atentarmos para as definições dos dois termos. Segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, racismo é uma "[...] Atitude hostil ou discriminatória em relação a um grupo de pessoas com características diferentes, notadamente etnia, religião, cultura etc.". Enquanto preconceito é a "[...] ideia ou conceito formado antecipadamente e sem fundamento sério ou imparcial. Opinião desfavorável que não é baseada em dados objetivos".

Embora o racismo ainda não seja um assunto discutido abertamente entre os brasileiros, percebe-se que o preconceito sobre os negros e os seus descendentes encontra-se na história recente do Brasil, principalmente nos três séculos de escravidão, e pelas escassas políticas de inserção desses sujeitos na sociedade, especialmente após a Abolição da Escravatura em 13 de maio de 1888. Desde o século XVI, quando os negros oriundos das várias partes da África começaram a desembarcar na América portuguesa de forma forçada para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar e nas minas de ouro, começou um longo período de usurpação da sua liberdade, gerando graves consequências para o seu status social. Vale destacar que alguns negros e mestiços trabalhavam nos centros urbanos, conhecidos como escravos de ganho, e nas ruas desempenhavam diferentes funções, tais como: carregadores de água, sangradores, barbeiros e vendedores de doces, frutas e outros quitutes. Apesar desses escravos não estarem nas fazendas ou nas minas e desempenharem outras atividades, eles não estavam isentos do estigma de serem escravos e dificilmente conseguiam ascender socialmente e atingir o mesmo status



social dos homens e mulheres brancos. Diante desse quadro, Carneiro afirmou que: “O negro e o mestiço dificilmente conseguiam igualar-se ao homem branco. O "mundo da senzala" sempre esteve muito distante do ‘mundo da casa grande’”. Para alcançar pequenas regalias, fosse como escravo ou como homem livre, os descendentes de negros precisavam ocultar ou disfarçar seus traços de africanidade, já que o homem branco era apresentado como padrão de beleza e de moral. (CARNEIRO, 2003, p. 15). Percebe-se nas palavras da autora que, para que os negros se sentissem aceitos, faziam o possível para ocultar seus traços afrodescendentes, para que conseguissem algum benefício de seu senhor.

Priorizamos, neste trabalho, o estudo e a discussão acerca do racismo, uma vez que os negros estão, há séculos, em território brasileiro e contribuíram sistematicamente para a formação miscigenada da nossa sociedade e da nossa História. Será, portanto, necessário discutir sobre a chegada dos negros africanos no Brasil Colônia e como eram tratados pelas elites locais, além de demonstrar como foram criadas justificativas para subjugar esses homens e mulheres. A partir desse percurso, poderemos observar que os negros e mestiços possuem um papel definido socialmente e profissionalmente na sociedade brasileira atual. Observa-se também um discurso de negação da nossa realidade, principalmente ao afirmarem que o país é mestiço e por isso inexistente o preconceito. Porém, a miscigenação não excluiu do país os tratamentos diferenciados aos homens, mulheres e crianças de cor. Ser negro no Brasil é conviver com a marca do passado em que o negro era visto como símbolo do atraso. Apesar de esse assunto gerar debates e polêmicas acaloradas, é importante discutir abertamente entre os estudiosos e, especialmente, entre a sociedade leiga os problemas enfrentados pelos negros. Percorrer a história dos negros na sociedade brasileira e demonstrar a falta de políticas de inclusão ajudará a compreender as razões da interiorização do preconceito e da negação sobre o racismo no Brasil atual.

Temos, como objetivo neste trabalho, tratar sobre o racismo na sociedade e no ambiente escolar. Pois existe ainda muito preconceito, racismo e discriminação no ambiente escolar e este é um grande problema de todos nós. As pessoas que não conseguem deixar de ser preconceituosas podem vir a se tornar racistas. Um racista acredita que existem raças superiores às outras, o que é uma grande tolice, pois na



espécie humana não podemos dizer que existam raças; a cor da pele, a forma do nariz, o tipo do cabelo, o tipo do sangue, o formato e cor dos olhos, a espessura dos lábios, não são suficientes para estabelecer diferentes tipos de raças entre os seres humanos que, biologicamente, são iguais em quase tudo, restando pequenas diferenças externas pouco importantes e que não servem para fazer com que uns sejam superiores ou inferiores aos outros e vice-versa. Para alguns especialistas, investir em cotas e políticas de educação étnico-raciais é uma das alternativas para consolidar a luta contra o racismo. No entanto, grupos conservadores afirmam que essas medidas colocam os negros como “vítimas” e ajudam a reafirmar o racismo. Mas, afinal, como desenvolver políticas para frear a violência contra a população negra? Como o mundo pode superar o racismo?

Esta sequência didática foi desenvolvida para alunos do módulo III - 6º e 7º anos do Ensino Fundamental (EJAII). A aula aconteceu no dia 11 de outubro de 2016, para uma turma de aproximadamente 16 alunos na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Lourival Sombra Pereira Lima, que fica situada no Conjunto Tangará à Rua São Francisco nº159, Bairro Estação Experimental, zona urbana de Rio Branco, entre 19h e 22h para demonstrar, por meio de textos, pesquisas, fotos de jornais locais e estudos previamente levantados, como o racismo está inserido na nossa sociedade e no ambiente escolar e como podemos combater algo ainda tão presente no nosso dia a dia. A aplicação da sequência didática em forma de aula foi riquíssima, pois o tema foi bastante debatido com os alunos, que exemplificaram o racismo em situações vividas por eles, por algum parente ou conhecido. E ficou bem claro, durante aula, como essas pessoas sofrem no seu dia a dia com o racismo.

Desde a inserção do negro africano na América portuguesa, as práticas racistas tiveram como justificativas as teorias Teológicas e, posteriormente, "científicas". Sabe-se que, nos últimos anos, a ciência busca desmistificar essas explicações, demonstrando que não há diferenças biológicas entre os seres humanos. Pode-se concluir que o preconceito contra negros e seus descendentes é oriundo de um contexto histórico de usurpação dos seus direitos e de uma construção paulatina de subjugação a partir da sua cor. O Brasil não vivenciou situações de discriminação latente como as da África do Sul (Apartheid) e, por isso, muitos brasileiros afirmam que o Brasil não é um país racista. Nas palavras de Maria



Luiza Tucci Carneiro (2003, p. 7): "No Brasil há um racismo camuflado, disfarçado de democracia racial. Tal mentalidade, se pensarmos bem, é tão perigosa quanto aquela que é assumida, declarada".

O racismo está intrínseco entre os brasileiros. A incidência do preconceito pode não ser tão evidente para alguns, mas ele não deixa de existir. Dessa forma, "podem ter mudado os sistemas econômicos, as relações de trabalho e as formas de opressão, porém, os negros continuam a ser ideologicamente definidos como inferiores" (VALENTE, 1987, p. 58). Embora mais de um século já tenha se passado desde a abolição da escravatura, pouco mudou em relação à situação do negro na sociedade.

O combate ao racismo ainda é um desafio para o estado e as entidades não governamentais. Possuímos ainda uma cultura muito forte de estereótipos e o que vemos na atualidade, sendo noticiado pela imprensa no país, é o impacto negativo da escravidão e da colonização que resultou em diversas consequências para a população afro-brasileira. Podemos eliminar o preconceito e o racismo através de criação de leis, porém, é importante dizer também que é necessária, além da conscientização, a educação, que é o principal instrumento que poderá trazer esclarecimento a todos. O mundo já é cheio de problemas, embora haja muitos recursos para resolver tudo: como a tecnologia, informática etc. Para que todos vivamos melhor e seguros, sem precisarmos desconfiar dos outros ou de viver competindo contra tudo e todos, deveríamos construir a sociedade dos nossos sonhos, com justiça, liberdade e igualdade para todos. Quando o ser humano vive bem, surge o melhor que ele tem e pode oferecer: ciência, arte, filosofia, cultura, lazer, prazer e felicidade de nível elevado. Se nós combatermos o preconceito, racismo e discriminação, daremos um grande passo para a melhoria do mundo, de nós mesmos e dos demais, que são apenas nossa imagem e semelhança.

## Referências

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na História do Brasil**. 8. Ed. São Paulo: Ática, 2003.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. **Preconceito**. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/DLPO/preconceito>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. **Racismo**. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/DLPO/preconceito>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

VALENTE, Ana Lucia Eduardo Farah. **Ser negro no Brasil hoje**. São Paulo: Moderna, 1987.

## JOGOS MATEMÁTICOS AFRICANOS: YOTÉ E SHISIMA ENTRE DIALÓGOS CULTURAIS E O ENSINO DE HISTÓRIA

Marlison Bento Pimenta

É atual e social o encontro com situações onde diferenças fenotípicas, culturais e étnicas possam gerar comportamentos desrespeitosos, vinculados a comentários racistas e preconceituosos, que apesar de gerarem uma série de insatisfações ao outro, são condições colocadas como normais e aceitas pela sociedade, pois, sua reprodução está dentro de um contexto naturalizado. Dentre as diversas formas em que um país tão miscigenado como o Brasil encontra de negar sua diversidade cultural e étnica, uma das mais comuns ainda persiste na reprodução do racismo generalizado contra afro-brasileiros e a cultura africana em esferas maiores ou menores.

As brincadeiras e jogos nas escolas e ruas são poderosos instrumentos de inclusão étnico-cultural, geradores de uma série de sentimentos aos participantes como: receptividade e valorização, que possibilitam rupturas dos limites postos pelo racismo, entretanto, também podem gerar sentimentos de inadequação, tristeza e exclusão. De qualquer modo, as situações encontradas servem como aprendizados e podem variar entre alegria e tristeza, sendo importante que a primeira seja encorajada e a segunda combatida.

A partir do curso de aperfeiçoamento Uniafro e da descoberta da lei 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica (BRASIL, 2004), assumimos um posicionamento de propor uma intervenção pedagógica que adotasse uma perspectiva de pesquisa e ensino sobre a temática:



Jogos Matemáticos Africanos, advinda da intenção de trabalharmos juntamente ao projeto Pibid/Ufac/História e do intuito pessoal, após a percepção da existência da dificuldade de exercer tal lei na prática do ensino de história.

A intervenção foi realizada na Escola de Ensino Fundamental Raimundo de Oliveira Gomes, localizada no bairro Tucumã, em Rio Branco, no Acre. Assim, as atividades relatadas no presente artigo foram elaboradas e desempenhadas no contra turno nos alunos da escola que dela participaram. A citada intervenção atendeu alunos do 6º ano, com idades de 10 a 12 anos e moradoras do bairro Mocinha Magalhães, próximo à escola.

Portanto, esse trabalho teve por finalidade torná-los conscientes de algumas atitudes racistas, que muitas vezes não são notadas como tais, pois, são vistas como normais. Logo, buscou-se uma mudança de comportamentos baseada na própria consciência, a partir do conhecimento a respeito de parte da história do continente africano através dos jogos Yoté e Shisima e suas respectivas contribuições à formação da identidade negra afro-brasileira.

Inicialmente, o estudo estava previsto para ocorrer em quatro encontros com os alunos para tratarmos da temática, mas visto o calendário de provas da escola diminuímos para três, que foi o suficiente para concluirmos as atividades previstas. Todo o levantamento dos dados recolhidos por meio da intervenção com atividade desenvolvida e os resultados foram registrados em diário de campo, que “são relatos escritos daquilo que o investigador ouve, vê, experiência e pensa no decurso da recolha e refletindo sobre os dados de um estudo quantitativo”. (BOGDAN, BIKLEN; 1994).

Apresenta-se, abaixo, o desenvolvimento das atividades no estudo referido com as respectivas datas dos encontros, atividade desenvolvida e análise dos encontros.

1. O que é cultura? A África tem cultura?

**1º encontro – 06 de setembro de 201 – Descrição:** A atividade desenvolvida com os alunos no primeiro encontro começou com uma conversa em um semicírculo, onde se perguntou inicialmente o que os alunos entendiam pelo termo *cultura* e, logo



após, foi pedido que eles descrevessem do próprio cotidiano, situações em que eram expressos comportamentos culturais. Após a conversa, foi reproduzido com auxílio do projetor e de uma caixa de som uma teleaula de 15 minutos com o tema “o que é cultura?”, que serviu para a fixação de conceitos sobre cultura, diversidade cultural, etc. A partir disso, pudemos entrar, então, no assunto de Cultura Africana de fato, onde novamente voltamos a conversar e agora as perguntas eram voltadas ao continente africano, se eles já tinham ouvido falar em África e o que sabiam sobre. Em sequência, foi feita uma exposição oral sobre o continente elencando informações históricas e geográficas e intercalando com informações que os alunos colocaram. Ao fim desse primeiro encontro, os alunos expuseram sua opinião sobre o que mais chamava a atenção deles sobre a África, e como a resposta unanimemente foram como as crianças se divertiam através dos jogos. Foi designada a eles, em dupla, uma atividade de pesquisa sobre jogos africanos em que eles estariam incumbidos de coletar as informações sobre o local onde se originou o jogo, a sua história e, por fim, as regras do jogo para que pudesse ser apresentado aos colegas no próximo encontro.

**Conclusão sobre o 1º encontro:** A preparação teórica para abordar os assuntos, foco do primeiro encontro, foi importante, mas a participação dos alunos foi surpreendente e essencial, pois colocaram de forma precisa suas concepções sobre cultura e diversidade como uma forma essencial de socialização, e isso fica explícito em um momento em que um dos alunos expressa suas opiniões em relação à diversidade cultural após a teleaula: “Professor, essa coisa de achar que o outro não tem cultura é errado porque todo mundo tem uma forma de fazer alguma coisa”.(Aluno 01). Eles se mostraram bastante interessados em alguns aspectos da África que desconheciam até então, como por exemplo, que não era um país e que milhões de pessoas negras vivem lá, não somente animais. Entretanto, isso também mostrou um enorme déficit no ensino quando se trata do continente africano, após os alunos não saberem dizer onde a África estava localizada no mapa. Apesar disso, o interesse em participar do estudo e de proporem estudar os jogos foi de extrema importância para a intervenção feita.

## 2. Apresentação das Pesquisas e confecção dos tabuleiros



**2º encontro – 13 de setembro de 2016 – Descrição:** O segundo encontro teve como função dar espaço para que os alunos pudessem apresentar suas pesquisas, sobre quais jogos escolheram para reproduzir e também o levantamento histórico da origem dos jogos. E a partir disso, fazer uma orientação para apresentação dos jogos no último encontro, começar a confecção dos jogos com os materiais disponíveis e trabalhar junto às suas criatividade.

Os alunos foram instruídos no primeiro encontro basicamente de como pesquisar através de recursos disponibilizados pela internet, como o Google e onde eles poderiam encontrar as informações necessárias a partir da recomendação de links, mas eles poderiam também buscar outras fontes. Os alunos tinham acesso à internet em casa, logo, não foi preciso utilizar o laboratório da escola.

A função principal da atividade de pesquisa era que as duplas conseguissem achar alguns jogos africanos de tabuleiro na internet e escolhessem um entre eles para reproduzir e contar a história do jogo, para que houvesse um entendimento da representação daquele jogo para a comunidade ou nação do continente africano.

A pesquisa foi feita pelos alunos e eles trouxeram no respectivo encontro e apresentaram os seguintes jogos:

- **Yoté<sup>33</sup>** - é um jogo de estratégia com origem africana, muito popular no oeste africano. Jogado em um tabuleiro que se assemelha ao Xadrez, cujo termo que denomina o jogo não possui uma tradução específica. Em alguns países africanos, como Gâmbia e Guiné, o Yoté está muito ligados às tradições. As crianças são iniciadas ao conhecimento do jogo logo no início da infância. Entre alguns povos, esse jogo é reservado exclusivamente aos homens, e às vezes, é usado para resolver conflitos entre eles. Outro motivo que faz o Yoté popular, principalmente no Senegal, é o fato de serem feitas apostas.

**Figura 3** – Tabuleiro de Yoté.

---

<sup>33</sup> LUDUSCIENCE. **Yoté - jogos africanos**. Disponível em: <<http://www.luduscience.com/yote.html>> . Acesso em: 12 set. 2016.



Fonte: Google Imagens.

- **Shisima** - O Shisima é um jogo de alinhamento que envolve estratégia, raciocínio e antecipação. Na língua tiriki, a palavra shisima quer dizer “extensão de água”. É um jogo que envolve o alinhamento de três peças, jogado principalmente por crianças da parte ocidental do Quênia. Cujas peças são chamadas de imbalavali que significa pulgas-d’água, que se movimentam tão rapidamente na água que é difícil acompanhá-las com o olhar.

Esse jogo se assemelha às estratégias utilizadas em nosso “jogo da velha”, mas nesse, tenta-se impedir que o adversário alinhe suas peças em uma das diagonais do tabuleiro octogonal.

Figura 4 – Tabuleiro de Shisima.



Fonte: Google Imagens.

As crianças do Quênia desenham o tabuleiro na areia e jogam com tampinhas de garrafa, com seixos ou botões. Podem ser usadas também moedas, bastando certificar-se de que é possível distinguir as suas peças das do outro jogador.

O jogo reflete a cultura de alguns povos africanos no contexto de sua própria vivência e o entretenimento criado a partir dos jogos torna esses movimentos ícones da sua identidade. Em vista do etnocentrismo muito comum às mentalidades brasileiras, imagina-se que locais como na África não possa haver uma cultura própria



livre de interferências europeias, mas a existência de jogos como o Yoté, Shisima e outros torna essa visão um equívoco.

A mecânica do jogo não possui fatores que envolvem sorte ou azar, mas depende totalmente do raciocínio, requer perícia na previsão de vários lances, clareza e prontidão para resolução dos indispensáveis problemas de cálculo mental.

**Conclusão sobre o 2º encontro:** Os alunos demonstraram interesse em conhecer mais sobre a história da África através dos jogos Yoté e Shisima, isso enfatizou que o processo de aprender parte de uma situação de interesse próprio do aluno em buscar o conhecimento influenciado por uma intenção advinda de si, isso torna mais prazeroso ao aluno e não uma imposição curricular.

Apesar de ter havido uma orientação prévia sobre os endereços eletrônicos onde buscar jogos africanos e suas origens, os alunos foram além em suas pesquisas, mostrando aspectos dos jogos que não estavam previstos na orientação, como por exemplo, que Shisima é um jogo que varia de nome em diversos países africanos e que sua estrutura pode ser modificada, mas mantendo as regras.

E ainda no relato das pesquisas dos alunos foi possível notar que eles já diferenciavam país de continente e que já percebiam que existia um preconceito a respeito da cultura africana, como por exemplo, quando uma aluna relatou que um familiar perguntou sobre o que ela estava pesquisando na internet e ela respondeu “cultura africana” e o familiar logo retrucou “coisa de preto” em uma intenção de inferiorizar o fenótipo comum na África e a aluna logo se prontificou a dizer: “Não, cultura de preto africano”, demonstrando conhecimento não discriminatório de um povo.

### 3. Amostra final dos jogos

**3º encontro – 20 de setembro de 2016 – Descrição:** O último encontro foi marcado para que os alunos fizessem a apresentação final de suas pesquisas e dos tabuleiros produzidos, juntamente a isso falarem sobre o que eles aprenderam sobre a cultura africana e sobre a África, e realizarem uma comparação do que eles achavam antes e o que acham agora.



**Conclusão sobre o 3º encontro:** O último encontro com os alunos do projeto foi muito satisfatório, pois, notou-se que a participação e o empenho dos discentes foram nítidos, sobretudo, por participar ativamente dos encontros presenciais na escola e em casa continuarem a pesquisar sobre o que eles tinham tomado conhecimento a respeito da África. Em um momento da apresentação um dos alunos disse a seguinte frase: “Eu não sabia que na África existiam tantas pessoas e que elas tinham uns jogos diferentes”, isso demonstra uma distância em relação as matérias no quesito de inclusão dos conteúdos da história da África no cotidiano escolar. Em outro momento uma aluna salientou na sua apresentação que “a África não é tão diferente do Brasil, lá tem jogos, danças e muita gente de pele escura parecida comigo”, esse tipo de identificação com o continente africano em relação, principalmente, ao fenótipo, é importante para o processo de identidade das crianças negras no Brasil. A finalização do projeto foi interessante do ponto de vista do ensino de história, pois, foi possível contar uma parte da história da África através dos jogos, partindo do interesse dos próprios alunos em participar do projeto, fazendo, por fim, o último encontro muito satisfatório tanto para o professor quanto para os alunos.

Para compreender a igualdade étnica e uma educação inclusiva e não exclusiva de qualidade, faz-se necessário dialogar com aspectos de várias culturas. Pois, a cultura do conhecimento é saber que todas elas são complementares as ciências. Assim, o papel do ensino de história nessa construção é o de propagar essa integração a partir do seu papel como ciência humana. Ter a oportunidade de trabalhar a história de várias partes do mundo com uma roupagem diferente e com uma linguagem acessível aos jovens é uma forma de estimular todo o processo de desconstrução social de estereótipos negativos sobre um povo em questão. Trabalhar com jogos africanos partindo de uma perspectiva histórica se mostrou muito coerente com o conceito de uma educação que vai além do bloco disciplinar, que transmite a complexidade de uma escola nova, e uma educação do futuro, tal qual trabalha Edgar Morin.

Quando se trabalha com alunos a história dos jogos, também se trabalha a perspectiva geográfica através da localização do espaço continental africano, possibilitando um pensamento matemático através das estratégias para jogar e um estudo sociológico através da tradição dos povos.



Percebeu-se com essa intervenção uma mudança no pensamento dos alunos no que diz respeito a percepção da cultura africana na constituição da própria cultura brasileira, quando os mesmos começaram a indagar sobre a cor de pele das pessoas africanas, que viram nas imagens da internet e se identificaram de alguma forma com as populações dos países africanos. Apesar de todas as diferenças, perceber as semelhanças é um caminho importante para a superação do pensamento racista que persevera na mentalidade brasileira e é disseminado dentro das escolas de forma direta ou indireta através da europeização do currículo. Ainda que a lei 10.639 seja de 2003, as dificuldades metodológicas encontradas por professores por trabalhar essas temáticas são perceptíveis, ora por não ter especializações na área, ora por desinteresse. Apesar de todas as dificuldades levantadas, o acômodo é uma forma de negligenciar o conhecimento as crianças.

Portando, a experiência de trabalhar com alunos do 6º A da escola de Ensino Fundamental do Raimundo Gomes de Oliveira foi de extrema relevância para a formação docente e percepção de que é possível ensinar de uma forma instigante e que gere uma transformação real. Não se pode dizer que as ações preconceituosas e discriminatórias em detrimento das culturas africanas foram superadas por um comportamento completamente respeitoso, na verdade, seria uma utopia equivocada pensar dessa forma, entretanto, o lento processo de desconstrução dos modelos eurocêntricos foi de forma positiva e sutil iniciado em alguns aspectos na mente dos alunos, que adquiriam por conta própria um conhecimento sólido e que faz parte do amplo processo pedagógico de aprender-aprender.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e cultura AfroBrasileira.** Brasília: MEC, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2004.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação.** Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Brasil: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1997.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, EdUSP, 1971.

MARANHÃO, Fabiano. **Jogos africanos e afro-brasileiros como possibilidades na formação de uma identidade cultural negra positiva**. 2006. Monografia (Licenciatura em Educação Física). São Carlos: UFSCar, 2006.

MARANHÃO, Fabiano; GONÇ ALVES JUNIOR, Luiz; CORRÊ A, Denise A. Jogos e brincadeiras africanos nas aulas de educação física: construindo uma identidade cultural negra positiva em crianças negras e não negras. In: XV Jornadas de Jóvenes Investigadores de la AUGM, 2007, Asunción. **Actas...** Asunción: AUGM, 2007. (CDROM).

SILVA, A. C. **Destruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2001.

## O MOVIMENTO NEGRO E AS CONQUISTAS SOCIAIS

Mirian Soares Maia

### INTRODUÇÃO

Partindo das perspectivas adotadas por Maria da Glória Gohn (2000) em “Teorias dos movimentos sociais” e da proposta pedagógica elaborada por Ivan Lima (2004) em sua dissertação de mestrado, este trabalho busca conhecer o que foi o Movimento Negro e algumas conquistas que foram adquiridas graças à organização dos grupos afro-brasileiros, além de analisar a abordagem desses temas na educação básica, tendo em vista as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, de 1998, e as resoluções mais recentes para a educação. Nesse sentido, procura-se também mostrar o total desconhecimento dos alunos e alunas da Escola Raimundo Augusto de Araújo, em Feijó (AC), acerca do Movimento Negro e de suas conquistas na atualidade, a exemplo da data 20 de novembro – Dia da Consciência Negra – e a Lei 10.639/03. É de conhecimento do corpo docente da escola a importância que teve essa mobilização, contudo, os alunos desconhecem o assunto e poucos sabem como aconteceu ou o que foi conquistado por meio dela.



Na escola, o número de alunos é grande e, segundo a direção, aumenta a cada ano. Apesar de a escola ter uma boa nota segundo a avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), é notável a quantidade de alunos que reprova ou desiste e que depende de aulas de reforço para melhorar a qualidade do rendimento escolar. Diante dessa situação, faz-se necessário analisar com mais clareza as causas que excluem e segregam esses alunos e fica evidente o fato de que os estudantes necessitam adquirir conhecimentos relativos à temática em questão.

1. O debate sobre o Movimento Negro nas escolas

O debate sobre o Movimento Negro, o qual teve início ainda no período da escravidão, e sobre algumas manifestações que vêm acontecendo na atualidade e que são pertinentes a essa temática pretende trazer um pouco mais de informação para esses alunos, promovendo discussões em torno do assunto e possibilitando aos estudantes aprendizados sobre as conquistas que têm sido adquiridas.

A maioria dos alunos da escola desconhece a Lei 10.639/03, muitos não sabem o que se comemora no dia 20 de novembro, poucos souberam dizer quem foi Zumbi dos Palmares e apenas uma pequena quantidade de alunos falou algo a respeito da temática. Além disso, a maioria desconhece o legado que os povos africanos deixaram como herança para a construção da nossa cultura. Sobre essa questão, um detalhe chamou a atenção: alguns alunos negros disseram que sofrem discriminação racial dentro da própria sala de aula.

Uma das possíveis causas para essa situação está relacionada à falta de referências positivas da história dos negros no Brasil e à ausência de políticas de promoção da igualdade racial nas escolas. Contudo, apesar de a nossa história ser marcada pela discriminação racial e social, é inegável que, nos últimos anos, houve avanços significativos nas políticas voltadas à promoção da igualdade racial e ao enfrentamento à discriminação, rompendo-se, de certa forma, o histórico silêncio que persistiu por tantos anos no Brasil. Ademais, é importante salientar que é competência da escola respeitar e ensinar sobre as matrizes culturais, conforme a Lei e as orientações do Parecer 03/2004 do Conselho Nacional de Educação, aprovado pela Resolução CNE/CP 01/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para



a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A educação brasileira precisa incorporar temáticas relativas à História da África e à Cultura Afro-Brasileira aos currículos escolares, a fim de que nossos alunos aprendam também os valores da origem da nossa cultura e a importância da cidadania. A criação da Lei 10.639/03, que determina a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas, foi um grande marco para a comunidade afro-brasileira, refletindo uma vitória do movimento negro na luta contra o racismo e na ampliação do estudo da história dos negros no Brasil e de seus conflitos e legado cultural, o que abriu caminho para novas conquistas. Com a efetiva inserção da temática no conteúdo programático das aulas, os alunos terão a oportunidade de ampliar seus conhecimentos sobre ela.

## 2. O caso da Escola Raimundo Augusto de Araújo

Na Escola Raimundo Augusto de Araújo, mais especificamente na turma do 6º ano “C”, é grande o número de alunos que desconhece essa lei, e a visão que os estudantes têm sobre África, Movimento Negro, conquistas sociais, cultura de matriz afro-brasileira e negros/as na escola, além de escravidão, é quase nula.

Apesar do quase total desconhecimento dos alunos no que se refere ao movimento negro, é considerável o número de negros que estudam naquela escola. Entretanto, vale ressaltar que a discriminação racial tornou-se um fenômeno considerado “normal” no dia a dia dos estudantes, inclusive em sala de aula.

Outro problema que chama a atenção é o silêncio dos professores e coordenadores frente a essas ações de discriminação, e, nas raras vezes em que resolvem intervir, fica evidente o despreparo do corpo docente em relação a essas atitudes. Alguns professores gritam com os alunos ou são aplicadas punições mais severas, como a expulsão, a transferência para outra escola ou a suspensão. Ou seja, apenas passa-se adiante um problema cuja resolução é de competência da escola. Assim, esse problema vai aumentando e, conseqüentemente, muitos alunos acabam até desistindo da vida escolar, conforme a direção da escola informou já ter acontecido.



O objetivo deste trabalho, então, é discutir sobre os povos afro-brasileiros na Escola Raimundo Augusto de Araújo e dar a conhecer que os movimentos negros são uma série de ações realizadas por pessoas que lutam contra os preconceitos e a escravidão.

O presente estudo, que, como mencionado, foi realizado envolvendo alunos do 6º ano do ensino fundamental, se desenvolveu ao longo de três aulas. Em um primeiro momento, sugeriu-se que fosse feita uma sequência didática sobre um tema pertinente aos estudos que foram realizados durante os últimos meses do curso Uniafro sobre Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola. A aplicação da sequência se deu de forma clara e objetiva, e, logo na primeira aula, depois de apresentado o tema, os alunos ficaram em êxtase, gostaram muito do assunto e ficaram bastante ansiosos à espera das outras duas aulas.

Durante a segunda e a terceira aulas, foi feita a leitura de um texto que tratava da consciência negra. O texto foi discutido e, a partir dele, começamos a falar a respeito de questões como discriminação, lutas e conquistas sociais adquiridas graças às ações dos movimentos espalhados Brasil afora. Logo em seguida, fizemos, de forma compartilhada, a leitura de um texto que falava de discriminação racial no futebol.

A princípio, os alunos ficaram impressionados com as questões de racismo existentes e também com as leis que têm sido implementadas graças à força do movimento. Depois, os estudantes sentiram-se mais à vontade e falaram abertamente sobre a discriminação racial, ocasião em que alguns relataram séries de abusos raciais, sociais e morais que sofrem, até mesmo em sala de aula. Apesar do impacto das histórias tristes de discriminações sofridas por alguns alunos, as aulas ocorreram de forma pacífica, clara e objetiva, e o resultado foi atingido satisfatoriamente.

Assim, o presente artigo consiste em uma breve reflexão sobre a atuação do movimento negro no Brasil, suas lutas e conquistas ao longo dos tempos, tendo como foco principal os embates na luta por um processo educacional que seja capaz de agregar a todos, inclusive os negros, que consiga valorizar a cultura afro-brasileira e a inserção do negro, com o objetivo de nutrir a ótica de um mundo menos excludente, racista e preconceituoso. É a fim de conseguir tais objetivos que se



constroem pilares de cunho político, como o Fórum Social Mundial e as leis, dentre as quais a já citada Lei 10.639/03.

No Brasil, a educação ainda continua se configurando como um dos campos germinativos mais fecundos dos ideários de luta dos movimentos sociais, e, a partir dela, muitas conquistas podem ser alcançadas. Os movimentos que se processam dentro das escolas com a aplicação do conteúdo programático escolar e a articulação desse mecanismo com os movimentos sociais, políticos, culturais e até religiosos promovem uma efetivação humana que busca lutar contra tudo o que pode ser opressor e excludente.

Portanto, é notoriamente sabido que o indivíduo que possui um grande conhecimento teórico-prático e educativo não se dobra facilmente ao algoz opressor. Desse modo, o lumiar do saber luta contra o terrível breu da segregação. As escolas nutrem o povo, para que ele esteja ciente de sua capacidade, de sua cidadania e de seus direitos e deveres na luta pela igualdade.

### **Considerações Finais**

Com base no que foi estudado durante todo o curso Uniafro e a partir das experiências na Escola Raimundo Augusto de Araújo, percebe-se que, apesar das grandes conquistas obtidas pela comunidade negra, ainda há muitas lutas a serem perpetradas pelo movimento negro. Infelizmente, a sociedade brasileira valoriza pouco a contribuição ímpar do negro para a construção da sociedade moderna global. Contudo, a sociedade não pode se calar. Muitas dessas conquistas incomodam o senso comum, de forma que é frequente pessoas desvalorizarem as lutas dos negros, argumentando que estes já conseguiram o suficiente e que, portanto, não teriam motivos para reclamação; ou então consideram os negros como pessoas ingênuas e facilmente manipuladas por organizações políticas, menosprezando sua mobilização político-social. O racismo, portanto, ainda está presente na sociedade e contextualiza os espaços das universidades, da mídia e dos livros literários.

Tudo isso faz com que o Movimento Social Negro tenha que agir com mais empenho, para enfrentar esse inimigo mascarado. Além disso, a cultura do povo negro, sua religião e suas danças também estão sendo mais focadas na mídia, com o

objetivo de se acabar com o preconceito existente. Fica claro, por fim, que todos os avanços relacionados à posição do povo negro, dentro ou fora de forças políticas, foram resultados de seu próprio trabalho e mobilizações.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer CNE/CEB 04/1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 13, 30 jan. 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer CNE/CP 88/1998. Propõe a Inclusão da disciplina “História da África” nos currículos mínimos obrigatórios da educação básica e dos cursos de graduação das áreas de Humanidades e Ciências Sociais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 18, 15 out. 1998b.

BRASIL. Lei nº. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 10, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer CNE/CP 03/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 16, 19 mai. 2004a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CP 01/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 22 jun. 2004b.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2000.

LIMA, Ivan C. **Uma proposta pedagógica do movimento negro no Brasil**: pedagogia interétnica de Salvador, uma ação de combate e ao racismo. 2004. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2004.

A influência africana em nossos hábitos alimentares foi o tema da presente intervenção pedagógica, que teve como objetivo discutir a contribuição e a importância desse legado para a cultura brasileira, buscando reconhecer, dessa forma, uma das grandes heranças deixadas pelos negros ao longo de nossa história.

A intervenção pedagógica foi destinada aos alunos da turma do 2º ano “A”, ciclo inicial, da Escola Pública de Ensino Fundamental José Potyguara. Esse ciclo foi escolhido justamente para que os alunos começassem a ter conhecimento da história e da cultura afro-brasileira, conforme previsto na Lei 10.639/2003 e para que tivessem acesso a uma nova abordagem do ensino de História.

A escola em questão atende a uma clientela de 348 alunos, divididos em dois turnos: pela manhã, seis turmas de 1º, 2º e 3º anos e, pela tarde, seis turmas de 2º, 4º e 5º anos. A faixa etária dos alunos é de seis a dez anos de idade. A turma do 2º ano “A” é composta por 27 alunos. Porém, no dia da intervenção, estavam presentes apenas 21, além de duas estagiárias do curso de Pedagogia de uma universidade particular.

Trabalhar uma temática de grande proporção como essa exigiu muito esforço, principalmente por tratar-se de uma turma de ensino fundamental do ciclo inicial, na qual é necessária a execução de uma aula bastante criativa para captar a atenção das crianças. Portanto, foram muitos dias de planejamento para elaborar uma sequência didática voltada para a educação infantil com essa temática e para definir qual metodologia utilizar a fim de obter a atenção dos alunos, já que a turma tem um perfil de comunicação excessiva.

Para a realização desse trabalho foi elaborada uma sequência didática cujo objetivo, presente no Caderno de Orientação Curricular para o Ciclo Inicial, 2º ano, foi o de identificar e estabelecer relações entre diferentes hábitos alimentares da comunidade e de outras localidades, tempos e culturas (sociedades indígenas, quilombolas), em diferentes ocasiões (cotidianas e festivas). Dessa forma demonstrou-se, pedagogicamente, que a culinária brasileira tem influência africana.

Foram feitas pesquisas bibliográficas e de imagens para a montagem da aula e da sequência didática. Por meio desse conteúdo, foram realizadas exposições sobre



os hábitos alimentares (comidas e temperos) da culinária africana presentes em nosso cotidiano. E, a partir disso, foram elaborados seis momentos de situações de aprendizagem/desenvolvimento.

O primeiro momento consistiu num levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos sobre a influência africana em nossos hábitos alimentares. Foi perguntado à turma se alguém já havia comido algum alimento de origem africana, e todos balançaram a cabeça de forma negativa. Então, deu-se início a uma instigação: o que vocês costumam comer no café da manhã? Responderam: pão, bolacha. Em seguida, foi perguntado: o que mais vocês comem além do pão e da bolacha? Uma aluna respondeu que havia comido tapioca. A partir desse exemplo, iniciou-se um diálogo sobre os alimentos de origem africana presentes em nossa mesa, como a tapioca e o cuscuz, dentre outros. A seguir, foi realizada uma exposição de imagens de vários pratos e eles ficaram surpresos e maravilhados por saberem que comiam alimentos originados desse continente.

No segundo momento, aconteceu a apresentação do continente africano por meio de mapas e dos anéis olímpicos. O motivo para realizar essa apresentação encontra-se no fato de que muitas pessoas pensam, erroneamente, que a África é um país. Como a escola havia trabalhado a temática das Olimpíadas, utilizou-se uma imagem dos anéis olímpicos para mostrar aos alunos que cada anel representa um continente.

O terceiro momento foi a introdução do conteúdo com o auxílio de slides e de leitura de imagens, relatando a ligação entre a diversidade cultural da África e a História do Brasil, bem como a influência indígena, portuguesa e africana na culinária brasileira. Também foi exposta a forma como os negros vieram para o Brasil e como era sua alimentação. Apresentou-se, enfim, todo o conteúdo planejado. Foi montada, na sala, uma mesa com vários ingredientes de origem africana como grãos, ervas, temperos, condimentos e frutas, contribuindo para que as crianças tivessem um contato mais próximo com os alimentos e percebessem o quanto eles fazem parte da nossa culinária mas, por falta de indagação, geralmente não se faz ideia de onde eles vieram.



O quarto momento deu-se com uma degustação de um prato africano adotado pelos brasileiros que tem bastante representatividade na Semana Santa: o mungunzá. Esse foi um momento bastante apreciado pelos alunos.

O quinto momento destinou-se a colocar em prática o que se compreendeu com o assunto proposto. A partir de pesquisas na internet, foi encontrado um jogo de dominó da culinária africana, que exigiu esforço para montá-lo, como também para aprender a jogá-lo para que se pudesse ensiná-lo aos alunos. O jogo é formado por vinte peças que apresentam diferentes tipos de comidas, grãos, condimentos, temperos, utensílios e frutas que vão se interligando até que ele se complete.

O último momento concentrou-se na produção de um desenho livre, pelos alunos, inspirado em uma situação de refeição da família à mesa.

Trabalhar essa temática no ciclo inicial foi uma experiência única. Os objetivos propostos foram obtidos e o conteúdo foi trabalhado de forma coesa para que todos compreendessem. A troca foi muito gratificante, pois o professor não apenas leva conteúdos sobre determinado assunto, mas também recebe conhecimentos. Segundo Carvalho (2012), a sala de aula, o ambiente e a cultura escolar são determinantes no processo de fazer-se professor e nos processos de ensino-aprendizagem. Assim, a sala de aula em que o professor irá trabalhar não está e nem deve ser isolada do universo em que se encontram seus alunos. Estudos mostram que a história da escola, sua construção, seus valores e seu formato organizacional determinam a qualidade dos resultados da aprendizagem.

Com a aula dada, percebeu-se que os alunos e as estagiárias aprenderam e compreenderam o que foi passado, pois eles mesmos disseram que desenvolveram novos conhecimentos. O objetivo da aula consistiu em levar aos alunos informações sobre a influência africana na culinária brasileira, para que eles percebessem que, assim como outras influências presentes na música, na dança, na religião, enfim, em nossa cultura, as comidas, os temperos e os ingredientes, tão presentes no nosso dia a dia, também são heranças culturais cujas origens devem ser sempre retomadas.

## Referências

ACRE. Secretaria de Estado de Educação do Acre. **Cadernos de orientação curricular: orientações curriculares para o ciclo inicial – caderno 1, 2º ano.** Rio Branco, AC: SEE, 2009. V.2. II. p. 112.

BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: [s.n.], 2003.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Os estágios nos cursos de licenciatura.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.

COIMBRA, Flaviana da Silva. **Influências da culinária africana na culinária afro-brasileira: conhecer para valorizar.** Brasília: Ufac, 2015.

FONSECA, Selva. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados.** Campinas: Papirus, 2003.

LIMA, Vivaldo da Costa. **A anatomia do acarajé e outros escritos.** Salvador: Corrupio, 2010.

LODY, Raul. Cozinha brasileira: uma aventura de 500 anos. In: **Formação da culinária brasileira.** Rio de Janeiro: Senac CNC-Sesc, [s.d.].

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais.** Brasília: Secad, 2010.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **A matriz africana no mundo.** São Paulo: Selo Negro, 2008.

RECINE, Elisabetta; RADAELLI, Patrícia. **Alimentação e cultura.** Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil.** São Paulo: Nacional, 1932.

SANTOS, Vagner José Rocha. **O sincretismo na culinária afro-baiana: o acarajé das filhas de Iansã e das filhas de Jesus.** 2013. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

**O ENSINO DE HISTÓRIA E A IGUALDADE RACIAL NA ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA SOBRE O MOVIMENTO ABOLICIONISTA BRASILEIRO**

Fruto de um longo processo de lutas do movimento negro, no ano de 2003, foi assinada, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei nº 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira e altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, 9.394/1996) em seus artigos 26-A e 79-B. Segundo a legislação, o conteúdo programático a ser trabalhado em sala de aula deverá incluir o estudo da História da África, dos africanos, da contribuição política, econômica e social destes para a formação da população brasileira e demais temáticas (BRASIL, 2003). A alteração no conteúdo programático se fez necessária devido aos silenciamentos racistas frequentemente encontrados na educação; e, após algum tempo, através da Lei nº 11.645/2008, foi incluída à redação o estudo da história, cultura e influências das populações indígenas para a sociedade nacional.

Deste modo, o presente trabalho é uma socialização das experiências desfrutadas a partir da intervenção pedagógica proposta como requisito parcial para a conclusão do curso de aperfeiçoamento *Uniafro: política de promoção da igualdade racial na escola*, que foi oferecida pela Universidade Federal do Acre (Ufac), e teve por objetivo a formação técnica, teórica e metodológica de docentes para o desenvolvimento de atividades educacionais referentes às relações étnico-raciais, exercendo o determinado pela Lei nº 10.639/2003.

A proposta foi a de execução de intervenções pedagógicas com temas relacionados aos expostos na legislação, em uma aula com metodologias incomuns ao tradicional sistema de ensino, de modo a envolver os alunos. Assim, a partir da linha de pesquisa “A luta dos negros no Brasil” (encontrada na legislação), foi escolhida, pelo professor em formação, a temática “O movimento abolicionista e o destino dos negros após a Lei Imperial nº 3.353/1888, buscando abordar os enfrentamentos das populações negras escravizadas pela liberdade em todo o período de utilização desse sistema no Brasil, bem como tratar a abolição da escravidão de forma a ressaltar os aspectos sociais e públicos do movimento.

A intervenção pedagógica ocorreu pelo período da manhã, nos dias 11 e 13 de outubro de 2016, na turma de oitavo ano “A” da Escola de Ensino Fundamental Neutel Maia, sob a supervisão da professora Lucineide Lucas Reina. O primeiro



momento, que teve a duração de cinquenta minutos, iniciou-se com a apresentação do professor em formação junto à explicitação do trabalho e da proposta de promoção de igualdade racial do curso Uniafro desenvolvido a partir da Lei nº 10.639/2003.

Em sequência se deu o levantamento de conhecimentos prévios dos discentes — passo importante por reconhecê-los como atuantes de seu tempo e possuidores de conhecimentos válidos em sua formação — partindo de placas com questionamentos que os incentivavam a conceituar determinado termo ou período histórico, levadas pelo professor, e apregoadas pelo aluno no quadro branco. Ao decorrer da atividade, pôde-se perceber que os discentes souberam conceituar muito bem alguns termos relacionados à escravidão, mas que, quando questionados sobre quais eram seus primeiros pensamentos à menção da palavra “escravismo”, muitos deles responderam “pessoas negras”, entretanto, após uma exposição rápida sobre a história da escravidão, deixaram de relacionar a palavra apenas à pele negra, lembrando-os assim dos povos tribais, egípcios, gregos, romanos, americanos, entre outros.

Posteriormente foi realizada a aula expositiva sobre a escravidão nas Américas, desde as populações indígenas até a inserção do negro no sistema do tráfico humano. Ao fim da primeira aula foi proposta uma problemática: existe escravidão nos dias de hoje? Nesse momento o professor se viu surpreso pela quantidade de informação exposta pelos discentes, que relataram muitos casos que haviam visto nos jornais sobre escravidão em vários lugares do mundo, inclusive no nosso país.

O segundo momento foi constituído em duas horas/aula, perfazendo um total de cem minutos, sendo utilizado uma parte do tempo para explicitar o que havia sido tratado na última aula — por meio de amostra de slides, diálogo com os alunos e explicações resumidas das temáticas anteriormente tratadas. Logo após, iniciou-se uma aula expositiva acerca das motivações pelas quais a escravidão foi abolida, levando sempre em conta o princípio da interação e da movimentação em sala de aula. Vale ressaltar que, na exposição, a pressão internacional está continuamente associada aos movimentos de resistência dos negros pela libertação, seja por meio



da formação de quilombos e das fugas individuais, seja através da cultura e das religiões, para inserir os negros como donos efetivos de sua liberdade.

Posteriormente, foram realizadas análises de pinturas e charges em conjunto com os alunos, as imagens utilizadas foram: “Navio negreiro”, de Rugendas (1830), que nos possibilitou falar sobre o tráfico negreiro e os modos os quais os negros eram tratados nesse trânsito, e, apesar das risadas pelas cenas de nudez feminina, os alunos puderam notar o homem morto no canto esquerdo da tela, criando reflexões a partir disso; “Um jantar brasileiro”, de Debret (1827), tratando do modo de vida/trabalho do negro no período escravista — aqui os alunos fizeram uma enfática comparação entre as crianças negras ao pé da mesa e os chamados *cachorros de madame*; “Abolition de l’esclavage”, de Biard (1848), o qual, apesar de não representar uma cena brasileira, possibilitou que fossem levadas em conta as expressões dos negros que, ao ponto de vista dos brancos, seriam eternamente gratos pela liberdade — alguns discentes comentaram: “liberto pelas próprias pessoas que os trancaram?”

Os recursos utilizados foram variados: como as plaquetas com perguntas do tipo “o que determina que uma pessoa seja escrava?” e “quem foi escravizado no Brasil?”, a fim de que os alunos as respondessem; imagens impressas para que os discentes efetivassem análises; e a exposição de *slides* no aparelho. Alguns problemas merecem destaque, tal como o fato de que não havia, na primeira aula, um adaptador de tomada para ligar o dispositivo.

Compreendemos que o tempo de três aulas não é suficiente para extinguir preconceitos enraizados na mente dos alunos desde a infância, mas entendemos que se faz necessário que seja *plantada uma semente* para que o discente passe a duvidar das realidades a ele incorporadas.

A História tem essa função de fazer refletir acerca dos silenciamentos ocorridos com diversas populações, etnias e culturas. Deste modo, estudar esse conteúdo é importante por trazer reconhecimento aos negros por terem conquistado sua própria liberdade, bem como pensar as políticas de ações afirmativas como temporárias e benéficas a tais populações.

Faz-se necessário, então, que atividades com essas temáticas se reproduzam mais ainda na educação básica — entendida como uma das melhores ferramentas para a edificação de uma sociedade melhor e mais igualitária.

## Referências

BIARD, F. **L'abolition de l'esclavage**. 1848. (Foto de G. Blot)

BRASIL, **Lei 3.353**, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3353.htm#:~:text=Pedro%20II%2C%20faz%20saber%20a,lei%20a%20escrauid%C3%A3o%20no%20Brazil](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm#:~:text=Pedro%20II%2C%20faz%20saber%20a,lei%20a%20escrauid%C3%A3o%20no%20Brazil). Acesso em 30 out. 2016.

BRASIL. **Lei 9.394**, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 30 out. 2016.

BRASIL. **Lei 10.639**, 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 30 out. 2016.

BRASIL. **Lei 11.645**, 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm). Acesso em: 30 out. 2016.

DEBRET, J. B. **Um jantar brasileiro**. 1827. Gravura.

RUGENDAS, J. M. **Negres a fond de calle**. 1830. Gravura. Museu Itaú Cultural.